EDMAR MOREL

A REVOLTA DA CHIBATA

letras e artes

A REVOLTA DA CHIBATA

DE EDMAR MORÊL

*

A Revolta da Chibata, de Edmar Morél, publicado em 1959, colocou-se imediatamente entre os "best-sellers" do momento. O livro de Edmar Morél reabilita o mais obscuro e injustiçado herói de nossa história: João Cândido, o Almirante Negro. O humilde marinheiro de trinta anos, que com sua bravura acabou com o uso aviltante da chibata na Marinha de Guerra. João Cândido, um dos únicos heróis que escapou da traição do govêrno brasileiro aos homens que honraram a Marinha de Guerra forçando-a a abolir o castigo corporal, é um herói sem louros nem glórias. Inteiramente esquecido pelos podêres públicos, passou as maiores privações materiais e, por causa dêle, muitos intelectuais foram presos, alguns seviciados; outros tiveram seu nome injuriado durante o Estado Nôvo, quando o heroísmo de João Cândido era tabu. Gustavo Barroso — o insigne biógrafo de Tamandaré, o patrono da Marinha — foi considerado por ela seu inimigo número um por ter escrito artigos tentando reabilitar a figura do grande reformador negro e foi proibido de escrever em jornais por ordem do Cap. Amílcar Dutra de Menezes, diretor do DIP.

A figura do velho reformador só foi guindada ao seu merecido lugar na História pelo livro de Edmar Morél, que

A REVOLTA DA CHIBATA

(Subsídios para a história da sublevação na Esquadra
pelo marinheiro João Cândido em 1910)

DO AUTOR:

SOB OS CÉUS DE PÔRTO SEGURO
1939 — Govêrno da Bahia — Salvador.

GAGO COUTINHO E SUA VIDA AVENTUROSA (Esgotado)
1941 — Ed. Coelho Branco — Rio.

E FAWCETT NÃO VOLTOU (Esgotado)
Traduzido para o inglês e espanhol e publicado pelo *The People*, de Londres, *La Razón*, de Montevidéu, *Critica*, de Buenos Aires.
Adaptado para uma história em quadrinhos pela Editôra Brasil América. Radiofonizado pela Rádio Tupi.
1944 — Ed. *O Cruzeiro* — Rio.

O BRASIL VISTO DOS CÉUS
1946 — Ed. Cruzeiro do Sul — Rio.

PADRE CÍCERO, O SANTO DO JUAZEIRO (Esgotado)
1946 — Ed. *O Cruzeiro* — Rio.

DRAGÃO DO MAR, O JANGADEIRO DA ABOLIÇÃO (Esgotado)
Radiofonizado pela B.B.C. de Londres e Rádio Ministério da Educação e Cultura do Brasil.
1949 — Ed. do *Povo Limitada* — Rio.

MOSCOU, IDA E VOLTA (Esgotado)
3.ª edição — 1953 — PONGETTI — Rio.

A REVOLTA DA CHIBATA (Levante na Esquadra pelo marinheiro João Cândido) 1963 — Editôra Letras e Artes — Rio. (2.ª edição)

EDMAR MORÉL

A REVOLTA DA CHIBATA

2.ª EDIÇÃO
(Revista e ampliada pelo autor)

Editôra Letras e Artes
GUANABARA
1963

Edmar Morél

Prêmio "João do Rio", de 1954, instituído para a melhor reportagem, pela antiga Prefeitura do Distrito Federal. Jornalista brasileiro de fama internacional. Biógrafo de Gago Coutinho, o aviador português que conquistou o Atlântico pelos céus, em 1922; Padre Cícero Romão Batista, o Santo do Juazeiro; Cel. Percy H. Fawcett, chefe da expedição inglêsa desaparecida nas selvas do Brasil, em 1926; Jangadeiro Francisco José do Nascimento, "Dragão do Mar", que libertou os escravos do Ceará, num movimento popular em 1884; autor de "Moscou, Ida e Volta", relato de uma viagem à União Soviética, em 1952. "A Revolta da Chibata", "best-seller" de 1960.

ÍNDICE

Aos que morreram nas prisões, lutando pela liberdade, êste livro.

E. M.

HERÓIS

"Do lugar em que estou até às fronteiras do mundo, só há dois passos: fé e audácia."

GAGO COUTINHO

Heróis, no meu Estado, sòmente os generais Tibúrcio e Sampaio, da guerra do Paraguai; o Capitão J. da Penha, que morreu de espada em punho, lutando contra os fanáticos do Padre Cícero; o "Dragão do Mar", o rude jangadeiro Francisco José do Nascimento, que fechou o pôrto de Fortaleza ao tráfico dos escravos, em 1884; e o "Zé da Luz", artista que escreveu bem alto o nome do Ceará nos céus da Capital Federal", pilotando o balão Iracema.

Os professôres não tinham muito interêsse em alocuções sôbre feitos históricos com personagens estrangeiros, os nascidos além dos contrafortes do Apodi e da Ibiapaba.

Heróis, só os de casa, gente com parentes espalhados pela cidade, pessoas com quem se bebe garapa, toma banho no Mucuripe e freqüenta o bar do "Majestic".

Tibúrcio e Sampaio simbolizavam as glórias de todos os generais e almirantes do Brasil. Durante longos anos só aprendi isto. Daí o espanto geral no colégio Castelo Branco, *quando Sila Ribeiro, o diretor, fêz uma preleção sôbre Tamandaré, Osório, Caxias, Barroso, Greenhalgh e Marcílio Dias, de cujas vidas a juventude não sabia muita coisa.*

Os santos de casa não fazem milagres e os de fora eram inacessíveis aos meus precários conhecimentos. Por esta razão o meu herói não era nenhum daqueles. Era o Capitão-de-Fragata César Augusto Machado da Fonseca, comandante da Escola de Aprendizes-Marinheiros, em dia de paradas militares, montado no seu cavalo alazão, trazendo alvas perneiras de linho branco, usando monóculo e desfilando garbosamente. À frente ia a banda, sob a batuta do eterno suboficial Lisboa, bem mulato, com 1,70 m e 90 quilos de banha, cara de bolacha, com vários dentes de ouro, sempre a sorrir.

O garôto que tocava contrabaixo era o menino prodígio Eleazar de Carvalho que, por esfôrço próprio, galgou tôda a escala do esplendor musical, como condutor de orquestra que é. Mestre Lisboa e o aprendiz Eleazar eram, sem dúvida, complementos do meu ídolo que criou forma na minha imaginação de adolescente pobre, vivendo numa capital onde os rapazolas não davam importância aos soldados do Exército e da Polícia. Os primeiros eram do interior, não tinham relações; os últimos eram cabras ruins que entravam na Fôrça Pública como poderiam ter ingressado no cangaço.

O chique era o Tiro de Guerra 38, com o instrutor Marçal, sempre preocupado em dar lições de estratégia, tiradas de um livro sôbre Napoleão Bonaparte. E em francês!

Eu, entretanto, não trocava nada dêste mundo pelo meu pôsto de honra nos dias de desfile, marchando, descalço, ao lado da banda do Lisboa, a contemplar, também, o porte marcial do cavalo Ponto Chic, *do comandante, batizado em homenagem ao melhor café de Fortaleza.*

Peralta e brigão, apesar de franzino, aconselharam ao meu pai a levar-me para a Marinha.

— Só ela dará jeito neste menino — diziam os amigos da família.

Foi um Deus nos acuda. Como era possível entregar um filho à Escola de Aprendizes-Marinheiros para apanhar de palmatória e relho?

Era a triste fama que tinha a E. A. M.

O Capitão César da Fonseca quebrou uma perna e veio para o Sul. O Ponto Chic *engordou e deixou de sair nas paradas.*

A maior homenagem que eu poderia prestar ao oficial transferido para o Rio, era usar monóculo e polainas. E assim surgiu êste monumento de desfrute, com menos de 16 anos, a desafiar os assobios dos moleques da Praça do Ferreira, o centro de Fortaleza.

* * *

Um dia, já de partida para o Rio, a fim de tentar a vida, encontrei na agência do Lóide Brasileiro um exemplar do Correio da Manhã, *trazendo longa reportagem fotográfica com um pobre velhote recolhido como indigente a um hospital.*

— "João Cândido, o Almirante Negro que comandou a Esquadra, em 1910, está entre a vida e a morte no São Francisco de Assis..."

Soube, assim, da existência de João Cândido, o único marinheiro no mundo inteiro a comandar os mais modernos e velo-

zes encouraçados, desfraldando a bandeira vermelha da revolta, para acabar com os castigos corporais na Armada.

Levado por Maurício de Lacerda para trabalhar no Jornal do Brasil, *onde o Conde Ernesto Pereira Carneiro, Conde por obra e graça do Vaticano, tirou-me a pele da carne, pagando 100 cruzeiros por mês, para ficar na redação das 8 da noite às 4 da madrugada, aproveitava as horas de folga para ler as coleções antigas. E assim fui conhecendo a história de João Cândido.*

* * *

O Brasil estava sacudido pelo sôpro revolucionário da Aliança Nacional Libertadora. Isto em 1934. O operariado corria em massa aos comícios da A.N.L., sob a presidência do Comandante Hercolino Cascardo, o tenente que, juntamente com um outro tenente, o Augusto Amaral Peixoto, revoltou o São Paulo, *em 1924.*

Um jornalista imperava na cidade. Era Aparício Torelly, o popular "Barão de Itararé", à frente de valente equipe, no Jornal do Povo. *Anunciou dez reportagens sensacionais sôbre a vida de João Cândido. Saíram duas. Na terceira o conhecido homem de imprensa foi seqüestrado por oficiais da Marinha e conduzido para a Barra da Tijuca, onde sofreu vexames. Foi por isto, certamente, que o "Barão" mandou escrever na porta da redação:*

"— Entre sem bater!..."

Fiquei estarrecido com o acontecimento. Um herói da ralé não podia ter história? Que espantalho era João Cândido, depois de 24 anos do seu feito nas águas da Guanabara, para causar tanto pavor?

Comecei a estudar o caso João Cândido. Travei relações com o chamado Almirante Negro, que figura nas memórias de Afrânio Peixoto, divulgadas por Tristão de Athayde, em sua oração proferida na Academia Brasileira de Letras, por ocasião da posse de Afonso Pena Júnior. Foi um escândalo. João Cândido foi citado no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Outro escândalo!

Carlos Cavalcanti, um dos mais brilhantes repórteres que a imprensa brasileira já conheceu, promoveu a internação de João Cândido num hospital. A cada instante chegavam levas de marinheiros e soldados, cada um com uma contribuição para o velho lôbo do mar, agora, na desgraça. O Diário da Noite *parou a campanha.*

Depois foi Gustavo Barroso, o escritor que mais tarde viria a ser o biógrafo de Tamandaré. Ensaiou recompor o

quadro da revolta da Esquadra nas colunas de A Manhã, órgão do Govêrno. Foi chamado ao DIP pelo Major Amilcar Dutra de Menezes que, em nome do então Ministro da Marinha, Almirante Aristides Guilhem, o ameaçou de prisão se voltasse ao assunto, exigindo, ainda, desculpas.

A resposta foi imediata:

— Interromper o meu trabalho, está nas mãos do DIP. Quanto a retratação, nem morto!

Surgiu o ruidoso episódio com Raimundo Magalhães Júnior, que arrancou, na verdade, João Cândido do mais terrível esquecimento, projetando-o, de maneira espetacular, em 8 páginas fotográficas da Revista da Semana.

Vêem a público os Comandantes Luiz Autran de Alencastro Graça e H. Pereira da Cunha, os Srs. Vivaldo Coaracy, Roberto de Barros e outros. Transformam João Cândido num caso. Para muitos João Cândido é um autêntico herói do povo. Para outros um simples moleque bêbedo e devasso, que ganhava a vida lambendo a sola dos sapatos dos oficiais.

Juntei todo êsse material. Ouvi testemunhas oculares dos acontecimentos de 22 de novembro e 9 de dezembro de 1910, respectivamente, a Revolta na Esquadra e o levante no Batalhão Naval.

Ganhei o original de um documento inédito. O relatório do Comandante Carlos Storry, do Satélite, cargueiro em que foram fuzilados diversos marinheiros anistiados, alguns com os pés e mãos algemados.

Li depoimentos prós e contra o "negro que violentou a História", na frase feliz de Gilberto Amado.

Copiei os discursos de exaltação e contradição de Rui Barbosa e Pinheiro Machado. Perdi noites inteiras examinando o processo julgado por um Conselho de Guerra, num calabouço, perdido na ilha das Cobras. Antes, fiz o mesmo, com relatórios dando notícias do extermínio, em massa, dos marujos perdoados pelo Congresso Nacional e impiedosamente assassinados com cal, numa catacumba daquela ilha. Gravei os insultos e as injúrias assacadas contra a Marinha por políticos que tiravam partido da situação, para fins eleitorais.

Na Câmara Federal foram discutidos os projetos de Jonas Baiense e Souto Mayor, concedendo uma pensão para o velho marinheiro viver os seus últimos dias, sem necessitar recorrer à caridade pública.

Reuni tudo isto em livro e li-o para João Cândido, recolhendo o seu depoimento quase à beira do túmulo. É o segundo herói da ralé que trago para as páginas de um livro. O primeiro foi "Dragão do Mar", o meu modesto "Chico da Matil-

de", figura lendária e que cobre de orgulho a minha gente nordestina. E, agora, o João Cândido que, em 1910, com uma cidade de mais de um milhão de habitantes a suplicar que não a atacasse, teve o gesto de humildade de que não foi capaz o Presidente da República, Marechal Hermes da Fonseca, que mandou bombardear Salvador para atender aos ódios de um dos seus ministros, J. J. Seabra!

* * *

O Congresso Nacional e o Govêrno, incapazes de uma reação ante o poderio do fogo do "Minas Gerais", que comandava a Esquadra sublevada, em troca da magnitude do negro admirável que deixou de arrasar a Capital Federal, anistiou o herói para, em seguida, num ato de felonia, tentar assassiná-lo no fundo de uma masmorra da era medieval.

E assim nasceu "A Revolta da Chibata", trabalho que entrego ao público com a mesma satisfação daquele garôto que acompanhava a banda de música do Mestre Lisboa pelas ruas de Fortaleza.

Até parece que estou escutando o "Cisne Branco", cantado pelos meninos da Escola de Aprendizes-Marinheiros, ao sôpro do vento do coqueiral do Pirambu...

EDMAR MORÉL

ÁRBITRO

"Em um momento, João Cândido é o árbitro de uma Nação de vinte milhões de almas; impõe a sua vontade, obriga o Congresso a uma resolução anti-regimental, faz a final da sua resolução a única lei que obedecemos. A salvação que conseguimos, veio de sua magnanimidade."

GILBERTO AMADO

MERGULHADO nas velhas coleções da Biblioteca Nacional, em busca da verdade sôbre a Revolta da Chibata, encontrei o libelo do Comandante José Carlos de Carvalho, o emissário que o Catete enviou a bordo do *Minas Gerais*, em cujo mastro tremulava o pavilhão rubro da Esquadra revoltada, sob o comando de um simples marinheiro.

Mas o artigo de Gilberto Amado, em *O Paiz*, de 27 de novembro de 1910, e que tanta celeuma levantou é, sem dúvida, a mais bela página sôbre a marujada sublevada.

Em "Mocidade no Rio e Primeira Viagem à Europa", o autor de "A Chave de Salomão", à página 85, escreveu: "Vou olhando para a memória e para os artigos que escrevi, nesses primeiros meses de colaboração em *O Paiz*, encontrando capítulos e capítulos a me pedirem referência neste livro. Desprezei uma das melhores páginas que já escrevi sôbre a revolta dos marinheiros."

Gilberto Amado não resistiu e na página 87 publicou trechos do magistral artigo lançado, precisamente, há quase meio século. Cinqüenta e dois anos depois do feito de João Cândido, que acabou com o açoite na Marinha, um repórter aproveita-o, à guisa de um depoimento, que diz do entusiasmo do povo brasileiro pelo motim:

"Enfim! Podemos respirar livremente. O Almirante João Cândido teve a benemerência de apenas exigir, para nos deixar viver, a anistia, que o Congresso, com uma compreensão pressurosa da "gravidade do momento", foi solícito em votar.

Apenas a anistia... e os direitos preliminares de respeito humano e de alimentação, que a bordo dos *dreadnoughts* parece ter sido timbre em desconhecer a marinhagem que se revoltou, na qual João Cândido avulta num relêvo de chefe extraordinário.

Agora, que não se abrem mais para a cidade as bôcas trágicas dos canhões; que João Cândido, vitorioso, já sem as responsabilidades do comando, desenrugou a fronte e terá apenas o sorriso dos heróis e o natural orgulho de um homem que violentou a história, e que a quietação se restabeleceu, é já possível viver normalmente, comer com apetite, olhar sem inquietação e pensar lùcidamente sôbre o caso... Pensar?

Nem sei se, agora, já será porventura possível pensar com segurança, quando os cabelos quase não assentaram do arrepio de susto, as pancadas do coração ainda não se apaziguaram no ritmo natural e quando o espírito, cheio das imagens dêstes dias, incoerentes e complexas, mal pode atentar, não livre da confusão, no aspecto de renascida tranqüilidade, que, mercê da clemência dos revoltosos, nos é dado contemplar hoje.

Certo, foram os dias mais arriscados a que nós, os que nascemos com a República e não assistimos à revolta de setembro e outras, tenhamos assistido. Pela primeira vez vi o pânico; fisionomias esbugalhadas, bôcas a tremer, o alvorôço triste da debandada.

Na minha rua quase não ficou ninguém; houve lágrimas, ataques, soluços ruidosos e o berreiro alarmado das crianças, que viam na face materna a consternação e o pasmo.

Vez em vez, atulhados de bagagens e de pessoas, automóveis fuzilavam nervosamente, numa velocidade imprevista. Era o pavor; parecia um fim de mundo. Lembrei as gravuras dos terremotos, todo o sinistro, o patético, as dores gritadas, o incomparável dantesco dos cataclismos. Tudo isto era apenas João Cândido.

Depois, com o bálsamo dos desmentidos, ressurgida de improviso a serenidade aos ânimos e a coragem aos valentes, senti na Câmara, deliberando com prudente rapidez sôbre as exigências de João Cândido, tôda a agitação, tôda a trepidação nervosa dos grandes momentos de emoção.

Exígua, aglomerada, fervilhante, estrepitosa de vozes e do estralejo metálico daquele sino feroz, que manifesta a energia regimental, a Casa do Parlamento dava uma impressão nunca vista de angústia tumultuária, de asfixia violenta, de desassossêgo, de febre.

Fora, João Cândido, árbitro do Brasil, evoluía, fazia curvas complicadas, piruetava na baía, na costa — a mais

ridícula e a um tempo a mais formidável ameaça que ainda apavorou uma cidade. João Cândido, o "Minas", o navio amado, orgulho do nosso patriotismo superficial, transmudado em navio-fantasma, instrumento de mal e de horror que nunca imagináramos.

Entretanto, entre o assombro, a maravilha: — Vejam como navegam os revoltosos! Que perícia magistral.

É para êsses marinheiros que pedimos instrutores estrangeiros; são êsses os navios sôbre cuja saúde os jornais se iludiam!

Isso bastou para, cessada a hipótese do perigo, borbotar o fácil entusiasmo nacional. Quase chegamos a abençoar a revolta, pela surprêsa da revelação.

Certo, o direito que animava os revoltosos era uma garantia dêsse entusiasmo, da alegria popular. Êles mataram o Comandante Baptista das Neves, o Tenente Cláudio, mas tinham por si o direito da dignidade humana, o primeiro de todos os direitos, que a chibata feria.

Mas, não foi certamente por isto só, pela afirmação rebelde dêste direito, que João Cândido e os revoltosos conquistaram a simpatia. Foi outro o motivo. Êles comoveram o nosso patriotismo; andamos numa fase em que é tal a falta de grandeza, de ação, de vigor, que qualquer ato nutrido destas virtudes, suscita até a gratidão popular. É mesmo da nossa índole sentimental. Uma vez, no palco de um café-concêrto, um prêto, o Ciriaco, venceu no jiu-jitsu um japonês profissional. A alma nacional rejubilou sinceramente.

João Cândido é um marinheiro formidável. Entre nós é excepcional: — um marinheiro que sabe navegar, dirigir um navio, fazer parnasianismos de manobra, quando a tradição da nossa marinha era, segundo os jornais ùltimamente demonstraram, uma tradição de abalroadora, de encalhadora, de arruinadora lamentável dos navios.

No Brasil, João Cândido, símbolo, é esta coisa divina: um especialista, que não divaga; um profissional que sabe a sua profissão, e que, ainda mais, não precisou de cursos nas escolas, de viagens às capitais européias (a bordo dos transatlânticos para manobrar com uma habilidade milagrosa).

Para nós, que chegamos à "organização das aparências ilusórias", quando aparece uma realidade precisa, efetiva, objetiva, verdadeira, é êsse alvorôço.

Nós diziamos que o "Minas" e os outros estavam estragados, que não arredavam um metro, que a última revista foi um prodígio de esfôrço improvisado, que os navios eram incapazes das deslocações rápidas.

Eis que João Cândido assume o comando. O "Minas Gerais", e o "São Paulo" correm na baía com uma graça, uma agilidade de batel.

João Cândido nos agradou por isto. Foi uma surprêsa maravilhadora. De resto, fora da competência técnica, sua conduta tem alguma coisa de extraordinário. É uma simpleza de puritano; nem fanfarronadas, nem embevecimentos; é uma austeridade que espanta, que quase o resgata do crime.

Chefe de uma revolta, senhor exclusivo dos dois mais poderosos vasos de guerra do mundo, tendo aos seus pés, humilhada, implorativa, lacrimejante, uma cidade de milhão de habitantes, recebendo como um guerreiro triunfante o enviado, pelo qual a Nação pede que lhe permitam viver, ainda que tristemente; a Câmara, o Senado, sonorizando palavras quase em seu louvor — João Cândido não se embriaga do triunfo; atira ao mar o depósito de bebidas aristocráticas que a riqueza de bordo acumulava para os festejos diários, enquanto lhe minguavam a ração e cortavam à chibata a pele dos companheiros — João Cândido não bombardeia; não tem um gesto de vingança; apenas pede o seu direito. Sua alma de oprimido se contém em uma firmeza formidável.

Êle, o humilde, o prêto aviltado, vitorioso e dominando sòzinho, não sente o frêmito, sequer, de derrubar por simples afirmação de orgulho, os cocurutos fulgurantes, nos quais a cidade alteia o seu fausto e a sua riqueza.

João Cândido impõe a disciplina, a ordem, a bordo; olha para a cidade piedosamente; nem um tiro; e no entanto o "Minas" a seu mando é ágil, donairoso, exclusivamente seu e pode, em um instante, dar à sua vingança a grandeza de uma tragédia enorme.

Em um momento, João Cândido é o árbitro de uma Nação de vinte milhões de almas; impõe a sua vontade, obriga o Congresso a uma resolução anti-regimental, faz afinal de sua resolução a única lei a que obedecemos. A salvação que conseguimos, veio da sua magnanimidade.

Por mais que desdenhemos os comentários melancólicos, é inútil dissimular a gravidade, o consternador da situação moral do país. É preciso não pensar devidamente no caso, para fugir à evidência do desastre. E o pior é que todos são unânimes em reconhecer que era esta a única solução que nos restava.

Submeter-se ao João Cândido. Tem-se a impressão de que um século de civilização, todo o nosso passado, a nossa história se desmoronou e que tudo isto veio apenas para provar o disparatado da nossa vida, a falta de ordem, e que

é preciso que um país seja o prodígio da desorganização organizada, se é possível assim exprimir a normalidade dos desvairios que têm sido a seqüência da nossa vida, para que um tal fato, com todos os característicos cênicos que o rodearam, pudesse efetuar-se.

É dêstes, aliás, que pela sua monstruosidade visível inutiliza todos os comentários.

Uma lição não poderíamos receber de mais eloqüência; nenhum instrumento, como êsse João Cândido, nos poderia o destino mandar de mais impressiva documentação para a advertência do quanto nos temos alongado do verdadeiro caminho e de como nos devemos engravecer em hábitos mais cuidadosos e mais sérios e como é tempo de dar à nossa vida outro tom, que êsse alegre de manifestações cotidianas, que tem sido a norma cívica dos últimos tempos.

Hoje, talvez, o caso passado, esvaída a sombra do perigo imediato, com a leveza de alma que nos caracteriza, estejamos a sorrir com o nosso otimismo, que é um sinal flácido de preguiça, antes que a consciência pletórica de uma fôrça, que, todos sabemos — e João Cândido demonstrou — não existe.

Continuaremos a confiar no destino que tão munificente nos tem sido, mas que, afinal, um dia há de cansar-se.

Por mais lugar comum que pareça, é inevitável repetir que precisamos trabalhar com seriedade e intensidade, cuidar com pressa dos verdadeiros assuntos, dos problemas básicos da sociologia brasileira, com a solução dos quais, ùnicamente, o Brasil será um país forte, uma Nação sisuda, que não possa, enfim, cômicamente oscilar, à vontade de outros Joões Cândidos que apareçam.

GILBERTO AMADO

CONSPIRAÇÃO

> *"Foi mais uma conspiração de cozinha tantas vêzes fatais à sala."*
>
> JOÃO BRÍGIDO

VERDADEIRA esquadra estrangeira estava fundeada na Guanabara. Aqui chegou para assistir à posse do Marechal Hermes da Fonseca, na Presidência da República, o candidato que o caudilho Pinheiro Machado, o verdadeiro dono do Brasil, levou para o Catete, após derrotar a chamada candidatura civilista de Rui Barbosa, que não contou com as simpatias de Nilo Peçanha, o qual concluiu o resto do Govêrno findo a 15 de novembro de 1910. O Presidente Afonso Pena faleceu no dia 14 de junho de 1909 e Nilo Peçanha, como vice, assumiu o poder.

O Circo Spinelli, em homenagem aos oficiais do navio de guerra português "Adamastor", que cedo caiu no anedotário, como sendo "pequeno por fora e grande por dentro", representava "A Vingança do Operário", do famoso palhaço negro Benjamin de Oliveira, enquanto o Teatro Recreio encenava o "Diabo que o Carregue", de João Foca, em honra aos marujos do cruzador francês "Duguay Trouin". O São Pedro, em noite memorável, num espetáculo de gala dedicado às representações diplomáticas, fazia subir à cena o drama de Gabriel D'Annunzio, "La Figlia di Jorio".

O assunto que empolgava a opinião pública era a questão dos frades portuguêses B. J. Rodrigues e Antônio Coutinho, tidos como indesejáveis e que viajavam no "Ourissa". A polícia proibiu o desembarque.

A boêmia tinha o seu reduto no Cabaré Mignon, com belas mulheres importadas da Europa. O luxo de qualquer sujeito importante era uma francesa, como apêndice, coisa que desagradava profundamente ao elemento nativo. Foi o apogeu das polacas na Rua Conde de Laje.

A população carioca, que já ultrapassava a casa de 1.000.000 de habitantes, tinha vida feliz. A fachada colonial da cidade fôra reformada pela extraordinária picareta do Prefeito Pereira Passos, culminando com a abertura da Avenida Central.

Casas de chá e de flôres nas ruas Gonçalves Dias, Ouvidor e Carioca atraíam o mundo elegante e literário. Era o reinado de Olavo Bilac, Sílvio Romero, Emílio de Menezes, Alcindo Guanabara, Coelho Neto, João do Rio e o principado de Gilberto Amado, moço de Sergipe, quase imberbe e na primeira página de *O Paiz*, ao lado de Júlia Lopes de Almeida.

Os jornais não tinham muito espaço. Estavam ocupados com a revolução, em Portugal, que destronou D. Manuel e proclamou a República, a 5 de outubro. Os festejos da posse do Marechal Hermes da Fonseca enchiam colunas inteiras. E o Dr. Leonídio Ribeiro, em anúncio vistoso, dizia das maravilhas da cura da hidrocele, sem operação cortante. Nada menos de 25 doentes atestavam a descoberta. No final, o clássico aviso:

"O Dr. Leonídio está atualmente no Rio, à Rua da Constituição n.º 13, antigo n.º 5, onde dá consultas e faz exames das 10 às 12 horas. Como de costume a sua permanência nessa cidade será de poucos dias. Aproveitem."

O "footing", a princípio no Flamengo, sob a inspiração de "Binóculo", pseudônimo de Figueiredo Pimentel, da "Gazeta de Noticias", foi transferido para a Avenida Central, com cinco anos de idade e já comparada a Champs Elysées. . .

As môças usavam o que havia de melhor em sêdas e perfumes importados de Paris. Um homem de bom-gôsto não era visto sem luvas e polainas, bengala, com o clássico colête branco e o chapéu côco. Muitos preferiam o fraque, sobrecasaca e cartola.

Tôda esta gente freqüentava o antigo Lírico, na base do morro de Santo Antônio, e era clientela obrigatória dos chamados bondes ceroulas, com capas brancas amarradas nos balaustres por meio de cadarços, como aquelas peças de então. Foram criados para o transporte dos habitués das temporadas líricas do comêço do século. E a passagem era bem cara: 1$000.

Um telegrama de São Petersburgo dava notícia da morte de Léon Tolstoi e de que a sua espôsa tentara o suicídio.

A simples publicação do boletim meteorológico diz da finura do ambiente:

"O tempo está decididamente disposto a nos aborrecer. Rajadas de ventos fortes, à noite. *Good night!*"

O *Hotel Avenida* tinha um anúncio:
"O maior e o mais importante do Brasil."
O prédio nôvo da Rua Assunção, em Botafogo, número 45, com cinco quartos, duas salas, entrada ao lado, era alugado por 192$000, enquanto um mobiliário elegante, com 46 peças, na Casa Auler, à Rua Uruguaiana 91, custava 1:600$000. Um ramo de orquídeas, num leilão promovido por damas de caridade, alcançou a oferta de 200$000.
Isto era o Rio em fins de 1910. "Tempo bom", dizem os antigos.

* * *

No fundo da Guanabara, ao raiar da madrugada, com o ruflar dos tambores, o marinheiro Marcelino Rodrigues Menezes recebeu 250 chibatadas aos olhos de tôda a tripulação formada no convés do *Minas Gerais*. Em meio do flagelo desmaiou, mas o açoite continuou. Foi o estopim de uma revolta de há muito planejada, porém, adiada por duas vêzes.
Em horas, os marujos recolhidos nos seus beliches, tramaram a deflagração do motim. "Foi mais uma conspiração de cozinha tantas vêzes fatais à sala —, como disse João Brígido, defendendo os escravos que massacraram negociantes negreiros, a bordo da *Laura II*, em 1839, em águas do Maranhão.
Embora banido no segundo dia da República, pelo decreto n.º 3, de 16 de novembro de 1889, que declarou abolido o açoite na Armada, continuava, em pleno vigor, em todos os navios de guerra e no Batalhão Naval.
A própria Constituição Imperial extinguiu as penas cruéis. Mas centenas de marujos tinham as suas carnes retalhadas a chibata. Havia um mestre neste desumano sistema de tortura. Era Alípio, o carrasco do "Minas Gerais". Outro algoz era o Luís Apicuim. Eis como uma das vítimas narrou o flagelo:
— O bandido apanhava uma corda mediana, de linho, atravessava-a de pequenas agulhas de aço, das mais resistentes e, para inchar a corda, punha-a de môlho com o fim de aparecer, apenas, as pontas das agulhas. A guarnição formava e vinha o marinheiro faltoso algemado. O comandante, depois do toque de silêncio, lia uma proclamação. Tiravam as algemas das mãos do infeliz e o suspendiam nú da cintura para cima no pé de carneiro, ferro que se prende à balaustrada do navio. E, então, Alípio, o mestre do trágico cerimonial, começava a aplicar os golpes. O sangue escorria. O paciente gemia, suplicava, mas o facínora prosseguia carni-

ceiramente o seu mister degradante. Os tambores batidos com furor, sufocavam os gritos. Muitos oficiais voltavam o rosto para o lado. Todos estavam em segundo uniforme, luvas e armados de suas espadas. A marinheirada, possuída de repulsa e de profunda indignação concentrada, murmurava:

— Isto vai acabar!

Êste é o depoimento de Eurico Fogo, que assentou praça no Corpo de Marinheiros Nacionais em 1898 e deu baixa como 2.º sargento.

* * *

Em 1910 o Brasil era a terceira potência naval do mundo com a sua famosa "Esquadra Branca", constituída pelos encouraçados "Minas Gerais" e "São Paulo", cruzadores "Rio Grande do Sul", "Bahia", couraçado "Deodoro", destróieres "Amazonas", "Pará", "Piauí", "Rio Grande do Norte", "Pernambuco", "Alagoas", "Sergipe", "Santa Catarina", "Mato Grosso" e outras belonaves, num total de 24, inclusive o "Tamandaré", "Benjamin Constant", "Floriano", "Tiradentes", "República", "Barroso", "1.º de Março".

A Argentina, alarmada com o nosso poderio, criou uma série de problemas e, por esta razão, o encouraçado "Rio de Janeiro", de 27.000 toneladas, armado com canhões de 14 polegadas, mais poderoso do que o próprio "Minas Gerais", não veio para o Brasil, sendo vendido à Turquia. Estourou a Guerra de 1914 e o "Rio de Janeiro" foi apresado pelos inglêses, tomando parte saliente na batalha de Jutlândia. Foi mais um ato de pirataria dos britânicos.

Mas o *Minas Gerais* era o orgulho do Brasil. Construído pelas Vickers-Armstrong, nos estaleiros de New Castle, na Inglaterra, foi lançado ao mar em 1908. Incorporado à Esquadra, ficou sob o comando do Capitão-de-Mar-e-Guerra Baptista das Neves, o mesmo oficial abatido a bordo do *Minas Gerais*, em 1910.

Marinheiros acompanharam a construção final do gigantesco vaso de guerra, entre êles, João Cândido, então, com 28 anos, prêto, filho de um tropeiro da cidade de Rio Pardo, no Rio Grande do Sul.

A entrada do famoso *dreadnought*, o primeiro do mundo, nas águas da Guanabara, sacudiu o orgulho nacional. Foi no dia 18 de abril de 1910:

"A chegada do *Minas Gerais* — diz um jornal — eis o grande acontecimento que faz palpitar numa vibrante emo-

ção patriótica tôda a alma nacional, porque não foi só o Rio de Janeiro que recebeu nas águas da sua famosa baía o formidável *dreadnought*... foi o Brasil inteiro que saudou no vulto agigantado do colosso dos mares sul-americanos o símbolo soberano da sua própria pujança, a expressão concreta da sua energia de nação. Longamente o povo brasileiro se havia preparado para a forte emoção, mas essa prolongada expectativa não fêz senão aumentar cada vez mais o entusiasmo cívico em que êle ontem, em milhares de lenços brancos ou gritando vivas calorosos, manifestou todo seu imenso júbilo. Foi um momento indiscritível o da entrada do *Minas Gerais*: era um cenário de deslumbramento da baía, cortada de embarcações de tôdas as formas e de tôdas as dimensões, entre as quais avultava gigantescamente a massa do *dreadnought* incomparável e único. E quando, transportou a barra, êle salvou a terra e os pavilhões das nações estrangeiras militarmente representadas na costa pelo *North Caroline* e pelo *Kaiser Karl VI*, sentia-se que a saudação partida da alma daqueles canhões de salva era uma voz mais sonora, mais cheia, uma nova voz, uma consciência nova.

A expressão dessas salvas, feitas primeiro à terra cara da pátria, e depois aos pavilhões das nações estrangeiras e amigas, fêz-se também forte, sonora e cheia no coração de todos os brasileiros, que, por sua vez, saudavam no vulto de aço do *Minas Gerais* o Brasil nôvo, opulento e poderoso que vai na sua rota do progresso e civilização com a mesma galhardia com que o primeiro de seus *dreadnoughts* entrou nas águas espelhantes da Guanabara".

O que empolgava era o vulto de aço altaneiro do *Minas Gerais*, singrando nas águas da Guanabara. Ali estava a soberania nacional, embora empenhada até a alma nos bancos estrangeiros.

* * *

O Brasil mandou três belonaves aos festejos do 1.º Centenário da Independência do Chile: o *Bahia*, o *Tamoio* e o *Timbiras*. Dado o espírito de indisciplina e mal-estar reinante a bordo, o conjunto de navios foi batizado por "Divisão da Morte".

À saída da Baia Blanca, na Argentina, o marujo Antenor Silva recebeu 25 chibatadas, por ter desrespeitado o contramestre. Na mesma noite foi celebrada a "Festa da Neve", regada a champanha.

O Capitão-de-Corveta Alberto Durão Coelho, imediato do cruzador *Bahia*, num documento publicado no *Jornal do Co-*

mércio, revelou que em seu navio, com 288 praças, no decorrer da viagem, que durou de 16 de junho a 19 de novembro, deram-se 911 faltas disciplinares, sendo açoitados vários marinheiros.

À passagem do estreito de Magalhães, rumo ao Pacífico, em conseqüência dos maus tratos, apareceu uma carta debaixo da porta do camarote do comandante, assinada por "Mão Negra":

"Venho por meio destas linhas pedir não maltratar a guarnição dêste navio, que tanto se esforça para trazê-lo limpo. Aqui ninguém é salteador, nem ladrão. Desejamos Paz e Amor. Ninguém é escravo de oficiais e chega de chibata. Cuidado!"

Fácil foi descobrir a identidade do autor da ameaça. Tratava-se do marinheiro Francisco Dias Martins.

Os suplícios foram tantos que, em Buenos Aires, desertaram da "Divisão da Morte" os marujos Antônio de Carvalho Lopes, Luís Ferreira dos Santos, Armando Ladislau, Fábio José Antônio da Cruz e Hermógenes Paris.

As insubordinações ocorridas na viagem da "Divisão da Morte" não constituíram nenhuma novidade. A revolta contra os maus tratos lavrava em todos os navios e não era coisa nova.

Em Gibraltar, em 1904, no "Benjamin Constant", houve um levante contra o seu comando. A causa principal da sedição foram os castigos corporais. Em S. Miguel, Portugal, pelo mesmo motivo, levantou-se, novamente, a tripulação, que foi dominada e os responsáveis bàrbaramente castigados.

Na Bahia, quando a Marinha foi levar o corpo do Dr. Manoel Vitorino, a bordo do *Deodoro*, estourou um motim prontamente sufocado. Um marinheiro foi à terra e embriagou-se em uma taberna, onde se achavam vários soldados. Os policiais entenderam de prendê-lo. Eram quatro e o marinheiro um só. Êste resistiu e, na luta, em defesa própria, feriu um polícia a faca. A bordo recebeu 300 açoites, perante a guarnição formada e, logo a seguir, algemado, foi pôsto a ferros.

O documento oficial diz do espírito de revolta nos vasos de guerra, apontando as principais causas: o castigo infamante e a falta de gente nos navios, o que motivava a sobrecarga de trabalho. Alimentação péssima, a despeito de o imediato Alberto Durão Coelho, do *Bahia*, ter declarado em "Vítimas e Algozes":

"Durante tôda a travessia dos canais, teve a guarnição do *Bahia*, para alimentação, além dos gêneros da tabela,

e sem que a tabela os consigne sequer — leite condensado, farinha de aveia e pão, além da bolacha. Aos domingos, chocolate; e de volta, além do mais, presunto ao almôço. O livro diário de despesas consigna, dia por dia, aquêle excesso de alimentação aconselhado pelo médico, pedido por mim, autorizado pelos comandantes da divisão e do navio, e fiscalizado por todos os oficiais. Mais de uma vez o médico, os tenentes Lobo Lindenberg, Lemos Bastos e eu, trocamos os pratos de nossa refeição pelo das praças, com o testemunho dos demais oficiais. O álcool foi substituído pelo café, distribuido além das horas próprias, quase a granel, por tôdas as praças em serviço, de folga, ou ao deixar o serviço da noite."

e sem que a tabela os consigne sequer — leite condensado, farinha de aveia e pão, além da bolacha. Aos domingos, chocolate; e de volta, além do mais, presunto ao almôço. O livro diário de despesas consigna, dia por dia, aquêle excesso de alimentação aconselhado pelo médico, pedido por mim, autorizado pelos comandantes da divisão e do navio, e fiscalizado por todos os oficiais. Mais de uma vez o médico, os tenentes Lobo Lindenberg, Lemos Bastos e eu, trocamos os pratos de nossa refeição pelo das praças, com o testemunho dos demais oficiais. O álcool foi substituído pelo café, distribuido além das horas próprias, quase a granel, por tôdas as praças em serviço, de folga, ou ao deixar o serviço da noite."

de uma sociedade literária. João Cândido, no *Minas Gerais*, instalou um Comitê, que em terra funcionava em três pontos: no sobradinho da Rua Tobias Barreto, 65, perto da Praça Tiradentes, no "Jôgo da Bola", na Saúde e, por fim, na Rua dos Inválidos, 71, numa vila, nas barbas da polícia, que já ensaiava os processos mais bárbaros para conseguir confissões.

No *São Paulo*, da mesma classe do *Minas Gerais*, a conspiração tinha o cabo Gregório Nascimento como coordenador.

O couraçado *Deodoro* contava com o cabo André Avelino, um dos mais ativos conspiradores. Êstes marujos constituíam o comando geral.

* * *

João Cândido era o chefe supremo da insurreição, sendo o primeiro marinheiro no mundo, a comandar uma esquadra. Foi um comandante diferente. Não usou a farda de almirante, preferindo o seu uniforme branco de praça-de-pré, meio rasgado pelo tempo. Apenas, como distintivo, um lenço de sêda vermelho ao pescoço, um apito e uma velha espada de abordagem.

Até meio século atrás ninguém ignorava que a Marinha era o espantalho a que recorriam os pais de família para reformar o comportamento das crianças travêssas. Os processos de recrutamento, em 1910, ainda eram os mesmos da época de Cochrane.

Nas levas periódicas do pessoal admitido na Marinha figurava gente da pior espécie: ladrões, assassinos, portadores das mais diversas taras etc., era o material humano que constituía parte da guarnição dos navios. Ademais, em virtude de regulamentação errada, o marujo não podia dar baixa senão 15 anos depois de sua incorporação, de modo que muitos indivíduos perniciosos ou reincidentes em faltas disciplinares, embora punidos sucessivamente, eram mantidos até completarem o tempo exigido pela lei.

O Govêrno tratou de modernizar a esquadra, mas não reformou a mentalidade dos marinheiros e o sistema de seleção dos mesmos, deixando em uso os processos do século passado.

Não havia, também, um princípio para a escolha, o que provocava protestos, em particular, no Nordeste, onde os chefes de família eram laçados e jogados no porão dos navios, enquanto o elemento jovem protegido fugia ao serviço militar.

Gustavo Barroso, da Academia Brasileira de Letras e diretor do Museu Histórico, um dos melhores cronistas das

coisas da Marinha, biógrafo de Tamandaré, tendo feito a cobertura da revolta de João Cândido para o *Jornal do Comércio,* trabalho que valeu o seu ingresso, em caráter definitivo, no órgão de Félix Pacheco, escrevendo em *O Cruzeiro,* sôbre os recrutamentos para a Marinha e o Exército no Primeiro Reinado, revelou as barbaridades inconcebíveis praticadas contra indefesos, tudo isto em nome da civilização, escrevendo:

"O ilustre historiador cearense Ismael Pordeus, em longo estudo publicado parceladamente na imprensa de Fortaleza, documentou de modo completo a situação do menor desvalido na Província do Ceará ao tempo do Império. Investigando os arquivos com êsse propósito, encontrou papéis que nos dão conta da barbaridade com que eram feitos os recrutamentos no século passado, sobretudo quando das guerras que, na sua primeira metade, travamos nas fronteiras meridionais. Assim, para guarnecer os navios da Esquadra criada na Independência, a seguir empregada nas operações do Rio da Prata, devido à guerra da Cisplatina, o Govêrno Imperial lançou mão de menores, segundo o conselho de Lord Cochrane de que "para criar marinha efetiva são preferíveis os moços de 14 a 20 anos."

A tripulação dos navios que, sob as ordens de Rodrigo Lôbo e Pinto Guedes, bloquearam o Rio da Prata, misto de assalariados de tôdas as nações, rebotalhos dos portos, foram completadas com a caboclada juvenil arrancada à fôrça da terra cearense. O Conselheiro Francisco Vilela Barbosa, Marquês de Paranaguá, Ministro da Marinha, ordenava ao Presidente José Félix de Azevedo e Sá, a 21 de outubro de 1825, que, "convindo empregar índios, tanto no serviço do Arsenal da Marinha como no dos navios da Armada Nacional", enviasse "na primeira ocasião oportuna aquêle número de tais indivíduos que fôr possível obter e cujas idades, sendo de dez anos para cima..." Em novembro seguinte, o mesmo ministro insistia na remessa "com tôda a brevidade" do "maior número possível de semelhantes indivíduos, entre os quais poderão vir alguns rapazes de doze anos para cima..."

Êsse ano de 1825 foi calamitoso. Escreve o citado historiador: "Tétricos eram os dias por que passavam os habitantes da Província. Além de talado por terrível sêca, tinha o Ceará sua população dizimada pela bexiga e, como se fôra para completar a trilogia maldita — peste, fome e guerra — surgia o recrutamento a cargo de desumanas criaturas". Como se poderia exigir bravura patriótica dêsses infelizes arrancados à fôrça ao berço natal, ignorantes, tratados como

criminosos, atirados a uma guerra longínqua, na qual não tinham o menor interêsse e cujas razões não compreendiam. O natural seria que se revoltassem ou desertassem na primeira oportunidade. No entanto, se as deserções eram numerosas, os motins não ocorreram e os recrutas, escapos aos males mortais do encarceramento, da péssima alimentação, da falta de cuidados médicos, dos porões infectos dos navios de vela, bateram-se com denôdo nas planícies líquidas do estuário platino, nas planícies desertas e frias da Patagônia e nas planícies onduladas e verdes do Rio Grande do Sul. Admiráveis soldados, pequenos, magros, brunidos do sol da minha terra natal, que constituíram aquela "infantaria inconmovible" glorificada pelo Major Rottjer no seu estudo sôbre a batalha de Ituzaingó!

Junto com Paranaguá, Ministro da Marinha, o Marquês de Lajes, Ministro da Guerra, exigia, do Ceará faminto, carne para canhão. Sem cessar! Em agôsto de 1825, seiscentos recrutas para o Exército Imperial em operações no Sul. Em outubro, mais dois mil e quatrocentos para preencher os quadros dos corpos da guarnição do Rio de Janeiro. A morte foi ceifando pelos caminhos do sertão e do mar, pelas cadeias do interior e da capital da Província êsses míseros galés — perseguidos políticos, vítimas de prepotência, objetos de vinganças pessoais, deserdados da sorte, algemados e acorrentados.

"Nada menos de 1.559 recrutas, afirmam os documentos, foram embarcados na nau *Pedro I*, no brigue *D. Pedro II*, na sumaca *Gerves* e na corveta *Carioca*. Dêsse número, 138 faleceram a bordo e 31 desapareceram. E dos 1.390 que lograram atingir o pôrto do Rio tiveram as autoridades de hospitalizar 197. A 23 de março de 1826, um nôvo barco partia de Fortaleza levando 591 recrutas. Era a galera *Jorge Frederico*. Aportando ao Rio, a 7 de maio, o fêz com sua carga humana desfalcada além da metade: 262 daqueles infelizes haviam morrido no decurso da viagem e 12 outros renderam a alma ao Criador quando a galera já singrava as águas da Guanabara; computava-se em 27 o número dos desaparecidos e, dos sobreviventes, 117 foram desembarcados diretamente para o hospital. Apenas 173 estavam em condições de ser recolhidos ao depósito geral dos recrutas.

Raimundo José de Sousa Neto, Cirurgião dos Recrutas, que lhes serviu de médico, boticário e enfermeiro nesse verdadeiro navio negreiro, em protesto lavrado a bordo, a 29 de março de 1826, com o testemunho do capitão da galera, *Rosilius*, e das outras autoridades da galera, descreve com

as tintas da verdade o inferno dantesco que era aquêle barco: homens de tôdas as idades embarcados depois de estarem presos havia mais de três meses, em estado de debilidade de fazer compaixão, na maioria nus, já contaminados de varíola, tanto que aos 19 dias de viagem já havia 215 atacados dêsse mal; o navio não dispunha de acomodações e recursos, foi, além disso, açoitado de vendavais e chuvas. Por essa viagem bem se pode avaliar o que tenham sido as outras. Sabedor dêsses fatos, o Imperador D. Pedro I ordenou as providências necessárias e cientificou as autoridades da Província do seu desagrado, determinando que lhes dessem os motivos do seu procedimento, enquanto suspendia "as demonstrações de sua Imperial indignação" até recebê-los. Mas o procônsul do Ceará após a revolução de 1824, o Tenente-Coronel Conrado Jacob de Niemeyer, continuou a atulhar as prisões com os pobres recrutas sertanejos. A 20 de junho de 1826, o brigue *Boa União* levava 250 para a Côrte; em 3 de julho, o *Imperador D. Pedro*, outros 250. Enfim, o caso repercutiu na Câmara, as altas autoridades navais condenaram os odiosos embarques e, por aviso de 22 de agôsto de 1825, D. Pedro I, verificando de nada terem valido suas imperiais determinações, suspendeu o recrutamento na Província. O Ceará respirou aliviado. Niemeyer seria demitido e submetido a Conselho de Guerra, que o absolveu.

João Brígido e o Barão de Studart calculam em 2.150 os recrutas que o Ceará forneceu dessa monstruosa maneira ao Exército Imperial de 1825 a 1826. Ismael Pordeus acrescenta a êsse número 585 levados pelos brigues *Boa União*, *Imperador D. Pedro* e *Beaurepaire*, antigo *Constituição ou Morte*. Dêles morreram em viagem 412, foram recolhidos aos hospitais 314 e se extraviaram 58.

Os protestos no Parlamento contra tamanha monstruosidade foram veementes. O deputado goiano Raimundo José da Cunha Matos afirmava nunca ter visto semelhante barbaridade nos transportes de escravos da África, que presenciara. O mineiro Padre José Custódio Dias comparava o brigue *Boa União* a uma "tumba funeral." E Lino Coutinho exclamava: "Eu creio que a nação mais bárbara não embarcaria homens, assim como se tem praticado no Ceará..."

* * *

Ficou célebre a revolta de 3 de janeiro de 1904, quando o Capitão dos Portos do Ceará, usando de violência, inclusive das baionetas da Fôrça Pública, tentou embarcar 72 sorteados

no *Maranhão*. Alguns tinham oito, nove e dez filhos e muitos já eram avós. Era assim o critério. Os casados deixavam a família na miséria e os solteiros apadrinhados ficavam fora do sorteio. Os desprotegidos eram laçados e apresentados como voluntários.

Houve um massacre, porém, o embarque foi frustrado. Daquele dia em diante, os convocados para a Marinha voltaram a ser Homens. Deixaram de ser bichos nos porões dos barcos negreiros. Um cidadão, até hoje, tem uma marca da chacina. É o funcionário público aposentado dos Correios e Telégrafos, Bruno Figueiredo, pai do Cel. Crisanto Figueiredo, um militar que dignifica o Exército. Assistia aos acontecimentos na praia, quando foi atingido por uma bala, decepando uma perna.

A guarnição do navio era, assim, um aglomerado de homens perversos, a escória da sociedade, na intimidade de chefes de família modestos, todavia, dignos e respeitáveis.

Os maus tratos a bordo nivelavam a todos. O clima era propício para uma revolta. Faltava um chefe. E êste surgiu com João Cândido, cuja primeira viagem, como aprendiz-marinheiro ocorreu no transporte de guerra *Ondina* na revolta da Armada contra Floriano Peixoto.

Os acontecimentos de 1893, quando João Cândido tinha, apenas, 13 anos, marcaram profundamente o espírito daquele jovem, criado nos pampas como um potro bravio. Filho de tropeiro, antigo soldado da guerra do Paraguai, cedo passou a acompanhar o pai nas caminhadas pelo interior do Rio Grande do Sul. Chegou a ser negrinho de pastoreio.

De navio a navio, em 1896, foi cair na tripulação do *Andrada*. Serviu em outros barcos e andou pelo Norte e Sul como instrutor de diversas escolas de Aprendizes-Marinheiros. Acabou o ano de 1904 no Hospital da Marinha, com tuberculose pulmonar.

Estava no Acre por ocasião da sublime revolta de Plácido de Castro, trocando tiros com os bolivianos que invadiram o nosso território.

A sua passagem é notada, ainda, no aviso "Tocantins", sob o comando do Capitão-Tenente Amâncio dos Santos, em serviço de fiscalização de fronteira com o Peru.

Estêve no "Tiradentes", em missão no Paraguai, fez parte das tripulações do "Riachuelo" e "Jataí" e, durante alguns meses serviu na Base de Ladario, em Mato Grosso.

Já como marinheiro de primeira classe seguiu para a Europa no *Benjamin Constant* a fim de assistir à construção

final do *Minas Gerais,* acompanhando-o na viagem inaugural aos Estados Unidos, onde a belonave comboiou o cruzador norte-americano *North Carolina,* que trouxe os despojos de Joaquim Nabuco, falecido, em Washington, em 17 de janeiro de 1910, como embaixador do Brasil, depois de uma vida inteiramente dedicada à causa pública, inclusive à Liberdade dos Escravos. O *Minas Gerais* deixou o *North Carolina* fora da barra e seguiu para a ilha Grande, a fim de receber a necessária limpeza e entrar, triunfalmente, na Guanabara, dias depois.

* * *

Quando o Marechal Hermes da Fonseca chegou ao Palácio do Catete, de volta da festa do Clube da Tijuca, a estação de rádio do morro da Babilônia já havia captado a seguinte mensagem dos rebeldes:

"Não queremos a volta da chibata. Isso pedimos ao Presidente da República, ao Ministro da Marinha. Queremos resposta já e já. Caso não tenhamos, bombardearemos cidade e navios que não se revoltarem. Guarnições *Minas, São Paulo* e *Bahia.*"

Êste rádio, o primeiro dos sublevados, não falava no *Deodoro,* sèriamente comprometido no levante.

Alguns oficiais corridos do *Minas Gerais* pelos amotinados, apresentaram-se ao Ministro da Marinha, Contra-Almirante Joaquim Marques Batista Leão, narrando que a guarnição do navio se levantara, alegando maus tratos e excesso de serviço para a sua reduzida guarnição.

* * *

O fato é que a população, sem meios de comunicação modernos, pois ainda não havia uma só emissora de rádio, não deu muita importância aos tiros de canhão, ignorando os acontecimentos na Guanabara.

Ao amanhecer, porém, por intermédio dos jornais, principalmente, de "O Paiz", "Diário de Notícias", "O Jornal", "Correio da Manhã", tomou conhecimento dos fatos e, cedo, verdadeira multidão afluiu às praias e morros. Lá estavam, com a bandeira vermelha, tremulando no mastro, o "Minas Gerais", seguido do "São Paulo", "Bahia" e o "Deodoro".

Pela manhã, em lancha dos insurretos, chegaram ao Cáis do Arsenal de Marinha os corpos do Capitão-de-Mar-e-Guerra Batista das Neves, comandante do "Minas Gerais" e do Capitão-Tenente José Cláudio da Silva, sendo que o

primeiro estivera num jantar a bordo do cruzador francês "Duaguay Trouin".

Ao regressar ao "Minas Gerais", notou algo de anormal, não indo imediatamente para o seu camarote, ficando no convez, em palestra com um jovem oficial. Dez minutos depois estourava a revolta. Tentou, com a sua energia, acalmar os ânimos e manter a disciplina. Os marujos, porém, a nada atenderam e, em grupos, atiraram-se ao comandante, que com êles lutou de espada em punho, durante cêrca de 10 minutos, quando caiu mortalmente ferido no parietal direito, por um couce de arma.

O 2.º Tenente Álvaro Alberto da Mota e Silva, oficial de quarto do "Minas Gerais", na noite da revolta, alcançado por um golpe de baioneta, assim descreveu a luta no encouraçado, onde os rebeldes instalaram o seu Q. G., num depoimento divulgado pela imprensa:

"Assistia à faxina da noite no convés, a qual foi feita com todo o cuidado pelo pessoal de bordo que, então, não dava o menor sinal das intenções que pouco depois punha em prática.

Seriam 22 horas, quando a bordo chegou o Comandante Batista das Neves, em companhia do seu ajudante de ordens, 2.º Tenente Trompowsky, que incontinenti partiu para terra, em cumprimento de ordens do comandante.

Palestrando com aquêle oficial superior, que lhe comunicava o desejo de encarregá-lo da tôrre n.º 1, o Tenente Alberto desceu as escadas interiores do navio. Justamente na ocasião em que proferia a frase "Até amanhã, comandante", o oficial recebeu forte pancada no peito. Era um golpe de baioneta que um marinheiro desferira em cheio.

O tenente, tendo tropeçado, apoiou-se com a mão esquerda na própria arma do seu agressor, enquanto com a direita sacava a espada, com que atravessou o estômago do marinheiro que o atacou.

Aos gritos do marinheiro ferido que, combaleando, fôra cair redondamente a alguns metros da escada, tôda a guarnição saiu para o convés, para onde também subiram o Capitão-Tenente Mário Carlos Lahmeyer, o 1.º Tenente Milciades Portela Alves e o Capitão-Tenente José Cláudio da Silva, todos procurando conter a guarnição insurreta.

O Com. Batista das Neves que, igualmente, viera para o tombadilho, abraçou-se ao oficial de quarto, que ainda lutava banhado em sangue, exclamando:

— Mataram meu filho!

Enquanto isso, a tripulação, erguendo vivas sediciosos e aclamando "Liberdade" e "Abaixo a chibata", avançava contra o reduzido grupo de oficiais para massacrá-los.

O Capitão-Tenente José Cláudio recebeu um grosso pedaço de ferro no rosto e algumas coronhadas.

Momentos antes de morrer, o comandante obrigou o Tenente Alberto a retirar-se da luta para bordo de uma canoa, guarnecida às pressas por um pequeno grupo de marinheiros, que não se revoltou.

O depoimento do 1.º Tenente Milciades Portela Alves, testemunha ocular do massacre dos oficiais do "Minas Gerais", é por demais valioso. A narrativa aparece no opúsculo *A Revolta na Esquadra Brasileira em Novembro e Dezembro de 1910*, do Comandante H. Pereira da Cunha, chefe de gabinete do então Ministro da Marinha, e editado em 1953 pela Imprensa Naval.

"O Tenente Alberto começava a queixar-se da farda, dizendo não querer morrer a bordo, e sentia perder as fôrças e desejava ir para o navio de registro. O comandante, depois de mandar que fechasse a porta encouraçada da praça d'armas, ordenou-me que arriasse a canoa para transportar o oficial ferido para o navio de registro. A minha ordem foi cumprida imediatamente.

Embarquei, então, deixando com vida todos os oficiais. Quando íamos largando do portaló, um marinheiro tentou impedir que a embarcação largasse, porém, com a ameaça de dar-lhe um tiro, a canoa seguiu com rumo ao "São Paulo", onde cheguei pedindo que providenciasse com a urgência que o caso requeria, e entreguei o ferido. Quando deixei o "São Paulo" êste ainda não estava revoltado. Segui depois em direção ao Arsenal de Marinha e, quando passava na altura do "Minas Gerais", levei uma grande descarga de fuzilaria. As balas sibilavam pela minha cabeça e diversas vêzes senti o vento produzido por elas e o calafrio da morte. A guarnição deixou de remar e caiu no fundo do barco, chorando e gritando por mães, irmãos e outros. Os tiros de fuzilaria continuavam sempre e cada vez mais cerrados. Pouco antes de chegar ao Arsenal já se ouviram tiros de canhão de 47 mm contra a ilha das Cobras.

O Capitão-Tenente Mário Lahmeyer, por sua vez, arriou uma canoa e ao se afastar da belonave revoltada, recebeu uma descarga de tiros, morrendo imediatamente, sendo o cadáver recolhido pelo navio "Carlos Gomes".

O Tenente Castro e Silva caiu ao mar e, depois de longas horas, nadando desesperadamente, foi salvo pela tripulação do "Benjamin Constant".

Mortos, no convés do "Minas Gerais", estavam o Comandante Batista das Neves, o Capitão-Tenente José Cláudio da Silva e vários marinheiros, inclusive o sargento Francisco Monteiro de Albuquerque.

* * *

No *scout* "Bahia" era morto o 1.º Tenente Mario Alves de Souza. Tombaram vários marinheiros, sendo os corpos mandados para terra, numa lancha, em cujo bordo viajaram, também, engenheiros inglêses da firma construtora do "Minas Gerais", os quais, de acôrdo com o contrato, tinham que ficar dois anos a bordo, assegurando a garantia de funcionamento do sistema elétrico.

Um dos técnicos — Mr. Thompson — ao saltar no Cáis Faroux, abordado por um funcionário da Embaixada Inglêsa, exclamou:

— Que coisa maravilhosa!

Os despojos dos oficiais foram abandonados pelo Govêrno, permanecendo num saguão do Arsenal de Marinha, em condições humilhantes.

Êste detalhe revela o pânico de que estava tomado o Catete.

* * *

Depois que a guarnição do "São Paulo" teve aviso da sublevação do "Minas Gerais", levantou vivas à Liberdade e uma comissão de marinheiros procurou o oficial de quarto, 1.º Tenente Salustiano de Lemos Lessa, a quem comunicou a resolução tomada.

Ao oficial foi participado que a marinhagem não queria superiores a bordo, pedindo por isso que se retirassem. Foi declarado que nenhuma animosidade tinham com os seus chefes. Tratava-se de uma questão de princípios, isto é, a extinção da surra aviltante.

O Tte. Lemos Lessa conferenciou com os oficiais que se achavam a bordo e que eram os Capitães-Tenentes Torquato Junqueira e Motta Ferraz, Américo Salles de Carvalho e Paulo Rocha Fragoso.

A princípio houve divergência. Uns queriam resistir, entre êles, Sales de Carvalho, que foi abatido por um marujo.

Visto a situação tornar-se cada vez mais grave, resolveram vir para terra, sendo-lhes dispensada tôda consideração e proteção, o que vem evidenciar que não havia ódio dos marujos contra os oficiais.

O Tenente Lessa pediu então à guarnição, que procedesse com calma, pois, se o movimento fôsse criterioso, o Govêrno saberia fazer Justiça, e que não fizessem estragos no navio, que representava um forte elemento de defesa da Pátria, e bem assim, que evitassem o bombardeio à cidade, que só podia trazer calamidades.

Amotinados, à frente o cabo Gregório do Nascimento, que assumiu o comando do "São Paulo", prometeram atender ao pedido, dizendo que não tinham absolutamente más intenções. Queriam, sim, a abolição da chibata e melhor comida.

Ficaram a bordo, sob coação, os oficiais maquinistas julgados de indispensável necessidade, bem como os radiotelegrafistas, o que aconteceu no "Minas Gerais", "Bahia", e "Deodoro". Alguns fizeram causa comum com os amotinados, sendo de destacar o oficial maquinista Matias Bitencourt Carvalho, do "Minas Gerais", que contou com a ajuda forçada dos tenentes José Gomes do Couto e Antônio Daniel Mendes Filho. No "São Paulo" ficaram detidos os engenheiros maquinistas 1.º Tenente Juvenal de Lima Coelho, 2.ºs Tenentes Sylvio Fabrici, Abellard Santa Rosa Araújo e Rodrigo Ramos.

* * *

João Cândido, num relato simples, contou como deflagrou a revolta.

"Pensamos no dia 15 de Novembro. Acontece que caiu forte temporal sôbre a parada militar e o desfile naval. A marujada ficou cansada e muitos rapazes tiveram permissão para ir à terra. Ficou combinado, então, que a revolta seria entre 24 e 25. Mas o castigo de 250 chibatadas no Marcelino Rodrigues precipitou tudo. O Comitê Geral resolveu, por unanimidade, deflagrar o movimento no dia 22. O sinal seria a chamada da corneta das 22 horas. O "Minas Gerais", por ser muito grande, tinha todos os toques de comando repetidos na proa e pôpa. Naquela noite o clarim não pediria silêncio e sim combate. Cada um assumiu o seu pôsto e os oficiais de há muito já estavam presos em seus camarotes. Não houve afobação. Cada canhão ficou guarnecido por cinco marujos, com ordem de atirar para matar contra todo aquêle que tentasse impedir o levante.

Às 22h 50m, quando cessou a luta no convés, mandei disparar um tiro de canhão, sinal combinado para chamar à fala os navios comprometidos. Quem primeiro respondeu foi o "São Paulo", seguido do "Bahia". O "Deodoro", a princípio, ficou mudo. Ordenei que todos os holofotes iluminassem o Arsenal de Marinha, as praias e as fortalezas. Expedi um rádio para o Catete, informando que a Esquadra estava levantada para acabar com os castigos corporais.

Os mortos, na luta, foram guardados numa improvisada câmara mortuária e, no outro dia, manhã cedo, enviei os cadáveres para terra.

O resto foi rotina de um navio em guerra."

* * *

O Deputado Luís Adolfo, revoltado com o descaso do Govêrno pelos oficiais mortos, enterrados a toque de caixa, como se fôssem criminosos da pior espécie, da tribuna da Câmara Federal, denunciou:

"A Comissão nomeada para acompanhar à última morada os despojos mortais do Capitão-de-Mar-e-Guerra João Batista das Neves, comandante do encouraçado "Minas Gerais", e os dos seus companheiros oficiais da Armada e praças que pereceram a bordo do navio da Esquadra revoltada, cumpriu o seu penoso dever.

"Ao dar conta à Câmara dessa missão dolorosa, peço permissão para externar a profunda mágoa que o meu coração de brasileiro sentiu ao deparar na câmara mortuária, envolto ao lado dos heróis que caíram combatendo pela ordem, pela legalidade e pela dignidade das nossas instituições, um marinheiro pertencente ao número daqueles que concorreram para trucidar êsses mesmos oficiais.

"De modo que, perante o poder público desta República, tanto vale o homem que cai cumprindo o seu dever como o revoltoso que contribuiu para êste estado anárquico em que se debate a sociedade brasileira, para êsse estado de coação moral em que nós todos aqui nos achamos, ouvindo o troar da artilharia e o despejar para esta cidade, das munições de guerra que a Nação confiou a êsses homens para a defesa do País.

"E a minha indignação não foi só pelo fato de ser nivelado, o assassinado e o apóstolo do dever. A minha estranheza foi ver o poder público não tomar providência nenhuma, de maneira que êsses dignos oficiais que caíram cumprindo o seu dever, tivessem tido, por assim dizer, um entêrro feito à socapa, como malfeitores, se não fôra a intervenção de pessoas

caridosas como o Abade de São Bento, que desceu à sala mortuária, fazendo-a adornar, com ligeiros paramentos e encomendando, a pedido do Comandante Ferreira, os corpos que ali se achavam.

"A administração da Marinha, portou-se com um descaso extraordinário, deixando de dar àquele triste fato, naquela triste emergência, tôda a importância e valor que devia aos ilustres oficiais trucidados no cumprimento de seus deveres. Abandono absoluto, tirando cinco oficiais, amigos íntimos, pessoais, dos oficiais trucidados e com exceção dos poucos amigos civis que ali compareceram, a administração da Marinha brilhou pela ausência.

"Entretanto, o Exército fez-se representar. Ali contei o General Sousa Aguiar, o Major N. Teixeira e vi também uma banda de música do 13.° Batalhão de Cavalaria, do comando do Tenente-Coronel Joaquim Ignácio, a qual tocou uma marcha fúnebre quando o cadáver foi conduzido ao jazigo.

Êsse procedimento do poder público não tem absolutamente explicação no momento presente. Ou o Govêrno deve prestigiar aquêles que cumprem o seu dever, morrendo ao lado das instituições, decretando solenidades e pompas e honras aos homens que cumprem seus deveres ou o Govêrno mostra-se fraco e, nesse caso, dá origem a êsses fatos a que estamos assistindo, deprimentes da nossa civilização. E se o Govêrno tivesse cumprido, neste país, sua obrigação, os autores do bombardeio de Manaus não estariam passeando, impunemente, pelas ruas desta cidade, e nós não estaríamos talvez presenciando êstes fatos.

"Na culta França, quando o acidente do submarino "Pluviose" excitou o interêsse geral daquele país, todo o mundo se voltou para as providências empregadas no intuito de retirá-lo das profundezas do oceano, e o povo todo acompanhou as operações que se fizeram nesse sentido e quando conseguiram retirar os cadáveres, o Govêrno decretou solenes exéquias; porque eram homens que tinham caído mortos pelo seu dever e o Govêrno deve animar o culto do dever e do heroísmo. É o sentimento da pátria que deve inspirar a cada um dos cidadãos a não assistir com a indiferença com que se fêz, o sufrágio dos nossos oficiais."

* * *

A oração do Deputado Luís Adolfo, tão explorada pelos chamados civilistas, serviu para mostrar o quanto o Govêrno

estava tonto para dominar a situação. Com sete dias de Catete, o Marechal Hermes da Fonseca enfrentou uma revolta que, aos poucos, foi caindo na simpatia popular. O próprio Rui Barbosa, candidato derrotado, cabeça da oposição, declarou no Senado Federal:

— A marinhagem não obedece a outro intento senão o de melhorar a sua condição pecuniária e de se forrar ao suplício infamante da chibata.

O pânico já estava generalizado. Só num dia correram 12 composições especiais para Petrópolis, levando 3.000 pessoas. A fuga das famílias da Zona Sul para os subúrbios foi feita precipitadamente, ao longo da Avenida Central, enquanto os trens partiam superlotados.

A guarnição dos navios revoltados intimou as fortalezas de Santa Cruz, Laje e São João a não atirarem sôbre as belonaves, sob pena de serem as mesmas arrasadas.

Como naquelas praças de guerra os oficiais residiam com suas famílias, o comandante da Santa Cruz, aconselhou a retirada das mulheres e crianças.

Esta providência foi levada a efeito pelo rebocador "Paraná".

No cáis achavam-se os 1.º Delegado, Flôres da Cunha; Major Trajano Louzada, Inspetor da Polícia Marítima; Rodrigues da Silva, Inspetor da Guarda Civil, com seus auxiliares, sendo as famílias conduzidas para o saguão da Polícia Marítima.

No rebocador veio a espôsa do Tenente Cândido Moreira, que há cinco dias dera à luz a um menino, sendo transportada em uma cadeira de braço.

* * *

A noite caiu e a cidade conheceu um nôvo senhor, João Cândido, simples marinheiro.

As fortalezas não davam um pio. E o Govêrno, com vários generais e almirantes no ministério, tremia de mêdo diante do humilde marujo que tinha uma Esquadra revoltada, às suas ordens, pronto para tudo.

João Cândido, até então, obscuro, perdido na sordidez dos porões dos navios, passou a ser o símbolo de Liberdade de milhares de homens, com as carnes retalhadas pela chibata, e que comiam miseràvelmente, trabalhando como escravos. João Cândido era o árbitro de uma nação, exigindo leis de Humanidade ao Congresso Nacional. Ninguém quis ouvir os gemidos dos marinheiros açoitados. Agora os canhões davam ordens.

João Cândido, impávido, altaneiro, da tôrre de comando do "Minas Gerais", olhava a cidade que estava inteiramente à sua mercê. Dir-se-ia um almirante de verdade, ordenando manobras com precisão e elegância, a ponto de Gilberto Amado proclamar:

"Para êsses marinheiros não precisamos instrutores estrangeiros. João Cândido é formidável. Entre nós é excepcional um marujo que sabe navegar, dirigir um navio, fazer parnasianismos de manobra".

* * *

Da movimentação das belonaves diz um registro antigo:

"Em seguida à noitada prenhe de incertezas, em que os navios revoltados se confundiam para o observador de terra, em manchas de onde irradiavam as intensas projeções dos holofotes, de vez em quando um tiro estrondava, de origem incerta, ora do "Minas Gerais", que não parava em ancoradouro nenhum, espécie de fantasma, ora do "São Paulo", amarrado em frente ao cáis Pharoux ou dos couraçados "Floriano", "Deodoro", "Tymbira" e "Bahia".

Ao raiar do dia, o cruzador "Barroso" e o caça-torpedeiro "Tymbira" tentaram resistir à vertigem da revolta, tiroteando com o "Minas Gerais", que evoluiu, inquieto, vomitando ferro de vez em quando; poucos minutos depois os cruzadores ficaram mudos, dominados pelo formidável couraçado.

Às 5 horas da manhã o "São Paulo" estava ancorado próximo à ilha Fiscal e o "Minas Gerais" vizinho da fortaleza de Villegaignon, ambos aproando a terra; no intervalo, entre os dois "dreadnoughts", alinhavam-se o "Deodoro", "Floriano", "Primeiro de Março", "Benjamin Constant", "Bahia" e outros.

Atrás da ilha das Cobras, como que ameaçando-a, os contratorpedeiros, amontoavam-se, vigiando o movimento revoltoso de seus irmãos maiores, por êles reprovado.

Todos os navios referidos ostentavam a bandeira vermelha nos mastros, conservando o Pavilhão Nacional na proa, com exceção do "Barroso" e "Rio Grande do Sul", que desde cedo largaram-se dos seus ancoradouros no canal, indo amarrar no interior da baía, junto do Arsenal da Marinha, onde permaneceram até tarde.

A esquadrilha dos contratorpedeiros mexeu-se por sua vez, evoluindo, detendo-se, em seguida, no fundo da baía, ao largo do cáis do pôrto.

Quase às 6 horas houve outro movimento dos navios amarrados ao canal, entre a ilha Fiscal e a fortaleza de Villegaignon.

Os couraçados "Minas Gerais" e "São Paulo" e o *scout* "Bahia" sondaram o ânimo das fortalezas de Santa Cruz e Villegaignon e da ilha das Cobras, abrindo ligeiro fogo de artilharia contra elas. As fortalezas misteriosamente não deram sinal de si, conservando-se mudas como peixes...

Encorajados por essa disposição animadora, aquêles navios puseram-se em marcha, manobrando para o canal e aproando a barra. Na testa ia um encouraçado, seguindo-se-lhes o *scout* e o outro *dreadnought*.

Foi uma sortida magnífica pela disposição corretíssima da divisão revoltada, evoluindo com precisão, guardando distâncias regulares e rigorosas, mantendo marcha idêntida os três navios.

Fora da barra, a Esquadra evoluiu e virou de bordo, rumando de nôvo em direção à nossa baía, vindo o "São Paulo" na frente, o *scout* no centro e o "Minas Gerais" fechando a retaguarda da divisão.

O "São Paulo", passando por Villegaignon, lançou ferros, ancorando; o "Bahia" passou por êle, amarrando cêrca de duzentos metros, mais adiante, deixando o canal livre, por onde prosseguiu serenamente o "Minas Gerais", até além da ilha Fiscal. Nessa altura, o "Minas Gerais" ràpidamente rodou sôbre si mesmo, voltando até as vizinhanças do seu irmão "São Paulo", ficando parado por alguns momentos entre o "Bahia" e o "Deodoro". Tudo isto feito com mestria.

A reunião outra vez de todos os vasos revoltados acordou-lhes o prurido da provocação, sendo feitos por êles diversos tiros contra as fortalezas.

Mais ou menos nessa posição referida, permaneceram os navios. O "República", o "Floriano", o "Deodoro", o "Primeiro de Março" e o "Benjamin Constant", formando uma linha na praia de Santa Luzia até as vizinhanças da ilha Fiscal; o "São Paulo" no canal, ao lado do "Floriano" e "Deodoro"; o "Minas Gerais", junto da ilha Fiscal.

Mas o "Minas Gerais" e o "São Paulo" não paravam, evoluindo continuamente, como dois leões que percorressem sua jaula. Ora, o "Minas Gerais" vinha até junto do "São Paulo", retrocedendo, depois de voltear sôbre si mesmo, ao seu ponto de parada; ora o "São Paulo" entrava em direção ao fundo da baía, contramarchando em seguida.

E de vez em quando as sereias soltavam o seu grito lúgubre, vindo de sob as águas; os tiros continuavam, com inter-

mitência, disparados dos dois grandes couraçados e do "Bahia" e visando, principalmente, a ilha das Cobras que, aliás, nem por sombra os correspondia.

Os disparos, pela diferença dos estampidos, via-se que eram partidos dos canhões de médio e mínimo calibres. Por vêzes misturava-se a fuzilaria, esta contra Niterói.

Constantemente os navios trocavam sinais, ora pelos gritos de sereias, ora com flâmulas. A bandeira vermelha em todos os navios, estava a meio pau, em sinal de pesar pelos companheiros mortos na luta. Mais de vinte marinheiros tombaram na refrega.

Por meio de óculos de alcance, podia-se observar muita coisa do que se passava a bordo das unidades da Esquadra revoltada.

No "São Paulo" e no "Minas Gerais" viam-se as guarnições duplicadas pelos reforços idos de outros navios, relativamente calmos. Os marinheiros jaziam deitados na coberta, uns, outros de pé, em grupos tranqüilos, palestrando. Sôbre as tôrres, cavalgando os canhões, na ponte de comando, recostados na amurada, os marinheiros pareciam em expectativa. Um ou outro assestava binóculo para a terra, deliciando-se com o espetáculo dos morros apinhados de povo, assim como os cais e praias.

A noitada fôra rude e os cabecilhas compreenderam que era preciso amenizar os trabalhos de bordo, a fim de a maruja não se cansar ou ficar cheia de tédio; nesse sentido, foram dados toques de charanga, que se reuniram, enchendo os ares com os compassos de maxixes...

* * *

O Senador Pinheiro Machado, que tentava transformar o Brasil numa fazenda de sua propriedade, quando compreendeu que a Marinha e o Exército estavam imobilizados diante da capacidade de fogo da Esquadra em poder de João Cândido, — que só quis quatro belonaves: "Minas Gerais", "São Paulo", "Bahia" e "Deodoro" — começou a agir às claras.

Dos outros vasos-de-guerra que aderiram ao levante, João Cândido retirou as tripulações, espalhando-as pelos quatro navios, cujas corporações estavam reduzidas à metade. Apenas a do "São Paulo" aparecia mais ou menos completa, já que deveria zarpar, no outro dia, para Santos, onde receberia uma Bandeira do Brasil, oferecida pelas damas de São Paulo.

Era o seguinte o comando da Fôrça Naval, reunido no gabinete do Ministro da Marinha para estudar a gravidade da situação. Divisão de couraçados: "São Paulo", "Minas Gerais," Contra-Almirante Francisco Gavião Pereira Pequeno. Divisão de Contra-Torpedeiros: "Alagoas", "Amazonas", "Pará", "Piauí", "Rio Grande do Norte", "Paraíba", "Santa Catarina" e "Mato Grosso", Capitão-de-Mar-e-Guerra João de Andrade Leite. Divisão de cruzadores: "Bahia", "Rio Grande do Sul", "Deodoro", "Barroso", "Tamoio" e "Timbira", Capitão-de-Mar-e-Guerra, Manoel Ignácio Belfort Vieira.

* * *

Homem prático, acostumado a jogar com números certos, Pinheiro Machado convidou o Deputado Federal pelo Rio Grande do Sul, o Comandante de Marinha José Carlos Carvalho para ir parlamentar com os marujos, em nome do Govêrno, no dia imediato à deflagração do motim. Era a anistia à vista.

O depoimento do parlamentar estarreceu a Nação. A Câmara Federal, num silêncio sepulcral, ouviu o relatório do Embaixador da Paz, uma página que encheu de orgulho a marujada rebelde. O Sr. José Carlos Carvalho, que foi a bordo das belonaves, com o seu uniforme de gala, chapeu armado, sobrecasaca, sendo recebido com as honras de estilo, assim começou:

— Sr. Presidente. V. Excia. deve compreender a situação angustiosa que me traz nesse momento à presença de V. Excia.; a Câmara e o País podem sentir, com tanta sinceridade como eu agora sinto, êstes desagradáveis e desastrosos acontecimentos, que tanto comprometem a República e a minha querida corporação — Armada Nacional. Fui procurado em minha casa pelo ilustre Dr. Rodolpho de Miranda, que ia da parte do meu chefe e estremecido amigo, o Sr. General Pinheiro Machado, dizer-me o que havia chegado ao seu conhecimento acêrca do gravíssimo fato, que a Câmara também sabe agora, por informações da imprensa.

"O Sr. General Pinheiro Machado era de opinião que eu fôsse oficiosamente a bordo dos couraçados "Minas Gerais" e "São Paulo" e demais navios que estavam revoltados, para saber o que havia de real e o que era necessário fazer-se para sair-se de tão inesperada e aflitiva situação.

"Declarei imediatamente que estava pronto para cumprir as ordens de meu chefe e amigo, tanto mais honroso para mim êsse dever, que importava em servir à minha classe, à Repúbli-

ca e ao Marechal Hermes, que agora iniciava as responsabilidades de seu govêrno.

"Fardei-me e dirigi-me em seguida para o Arsenal de Marinha, na companhia do Dr. Rodolpho de Miranda.

"Aí vi, na sala da ordem, o cadáver do valoroso comandante do "Minas Gerais", sacriificado a golpes de machadinha, quando procurava conter a maruja amotinada. Flanqueando o ilustre morto, estavam outros corpos de oficiais caídos na luta pelo cumprimento do dever, e alguns cadáveres de marinheiros que haviam sido fiéis aos seus superiores.

"Dizer como encontrei o Arsenal de Marinha, seria descrever um quadro feio, de que o momento não aconselha que nos ocupemos, tratando de coisas que nos podem entristecer ainda mais do que a revolta dos marinheiros, que já tanto nos aflige e compromete a administração da Marinha.

"Dificilmente encontrei uma lancha decente para me conduzir a bordo do couraçado "Minas Gerais", e quando pedi uma bandeira branca, deram-me um lençol que acabava de servir a um dos marinheiros mortos, então recolhidos à casa da ordem do Arsenal.

"Arvorei êsse lençol na proa da lancha e segui para bordo do "Minas Gerais".

"Em viagem, encontrei uma embarcação mercante que vinha daquele couraçado, trazendo um emissário. Fiz atracar a lancha, e do emissário recebi um ofício, destinado ao Sr. Presidente da República. Guardei êsse ofício para ser por mim entregue a S. Excia. e dirigi-me, então, para bordo do "São Paulo", que me chamava à fala.

"Logo que fui reconhecido, a sua guarnição formou, permitindo a minha entrada. Uma vez a bordo e recebido com tôdas as honras, perguntei quem se responsabilizava por aquêles atos.

"Responderam-me: "Todos!" e um dêles acrescentou:

"Navios poderosos como êstes não podem ser tratados, nem conservados, por meia dúzia de marinheiros que estão a bordo; o trabalho é redobrado, a alimentação é péssima e mal feita e os castigos aumentam desbragadamente. Estamos em um verdadeiro momento de desespêro: sem comida, muito trabalho e as nossas carnes rasgadas pelos castigos corporais, que chegam à crueldade. Não nos incomodamos com o aumento dos nossos vencimentos, porque um marinheiro nacional nunca trocou por dinheiro o cumprimento de seu dever e os seus serviços à Pátria."

"Nessa ocasião, do "Minas Gerais", perguntaram, pelo telégrafo, quem estava a bordo do "São Paulo". Responderam

que era o comandante José Carlos. Pediram que queriam me ver. Despedi-me da guarnição do "São Paulo", recebendo dela tôdas as continências e seguranças de que seriam fiéis ao Govêrno do Marechal Hermes. A bordo do "Minas Gerais" fui recebido com tôdas as honras.

"Aí encontrei a sua guarnição muito exaltada e resolvida à resistência, caso não fôssem atendidas as suas reclamações.

"E para que eu me certificasse da justiça da reclamação, pediram-me para passar mostra ao navio, a fim de ter a certeza de que tudo estava em ordem. "Nada queremos — disseram-me os marinheiros — senão que nos aliviem dos castigos corporais, que são bárbaros, que nos dêem meios para trabalhar, compatíveis com as nossas fôrças. V. S.ª pode percorrer o navio, para ver como êle está todo em ordem, e até o nosso escrúpulo, Sr. Comandante, chegou a êste ponto: ali estão guardando o cofre de bordo quatro praças, com as armas embaladas; para nós, aquilo é sagrado. Só queremos que o Sr. Presidente da República nos dê liberdade, abolindo os castigos bárbaros que sofremos, dando-nos alimentação regular e folga no serviço. V. S.ª vai ver se nós temos ou não razão."

"Mandaram vir à minha presença uma praça que tinha sido castigada de véspera. Examinei essa praça e trouxe-a comigo para terra, para ser recolhida ao Hospital da Marinha. Sr. Presidente, as costas dêsse marinheiro assemelhavam-se a uma taínha lanhada para ser salgada.

"Perguntei se havia feridos ou mortos a bordo. Responderam que havia um oficial agonizando, um 2.º tenente, cujo nome não me souberam informar.

"Perguntei-lhes ainda o que queriam, e me responderam:

— O mesmo que pede a guarnição do "São Paulo", e no ofício que mandamos pelo nosso emissário ao Sr. Marechal Presidente da República, pedimos o perdão pela falta que praticámos levados pela alucinação a que chegámos pelos castigos bárbaros que recebemos, todos os dias, e a posição desesperada em que nos colocaram. Fizemos tudo isto porque basta de sofrer e não sabemos ainda o que faremos."

"Retirei-me de bordo do "Minas Gerais", trazendo ao Sr. Presidente da República estas informações e fazendo-lhe entrega do ofício que a êle era dirigido pela guarnição daquele couraçado.

"Saltei no Arsenal de Marinha, e ao oficial de serviço entreguei a praça que havia sido chibatada a bordo e precisava ser recolhida ao hospital. Em seguida, fui para o Palácio do Catete, onde encontrei o Sr. Presidente da República com seus

ministros, a quem dei contas da incumbência que me levara a bordo dos couraçados "Minas Gerais" e "São Paulo".

"Desta simples exposição, a Câmara bem pode compreender a gravidade da situação e medir devidamente as responsabilidades que pesarão sôbre o Congresso Nacional, por qualquer ato que tenha de praticar, levado pelas exigências do momento.

"A gente que está a bordo é capaz de tudo, quando os chefes e marinheiros são indivíduos alucinados pela desgraça em que caíram. Acredito que o Govêrno vai agir como lhe impõem o dever, a dignidade e o respeito que todos nós devemos à República, ainda que tenhamos de lamentar perdas enormes e registrar sacrifícios sem conta.

"Não sei o que aquela gente vai fazer, mas, pelo que pude depreender da exaltação dos ânimos e planos dos chefes, a situação é gravíssima.

PEDRO MOACYR — V. Excia. viu oficiais de Marinha a bordo?

JOSÉ CARLOS — Nenhum; não há um só oficial a bordo. Os que lá ficaram, foram trucidados, seus corpos estão depositados em câmara ardente, no Arsenal de Marinha e outros estão extraviados.

ALCINDO GUANABARA — Como se moveram os navios?

JOSÉ CARLOS — Estão-se movendo com precisão nas manobras; há maquinistas a bordo; os navios não estão abandonados, estão prontos para entrarem em ação, ao primeiro sinal que partir, do navio-chefe "Minas Gerais". Para eu atracar ao "Minas Gerais" e ao "São Paulo", que já estavam em movimento, foi preciso que parassem as máquinas. A artilharia está tôda funcionando bem.

TORQUATO MOREIRA — Quantos são os navios revoltados?

JOSÉ CARLOS — São todos.

TORQUATO MOREIRA — Inclusive os torpedeiros?

JOSÉ CARLOS — Todos os navios; os torpedeiros estão de fora. Os dois navios grandes, segundo fui informado, vão fazer-se ao mar, vão para fora da barra esperar os acontecimentos. Eu não posso ir além do que tenho dito à Câmara e já disse ao Govêrno. Nem me cabe dar planos de combate, nem conselhos, porque esta não foi a comissão que me confiaram, e não estou autorizado para tanto.

"O Govêrno tomará as providências que o caso pede e o seu patriotismo e saber aconselharem. Não tenho por costume oferecer-me e muito menos pedir missões de confiança. Quan-

do sou chamado para desempenhar alguma comissão dêsse gênero, se me julgo capaz de a cumprir, recebo essa distinção com desvanecimento; se vejo, porém, que a comissão está acima das minhas fôrças e capacidade, declino da honra, com sincero reconhecimento. Êste é um dos casos; não me ofereci para ir a bordo dos couraçados revoltados: o meu chefe político, Sr. General Pinheiro Machado, entendeu que eu devia ir a bordo: fui e aqui estou, dizendo à Câmara o resultado dessa honrosa comissão.

"Quando o Govêrno precisar de mim, êle designará o pôsto que devo ocupar; nunca esquivei-me a tomar a posição que o meu patriotismo, o meu desinterêsse pessoal e as necessidades da República reclamam.

"Trago, apenas, estas informações à Câmara; o mais, o Govêrno comunicará pelos processos regulares.

"Assim, não me compete senão ser portador dêstes esclarecimentos, para que a Câmara fique sabedora da situação exata e penosa em que nos achamos."

* * *

A atitude do Comandante José Carlos de Carvalho, tido e havido como homem de bem, não agradou aos seus colegas da Marinha, sendo alvo de críticas as mais desairosas, chamaram-no, até, de Carvalho moleque...

— Não teve pejo em apertar as mãos dos assassinos dos seus colegas — disse um almirante.

Alguns deputados pediram em vão para ler o memorial enviado pelos rebeldes ao Presidente da República, documento que, aliás, não foi publicado. Divulgo-o, agora, cedido pelo Vice-Almirante César Augusto Machado da Fonseca, Diretor do Serviço de Documentação da Marinha, o meu ídolo, na juventude, no Ceará, no comando da Escola de Aprendizes-Marinheiros...

"Rio de Janeiro, 22 de Novembro de 1910.

"Ilmo. e Exmo. Sr. Presidente da República Brasileira.

"Cumpre-nos, comunicar a V. Excia. como Chefe da Nação Brasileira:

"Nós, marinheiros, cidadãos brasileiros e republicanos, não podendo mais suportar a escravidão na Marinha Brasileira, a falta de proteção que a Pátria nos dá; e até então não nos chegou; rompemos o negro véu, que nos cobria aos olhos do patriótico e enganado povo.

"Achando-se todos os navios em nosso poder, tendo a seu bordo prisioneiros todos os Oficiais, os quais, têem sido

os causadores da Marinha Brasileira não ser grandiosa, porque durante vinte anos de República ainda não foi bastante para tratar-nos como cidadãos fardados em defesa da Pátria, mandamos esta honrada mensagem para que V. Excia. faça aos Marinheiros Brasileiros possuirmos os direitos sagrados que as leis da República nos facilita, acabando com a desordem e nos dando outros gozos que venham engrandecer a Marinha Brasileira; bem assim como: retirar os oficiais incompetentes e indignos de servir a Nação Brasileira. Reformar o Código Imoral e Vergonhoso que nos rege, a fim de que desapareça a chibata, o bôlo, e outros castigos semelhantes; aumentar o nosso soldo pelos últimos planos do ilustre Senador José Carlos de Carvalho, educar os marinheiros que não têm competência para vestir a orgulhosa farda, mandar pôr em vigor a tabela de serviço diário, que a acompanha.

"Tem V. Excia. o prazo de 12 horas, para mandar-nos a resposta satisfatória, sob pena de ver a Pátria aniquilada. — Bordo do Encouraçado "São Paulo", em 22 de Novembro de 1910. Nota: Não poderá ser interrompida a ida e volta do mensageiro. — *Marinheiro.*"

Esta mensagem, cujo *fac-simile* aparece no corpo do livro, não resta dúvida, foi escrita com grande preparação. Ninguém, ao iniciar uma revolta, teria a calma necessária para redigir um documento desta natureza, numa caligrafia perfeita, sem rascunho de espécie alguma. A data de 22 de novembro é um indício, quando é sabido que o movimento estourou cêrca das 23 horas daquele dia.

Há uma singular coincidência. Os revoltosos pedem a melhoria do soldo dentro dos planos "do Illmo. Senador José Carlos de Carvalho," o mesmo cidadão que serviu de emissário do Catete junto aos amotinados. Há outra circunstância. Não havia nenhum oficial combatente prêso a bordo. O único marinheiro capaz de redigir a proclamação era Francisco Dias Martins, o "Mão Negra" das cartas ameaçadoras endereçadas ao comandante do "Bahia", a cuja tripulação pertencia. É sabido que Dias Martins tinha o curso secundário, descendia de tradicional família cearense e, durante algum tempo, foi presidente de um grêmio literário de marujos do "Bahia", sendo o orador nos dias de festas.

João Cândido, homem de poucas letras, com caligrafia ruim, é que não podia ser o autor do documento. Acresce, ainda, a circunstância de João Cândido não ter uma falangeta do dedo indicador na mão direita, em virtude da amputação traumática, quando carregara um canhão, dai a sua letra ser

Rio de Janeiro 22 de Novembro de 1910.

Illmo e Exmo Sr. —
Prezidente da Republica Brazileira.

Cumpre-nos, comunicar a V. Exa. como chefe da Nação Brazileira:
Nós Marinheiros, cidadãos brazileiros e republicanos, não podendo mais suportar a escravidão na Marinha Brazileira, a falta de protecção que a patria nos dá; e até então não nos chegou: rompemos o negro véo, que nos cobria aos olhos do patriotico e enganado povo.
Achando-se todos os navios em nosso poder, tendo ao seu bordo presioneiros todos os officiaes os quaes teem sido os causadores da Marinha Brazileira não ser grandioza, porque durante vinte annos de Republica ainda não foi bastante para tratamos como cidadãos fardados em defeza da patria, mandamos esta honrada mensagem para que V. Exa. faça nós Marinheiros Brazi-

Ultimato dos marujos rebeldes ao Presidente da República, Marechal Hermes da Fonseca, enviado de bordo do couraçado "São Paulo"

leiros possuirmos os direitos sagra-
dos que as leis da Republica nos
faculta, acabando com as desor-
dens, e nos dando outros gosos que
venham engradecer a Marinha
Brazileira; bem assim como: reti-
rar os officiaes incompetentes e indi-
gnos de servirem a Nação Bra-
zileira, reformar o Codigo immoral
e vergonhoso, que nos rege, affim
de que desappareça a chibata, o bol-
lo e outros castigos similhantes; au-
gmentar o nosso soldo pelos ultimos
planos do Ill.mo Senador José Carlos
de Carvalho, educar os Marinheiros
que não teem competencia para
vestirem a orgulhosa farda, man-
dar por em vigor a tabella de servi-
ço diario, que a acompanha.
Tem V. Ex.a o prazo de doze (12)
horas para mandar-nos a respos-
ta satisfactoria, sob pena de ver a
patria aniquilada.

Bordo do Encouraçado "S. Pau-
lo" em 22 de Novembro de 1910.

Nota — não poderá ser interrom-
pida a ida e volta do men-
sageiro.

Marinheiros.

Final do ultimato enviado pelos marujos revoltados ao Presidente da República, documento que figura numa publicação editada pelo Arquivo Naval.

defeituosa. Dias Martins foi o cérebro. João Cândido, a ação. Um homem que recebeu uma missão e soube cumpri-la à altura dos acontecimentos. Um homem talhado para agir num momento decisivo.

* * *

O Ministério foi chamado mais uma vez ao Catete para estudar a situação. É evidente que a reunião foi antes da chegada do Comandante José Carlos de Carvalho, que estêve a bordo do "Minas Gerais" e "São Paulo". O primeiro a entrar foi o General Dantas Barreto, da Guerra, seguindo-se J. J. Seabra, da Viação; Francisco Sales, da Fazenda; Rio Branco, das Relações Exteriores; Almirante Joaquim Marques Batista Leão, da Marinha; Pedro Toledo, da Agricultura; Rivadávia Corrêa, da Justiça.

O General Bento Ribeiro, Prefeito, e Belisário Távora, Chefe de Polícia, também deram sugestões. Foi distribuída longa nota à imprensa, com os seguintes itens:

1.º — Que as autoridades não consintam no desembarque de marinheiros no litoral, com exceção no Arsenal de Marinha.

2.º — Não responder a nenhum radiograma dos rebeldes.

3.º — Se os rebeldes não se renderem, mandará torpedear os navios revoltados.

E os revolucionários responderam:

"Não queremos fazer mal a ninguém, porém, não queremos mais a chibata."

O Ministério da Marinha captou êste rádio do "São Paulo" para o "Minas Gerais":

"Não se afobem."

A notícia de que o Govêrno ia bombardear a Esquadra foi, sem dúvida, uma sondagem. Um balão de ensaio que provocou efeito contrário, inclusive pânico na população. Anunciou-se, até em boletins, que o Marechal Hermes da Fonseca dera ordens para que as baterias de terra rompessem hostilidades contra os navios insubordinados, assim que êles assomassem à barra.

O Chefe de Polícia do Distrito Federal, em face da onda de boatos, aconselhou a maior calma, terminando com a seguinte proclamação, confissão plena de fraqueza e de incapacidade do Catete para dominar a intentona:

"O Govêrno não tenciona absolutamente iniciar bombardeio contra os navios revoltados e, pois, não autoriza a afirmação feita em boletins distribuídos esta manhã e pela

qual estaria disposto a fazê-lo e bem assim aconselharia aos habitantes desta cidade a retirada imediata.

"Êsse seu modo de ver tanto mais se justifica quanto é certo que aguarda a solução que ao caso procura dar o Congresso Nacional.

"Não existe, portanto, razão para o desusado pânico que se estabeleceu no seio da população alarmada pela injustificada iminência de acontecimentos graves.

"Tudo faz crer que será evitado o bombardeio da cidade e se normalize dentro de curto prazo a situação criada pelas guarnições navais revoltadas".

* * *

A nota oficial foi respondida pelos rebeldes, pelo rádio. Conservo a redação:

"Ao Povo e ao Chefe da Nação. Os marinheiros do "Minas Gerais", do "São Paulo", "Bahia", "Deodoro" e mais navios de guerra vistos no pôrto, com a bandeira encarnada, não têm outro intuito que não seja o de ver abolido das nossas corporações armadas o uso infamante da chibata que avilta o cidadão e abate os caracteres. A resolução de içarem no mastro dos navios as bandeiras encarnadas e de se revoltarem contra o procedimento de alguns comandantes e oficiais só foi levada a efeito depois de terem reclamado, por vêzes, insistentemente, contra êsses maus tratos, contra o excesso de trabalho a bordo e pela mais absoluta falta de consideração com que sempre foram tratados.

"Do Chefe da Nação, o ilustre Marechal Hermes da Fonseca, cujo govêrno os marinheiros desejam seja coroado pela paz e pelo mais inexcedível brilho, só desejam os reclamantes a anistia geral, a abolição completa dos castigos corporais para engrandecimento moral das nossas classes armadas.

"Os marinheiros lamentam que êste acontecimento se houvesse dado no comêço da presidência de S. Excia. o Sr. Marechal Hermes da Fonseca, a quem a guarnição do "São Paulo" é especialmente simpática.

"Ao Povo Brasileiro os marinheiros pedem que olhem a sua causa com a simpatia que merece, pois nunca foi seu intuito tentar contra as vidas da população laboriosa do Rio de Janeiro.

"Só em última emergência, quando atacados ou de todo perdidos, os marinheiros agirão em sua defesa. Esperam,

entretanto, que o Govêrno da República se resolva a agir com Humanidade e Justiça.

Os marinheiros da Armada Brasileira."

* * *

A outra proclamação:

"Ao Ministro da Marinha Brasileira. — Temos a honra de, com o maior sacrifício, implorar de S. Excia. a Liberdade, pois nada mais nos aflige do que passar pelas decepções que continuadamente temos sido alvo e acabar por completo com estas infâmias a que ninguém nos dá direito, temos a tristeza de escolhermos êstes têrmos tão desastrosos em nosso procedimento.

"Por isto pedimos a V. Excia. abolir o castigo da chibata e os demais bárbaros castigos pelo direito da nossa liberdade, a fim de que a Marinha Brasileira seja uma Armada de cidadãos e não uma fazenda de escravos que só têm dos seus senhores o direito de serem chicoteados.

"Na Marinha Brasileira de há tempos já andávamos prevenidos para demonstrar que na Marinha atual não eram precisos a chibata e nem os castigos violentos de que temos sido vítimas, para sermos bons marinheiros e para isto damos prova de que basta V. Excia. dar um golpe de vista pelas contínuas reclamações que sempre temos feito implorando aos comandantes, ao ministério e, enfim, até às redações dos jornais. Chegámos a rogar-vos que acabasse com êsses castigos bárbaros, essas violências e enfim, tôdas essas infâmias que só fazem manchar e desgostar o bom andamento e união da Marinha Brasileira.

"Chegamos até o último extremo — que a paciência nos levou, e, por isso, convencidos de que não eramos atendidos, fomos obrigados a mandar uma circular a todos os navios da nossa esquadra, declarando a todos que a Marinha carecia de união e lealdade, a fim de, com um pouco de heroísmo, acharmos de comum acôrdo obter a nossa liberdade e o nosso direito e retirar esta dinastia, sendo que, se possível fôsse, resistíamos até perder a última gôta de sangue, mas conquistávamos o nosso bom-senso. Esta circular, distribuída, há dias, na nossa Esquadra, tinha por sinal que o primeiro navio que comandante ou oficial qualquer usasse de bárbaros castigos se fizesse revoltoso e contasse com tôdas as almas, reunidos em um só corpo. E, por isso, foi esta a causa do fato que nos levou a êste procedimento, logo que soubemos

que a bordo do "Minas Gerais" na noite de 21 do corrente, era castigado bàrbaramente um dos nossos companheiros. Tramou-se o deflagrar da revolução, e, por isso, somos obrigados a dizer a V. Excia. que a Marinha Brasileira se achava resolvida a aceitar a paz pela seguinte maneira: que o Sr. Presidente da República, venha em pessoa, com uma comissão de Senadores e Deputados, a fim de que S. Excia., com esta comissão, lavre o têrmo de paz pela seguinte maneira: por decreto do Sr. Presidente da República ficam abolidos os castigos corporais na Marinha, como também não hajam direitos de oficiais e inferiores maltratarem praças com palavras agravantes, como por decreto do Sr. Presidente, ficam perdoados todos os marinheiros que fizeram a revolta.

"Confiante na pessoa de V. Excia. a marujada faz-se humilde aos vossos pés, mas não se descuidando, desta data em diante, de andarmos prevenidos para uma outra ocasião, quando forem violados nossos direitos, bem como pedimos que nesses direitos o marinheiro tem por fim de proceder com a melhor forma de correção.

"Outrossim a Marinha pede a garantia de todos os revoltosos e que nenhum castigo soframos depois da nossa entrega.

"Em nome da Marinha Brasileira, somos de S. Excia. humildes subordinados — Saúde e fraternidade. Os marinheiros revoltados."

* * *

A guarnição do "São Paulo", realmente, era da estima do Presidente da República. Foi pacífica a primeira missão confiada ao "São Paulo". Nele viajou, de volta ao Brasil, o presidente eleito, Marechal Hermes da Fonseca, que se encontrava na França. Rumando do pôrto inglês para Cherburgo, ali se demorou até o dia 27 de setembro de 1910, quando recebeu a bordo o nôvo presidente eleito no pleito de 1.º de março de 1910. Nesta sua primeira viagem o encouraçado tocou, apenas, em Lisboa e São Vicente, chegando ao Rio, às 13 horas do dia 25 de outubro de 1910. Comandava-o o Capitão-de-Mar-e-Guerra Francisco Marques Pereira e Sousa.

* * *

O aspecto da baía, ao entardecer, era como se nada houvesse de anormal. Tinha-se a impressão de uma paz absoluta.

Apenas quatro belonaves estavam fundeadas no chamado poço; o "Benjamin Constant", junto à ilha Fiscal; o "Primeiro

de Março", em frente ao cáis Pharoux; o "Floriano", ao lado do Mercado Nôvo, e o "República", próximo do antigo Arsenal de Guerra.

A bordo, apenas, dez ou quinze marinheiros que de vez em quando apareciam nas amuradas. O resto da tripulação estava distribuida pelos navios, sob o comando de João Cândido.

A bordo do "Deodoro" se distinguia a bandeira da revolta, não se notando o menor movimento de vida.

Em bóias mais distantes, os rebeldes amarraram duas lanchas do "São Paulo" e "Minas Gerais".

No ancoradouro, os navios fiéis ao Govêrno, o *scout* "Rio Grande do Sul", o "Barroso" e a divisão de destróires. Fora da barra, fronteira à Copacabana, nas imediações da ilha Rasa e em constante movimento, os navios tripulados pela marinhagem: os "dreadnoughts" "São Paulo" e "Minas Gerais", o *scout* "Bahia".

As barcas de água do serviço dos navios da Esquadra foram intimadas a abastecerem as belonaves sublevadas.

A número 1, destinada à ilha das Enxadas, perseguida pelo "Bahia", foi obrigada a retroceder, conseguindo, porém, fornecer água ao cruzador português "Adamastor".

Mais tarde, devido às ameaças dos rebeldes, a "Iguaçu" foi levar água aos amotinados.

João Cândido, da tôrre do "Minas Gerais", envergando um uniforme branco de marinheiro bastante rôto, gorro de pano, um pé num chinelo e outro numa reiúna, com o seu inseparável lenço de sêda vermelha ao pescoço, único distintivo que o diferenciava do resto da marujada, desconfiando que o líquido estivesse envenenado, chamou o mestre da "Iguaçu" e mandou que êle provasse a água, juntamente com tôda a tripulação da barca.

* * *

O Govêrno estava diante de uma situação de fato. Não tinha fôrça para dominar o motim e, muito menos, prestígio popular para enfrentar a revolta, como aconteceu com Floriano Peixoto, em setembro de 1893, ante a sublevação da Esquadra, com Custódio José de Melo, Alexandrino de Alencar e, posteriormente, Saldanha da Gama.

Do comando do "Aquidaban", Custódio José de Melo desfraldou o pavilhão de revolta, com a adesão do "República", "Iguatemí", "Marcilio Dias" e outros, num total de 1.200 homens.

Saldanha da Gama, diretor da Escola Naval, uma das glórias da Marinha, lançou uma proclamação de apoio aos rebeldes, em Dezembro de 1893. A êste manifesto o Marechal Floriano Peixoto respondeu com um decreto, apontando-o como desertor e traidor da Pátria.

E na Câmara dos Deputados, o Sr. Nilo Peçanha apresentou um projeto considerando piratas os navios amotinados, assegurando às Esquadras de potências estrangeiras o direito de aprisionar os referidos vasos-de-guerra, juntamente com as tripulações. Foi quando um insolente comandante perguntou a Floriano Peixoto como receberia a intervenção do seu país, para proteger estrangeiros residentes no Rio.

"A bala!" — foi a resposta que, atualizada aos dias de hoje, no Brasil, pode ser dada a qualquer nação que pense em intervir nas nossas questões. E acrescentou:

— Varrerei com metralhadoras a marinhagem que desembarcar!

Na Guanabara estavam cinco navios de guerra dos Estados Unidos, dois da Inglaterra, dois de Portugal e um da França.

Em 1893 a revolta da Esquadra foi puramente política. O próprio Almirante Custódio José de Melo, como Ministro da Marinha, de Floriano Peixoto, em 1892, assinou o decreto que levou ao destêrro dezenas de brasileiros ilustres. Por fim, os rebeldes, à frente o Almirante Saldanha da Gama, procuraram asilo no navio português "Mindelo". E quem serviu de elemento de ligação entre os revoltosos e o comandante do "Mindelo"? O Tenente Gago Coutinho, de quem ouvi, meio século depois, a narrativa da revolução contra o bravo Marechal-de-Ferro. As corvetas "Mindelo" e "Afonso Albuquerque" conduziram centenas de revolucionários para o pôrto de Montevidéu, de onde se transportaram para o Rio Grande do Sul, fazendo junção com o resto da Esquadra sublevada. Outros rebeldes foram conduzidos a Portugal, onde foram ilegalmente internados e insultados, provocando veemente protesto de Rui Barbosa lá exilado. Foi êste incidente que motivou a saída de Rui Barbosa de Portugal.

A revolta contra Floriano durou de setembro de 1893 a março de 1894.

* * *

Com João Cândido, almirante por cinco dias, negro, gente do povo, a história era outra. Não havia politica na sua insurreição. Não existia nenhum interêsse em busca de uma boa posição na vida. Reclamava, apenas, o direito de viver

com dignidade, sem rêlho, comida farta e sadia, enfim, vida de gente. Não bombardeou uma só vez a cidade. A bomba que caiu sôbre o pardieiro na Rua da Misericórdia 16, quando o alvo era o Arsenal de Marinha, matando duas crianças — disse-me João Cândido — "Foi uma desgraça! Do miserável sôldo que recebíamos, arranjamos duzentos mil réis e mandamos à família para fazer o entêrro dos meninos."

É certo que granadas isoladas atingiram a cidade, causando mortos e feridos.

* * *

É claro que a atitude do Marechal Hermes da Fonseca, não oferecendo combate aos amotinados, desagradou profundamente aos oficiais de Marinha.

A divisão de contratorpedeiros fiel ao Govêrno ficou pronta para entrar em ação juntamente com os navios "Rio Grande do Sul", "Timbira", "Barroso", "Goyaz", "Tamandaré" e outros, num total de 2.630 homens contra 2.379 rebeldes, porém, os últimos com absoluta supremacia de fogo.

Os contratorpedeiros eram comandados pelos capitães-de-corveta: Luiz Lopes da Cruz, "Santa Catarina"; Aristides Mascarenhas, "Pará"; Alvarim Costa, "Mato Grosso"; José Isaias de Noronha, "Piauí"; Melo Pinna, "Alagoas"; Severino Maia, "Rio Grande do Norte"; Varella Quadros, "Paraíba"; Arthur Thompson, "Amazonas" e outros.

Foram ao Ministro da Marinha e manifestaram o desejo de lutar contra os rebeldes, indo atacá-los a qualquer preço. Nesse sentido a "Revista Marítima Brasileira", último trimestre de 1949, publicou longo trabalho, de que se tirou separata.

O historiador Roberto de Barros revelou, por sua vez, no "Correio da Manhã", de 24 de novembro de 1949, fatos até então desconhecidos do público:

"O insólito surto de rebeldia desorientara a todos no princípio, mas a seguir, num clarão de esperanças, o espírito de reação se erigira como diretiva impecável da honra militar. Esposou-se, então, o planejamento do contra-ataque. A flotilha de destróieres no fundo da baía, acautelada na ilegalidade, embora sem guarnições, seria o fulcro da resistência. Simulando uma revolta, içando a bandeira vermelha inteiramente guarnecida por oficiais adrede preparados essa flotilha deveria fazer uma marcha de aproximação sorrateira e hábil, despejando sôbre os mastodontes couraçados, em momento oportuno, o golpe pleno de suas baterias torpedicas.

"É evidente que esta solução não tinha o aspecto elegante de um problema de geometria de guerra traçado com tranqüilidade numa prancheta de desenho, mas era a forma prática acessível, de levar à consciência de todos os brasileiros, a noção de que a oficialidade do mar estava à altura do cumprimento dos seus deveres, em face da lei e do princípio da autoridade.

"Inúmeros oficiais acorreram, com entusiasmo, para a emprêsa difícil; havia, porém, carência de foguistas para as máquinas dos destróieres.

"Pensou-se no pessoal do fogo do Lóide Brasileiro e o Almirante Leão, Ministro da Marinha, delegou-me podêres para entrar em entendimento com o diretor da companhia, que assegurou, sem hesitar, que os seus subordinados estariam à disposição da legalidade.

"Depois cogitou-se do comando da flotilha suicida. Os laços afetivos que me ligavam ao Ministro da Marinha, levaram-me a sugerir um nome.

"Conhecedor da bravura individual, do brio militar do Comandante Felinto Perry, meu antigo companheiro de estação no Paraguai, indiquei o seu nome e a aceitação foi tal que, pouco depois, em um trem especial, eu corria para a Vila Militar, onde o meu amigo estava comandando o remanescente da maruja que se não incorporara ao motim que lá acantonara.

"Conhecedor da missão que ali me levava, o Comandante Perry indagou, surprêso, quem indicara seu nome para tão arriscado cometimento. Apresentei-me como o culpado e, para não parecer que fizera uma barretada com o chapéu alheio, declarei que, para mim, seria um ponto de honra ir ao seu lado, no navio capitânea, na jornada do sacrifício.

"Com a chegada do Comandante Perry, em minha companhia, no Ministério da Marinha, só faltava achar a última raiz da equação da resistência militar ao golpe traiçoeiro dos amotinados. Esta raiz era a ordem presidencial para que se desencadeasse o ataque de surprêsa contra a Esquadra revoltada.

"A linguagem violenta da imprensa partidária contra as vítimas do levante, as manifestações quase carinhosas de certa corrente política do Congresso Nacional em prol dos profanadores do cadáver de Batista das Neves, haviam alertado e alarmado as altas autoridade navais.

"Era preciso agir rápido e forte.

"Constituíu-se, então, um trio de homens de boa-vontade para procurar obter, com pressa, a desejada ordem presidencial de ataque."

O Capitão-Tenente Ignácio Amaral, o 1.º Tenente do Exército Benedito Olympio da Silveira e o próprio Roberto de Barros conseguiram chegar ao Catete, certos de que obteriam a necessária permissão do Marechal Hermes da Fonseca para um combate tão desigual. O Capitão-Tenente Ignácio Amaral era do Gabinete do Ministro da Marinha.

O Comandante Pereira da Cunha, ainda na "Revolta na Esquadra Brasileira", escreveu:

"É claro que as dificuldades para combater os amotinados eram grandes, enormes mesmo, e basta lembrar que dois couraçados de que estavam de posse eram os maiores, melhores, mais bem armados e mais defendidos de todo o mundo! Apesar disto, e logo que se soube quais os navios sob revolta, começou-se, sem a menor perda de tempo ou vacilação, a preparar o único ataque possível — o torpedeamento dos navios revoltados.

"Os destróieres, novos, recém-chegados e, àquele tempo, muito eficientes, embora não tivessem chegado todos, eram um número suficiente para, tripulados por gente decidida e competente, atacar e vencer os amotinados que, absolutamente ao contrário do que tão erradamente se tem propalado (êrro talvez propositai), não tinham competência, como ficou verificado e provado depois. Não só danificaram êles alguma artilharia média, pois com os grandes canhões nem podiam sonhar utilizar-se, como saíam e entravam a barra sem a menor precaução e com tôdas as portas dos compartimentos estanques abertas. É óbvio dizer que, a não ser sôbre a impossibilidade da utilização de enormes canhões das tôrres, nada disso era sabido, mas todos nós, oficiais, estávamos certos de que os amotinados render-se-iam à primeira demonstração de fôrça.

"A dificuldade no preparo dos destróieres para o combate era muito grande, e isto porque, estando as cabeças de combate dos torpedos no Depósito do Trem Bélico, em Mocanguê, ilha próximo à Armação, em Niterói, o seu acesso era impedido pelos amotinados, senhores absolutos da Guanabara.

"Apesar de tais dificuldades, e graças à dedicação do pessoal, quer dos destróieres, quer de Mocanguê, foi conseguido que os navios ficassem prontos para o ataque, combinado do seguinte modo: os destróieres ficariam à sombra das fortalezas da barra e no Saco de São Francisco, para lá indo à noite, quando os insurretos tivessem saído à barra, atacando-os quando entrassem novamente e já estivessem dentro da Guanabara, ou ao transpor sua entrada; as fortalezas da

barra, ainda que pobremente artilhadas, procurariam varrer à metralha e causar o maior dano possível aos amotinados, e nisso ter-se-iam saído muito bem porque, ignorantes, transpunham êles a barra com o pessoal em cima e ao alcance até de carabinas. Tudo estava preparado e organizado para o ataque, como bem provam os documentos que citamos e exibimos quando, já muito tarde da noite, e tão tarde que pouco faltou para não ser possível dar contra-ordem, às fortalezas da barra, chegou ordem do Presidente da República para sustar o ataque. A ordem, assinada pelo Ministro Almirante Marques de Leão, e que aqui aparece em *fac-simile*, é bastante clara e decisiva, e se as partes dadas pelos comandantes não são mais claras e precisas é, justamente, porque, tendo havido contra-ordem, nem mesmo deixaram os navios suas posições. Está bem claro, e preciso também que tais navios, tanto destróieres como os demais utilizáveis, estavam prontos para entrar em combate, municiados inclusive e, principalmente, com armamento torpédico, isto é, com as cabeças de combate em condições de agir, o que aliás, foi difícil de conseguir, por ter sido preciso ir buscá-las em Mocanguê e outros locais combinados, durante a noite e fazendo volta pelo fundo da baía."

Aqui está a carta branca assinada pelo Ministro da Marinha, a qual nunca foi usada, ante o recuo do Catete:

"Rio de Janeiro, 25 de novembro de 1910.

"O Ministro da Marinha por intermédio do .... ordena, que o Comandante de .... hostilise com a máxima energia aos navios revoltados, metendo-os à pique sem medir qualquer sacrifício. A mínima hesitação será criminosa. (a) *Joaquim Marques Baptista de Leão*".

O Ministro da Marinha, na pressa de assinar a ordem de pôr a pique as belonaves sublevadas, não viu que a palavra hesitação fora escrita com x, no lugar de s. Com x ou com s a carta branca não funcionou...

* * *

A decisão dos intrépidos oficiais foi levada ao conhecimento de João Cândido, com a nota:

"Tenha cuidado com a noite. Os destróieres vão atacar!"

Fácil foi prender o informante, o radiotelegrafista do "Timbira". A polícia apurou que a revolta tinha ramifica-

1a Via

Rio de Janeiro,25 de Novembro de 1910

O Ministro da Marinha por intermedio do ....
....ordena que o Commandante
de................ hostilise com a máxima energia aos navios revoltados,mettendo-os á pique sem medir qualquer sacrificio.

A mínimahexitação será criminosa.

(a) [illegible]

Carta Branca do Ministro da Marinha Joaquim Marques Batista de Leão, aos comandantes dos navios fiéis ao Govêrno, mandando pôr a pique os navios revoltados, hexitação com x

ções em terra, em particular, entre os fuzileiros da ilha das Cobras.

A atitude dos comandantes dos destróieres fêz com que João Cândido ordenasse a saída da Esquadra, à noite, barra afora. Seria uma batalha desigual, com absoluta vantagem para os encouraçados. Mas o exemplo de coragem, o espírito de luta e o supremo sacrifício dos comandantes ficaram legados à Marinha de Guerra.

"No meio do mar a gente se espalhava, apagava as luzes e desligava o sem-fio" — disse-me João Cândido, em seu casebre.

E, depois, com ênfase:

"Os *destroieres* eu mandaria afundar com meia dúzia de tiros, reduzindo tudo a um montão de ferro velho. O que eu não queria era o sacrifício inútil de vidas, de lado a lado."

* * *

A verdade é que o açoite era permitido, por lei, pelo mesmo Govêrno que o aboliu, no segundo dia da República.

Nenhum jornal, na época, publicou o decreto que instituiu a Companhia Correcional, assinado pelo Marechal Deodoro da Fonseca e referendado por Rui Barbosa, segundo afirma o então Ministro da Marinha, Almirante Joaquim Marques Batista de Leão, em carta enviada ao Presidente do Senado Federal, em 15 de Dezembro de 1910.

É estranho que Rui Barbosa, como Ministro da Fazenda, referendasse decretos da Marinha, cujo titular era o Almirante Eduardo Wandenkolk. No Arquivo Nacional não há texto oficial dêsse famoso documento. Mas o seu conteúdo está anotado no opúsculo "A Revolta na Esquadra Brasileira em Novembro e Dezembro de 1910", nas páginas 16 e 17, de autoria do Comandante H. Pereira da Cunha, um trabalho editado pela Imprensa Naval. O autor teve a precaução de assinalar, com asteriscos, o fato de Rui Barbosa ter assinado o decreto n.º 328, promulgado em 12 de abril de 1890.

Um fato era evidente. Rui Barbosa aparecia como inspirador e redator oficial dos principais decretos de Deodoro.

"O Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Govêrno Provisório, constituído pelo Exército e Marinha, em nome da Nação, considerando que há necessidade da criação

de uma Companhia Correcional, cujo fim seja segregar as praças de conduta irregular e mau procedimento habitual das morigeradas.

Considerando, ainda, que o castigo severo, abolido por ocasião do advento da República e aplicável, ùnicamente, às praças arroladas na referida Companhia dentro de um limite restrito, é uma necessidade reconhecida e reclamada por todos os que exercitam a autoridade sôbre o marinheiro,

"Decreta:

"É criada uma Companhia Correcional que se regerá pelas instruções que a êste acompanha.

"Artigo 1.º — A Companhia Correcional tem por objeto submeter a um regime de disciplina especial as praças que forem de má conduta habitual e punir faltas em casos que não exijam conselho de guerra.

"O último artigo, o 8.º, diz textualmente:

"Pelas faltas que cometeram serão punidos do seguinte modo:

a) faltas leves: prisão e ferro na solitária, a pão e água, por três dias.

b) faltas leves repetidas, idem, idem, por 6 dias.

c) faltas graves: 25 chibatadas."

Velhos políticos condenavam o tagante na Marinha, esquecidos de que êles mesmos referendaram uma lei que permitia o látego, embora em doses homeopáticas...

* * *

O corajoso depoimento do deputado José Carlos Carvalho, entretanto, provocou verdadeira tempestade na Câmara e no Senado. Na Câmara dos Deputados, por exemplo, o Sr. Corrêa de Freitas bradou:

"Dentro dos nossos quartéis e dos nossos *dreadnoughts* passam-se cenas que o decôro manda calar, coisas que se fôssem divulgadas cobririam de opróbrio uma Nação que se diz civilizada, e isto com o assentimento dos comandantes, dos almirantes, dos ministros. Há oficiais que se ocupam, a bordo, em ler romances, e interrompem essa ocupação para determinar que se apliquem 250 chibatadas a êste ou àquele marinheiro que cometeu uma falta, voltando depois à leitura imaginosa.

"Semelhante castigo se aplica como se o marinheiro fôsse um homem insensível; como se êle não representasse também o símbolo das fôrças da Nação Brasileira. Pois infama-se assim o pobre marujo, degrada-se o cidadão brasileiro? Porque o fato de um indivíduo contratar seus serviços na Armada não quer dizer que êle tivesse descido tôda a escala social e que tivesse perdido a sua dignidade.

"Apelo para os republicanos sinceros, a fim de que êles levantem sua voz e protestem contra êstes atentados."

VITÓRIA

> *"Nós todos, quando surpreendidos pelo levante, reconhecendo as causas que o geraram, nos inclinamos, desde logo, a proclamar a justiça das reclamações que o determinaram: alimentação escassa, serviço exagerado, castigos corporais, que não se coadunam mais com o nosso regime liberal, com a lei, nem com a civilização atual e a cultura democrática a que temos atingido."*
>
> PINHEIRO MACHADO

De um lado um grupo de homens decididos, injustiçados e irmanados num só corpo. Havia unidade, um chefe, um ideal.

Do outro, um Govêrno em pânico, indeciso, sem fôrça, pagando pelas injustiças praticadas contra várias gerações de marujos.

Foi quando Rui Barbosa, no Senado Federal, laureado pela Campanha Civilista que empolgou o Brasil, embora contrário ao motim, pois achava que a autoridade e a hierarquia não podiam sofrer um arranhão, apresentou o projeto de anistia, a pedido de um grupo de senadores:

"Artigo 1.º — É concedida anistia aos insurretos da parte de navios da Armada Nacional, se os mesmos, dentro do prazo que lhes fôr marcado pelo Govêrno, se submeterem às autoridades constituídas.

"Artigo 2.º — Revogam-se as disposições em contrário. 24-11-1910. (a) *Francisco Glicério, Severino Vieira, J. L. Coelho e Campos, Rui Barbosa, Campos Sales, Alfredo Ellis, Generoso Marques, Álvaro Machado, Walfredo Leal, Oliveira Figueiredo, Bernardino Monteiro, F. Mendes de Almeida, Urbano Santos, José Eusébio* e *Sá Freire.*

Na Câmara Federal pontificavam Pedro Moacyr, um dos maiores tribunos parlamentares que o Brasil já conheceu,

Irineu Machado, Sabino Barroso — presidente da Casa — Estácio Coimbra, Félix Pacheco, Juvenal Lamartine, Barbosa Lima, Dunshee de Abranches, Raul Fernandes, Bueno de Paiva, Olegário Maciel, João Simplício, José Bonifácio, Cincinato Braga, Antunes Maciel.

Tomás Cavalcanti levantou, então, o problema.

"Condeno por completo a chibata e os castigos corporais. Mas o que não posso aprovar é o processo de conceder anistia a revoltosos que estão pedindo com as armas na mão, processo que vai desmoralizar por completo as instituições.

"Felizmente não há disto no Exército e eu acrescento: não há nas Brigadas Militares dos Estados, que são 20; não há nas Guardas Municipais, não há no Corpo de Bombeiros, não há em tôdas as outras corporações mais ou menos militarizadas e, entretanto, êste Exército que não apanha de chibata, esta polícia que não é flagelada pelo instrumento do calabrote, sabem cumprir com o seu dever, sabem manter a ordem, sustentar o Govêrno e muitas vêzes, como há pouco se viu, são a própria fonte dêsse Govêrno que aí existe.

"Ah! senhores, por que havemos de estabelecer nesta igualdade do nosso regime democrático a desigualdade flagrante e criminosa! Porque razão se há de considerar o soldado de terra um homem digno, que não deve apanhar nem ser propelido ao cumprimento da sua tarefa pelo bacalhau, ou o vergalho; por que ninguém se lembrou jamais de chicotear ou impor penas corporais aos simples soldados contratados da polícia dos Estados, e, entretanto, exigir-se, como escola na Marinha, a chibata repugnante?

"Não justifico, mas reclamo um pouco de eqüidade para êsses gloriosos marinheiros da nossa Esquadra de que ainda, agora, um grupo insurreto, através da sua triste e condenável rebeldia, oferece os mais imponentes e formidáveis exemplos da sua capacidade técnica, opera admiráveis evoluções e arriscadas manobras dentro e fora da barra e acaba por acrescentar a estas provas de competência os sinais iniludíveis de uma verdadeira generosidade de homens.

"Sim, podendo dispor desta cidade durante dois ou três dias, pois que tudo estava à mercê dêles, êsses marinheiros, simples cabos e praças de pré, têm mantido os navios de tão difícil manejo na mais rigorosa ordem, têm guardado com sentinelas os cofres de bordo, têm resguardado os ca-

marotes da oficialidade e têm recebido, com tôdas as continências e com o máximo respeito e consideração o digno emissário do Congresso."

PEDRO MOACYR: — Não queremos votar um ato de covardia, nem fazer a apologia da anarquia, mas salvar os interêsses permanentes da sociedade, representadas no interêsse e nas vidas dos milhares de compatriotas, para cuja defesa a autoridade não tem recursos.

"Senhores, se a medida que o Congresso Nacional vai adotar é boa ou má, o honrado Presidente da República dela participe. Saibam todos se S. Excia. a repele ou aceita, se a considera criminosa, comprometedora do Govêrno ou, pelo contrário, salvadora e inevitável como a fatalidade.

"Não caia sòmente sôbre as nossas cabeças a culpa da medida ou a sua glória. Senhores, faço êste pedido e abalanço-me a dar a palavra ao honrado líder e órgão do Govêrno, para que fale e, depois de suas declarações, possamos desfraldar a bandeira branca da anistia, sôbre a maruja sublevada dos nossos poderosos vasos-de-guerra.

"Em tais condições, voto o projeto de anistia, como um ato de necessidade e não de fraqueza, como enfim, uma garantia de justiça, uma providência de alta política, a envolver nas suas inspirações o restabelecimento dos sagrados direitos da humanidade. Seja qual fôr a irregularidade das formas de reclamação, cumpre não esquecer que os marinheiros querem, apenas, ser homens livres, obedecendo à disciplina dentro da Constituição. São insubordinados que pedem reparação, desvairados pelo horror da chibata".

* * *

O maior interessado na medida era o Govêrno, débil e rudemente atacado no Congresso Nacional. A anistia era a salvação dos podêres públicos ameaçados pelos canhões de 12 polegadas da Esquadra sublevada.

O Marechal Hermes da Fonseca divulgou inúmeras solidariedades recebidas, predominando as da Guarda Nacional, armada com espingardas de pau. "O Paiz" publicou êste telegrama, certo de que a sua leitura influiria no ânimo da marujada...

"Ponho à disposição de V. Excia., para a defesa da República, um inflamável de minha invenção, com que, bombardeado, qualquer navio tornar-se-á inabitável em poucos minutos e cuja ação não poderá ser impedida senão por

quem conheça a sua técnica. Rua Clube Atlético n.º 40 (a) *Ernesto de Oliveira*, lente de física e química."

Neste mesmo dia alguns funcionários públicos promoveram uma passeata levando, como atração, vários artistas de circo e do teatro. O processo para atrair massa, com vedetas, não é coisa nova.

Em 1910 os empresários eram conhecidos por "Quebra Lampião". No tempo de Artur Bernardes, os arruaceiros dos "Cravos Vermelhos". Hoje são os repelentes pelegos do Fundo Sindical, escória que vive à custa do operariado.

* * *

As ondas de bajuladores se sucediam ao Catete. E João Cândido, serenamente aguardava os acontecimentos na tôrre do "Minas Gerais". Até então, o seu nome, que andava de bôca em bôca, ainda não ecoara no recinto da Câmara dos Deputados, nem do Senado Federal.

Havia mêdo, vergonha, em pronunciá-lo. O tabu foi vencido por Bethencourt da Silva Filho, na Câmara dos Deputados:

"Os fatos que se desenrolam na baía do Rio de Janeiro, onde uma parte da Esquadra, transformada pela revolta da maruja, em verdadeira frota agressiva, ameaça a tranqüilidade e põe em risco a vida da população desta cidade, podendo-se dizer, tiveram seu início no bombardeio iníquo, e até hoje impune, da cidade de Manaus.

"Não se devem, pois, espantar as autoridades da República com as ameaças que lhe dirigem um grupo de marinheiros, edificados daquele exemplo.

"Aquêles que justificaram o bombardeio da capital do Amazonas, que o aplaudiram, porque visavam a obter vantagens inconfessáveis com a projetada transformação da política naquele Estado, tiveram, agora, o justo prêmio de seus esforços.

"A animação ao atentado a que, hoje, todo mundo assiste com pasmo, veio de cima.

"Enquanto as autoridades federais esperam da generosidade dêsse homem, até ontem ignorado, mas hoje conhecido em todo o Brasil, o marinheiro João Cândido, que a capital do país, cidade comercial, sede dos podêres constitucionais da República, não seja bombardeada, destruídos seus prédios, afugentada e assassinada sua população; enquanto todos nós tudo fiamos da generosidade dêsse caboclo

até ontem obscuro e, de ontem para hoje, revelado um belo e hábil marujo, com proficiência superior a muitos oficiais de nossa Armada, notáveis pela perambulação na Rua do Ouvidor e pela comparência a tôdas as festas e bailes dêsse regime de comesainas, fica tristemente evidenciada a impotência de nossas fortalezas e de parte de nossa Esquadra, simbolizada na fidelidade ao Govêrno legal da República.

"A população da cidade do Rio de Janeiro vive ansiosa, não sabendo se, de um momento para outro, ficará na contingência de uma população atacada por uma esquadra inimiga...

"Qual quer que seja a solução, ou o Govêrno reaja imediatamente, expondo-nos ao subseqüente bombardeio da cidade e à perda dos navios da nova Esquadra, ou façam a entrega pacífica das armas os marinheiros revoltosos, confiantes no cavalheirismo dos representantes legais do povo brasileiro, seja qual fôr a solução do desgraçado caso em relêvo, o que fica iniludivelmente provado é que essa questão de orçamentos de marinha de guerra é, apenas, uma utilidade para uso externo, não servindo, sequer, para a exatidão do trabalho de estatísticas das despesas nacionais.

"Milhares e milhares de contos de réis são despendidos com os orçamentos; no entanto, é do domínio público que o Govêrno não tem meios eficazes para, depois de 72 horas, debelar uma revolta de parte da Armada.

"As nossas fortalezas e navios fiéis ao Govêrno não se encontram em condições de enfrentar a Esquadra sublevada.

"Achamo-nos, como disse, entregues à generosidade de obscuros patrícios.

"É natural a situação em que se encontra um país, onde o chaleirismo oficial constitui mais merecimento para as promoções do que os serviços, modestos mas profícuos, dos verdadeiros oficiais da Armada e do Exército. É o resultado da facilidade com que aceitamos, como um fato consumado, a admissão dos militares na política nacional, permitindo-lhes o exemplo da indisciplina aos seus inferiores. Certamente o marinheiro, que vê passear, impunes, pela cidade do Rio de Janeiro, o Coronel Pantaleão Telles e o Comandante Costa Mendes, que vê o seu superior indisciplinado ir ao Palácio do Catete cumprimentar o Chefe da Nação, ir aos melhores espetáculos e cinemas do Rio de Janeiro, tomar uma xícara de café numa das terrasses da Avenida! etc., terá em tudo isto um exemplo edificante!

* * *

No Senado Federal, Rui Barbosa, em discurso memorável, justificou o projeto de anistia do Senador Severino Vieira e que êle apresentou, pronunciando, então, longa oração.

"Convencido estava de que se tratava de um caso de urgência, em que as palavras devem ser rápidas e os atos prontos, razão por que julga exprimir com fidelidade os sentimentos de ansiedade e sobressalto da população da metrópole brasileira, na situação indecisa em que esta emergência a coloca.

"Ou o Govêrno da República dispõe dos meios cabais e decisivos para debelar êsse lamentável movimento, e então justo seria que os empregasse para restituir imediatamente a tranqüilidade ao País; ou dêsses meios não dispõe o Govêrno da República e, em tal caso, o que a prudência, a dignidade e o bom-senso lhe aconselham é a submissão às circunstâncias do momento.

"A cobardia é uma triste coisa; mas coisa ainda mais triste é a jactância e a soberba, em presença da situação que só pela transação se pode resolver.

"Os fortes são os que cedem e transigem numa situação em que a condescendência é o único meio imposto para a salvação pública; o fraco é o que já na última extremidade ainda supõe ter nas mãos todos os recursos e é forçado a abandoná-los em última análise para ceder quando as transações revestem as formas das humilhações indecentes e desgraçadas.

"Não estamos em um momento de recriminações; não temos que analisar as causas dos acontecimentos atuais. Estamos em presença dêles, em uma situação tal, que todos, de um e outro lado, amigos e não amigos, nos encontramos reunidos em uma só convicção, em um só pensamento, em um só desejo, na certeza de que não há senão um recurso para chegar a um resultado em que se salvem, com os interêsses do País, com os interêsses dos nossos concidadãos, os interêsses da legalidade e do regime.

"Não vê, é necessário pôr de lado o preconceito do pudor mal-entendido, para confessar a necessidade de pôr côbro à situação atual, não vê meios para resistência sensata, não vê probabilidades de uma resistência útil.

"Se, com os meios que a revolta da parte mais poderosa da Esquadra deixou nas mãos do Govêrno, pudesse êle vencer o movimento dessa parte revoltada, ficaria demonstrado então que tínhamos perdido os nossos sacrifícios, quando os empregamos na aquisição dessas formidáveis máquinas de guerra; aquisição a que não nos decidíamos

se não contando com certeza de sua invencibilidade; entendemos que era necessário dispor de máquinas de luta naval irresistíveis e invencíveis nesse campo de guerra, como são os grandes *dreadnoughts;* que armada com um ou dois dêsses vasos poderosos a defesa do nosso País seria invencível.

"Se agora, porém, com o recurso de algumas torpedeiras e *destroieres,* se pudesse conseguir a destruição na demolição dêsse movimento acastelado nos grandes *dreadnoughts,* estaria provado que nos tínhamos enganado e que em uma luta com o estrangeiro estaríamos completamente desaparelhados para a resistência e para a vitória, como até então.

"Não pode ser a isto que se propõe o Govêrno da República, porque preparar-se, isto seria expor-se à contingência do menos desejável dos resultados. Não será com o canhoneio de algumas peças de artilharia, colocadas nos nossos morros, não será com a vã tentativa de abordagem por meio de lanchas tripuladas com fôrças de terra que essas grandes máquinas, que essas máquinas invencíveis poderão ser dominadas. As fôrças de terra não se fizeram para lutar sôbre as ondas.

"Os *dreadnoughts* dispõem dentro do seu bôjo de recursos decisivos para rechaçar as tentativas de agressão contra êles, empregadas para os vencer.

ALFREEDO ELLIS — São inexpugnáveis.

RUI BARBOSA — São inexpugnáveis e a sua inexpugnabilidade foi o único título com que perante o Congresso se justificou a exigência dos grandes sacrifícios empregados na sua aquisição. Depois, é necessário não esquecermos o valor da gente que tripula essas máquinas de guerra. Digamo-lo, com alguma vaidade, com algum desvanecimento, por honra dos nossos compatriotas.

"O que constitui as fôrças das máquinas de guerra não é a sua mole, não é a sua grandeza, não são os aparelhos de destruição — é a alma do homem que as ocupa, que as maneja, e as arremessa contra o inimigo.

"As almas dessas máquinas que povoam os nossos grandes *dreadnoughts,* hoje, em nossa baía, sejamos justos ainda para com êsses infelizes no momento do seu crime, as almas dêsses homens têm revelado virtudes que só honram a nossa gente e a nossa raça.

"Li com admiração as declarações do Sr. José Carlos de Carvalho; vi como êsses homens lhe mostravam com orgulho os seus navios, dizendo: senhor, isto é uma revolta honesta!

"Êles tinham lançado ao mar tôda a aguardente existente a bordo, para se não embriagarem; tinham feito guardar, com sentinelas, as caixas onde se achavam depositados os valôres: tinham mandado guardar com sentinelas os camarotes dos oficiais para que não fôssem violados; tinham guardado, na organização do movimento, um sigilo prodigioso entre os costumes brasileiros; tinham sido fiéis à sua idéia; tinham sido leais uns com os outros, desinteressados na luta — e, por que não dizer? — em vez de se entregarem aos impulsos dos instintos tão desenvolvidos e tão naturais em homens da sua condição, servindo-se imediata e refletidamente dos meios destruidores de que dispunham, contra a cidade, fizeram concessões e estabeleceram a luta como se fôssem fôrças regulares contra inimigos regularmente constituídos. Gente desta ordem não se despreza. Lamentam-se os desvios, mas reconhece-se o valor humano que ela representa.

"Êsses homens aventuraram-se a meios bárbaros, na ameaça que nos fazem de bombardear a grande capital brasileira. Mas a isto foram levados pelas conseqüências irresistíveis da situação em que se tinham colocado, pelos desvios a que se tinham arrastado, na reivindicação de algumas pretensões, nas quais não se poderá deixar de reconhecer o caráter de um verdadeiro direito.

"As reclamações capitais existentes na base dêsse movimento correspondem a necessidades irrecusáveis.

"No programa com que o orador se apresentou na luta eleitoral, na última eleição de Presidente da República, reclamou para o marinheiro e para o soldado o aumento do sôldo e a extinção dos castigos servis, a que o marinheiro e o soldado continuavam sujeitos, no Exército e na Armada.

Êstes castigos foram abolidos por ato legislativo do Govêrno provisório; mas, pelas necessidades estabelecidas pela rotina, esta exigência poderosa que se criou no fundo das instituições antigas, desconheceu a lei e os castigos tornaram a voltar.

URBANO SANTOS — Diga antes V. Excia. abusos.

RUI BARBOSA — Abusos com os quais, na gloriosa época do abolicionismo, levantávamos a indignação dos nossos compatriotas, quando nos batíamos pela liberdade, abusos que fazem desconhecer no soldado e no marinheiro as qualidades principais daqueles que têm de expor a vida para defender a Nação.

"É um engano acreditar-se que o regime racional e humano da abolição dos castigos corporais pode influir para reduzir as fôrças disciplinares do Exército e da Armada. Está perfeitamente convencido do contrário. Acredita que todo movimento saído de abusos abatidos — reduzidos a condições servis, em que é criado o homem sujeito a aviltante condição de escravo; tudo aquilo que diminui o homem e o sentimento moral, tudo aquilo que aproxima o homem da condição de bêsta-fera, que tudo aquilo que desconhece a impressão de honra e de dever; tudo aquilo que apela do homem para os instintos materiais e brutos; tudo isto que se resume no emprêgo do látego, do tagante, da chibata, aplicada sôbre o dorso humano — não tende senão a desviar o homem e a prepará-lo para as surprêsas mais terríveis contra a sociedade e a ordem.

"E entre os homens educados e aptos a conhecer as razões pelas quais se devem obter os limites do mundo que se formam as sociedades, bem disciplinadas, que se preparam os corpos para afrontar os perigos.

"Acostumando a não chibatar os seus comandados, habitua-se a medir o que pedem; habitua-se a não se exceder ao que lhe cumpre; habitua-se a governar-se para saber governar; habitua-se a poder ser chefe sem ser escravo. A escravidão começa por desmoralizar e aviltar o senhor, antes de desmoralizar e aviltar o escravo.

"Recordo a leitura que fiz nas *Viagens de Saint Hilaire*, por uma das nossas antigas províncias do Sul, da história de um cura que, referindo-se aos tempos do seu cativeiro na África, dizia como êle, aviltado pela condição de escravo, tinha caído nos mesmos vícios em que os escravos negros depois vieram a se acostumar nas terras brasileiras.

"E mentia, dizia êle, por necessidade de minha condição. O escravo é geralmente baixo e mentiroso, por exigências iniludíveis de sua defesa.

"É esta a influência fatal do cativeiro que pesa sôbre os homens que o sofrem e sôbre os homens que o impõem.

"O orador está persuadido intimamente de que a grande parte, a maior parte, porventura, dos males sociais pelos quais ainda hoje penamos no Brasil, se deve à infância moral da escravidão, há tantos anos entre nós já extinta.

"Extinguimos a escravidão sôbre a raça negra, mantemos porém, a escravidão da raça branca no Exército e na Armada, entre os servidores da Pátria, cujas condições tão simpáticas são a todos os brasileiros.

"Era necessário que não se continuasse a esquecer que o marinheiro e o soldado são homens.

"Trouxe de bordo o Sr. José Carlos, como uma amostra prática do caráter ignominioso dêste regime, um espécime humano, um daqueles marinheiros que a chibata da disciplina havia lanhado nas costas como uma taínha escalada.

"A civilização do nosso País reclama um outro sistema para a educação dos nossos homens de guerra, e é por essa razão também que, a par da extinção dos castigos corporais, se torna urgente o melhoramento do salário dos homens de guerra entre nós, dos inferiores e dos soldados do Exército e da Armada.

"Estas eram as exigências capitais da reclamação que os tripulantes do "São Paulo" e do "Minas" entenderam fazer com as armas em punho.

"Tôda a severidade é pouca para condenar a violência e a barbaria dos meios assim empregados em reivindicações tão lamentáveis e tão santas; façamos, porém, a êsses espíritos, a justiça de reconhecer as nossas culpas na situação moral que os arrastou a êsse atentado.

"Eis, porque, não escrupulizei no momento e aceitei do senador pela Bahia a incumbência com que S. Excia. me honrou de recomendar à atenção do Senado o projeto de anistia.

"Se o Govêrno não dispõe de meios enérgicos e decisivos para abafar, esmagar imediatamente êsse movimento — e de que não dispõe todos estamos certos — não tem o direito de expor à destruição todos êsses mesmos navios, que representam parte considerável da fortuna pública, recursos preciosos de nossa defesa, nem as vidas que se contam presentemente por milhares nos bojos dêsses navios, vidas preciosas a nós, como de nossos semelhantes, de nossos patrícios, recursos de guerra difíceis de compor e preparar, como são os marinheiros, os homens criados para a luta naval, não tem o direito de expor a grande metrópole brasileira, com um milhão de habitantes, tôdas as riquezas que contém e a civilização que representa.

"Os grandes generais, na impossibilidade absoluta de vencer, não se desonram capitulando; guerreiros do maior renome na história, à frente de seus exércitos, têm-se rendido ao inimigo, sem que daí resulte nem desonra para êles, nem infâmia para o País, cuja defesa lhes está confiada.

"Se um general, em caso de guerra, à frente de suas tropas, submete-se à capitulação imposta pela necessidade; um govêrno sensato, prudente e digno, não se desonra rendendo-se à necessidade da situação de que foi o causador, e,

se a situação é essa, de que todos nós estamos convencidos, o Govêrno não hesitará mais tarde em cumprir com absoluta e indefectível lealdade as suas promessas.

"Espero que o Govêrno atual do País procederá dêsse modo. Quanto mais, acreditando no bom êxito dêsse projeto perante o Congresso, só resta ao orador considerar duas grandes lições dessa amarga situação, em que nos achamos: a primeira é de que os governos militares não têm o privilégio de remover do país os movimentos armados e que são mais fortes, diante dêles, do que os governos civis; a segunda é a de que não deve perdurar a política dos grandes armamentos no continente americano, que ao menos de nossa parte, da parte das nações que nos cercam e destas nações para conosco, a política que devemos querer com esperança é a do estreitamento dos laços internacionais, pelo desenvolvimento das relações comerciais, da paz, de amizade entre os povos que habitam a América.

"A experiência do Brasil a êste respeito é decisiva; há vinte anos que todos os esforços empregados para desenvolver o aparelho da nossa defesa militar, de uma defesa internacional, não tem servido senão para se voltar contra nós mesmos em sucessivas tentativas de revolta. A guerra internacional não veio nunca; a guerra civil tem vindo, muitas vêzes, armada com os instrumentos entregues aos nossos defensores contra o inimigo estrangeiro.

"Desconfiemos dos grandes armamentos, aproximemo-nos da paz por meio de boas relações com os povos vizinhos!"

* * *

O auditório vibrou com o discurso do Senador Rui Barbosa, sendo aplaudido calorosamente.

Sentado, um tanto cansado, o senador baiano pediu um copo d'água, enquanto o homem forte do Brasil, o Senador Pinheiro Machado, chefe do Partido Republicano, discursava.

"O Senado está sob a impressão da memorável e eloqüente oração que acaba de proferir o ilustre senador pela Bahia, que entendeu emitir vários conceitos referentes aos acontecimentos que preocupam a atenção dos habitantes desta capital e de todo o País, justamente alarmados pela inesperada sublevação de parte da maruja da nossa gloriosa Armada.

"Eu faço causa comum com S. Excia. nos reparos e nas observações que o seu ilustrado espírito anunciou com relação às causas, aos motivos geradores de tão grave e insólita agres-

são aos princípios de disciplina, que constituem a base essencial das fôrças armadas.

Incontestàvelmente temos sobeja razão afirmando que a insurreição é o produto de abusos inqualificáveis, criminosos. Alguns são flagrantes violações da lei, contrários aos nossos sentimentos brandos e aos deveres que a Humanidade impõe condenatórios da prática de castigos aviltantes, como recursos disciplinares. Êsses castigos degradam o homem, tirando-lhe o brio e as condições primárias, para bem cumprir o dever, e com consciência defender a honra e a dignidade da Nação.

"Nós todos, quando surpreendidos pelo levante, reconhecendo as causas que o geraram, nos inclinámos, desde logo, a proclamar a justiça das reclamações que o determinaram: a alimentação escassa, serviço exagerado, castigos corporais, que não se coadunam mais com o nosso regime liberal, com a lei, nem com a civilização atual e a cultura democrática a que temos atingido."

"E foi, devido a reconhecermos a justiça dos protestos que desde logo nos pareceu que tínhamos obrigação de procurar, por meios suasórios, gerar no espírito dos protestantes a certeza de que os podêres públicos da Nação, que êles reconhecem, tanto que a êles dirigiram suas súplicas, fariam justiça às suas reclamações. Nesse sentido, após uma audiência prévia de muitos senhores senadores, deputados e outros cidadãos, altamente qualificados na República, tomamos a deliberação de solicitar o concurso do Comandante José Carlos de Carvalho, cuja ação parlamentar, em mais de uma ocasião, se assinalara pelo interêsse que vota às classes armadas na defesa dos seus direitos, das reclamações justas. Levando-as a marinhagem a efeito, com as armas na mão, praticaram com tal procedimento um ato de desvario. O dever de humanidade nos aconselhava que lhes fôsse comunicado qual era a intenção generalizada de membros preeminentes da corporação legislativa da República.

"Desde que se submetessem à autoridade dos podêres constituídos da República, reconhecendo a lealdade dos nossos propósitos, de modo algum faltaríamos ao cumprimento da palavra que lhes levara o nosso emissário, justiça lhes seria feita.

"Vós todos conheceis, pelas explicações que aquêle ilustre representante do Rio Grande do Sul dera a outra casa do Congresso, do êxito da sua missão. Êle não foi completo, porque, à última hora, os revoltosos, que se satisfaziam com a palavra daquele ilustre representante da Nação, exigiram depois, como condição imprescindível, a votação da medida

que o ilustre senador pelo Estado da Bahia acaba de apresentar ao Senado, para então abaterem as armas.

"Chamo a atenção dos srs. senadores para a situação difícil que nos criou essa exigência. Por mais justas que o sejam — e o são — as reclamações dos revoltosos, êles as fazem com os canhões assestados sôbre esta cidade. Os podêres públicos estão em uma situação de coação.

"O ato que a generosidade do ilustre senador pela Bahia sujeitou ao conhecimento desta assembléia, não tem o característico primordial que deve ter um ato de magnanimidade: a liberdade de agir sem coação.

"Eu sou, afirmo-o sinceramente ao meu ilustre colega, pela reparação de todos êsses agravos que aviltam mais a quem os pratica do que aos que o sofrem; mas precisamos refletir na situação em que podem ficar os podêres públicos tomando a deliberação de atender à cessação dêsses gravames, não por um ato espontâneo e livre, mas sob a pressão do pânico e da ameaça do bombardeio desta capital.

"De modo que, nem na esfera moral essa reparação atingiria o alcance que todos nós desejamos lhe dar. Pode e deve surgir dentro do País e fora dêle a suspeita, senão a humilhante convicção, de que o princípio da autoridade — que principalmente os governos democráticos devem manter forte e intangível — foi profundamente ferido com a nossa responsabilidade e co-participação.

"De modo que um receio de sérios perigos atuais, que são indiscutíveis, graves, pela possibilidade de ser parte desta cidade destruída pelos canhões da Esquadra revoltada e perderem-se muitas vidas, não só dos combatentes mas da população, ceifadas pelo ato selvagem dos revoltosos; diante da própria carência de elementos de ação para reprimir a agressão, eu receio que êsses perigos, que V. Excia., com suas palavras brilhantes de sempre acaba de descrever ao Senado e que na verdade existem, sejam menores do que êsses outros que afetam fundamentalmente os princípios da defesa permanente da autoridade e das instituições republicanas.

"Perturbando a ordem interna — esta é a minha convicção — outros poderão amanhã levantar-se contra os podêres públicos; estarão prontos, ao primeiro movimento armado — embora provenientes de causas merecedoras de atenção como as atuais. Para satisfazer a essas reclamações, é, a meu, ver, condição primária, a submissão à autoridade dos seus superio-

res e o reconhecimento de subordinados aos podêres constituídos.

"Aqui não há razão de Estado; são razões de segurança para o dia de hoje como para o dia de amanhã.

"Aproveito a oportunidade para afirmar ao honrado senador pela Bahia que, quando a representação do Rio Grande do Sul apresentou a emenda aumentando os sôldos das praças de pré, propalou-se que êsse movimento fôra um ardil da política, por mim empregado, para recomendar-se às suas simpatias. Afirmo a V. Excia. que muito antes de tratar nesta casa do aumento do sôldo dos oficiais do Exército, eu propunha que a medida fôsse estendida às praças de pré.

"Direi mais: nunca compreendi como na República se tenha feito, com tanta liberdade, com tanta profusão, aumentos de sôldos, todos os anos, sob pretextos vários, às classes armadas, aos oficiais, ora sob pretexto de equiparação, ora modificando-se a organização do quadro dos generais, estabelecendo-se um quadro especial, de modo que temos no País um quadro numeroso de generais, sem têrmos soldados. Nunca compreendi que para atender às necessidades da organização das fôrças armadas, fôsse êste o processo republicano, abandonando-se o interêsse das praças e dos desfavorecidos.

"Tanto entre as classes militares, quanto entre as classes civis, vejo bem com que dificuldade lutam aquêles que ocupam, na hierarquia dos funcionários públicos, os postos inferiores, quando solicitam do Congresso Nacional medidas que atendem as necessidades reais.

"Agora mesmo fez-se a reforma dos Correios e os estafetas foram esquecidos. Os direitos dos que trabalham, dos que mourejam, dos humildes, são os esquecidos neste regime de igualdade!

ALFREDO ELLIS — São os deserdados da República oligarca.

PINHEIRO MACHADO — E não são novidades para o ilustre senador pela Bahia os sentimentos que acabo de externar, porque S. Excia. que me honrou com a sua amizade, sabe perfeitamente que sempre assim pensei.

"Não estou trazendo tumultuàriamente estas considerações ao conhecimento dos membros desta casa, tendo em vista combater de frente a medida generosa e equitativa, oferecida pelo ilustre senador pela Bahia, que aceito, impugnando apenas a sua oportunidade.

"É sôbre êste ponto que reside a dúvida do meu espírito, pois a anistia não deve ser concedida, penso eu, na permanência de atos de fôrça, provenientes, embora, de agravos por todos nós reputados justos.

"Receio que aquêles mesmos que se vão aproveitar dessa providência não acreditem que ela seja fruto do exame ponderado de nossas consciências, sôbre fatos que precisam ser reparados, mas sim o resultado do temor, do mêdo e dos grandes perigos que pairam sôbre a capital da República.

"Eu bem sei quão graves são êles, porque, tratando-se de uma revolta, não capitaneada por nenhum chefe de responsabilidade, não dirigida por elementos que tenham um certo grau de cultura, suficiente para avaliarem os danos que podem causar, os males que podem resultar do bombardeio desta capital, que êles possam praticar todos os excessos, ceifando vidas preciosas e, direi mais, ocasionando o êxodo de uma população, em defesa da vida de mulheres e de crianças inermes, que não tem, como nós temos, o dever de repelir a agressão, se ela vier.

"O meu espírito vacila, portanto, em descobrir onde está a maior gravidade: se nos perigos que confesso reais, se em cedermos desde já, sob a pressão dos *dreadnoughts,* às medidas reclamadas pelos revoltosos e o esquecimento de suas faltas, tão prementes e tão graves.

"Por isto, dizia eu ao ilustre senador pela Bahia, que não me oponho na essência à idéia apresentada por S. Excia., porque ela se acha de conformidade com o meu sentimento, mas sim tenho dúvidas sôbre a sua oportunidade.

"Se, agora, quando ainda se estão realizando conferências entre emissários e revoltosos, em nosso nome e por que não dizê-lo, em nome de S. Excia., porque o honrado senador também foi ouvido sôbre o assunto pelo ilustre Senador F. Glicério e concordou com a oportunidade dessa providência mediatriz, eu não sei, senhores, se foi precipitada a apresentação do projeto, se êle não poderá produzir outros inconvenientes, isto é, se neste momento, quando voltam à nossa baía aquêles que fizeram tais imposições, souberem que o Congresso, antes de qualquer declaração de sua submissão, já está atendendo aos seus desejos, não se lembrarão de impor mais alguma condição, obrigando-nos assim a enveredarmos por um caminho de concessões sucessivas, que poderá acarretar o aviltamento dos podêres públicos, da própria pátria, cujos interêsses não têm tido, eu o reconheço, mais estrênuo defensor do que o sr. senador pela Bahia.

"São estas as dúvidas que eu sujeito ao vosso elevado critério, à vossa meditação, neste momento amargurado para todos nós brasileiros, em que vemos, como notou S. Excia., contristados e humilhados, os elementos de defesa do nosso País transformados pela maruja em instrumento de coação e de ameaça aos podêres públicos da Pátria.

"Nem por isso, eu faço causa comum com o sr. senador pela Bahia, quando censura as medidas que se tomaram para o aparelhamento da Nação, quanto à sua defesa interna e externa.

"Lembra-nos S. Excia. que êsses elementos só têm servido para gerar revoluções e armar sedições contra a própria Nação, contra o Govêrno por ela livremente escolhido.

"Recordo a S. Excia. que em minha opinião a grande parte das glórias na defesa do plano da organização da Armada Nacional neste recinto, cabe à sua palavra convincente no serviço dessa causa.

"Foi S. Excia., quem mais se esforçou para que vingasse êsse programa que aí está em execução, representado na aquisição dos *dreadnoughts*. Incontestàvelmente, apesar de todos nós aspiramos a situação auspiciosa da paz neste continente, êles vieram trazer-nos a segurança de que a nossa soberania estaria amparada e defendida, tôda vez que qualquer nação não tivesse para conosco os mesmos intuitos de paz e confraternidade. Lembro mais a V. Excia. que não são os fortes armamentos que produzem revoluções, mas sim a indisciplina e a anarquia das classes sociais.

A. Azeredo — Isso não é uma revolução. É uma insurreição.

Pinheiro Machado — É um fato único na história da humanidade o que se dá neste momento: dois vasos-de-guerra, os mais modernos e mais poderosos que existem no mundo, que põem o resto da Marinha evidentemente em situação de grande inferioridade. Êles estão em poder de uma parte da maruja revoltada, exercendo um domínio sem contraste, uma supremacia indiscutível, nas águas desta capital. É um infortúnio lamentável, sem dúvida, mas nem por isto deixarei de continuar a pensar agora, como então, quando aplaudia a autoridade e os esforços de V. Excia. em favor da reorganização de nossa Marinha de Guerra, que obramos com acêrto e com patriotismo.

"Por mais que nossos espíritos estejam nutridos dos desejos de paz, é minha convicção que para mantê-la é indispen-

sável que sejamos fortes para sermos respeitados; que necessitamos conservar êsses instrumentos preciosos, destinados, apenas, a repelir as afrontas, que porventura nos possam ser feitas.

"Ao terminar peço a V. Excia. que não acredite absolutamente, como nenhum dos senhores senadores, aos quais mereceu aplausos a medida de anistia, que não acreditem que eu tivesse a intenção de dar combate com minha palavra desvaliosa à oração, por todos os títulos notável, de V. Excia. ao justificar essa medida.

São receios justos, legítimos, fundados, que povoam o meu espírito e que sujeito ao conselho refletido de meus ilustres colegas, a fim de verificarem se esta medida, que agora pode ser inoportuna, não será amanhã uma medida natural, legítima, tendo desaparecido os motivos a que aludi da coação, ainda neste momento existente, de uma Esquadra revoltada, impondo aos podêres públicos as medidas aliás, atendíveis em outro momento, quando verificar-se que a nossa iniciativa é livre e espontânea."

* * *

O autor do projeto insistiu na urgência. No momento em que começava o seu discurso, chegou, transmitida pelo telefone, a notícia de que os revoltosos tinham passado um radiograma ao Prsidente da República, declarando-se arrependidos do ato praticado, depondo as armas, e confiando na anistia por parte do Congresso Nacionai. Êste telegrama foi forjado para facilitar a tarefa do Senado Federal, que precisava de uma saída honrosa.

O Sr. Pinheiro Machado disse, então, que só o que faltava era votar-se o projeto, tendo desaparecido de fato a situação de coação em que se poderia supor que deliberasse o Congresso. Estava salva a honra nacional...

Duas horas depois, o projeto de lei já estava na Câmara dos Deputados, com pedido de urgência.

* * *

João Cândido, no "Minas Gerais", senhor absoluto da situação, assistindo de camarote ao corre-corre do Govêrno, mandou pedir os jornais do dia e leu os discursos dos Senadores Rui Barbosa e Pinheiro Machado. Do último tinha agradáveis lembranças, quando da visita do Presidente Campos Sales à Argentina, de cuja comitiva faziam parte Pinheiro

Machado, Quintino Bocaiuva, Epitácio Pessoa. A viagem foi feita no "Riachuelo", e João Cândido, como marinheiro, fêz amizade com o caudilho, de quem recebeu favores especiais.

Ao anoitecer, o "Minas Gerais" captou o seguinte rádio:

"Senado votou anistia, Câmara votará amanhã. Confiem no Presidente da República. Qualquer imprudência será prejudicial. Comandante *José Carlos de Carvalho*".

O despacho revelou que o Govêrno Federal concederia a anistia, no outro dia, a qualquer preço.

De bordo do "Minas Gerais" saiu êste rádio:

"Marinhagem satisfeita notícia anistia. "São Paulo", "Minas" e "Bahia" ficarão noite fora da barra, a fim receberem resolução Congresso."

Os amotinados telegrafaram, também, aos deputados:

"Em nome dos revoltosos enviamos cumprimentos. Conservamos calma, aguardando vossas providências e também Justiça dos podêres constitucionais da República. Os revoltosos em geral. Resposta para o "Minas Gerais".

E a Comissão de Constituição e Justiça, da Câmara dos Deputados, reunida a toque de caixa, deu parecer favorável ao projeto de lei da anistia, fazendo história:

"Muito embora possa parecer inoportuna a adoção de uma tal medida, quando se trata de insurretos ainda não submetidos à autoridade regular, o caráter essencial da anistia por si só basta para mostrar a improcedência de tal alegação.

"Castori, escritor italiano, diz que legitimam a anistia o interêsse público, o perigo de graves males sociais, a esperança de resultados úteis ao bem público. "Circunstâncias há — diz o citado escritor — em que cumprir a lei em todo o seu rigor poderia ser causa de graves discórdias, de lutas intestinas, de guerras civis. Então a suprema exigência da política é que a lei penal não se cumpra porque faltaria à própria missão de tutela da tranqüilidade pública. A anistia não é decretada em benefício do delinqüente, mas no da sociedade".

"Hans, outro notável escritor, referindo-se ao silêncio da Constituição Belga sôbre o direito de anistia e explicando esta como uma necessidade que pode surgir em nome dos interêsses sociais, da paz pública, declara ser a mesma um direito imanente do parlamento.

"Innamorati vai mais longe quando comenta o conceito de Beccaria, dizendo feliz a nação na qual o perdão e a anistia fôssem feitos, para rememorar as contingências que levassem o poder público a pactuar contra os que violam a lei.

"Dalloz diz que a anistia está dentro das necessidades de todos os governos, tendo a mesma origem que o direito de

fazer tratados de paz ou de aliança. Sustenta ainda que ela deve consultar os interêsses do país.

"Pràticamente a Côrte de Cassação, em França, proclamava em decisão de 19 de julho de 1839, que o caráter essencial da anistia é visar o interêsse geral. Estas idéias são correntes e a Comissão, não fôsse a exigüidade do tempo, dar-lhes-ia maior desenvolvimento.

"Pode ainda assim recorrer-se de precedentes célebres, em que a concessão da anistia foi feita a rebeldes que depuseram as armas em determinado prazo. Em 1413 era concedida para pôr têrmo às lutas entre os Burguinhões e os Armagnacs.

"O govêrno saído da Revolução Francesa, a 2 de dezembro de 1794, decretara a anistia em favor dos chouans que dentro de 30 dias depuseram as armas. Outro decreto de 28 de dezembro de 1799 concedia nas mesmas condições a anistia aos rebeldes que depuseram as armas dentro de 30 dias da publicação do decreto.

"Entre nós, mesmo a pacificação do Rio Grande do Sul, em virtude do movimento insurrecional de 1835, anistiava os que se quisessem submeter.

"Diante dos graves acontecimentos que se desenrolam em nossa baía, enchendo de pavor uma população laboriosa; compreendendo os grandes males que podem ainda cair sôbre essa população, caso não cesse imediatamente a insurreição de parte de sua Armada; diante do interêsse geral que a tudo se sobrepõe, a Comissão de Constituição é de parecer que seja adotada pela Câmara e nos têrmos em que está redigido o projeto do Senado. *Frederico Borges,* presidente, vencido, por entender não ser admissível a anistia no caso vertente e atentas as condições em que a mesma é dada. *Raul Fernandes, Germano Hasslocher,* relator. *Justiano de Serpa, Ubaldino de Assis, Teixeira de Sá, Irineu Machado,* vencido".

O projeto de lei foi submetido imediatamente à votação em plenário, havendo algumas discussões pueris. O presidente Sabino Monteiro, com a voz grave, anunciou:

"À vista da deliberação da Câmara, vou submeter a votos, o projeto de lei que concede anistia aos marinheiros insurretos."

O secretário Eusébio de Andrade procedeu à chamada.

Respondem — *sim* — aprovando, os deputados Antônio Nogueira, Monteiro de Sousa, Ferreira Pena, Aurélio Amorim, Lira de Castro, Passos de Miranda, Justiniano de Serpa, Rogério de Miranda, Deoclécio de Campos, Costa Rodrigues, Cunha Machado, Dunshee de Abranches, Christiano Cruz, Coelho Neto, Artur Moreira, Álvaro Mendes, João Gaioso, Joaquim Cruz,

Félix Pacheco, Waldemiro Moreira, Sérgio de Sabóia, Eduardo Sabóia, Graco Cardoso, Gonçalo Souto, João Lopes, Euclides Barroso, Sérgio Barreto, Juvenal Lamartine, Seráfico da Nóbrega, Tavares Cavalcanti, Prudêncio Milanês, Camilo de Holanda, Afonso Costa, Teixeira de Sá, Simões Barbosa, Júlio de Melo, Leopoldo Lins, Faria Neves Sobrinho, José Bezerra, Pedro Pernambuco, Artur Orlando, João de Siqueira, Eusébio de Andrade, Natalício Camboim, Raimundo de Miranda, Pedro Dória, Gumercindo Bessa, Joviniano de Carvalho, Felisbelo Freire, Pedro Lago, Augusto de Freitas, Ubaldino de Assis, Mangabeira, Bernardes Junqueira, Alfredo Rui, Pedro Mariani, Aristides Espínola, Elpídio Mesquita, Rodrigues Lima, Leão Veloso, Torquato Moreira, Bernardo Jorta, Monjardim, Parlo de Melo, Pereira Braga, Monteiro Lopes, Barbosa Lima, Honório Gurgel, Raul Barroso, Bulhões Marcial, Pôrto Sobrinho, Araújo Pinheiro, Érico Coelho, Anibal de Carvalho, Luís Murat, Raul Fernandes, Henrique Borges, Francisco Veiga, Domingos Pena, Sebastião Mascarenhas, Augusto de Lima, Duarte de Abreu, Ribeiro Junqueira, Calógeras, Landulfo Magalhães, Álvaro Botelho, Francisco Bressane, Carneiro de Resende, Bueno de Paiva, Cristiano Brasil, Olegário Maciel, Alaor Prata, Honorato Alves, Manoel Fulgêncio, Epaminondas Otoni, Nogueira, Camilo Prates, Galeão Carvalhal, Ferreira Braga, Carlos Garcia, Álvaro de Carvalho, Alberto Sarmento, Altino Arantes, José Lobo, Bueno de Andrade, Francisco Ribeiro, Ramos Caiado, José Murtinho, Lamenha Lins, Carvalho Chaves, Henrique Valga, João Vespúcio, Diogo Fortuna, Soares dos Santos, José Carlos de Carvalho, Antunes Maciel, Germano Hasslocher, Nabuco de Gouveia, Homero Batista, Ângelo Pinheiros, Domingos Mascarenhas, Pedro Moacir e João Simplício.

Responderam — *não:*

Bezerril Fontenelle, Tomás Cavalcanti, Frederico Borges, Lindolfo Câmara, Francisco Drumond, Irineu Machado, Betencourt da Silva Filho, Penafort Caldas, Francisco Botelho, Paulino de Sousa, Viana do Castelo, João Penido, José Bonifácio, Antero Botelho, Cardoso de Almeida, Jesuíno Cardoso, Cincinato Braga, Rodrigues Alves Filho, Costa Júnior, Eduardo Sócrates, Costa Marques, Luís Adolfo e Paula Ramos.

* * *

A tripulação do "Deodoro" não viu com bons olhos a anistia concedida, sem maiores garantias.

O marinheiro José Alves de Sousa, segundo relatou o médico Adão Manoel Pereira Nunes, com pseudônimo de Benedito Paulo, no seu interessante opúsculo *A Revolta de João Cândido,* editado clandestinamente em 1934, em Pelotas, redigiu êste manifesto de protesto:

"O comandante do *Deodoro* e a pequena guarnição que se encontra neste encouraçado, e que têm lutado com a máxima dificuldade com os trabalhos, e com os riscos das próprias vidas, nunca faltaram com seu apoio aos seus companheiros dos demais navios revoltosos desde 22 a 25 de novembro. E isto se tem dado com brilho, boa-vontade e amor. Mas na noite de 25 ficamos imensamente desgostosos com os companheiros, a quem temos dado todo o nosso apoio.

"Todo êste desgôsto partiu do comandante João Cândido ter aceito a anistia, feita por terra, e não com a presença a bordo, do Presidente da República e do seu Ministério da Marinha. Embora o comandante da divisão revoltada tivesse procurado nos convencer que seria impossível o Govêrno vir assinar a anistia em nossa presença, nós ainda discordamos, não só disto, como do fato de não se ter aumentado por lei, também, o nosso miserável sôldo. Lamentamos que o chefe João Cândido, arrastando o "São Paulo", o "Minas Gerais", e o "Bahia" tenha aceitado a proposta do govêrno, para ficarmos, depois de tanto sacrifício, nas mesmas condições de oprimidos. Pelo muito que temos feito, pelo nosso grande sacrifício na luta, o que nenhum companheiro ignora, nós apelamos para as guarnições dos navios revoltados, a fim de que resolvamos o nosso destino, antes de aceitar a entrega da Esquadra, para que não nos arrependamos mais tarde.

"Não devemos ter pressa da anistia. Esperemos por alguns dias. Não dizem que o nosso sôldo será discutido no Congresso? Pois aguardemos a sua discussão. Nós temos fôrça. O povo está conosco. Êle há de nos ajudar a forçar o Govêrno a dar tudo o que desejamos."

A proclamação do marinheiro José Alves de Sousa vem confirmar a dualidade de comando no "Deodoro". João Cândido e seu Estado-Maior designaram para dirigí-lo o cabo André Avelino. As praças de pré, todavia, aclamaram José Alves de Sousa, um garôto ainda, porém, muito valente e admirado por tôda a marujada. Acontece que o cabo e o grumete se entenderam perfeitamente, e o "Deodoro" ficou sob as ordens de ambos, prestando magníficos serviços à insurreição.

Fala-se num manifesto que os positivistas enviaram ao Presidente Hermes da Fonseca, no qual ponderam que o Govêrno estava "no dever de oferecer aos nossos concidadãos

vítimas dos instintos revolucionários em desespêro, uma anistia ampla e satisfação das justas reclamações que fazem para que cesse o regime que os levou a êsse barbáro extremo."

O positivismo exerceu total influência no início do regime republicano, bastando citar a figura de Benjamin Constant Botelho de Magalhães, apontado como o verdadeiro fundador da República e um dos mais diretos discípulos de Augusto Comte.

Embora não colaborando com assiduidade no Apostolado Positivista do Brasil, publicação anual, sob o lema: "O amor por princípio, a ordem por base e o progresso por fim", pontificando em suas páginas, a pena de Teixeira Mendes, Benjamin Constant, como Ministro da Guerra do Govêrno de Deodoro da Fonseca, assistiu impassível o decreto n.º 328, de 12 de Abril de 1890, que fêz voltar o regime da chibata à Marinha.

* * *

Estava finda a revolta. João Cândido vitorioso, com 30 anos, um semideus, amado pelo gentio humilde do Rio de Janeiro, conhecedor da decisão do Congresso Nacional, radiografou:

"Comandante José Carlos — Catete — Entraremos amanhã ao meio dia. Agradecemos os seus bons ofícios em favor de nossa causa. Se houver qualquer falsidade o senhor sofrerá as conseqüências. Estamos dispostos a vender caro as nossas vidas. — *Os revoltosos.*"

A notícia de que o Govêrno Federal concedeu anistia aos marinheiros, ainda empunhando armas, teve, como era natural, ampla repercussão no mundo.

Le Petit Parisien disse que os acontecimentos marcaram uma nota desagradável para a estréia da Presidência do Marechal Hermes da Fonseca.

O *Matin* publicou uma entrevista que obteve do Sr. Félix Bocaiúva, encarregado de negócios do Brasil, na França, na qual não dissimulou a gravidade da rebelião, encarando os fatos sob o ponto de vista de um levantamento absolutamente limitado.

Os jornais de Berlim publicaram notícias detalhadas dos acontecimentos na Guanabara, acentuando que a rebelião na Marinha não tinha nenhum caráter político.

A *Taegliche Rundschau* censurou o procedimento dos marinheiros sublevados, achando-o, todavia, perfeitamente compreensível. Acrescentou que o Govêrno brasileiro deve tratar,

agora, de assenhorear-se novamente dos navios revoltosos, sem maiores prejuízos.

O Sr. Sousa Dantas, Encarregado de Negócios do Brasil, na Argentina, em entrevista à imprensa, declarou que "os acontecimentos desenrolados a bordo de alguns navios de guerra brasileiros não tinham nenhuma filiação política, sendo, apenas, a insubordinação das respectivas equipagens contra os castigos corporais."

A *Fanfulla*, jornal italiano de São Paulo, comentou: "É bem doloroso para um país forte e altivo ter de sujeitar-se às imposições de 700 ou 800 negros e mulatos que, senhores dos canhões, ameaçaram a Capital da República."

O *Universo*, jornal católico, do Rio, bradou: "O Govêrno suicidou-se e nunca mais recuperará o nome perdido. A nódoa de covardia não há benzina que a tire, e o estado sanitário governamental é comparável ao dos enfermos atacados pelo mais característico dos sintomas do cólera..."

O *Jornal Batista*, dos protestantes, seguiu a mesma trilha:

"Foi, realmente, uma vergonha que o poder público tivesse de, humilhado, capitular o Congresso Nacional, votando a anistia e o Presidente da República sancioná-la."

A imprensa francesa voltou a publicar telegramas, acompanhados de comentários.

O *Temps* afirmou que "os revoltosos bem se podiam vangloriar da vitória fácil, e que era muito provável que mais dia menos dia tentassem abusar dos sucessos de hoje.

"O Govêrno brasileiro" — acrescentou — "sai dêste transe com a sua autoridade muito diminuída. Será preciso que, de futuro, o Marechal Hermes da Fonseca tenha muita habilidade e muita tenacidade para poder reconquistar o terreno agora perdido".

Liberté diz que o Govêrno de Hermes da Fonseca, entre as diversas soluções que se ofereciam ao caso, preferiu a da capitulação integral. "Uma paz conquistada a tal preço — ponderou — não é certamente muito gloriosa".

* * *

Jayme Adour da Câmara, um escritor apaixonado pelos homens e coisas do Brasil, senhor de cultura, prestou a sua colaboração neste trabalho de repórter, revelando páginas de Oswald Andrade, sôbre a revolta de João Cândido.

O autor de "Os Condenados", na noite da revolta, andava às voltas com uma atriz da Companhia Grasso. Em "Um homem sem profissão", livro de memórias, editado em 1954, o

autor de tantas obras que enriqueceram a literatura nacional, assim descreve os acontecimentos:

"No Rio, assisti à primeira revolução política que o Brasil teve neste século — a do marinheiro João Cândido. O Marechal Hermes da Fonseca tinha assumido a Presidência da República num ambiente de grande hostilidade. Era um joguête mais ou menos cretino nas mãos do caudilho sulista Pinheiro Machado. Foi quando se esboçou a luta civilista encabeçada pela figura de Rui Barbosa.

Uma noite, tendo-me demorado numa pensão do centro, em visita aos artistas de Giovanni Grasso, senti, na madrugada que começava, um movimento desusado na rua, onde passou a trote um piquête de cavalaria. A estranheza do fato cresceu quando ouvi falar a palavra revolução entre gente que se juntava nas esquinas.

Revolução? Coisa assombrosa para a sêde de emoção e conhecimento de minha mocidade. Indaguei como se passava o caso e apontaram-me o mar. Apressei-me em alcançar o comêço da Avenida Central, hoje Rio Branco, no local onde se abre a Praça Paris. Aproximei-me do cais e, entre sinais verdes e vermelhos, escutei um prolongado soluço de sereia. Aquêle grito lúgubre no mar escuro me dava a exata medida da subversão. Que seria?"

Prossegue Oswald Andrade, agora descrevendo o pânico da população:

"Fui beirando a enseada escura na direção dos jardins da Glória. Ninguém no cais. Mas, automóveis voavam. De vez em quando passava um trôço de soldados de cavalaria. Resolvi recostar-me num banco e esperar o alvorecer para ver o que sucederia. Adormeci. Alguém acordou-me, sacudindo-me bruscamente: — Olha o guarda! Era provàvelmente um ladrão que me tomava por um colega. Adormeci de nôvo. Acordei em meio de uma maravilhosa aurora de verão. A baía esplêndida com seus morros e enseadas. Seriam talvez quatro horas da manhã. E vi imediatamente na baía, frente a mim, navios de guerra, todos de aço, que se dirigiam em fila para a saída do pôrto. Reconheci o encouraçado "Minas Gerais" que abria a marcha. Seguiam-no o "São Paulo" e mais outro. E todos ostentavam, numa verga do mastro dianteiro, uma pequenina bandeira triangular vermelha. Eu estava diante da revolução. Seria tôda revolução uma aurora?

Um grupo de peixeiros passava na Avenida Beira-Mar, quando de repente, vi acender-se um ponto no costado do "Minas" e um estrondo ecoou perto de mim, acordando a cidade.

Nôvo ponto de fogo, nôvo estrondo. Um estilhaço de granada bateu perto, num poste da Light. Os peixeiros deixaram cair seus cestos de mercadorias e vieram acoitar-se, correndo, atrás de uma das estátuas do Comércio e da Indústria que monumentalizam os jardins da Glória. Eu também corri para aquêle lado a fim de me esconder. Espiando por detraz da estátua, vi que o bombardeio continuava acordando a cidade. Era terrível o segundo que mediava entre o ponto aceso no canhão e o estrondo do disparo. Meus olhos faziam linha reta com a bôca de fogo que atirava. Naquele minuto-século, esperava me ver soterrado, pois parecia ser eu a própria mira do bombardeio. Quis convencer meus companheiros de refúgio a fugir, encosta acima na direção da igrejinha da Glória. Um só, um rapaz de tamancos, saiu em minha frente. Acompanhei-o na corrida, varamos uma residência fechada onde uma môça correu para nos barrar a passagem. — Aqui não é asilo! — Mas é a revolução! Entramos, saímos pelo quintal.

Quando o bombardeio cessou, saindo os navios em direção do mar largo, eu desci para o Rio que intempestivamente acordara. E tomei uma condução para a casa de meu tio. (Oswald de Andrade morava na Rua São Clemente, onde residia seu tio Herculano Marcos Inglês de Sousa, autor do romance "O Missionário"). Ainda estavam todos dormindo, mas eu trazia uma notícia importante demais para não ser conhecida. Acordei meu primo Seu Paulo e daí a algum tempo narrava a tio Herculano, em "robe de chambre", os acontecimentos a que havia assistido. Trocamos opiniões sôbre o que sucedia. Tratava-se da explosão de ódios longamente alimentada contra a ditadura do caudilho Pinheiro Machado, agora reforçada pelo empossamento do Marechal Hermes na presidência da República."

"Presenciei a atuação do Deputado Irineu Machado a favor dos marinheiros. Outros parlamentares os atacavam. Êles tinham espedaçado a machadinha o Comandante do "Minas", Almirante Batista das Neves, que havia tentado sòzinho abafar a sublevação, penetrando no navio-capitânea. Isso trazia como fundo de cena a questão da disciplina e da alimentação fornecida aos marinheiros. Era contra a chibata e a carne podre que se levantavam os soldados do mar. O seu chefe, o negro João Cândido, imediatamente guindado ao pôsto de Almirante, tinha-se revelado um hábil condutor de navios. Quando mais tarde assisti à exibição do filme soviético "Encouraçado Potemkin", vi como se ligavam às mesmas reivindicações os marujos russos e brasileiros."

O escritor, que mais tarde, em 1922, em São Paulo, lançou as bases do movimento de arte moderna, faz causa comum com os rebeldes.

"A revolta de 1910 teve o mais infame dos desfechos. Foi solenemente votada pelo Congresso a anistia aos rebeldes, mas uma vez entregues os presos, foram êles quase todos massacrados e mortos. Escapou o "Almirante" João Cândido e quando, na década de 30, o jornalista Aporelli tentou publicar uma crônica do feito foi miseràvelmente assaltado por oficiais da nossa Marinha de Guerra, que o deixaram nu e surrado numa rua de Copacabana.

Apesar das violências do Govêrno, engrossava de todo lado o desgôsto contra os métodos e propósitos hermistas. Em minha casa, em meu meio, veio também repercutir o ódio contra Pinheiro Machado. No Rio, na própria madrugada da revolução, eu senti não estar ligado aos marinheiros rebeldes, cujas intenções e propósitos desconhecia, mas que me exaltavam pelo espetáculo de sua coragem e desobediência. Com meus vinte anos febris, sei lá a que ponto teria intervido, se pudesse, na eclosão da revolta. Meu lugar, eu sentia, não era positivamente aquêle de fugitivo das primeiras balas rebeldes, sobrinho pacífico do titio Inglês de Sousa e namorado de uma pequena atriz da Companhia Giovanni Grasso. Incriminava-me em monólogos terríveis, por não estar à testa da revolução em que sentia uma luta justa e heróica. Mas, ignorando tudo que se passava e completamente alheio à política nacional, lembrei-me que, dessa vez, não tinha trazido a flauta".

* * *

A rebelião de João Cândido repercutiu no mundo inteiro. Alguns escritores compararam-na ao levante dos marinheiros russos do encouraçado "Potemkin", feito que marcou época, em junho de 1905. Encontrava-me em Moscou, na primavera de 1952, com 14 graus abaixo de zero, quando assisti ao filme "O Encouraçado Potemkin", rodado em 1927, salvo engano, e que ainda hoje constitui a obra-prima do cinema russo.

Meio doutor da revolta de João Cândido, era natural que procurasse conhecer a história do motim do "Potemkin".

Aparece um pequeno torpedeiro junto ao vaso-de-guerra, com sua valiosa carga de provisões: vinho, caviar e as melhores iguarias para regalo dos oficiais, filhos das famílias aristocraticas da Russia do Tzar.

Para os marinheiros sobe uma carga completamente diferente: carne bichada destinada aos caldeirões, onde seria preparada a ração, que consistia no borech — sopa de beterraba, batata e môlho picante — A marujada recusa a lavagem de porco.

O "Potemkin" jazia imovel nas aguas do estreito de Tendra, tão plácido como se águardasse uma visita de Nicolau II. A marinhagem não responde à chamada geral. O Comandante Giliarovsky insiste, agora, mandando ruflar os tambores no tombadilho. Estoura o motim e um dos cabecilhas, Gregori Vackulinchuk, ao regressar do depósito de munições, é abatido. Afanasy Matushenko assume o comando da revolta. É a mola propulsora da rebelião.

Os despojos de Vackulinchuk são mandados para o cais de Odessa, sendo velados sob uma tenda de campanha.

Milhares de operários e suas esposas abandonam o trabalho e vão prestar a última homenagem ao marinheiro fuzilado, quando, por uma curiosa coincidência, nas mais famosas escadarias da Ucrânia que ligavam os luxuosos boulevares à zona imunda das docas, cairam numa emboscada, sendo massacrados pelos cossacos.

Richard Hough escrevendo sobre o motim do "Potemkin", narra:

"Os manifestantes foram atirados da meia lua em cima dos degraus, na pequena passagem, ao alto. Os que lograram escapar aos golpes dos sabres e aos cascos dos cavalos tentavam, agora, fazer recuar as outras centenas que ainda ignoravam a matança. No alto das escadarias um grupo de cossacos havia desmontado, cerrando fileiras com os fuzis apontados para a molhe. Sob o comando de um oficial fizeram pontaria sôbre os barris e atiraram à queima-roupa na multidão de homens, mulheres e crianças que se atropelavam tomados de pânico. A seguir, engatilharam novamente os fuzis, desceram três degraus e apoiando-se em um dos joelhos, todos em perfeita formação, abriram fogo mais uma vez.".

Pelo menos 3.000 pessoas foram massacradas.

É organizado um Comitê Popular, sob a chefia de Constantine Feldmann, jovem que desempenha papel importante na revolta.

Feldmann é o primeiro insurreto da terra a chegar à belonave, em busca de socorro para a população civil de Odessa.

O supremo chefe rebelde Matushenko, inflexivel, não permite o desembarque de um só marinheiro em defesa dos

operários de Odessa, sôbre quem recaiu todo o ódio da família imperial.

E assim os canhões do "Potemkin", de 16 polegadas, não atiraram. O couraçado deixa Odessa e o corpo de Vackulinchulk fica insepulto, à mercê das hienas do Tzar.

Neste interim, sai do pôrto de Sebastopol o grosso da esquadra russa, constituída pelos couraçados "Rotislav", "Catarina II", "Sinop", "George, o Conquistador", "Os Doze Apóstolos", "Tcheme" e "Santíssima Trindade", todos armados com canhões de 16 e 6 polegadas. Acontece que os marinheiros do "Catarina II" recusaram cantar o "Deus Salve o Tzar", depois do Padre Nosso e da Ave-Maria... E quando as belonaves fieis ao Tzar passaram ao lado do "Potemkin", sem molestá-lo, a marujada solidarizou-se com os rebeldes. Já, aí, em todos os navios, tremulavam a bandeira do Santo André...

* * *

A revolta de João Cândido não foi por causa de comida e sim para acabar com a degradação da espécie humana nos convezes dos navios de guerra. João Cândido comandou verdadeira esquadra, constituída pelo "Minas Gerais", "São Paulo", "Deodoro" e "Bahia", num total de 2.379 praças, quando o "Potemkin" não dispunha de 500.

No "Potemkin", sob ameaça de fuzilamento, vários oficiais permaneceram na belonave, participando de tôdas as operações, o que não aconteceu, em absoluto, com o "Minas Gerais" e "São Paulo", quando a oficialidade foi obrigada a abandoná-los.

Ainda mais. Tamanha era a perícia dos brasileiros, que João Cândido ordenou o sumário desembarque dos técnicos inglêses da Vickers-Armstrong, os quais, por fôrça de contrato, prestavam assistência aos *dreadnought*, em particular, na parte de eletricidade, fundamental ao funcionamento das belonaves.

Ressalte-se, por fim, os sentimentos de humanidade de João Cândido, mandando para terra os corpos dos seus superiores abatidos, quando, de arma em punho, tentavam restabelecer a ordem a bordo. A lancha que conduziu os cadáveres do Comandante Batista das Neves, dos Capitães-Tenentes José Cláudio da Silva e Mario Lahmeyer, levou, também, os despojos dos marujos mortos pelos seus superiores. A embarcação atravessou a Guanabara, indo encostar no Cais da

Marinha, com a Bandeira do Brasil em funeral. No "Potemkin" os oficiais assassinados foram atirados ao mar.

O poeta uruguaio Álvaro Armando Vasseur, por exemplo, em seus "Cantos del Penitente", dedicou páginas ao movimento de João Cândido, intitulando-as "A un heróe negro" e "El epitafio".

Sílvio Júlio, em "Leitura", de Barbosa Melo, rememorou o fato e divulgou o belo poema "A un heroe negro", destacando:

> *"Por si tu causa no surge algún fiero Dante negro,*
> *que grave en tensos versículos este canto de la epopeya*
> *[del mar,*
> *— ante las viejas montanas, ante el oceáno libre*
> *que vieran por seis jornadas tremolar tu pabellón, —*
> *yo esculpiré sobre imágens que duren lo que el idioma*
> *la victoria de tus naves, victoria del nuevo mundo...*
> *con esta simple inscripción:*
> *A ti, las salvas de los canones,*
> *A ti, el trueno de mi canción."*

O "El epitafio", por sua vez, é um libelo do homem livre da América contra a covardia inominável de um govêrno, que não hesitou em fuzilar homens anistiados, no convés do "Satellite":

> *"Un epitafio para la fosa de los marinos insurrectos que,*
> *después de amnistiados,*
> *cuando el mundo celebraba en ellos el triunfo de la*
> *[dignidad humana,*
> *fueron secuestrados de sus naves, conducidos, dolosamente*
> *[a una trágica isla*
> *emparedados vivos por docenas..."*

Foram publicados em 1912, sendo que "A un heroe negro" reaparece na coleção de Clássicos Uruguaios, edição de 1955, da Biblioteca Artigas, de Montevideu.

Em New York, ainda, em 1912, Lord James Bryce, autor de "The Holly Roman Empire" e "The American Commonwealth", ao escrever "South America Observations and Impressions" — dedicou várias páginas ao movimento da marujada, sob o título: "Naval Munity at Rio".

O lord foi surpreendido pela revolta a caminho de Petrópolis. Era passageiro de um transatlântico britânico, surto no pôrto. Descreveu o que viu e ouviu. Exaltou o gesto de magnitude de João Cândido, dando cobertura ao embarque de passageiros do cais para o navio, feito numa lancha. E, cortezmente, mandou que o "São Paulo" acompanhasse o paquete até a barra. Aqui deixo falar James Bryce:

"Não era uma revolução política, nem um pronunciamento militar, mas um motim da Marinha. As tripulações eram quase inteiramente de negros. Sòmente alguns homens brancos foram deixados a bordo. Eram engenheiros inglêses, detidos forçadamente com ordem de trabalhar nas máquinas. Os navios de guerra estavam liderados por um negro, chamado João Cândido, um homem de energia e resolução, que se tinha apoderado da situação, ordenando pôr na água tôdas as bebidas do "Minas Gerais". Os ofendidos alegavam que tinham excesso de trabalho, ordenados insuficientes, freqüência de castigos corporais.

O motim parecia ter sido por espontâneo ato dos tripulantes. Para remediar os injustiçados, os quais, naturalmente, tinham pedido anistia para êles mesmos, ameaçaram pôr a cidade em cinzas, disparando alguns tiros de canhões. Algumas tropas estavam movimentando-se, cavalaria e infantaria. Poucos carros de motores e raras mulheres podiam ser vistos. Negócios parados e grupos conversando nos cantos das ruas. Todo o tráfego marítimo do lado oposto da baía foi parado pelos amotinados. Andando por Botafogo, sob as palmeiras, achei uma bateria, seus canhões apontados aos navios de guerra, contra os quais êles, naturalmente, seriam usados como uma bola de papel.

Estavamos almoçando no Ministério do Exterior — era uma pequena festa por consideração às nossas espôsas — quando repentinamente o tiro de um canhão foi ouvido e continuou através dos intervalos.

As horas passaram e cada um estava ainda perguntando, que será feito? Os amotinados não podem estar famintos, porque ameaçaram destruir a cidade se a comida fôsse recusada. E o Rio estava à sua mercê. Por causa desta atitude êles tinham forçado a dar-lhes água. Não podiam afundar os navios, com torpedos; primeiro porque êles não alcançavam o casco e segundo porque seria uma coisa séria destruir propriedades, as quais tinham sido pagas com dificuldades. A solução era se submeter aos amotinados.

Mais tarde o fogo recomeçou e subi ao terceiro andar do Consulado Britânico para ver o que estava acontecendo. Os navios atiravam e da terra replicavam. Estavamos tão perto, o bastante para ver a chama vermelha vinda dos navios encouraçados, justamente, antes do tiro ser ouvido.

Parado na baía, o vapor em que estavamos navegando para Liverpool, com bastante carvão para chegar à Bahia. A imediata dificuldade era para a multidão de passageiros alcançar o navio, em plena linha de combate. Finalmente,

um bote foi mandado, com uma bandeira de trégua. E o "São Paulo" consentiu cessar o fogo e deixar os passageiros subir a bordo do navio britânico, viajando todos numa lancha que levava a bandeira da Inglaterra. E assim atravessamos a zona sem perigo.

O alívio era visível em cada rosto, quando subimos a escada, porque se um canhão dos negros tivesse tido o desejo de atirar, podia muito bem ter mandado a embarcação ao fundo.

Navegamos vagarosamente pelo oceano e o magnífico "São Paulo" correu ao nosso lado e podíamos ver o seu *deck* com uma aglomeração de negros e a bandeira vermelha ainda tremulando.

"Um escudo em prêto e vermelho", alguém observou. Fora da baía, o "Minas Gerais" garantia a entrada da barra. E demos adeus ao Rio.

* * *

E do "Minas Gerais" saiu o último rádio dos rebeldes, agora, destinado ao Marechal Hermes da Fonseca:

"Confiando na vossa Justiça, esperamos, com o coração transbordando de alegria, a vossa resolução, pois os culpados da nossa rebelião são os maus oficiais de Marinha, que nos fazem escravizados dêles e não da bandeira que temos. Estaremos ao vosso lado, pois não se trata de política e sim dos direitos dos miseráveis marinheiros."

O Almirante Pinheiro Guedes, chefe do Estado Maior da Armada, nomeou os oficiais que deveriam tomar conta dos navios em poder dos rebeldes:

— "Minas Gerais" — Comandante, Capitão-de-Mar-e-Guerra João Pereira Leite; Imediato, Capitão-de-Corveta Henrique Teixeira Sadock de Sá; Encarregado Geral, Capitão-Tenente Antônio Caraciolo; Encarregado da Telegrafia-Sem-Fio, Capitão-Tenente Morais Rêgo; Oficiais: Capitães-Tenentes José Garcia Almeida, Álvaro Bastos, Américo Pimentel, Nelson Jurema, Mário Spinola e Raul Daltro; 1.ºs Tenentes Alexandre Veloso, César Fonseca, Randolfo Carvalho, Jorge Dodsworth Martins e Lindenberg Pôrto Rocha, 2.ºs Tenentes Santa Cruz Abreu, Luís Castilho e Eleutério do Canto.

"São Paulo" — Comandante, Capitão-de-Fragata Silvinato Moura; Imediato, Capitão-de-Corveta Deolindo Maciel; Capitães-Tenentes Brito Pereira, Benedito Goulart, Couto Aguirre, Greenhalg Barreto e Wilfrid Lynch; 1.º Tenente Antônio Segadas Viana, Roberto Guedes, Romeu Braga, Astrogildo Goulart, José Maria Neiva, Adalberto Meneses de

Oliveira, Aristides Beltrão, Luís Bezerra Cavalcanti, Velho Sobrinho, Eustáquio Câmara e Luís Barros Falcão, 2.º Tenente J. C. Costallat.

"Bahia" — Comandante, Capitão-de-Fragata Raymundo Vale; Imediato, Capitão-de-Corveta Noronha Santos; Capitães-Tenentes Péricles de Melo e Mário da Gama e Silva, 1.ºs Tenentes Leonardo Pereira, Lemos Bastos, Sebastião Lobo, Arnaldo Bittencourt, Fabrício Caldas, João Bonifácio da Costa e Eugênio Jordão.

"Deodoro" — Comandante, Capitão-de-Fragata Altino Correia; Imediato, Capitão-de-Corveta José Francisco Moura, Capitães-Tenentes Luís Clemente Pinto, Henrique Melquiades e Carlos Lavigne, 1.ºs Tenentes Esculápio de Paiva, Gustavo Goulart e Bustamante, 2.ºs Tenentes Antônio Guimarães e Godofredo Rangel Leite Ribeiro e Fernando Savaget.

* * *

Quando amanheceu o dia 26 de novembro, linda manhã de sol, a Guanabara apresentava aspecto admirável.

"A atmosfera tinha uma transparência que muito agradava à vista. O perfil dos morros que cintam a baía, desenhava-se em relêvo "escuro na claridade que surgia" — escreveu um cronista.

Nas avenidas que emolduravam o mar, as praças de cavalaria dormitavam fatigadas sôbre as montarias, outras, desmontadas, dormiam sôbre o gramado.

Assim começou o dia das últimas apreensões e do alívio final. Seriam 7h 30m, quando se enxergou, minúsculo, à distância, o vulto do "São Paulo", aproando à barra. Seguia-se de longe o "Bahia".

O *dreadnought* e o *scout* navegavam vagarosamente. À entrada da barra o "São Paulo" diminuiu a marcha e parou por fim; o "Bahia" fêz umas evoluções ainda fora da baía e veio depois aproximar-se do "São Paulo". E ambos entraram, guardando entre êles uma distância razoável.

O *dreadnought* marchou até o poço, onde parou. O "Bahia" fundeou mais adiante. Mas não demoraram muito tempo. Começaram a mover-se, o que aliás fizeram durante todo o dia. Tinham ficado fora da barra o "Minas Gerais" e o "Deodoro", concluindo os serviços de limpeza.

Desde que entrou, o "São Paulo" quase não estêve parado. Fêz no interior da baía uma série de evoluções e manobras, que foram acompanhadas com interêsse e admiração pelo povo

que se alinhava junto ao cais e que se havia encarapitado nos morros para apreciar a Esquadra rebelde.

Foi, então, que o comando do "São Paulo" resolveu impedir a navegação que se fazia nas proximidades do ancoradouro. Uma barca da Cantareira que acabava de largar, da ponte de Niterói, com destino ao Rio, recebeu ordens de regressar. O mestre deu volta ao leme e aproou de nôvo ao Cais Pharoux. Outras embarcações, a vapor, que procuravam cortar a baía, eram também intimadas a voltar ao litoral. E assim o "São Paulo" exerceu a polícia do pôrto, o domínio do mar e a exclusividade da navegação.

Tinham entrado desde a manhã o couraçado "São Paulo" e o *scout* "Bahia".

Todo o mundo, ao ver só essas duas unidades, estranhava a ausência das duas outras, o "Minas Gerais" e o "Deodoro". Só às 13 horas êles entraram, ambos trazendo arvorada a bandeira vermelha.

As quatro belonaves, a um sinal do "Minas Gerais", prestaram tocante homenagem aos mortos da insurreição, fazendo hastear o Pavilhão Nacional em funeral. João Cândido pronunciou ligeira oração, enquanto um clarim executou o toque de silêncio.

* * *

Arriada a bandeira rubra, começou o crime contra os anistiados, culminando com fuzilamentos, a bordo do "Satellite", em águas do norte, enquanto João Cândido e seus companheiros de jornada, todos anistiados, foram metidos em masmorras medievais na ilha das Cobras, onde vários morreram asfixiados com cal virgem. O chefe, aquêle que acabou com a chibata na Marinha, foi parar no Hospital dos Alienados.

Permaneceu 18 meses numa prisão subterrânea, com água infiltrada. A verdadeira história de João Cândido tem início agora. É um terrível libelo contra as instituições democráticas, contra homens poderosos que desceram da dignidade do cargo e foram perseguir um homem do povo, pelo crime de ter acabado com os castigos corporais numa Nação tida e havida como cristã e civilizada. Mas João Cândido era um daqueles cantados por Euclides da Cunha: um forte acima de tudo.

Êle sobreviveu para narrar a sua história.

* * *

O Capitão-de-Mar e Guerra João Pereira Leite chegou a bordo do "Minas Gerais", que estava fundeado a uma milha da ilha Fiscal, numa lancha do gabinete do Ministro da Marinha.

À aproximação do barco, João Cândido mandou formar tôda a tripulação no convés e prestou as continências de estilo. Dirigiu-se à escada e recebeu o nôvo comandante, — que trajava o seu uniforme azul — com um vigoroso apêrto de mão, enquanto a banda de música executava um hino.

Dezenas de binóculos, no Arsenal de Marinha, acompanhavam os detalhes do encontro do marujo com o Capitão-de-Mar e Guerra, que após a leitura do decreto de anistia, publicado no "Diário Oficial", percorreu o encouraçado, encontrando-o na mais perfeita ordem.

João Cândido, um verdadeiro ídolo da marujada, deu um passo à frente e tirou o lenço vermelho que trazia ao pescoço, recolhendo-o ao bolso.

Estava entendido, claramente, que o marujo Marcelino Rodrigues Meneses, cujo açoite acendeu o estopim da revovolução, foi o último marinheiro brasileiro a ser flagelado.

* * *

O Brasil foi sempre a terra dos grandes golpes políticos, provocando reações violentas. Não fôssem as medidas odiosas e tomadas de sopetão, como a cobrança de impostos absurdos, perseguições mesquinhas aos adversários, o açoite dos indefesos, não teriam sido deflagradas sublevações de caráter nìtidamente popular, nestes últimos cem anos.

Vencida pela traição de uns e, principalmente, pelo esmagador poderio de fogo, foi rechaçada a República, que funcionou, por 80 dias, em 1817, em Pernambuco, com ramificações em Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. Chegou a ser elaborada uma Constituição que assegurava a liberdade de imprensa e religiosa, a igualdade de todos perante a lei.

A revolta foi dominada por tropas que partiram da Bahia e os cabecilhas condenados à morte. O Padre João Ribeiro Pessoa, por exemplo, suicidou-se, porém, teve o cadáver exumado e mutilado em praça pública.

O célebre Frei Miguelinho, que não era frade e sim o Padre Miguel Joaquim de Almeida e Castro, antes de subir ao cadafalso queimou todo o arquivo da organização.

Os remanescentes, os que escaparam à fúria assassina dos governantes, com a ajuda de Frei Caneca, Tristão de Alencar Araripe, Padre Mororó e outros, proclamaram a efêmera Confederação do Equador, em 1824.

Os movimentos foram inspirados, sem dúvida, no sacrifício de Felipe dos Santos, em 1720, rasgado vivo, prêso às caudas de quatro cavalos nas ruas de Vila Rica. Na verdade, foi enforcado. Nenhum bom compêndio repete a lenda do ato selvagem. Setenta anos depois surgiu a conspiração de Tiradentes, o chefe da Inconfidência Mineira, em 1789.

Ninguém melhor definiu o movimento de Joaquim José da Silva Xavier, do que Sílvio Romero:

"A Inconfidência não foi, por certo, um grande movimento; mas foi uma grande aspiração, nobre aspiração expiada no cadafalso e no destêrro."

De um modo geral, as primeiras conspirações não saíram do terreno intelectual, muito embora, já em 1684, no Maranhão, cansados do rêlho português, milhares de negros, índios e mamelucos, às ordens de Manoel Beckman, estivessem em pé de guerra. Mas não dispararam um tiro.

Antes, coisa igual ocorreu em São Paulo, quando os nativos aclamaram Amador Bueno, como seu Rei.

Mas a partir da célebre *Cabanagem*, em 1835, no Pará, a história foi outra.

Correram rios de sangue pelo vale do Amazonas, irmanando aborígenes e caboclos escravizados, ombro a ombro com presos comuns tirados das cadeias públicas. Tôda esta avalancha humana foi atirada contra o colonizador.

Da "Sabinada", na Bahia, em 1837, que custou o sacrifício de tantas vidas, basta ler trechos do manifesto rebelde. "Tomamos essa grave resolução em vista das conhecidas más intenções do govêrno central contra as providências do Império: menoscabando-as e humilhando-as constantemente."

Estourou a "Balaiada", em 1838, luta completamente desvirtuada por bandos de fanáticos, verdadeiras feras às ordens de "Tempestade", "Gavião", "Côco", "Pinho", lugares-tenentes do prêto velho Cosme. Tudo isto por falta de unidade de comando.

Os insurretos, que desgraçaram os sertões do Maranhão, Piauí e até do Ceará, com saques e atentados à honra, não iniciaram o movimento desta maneira.

E isto Astolfo Serra, em "A Balaiada" escreveu:

"O fenômeno da "Balaiada" se manifestou de maneira insofismável, precisamente, quando uma onda de descrença e desespêro surdos, se alastrava por tôdas as classes oprimidas

do Maranhão. A grande massa de sertanejos esperava a palavra de ordem de seus mentores políticos entre o Govêrno, ou mais certo, entre os chefes da política dominante e a massa de tôdas as camadas sociais, cavou-se um abismo.

"A cisão era evidente, tendo-se quebrado todos os vínculos de direção entre o poder público e o povo. Mas, à medida que a massa crescia em prestígio, os líderes do povo também falharam, fugindo à responsabilidade do levante, e, assim, a massa, abandonada ao seu próprio destino, entregou-se aos primeiros audaciosos que dentre ela apareceram e nasceu o levante, surgiu a rebelião como uma fuga da massa da ação dos primeiros chefes, para o servilismo aos seus próprios guias, saídos então, todos êles, do seio da própria massa rebelada.

É a mais unânime de tôdas as opiniões acêrca da "Balaiada", a de que ela surgiu da ralé, com pretos, índios e mestiços."

Seguiu-se a Revolução Praieira, em Pernambuco, em 1848, com cobertura na massa, a ponto de Joaquim Nabuco, em *Um Estadista do Império*, dizer:

"Não se pode deixar de reconhecer no movimento praieiro a fôrça de um turbilhão popular."

Uma quadrinha de rua andava de bôca em bôca, contra os portuguêses:

"Corja vil de vis marotos,
Amigos das borracheiras,
Dar-vos-emos a resposta
Nas pontas das lambedeiras.

E a ira contra os grandes proprietários da terra era glosada:

"Quem viver em Pernambuco
Deve estar desenganado,
Que ou há-de ser Cavalcanti
Ou há-de ser cavalgado."

Fernando Segismundo, em sua "História Popular da Revolução Praieira" definiu as caracteristicas da rebelião:

"Os rebeldes, sob o comando de Nunes Machado, Borges da Fonseca, Pedro Ivo, Pais Barreto e outros, lançaram um manifesto, ao mesmo tempo, um ultimato, pois só largariam as armas alcançados os seguintes objetivos: "Voto livre e universal do povo brasileiro; plena e absoluta liberdade de comunicar os pensamentos por meio da imprensa; trabalho como garantia de vida para o cidadão brasileiro; comércio a retalho só para os cidadãos brasileiros; inteira e efetiva in-

dependência dos podêres constituidos; extinção do poder moderador e do direito de agraciar; elemento federal na nova organização; completa reforma do poder judicial, em ordem a segurar as garantias dos direitos individuais dos cidadãos; extinção da lei do juro convencional; extinção do sistema de recrutamento."

Que foi, honestamente, a assinatura da Lei Áurea, senão o epílogo de uma campanha popular contra a chibata, com a colaboração decisiva de homens de letras, militares, operários?

Na luta contra o cativeiro surgiram os nomes de Castro Alves, Rui Barbosa, José do Patrocínio, Joaquim Nabuco, João Cordeiro, figurando ao lado da gente de condições sociais as mais humildes, inclusive Francisco José do Nascimento, o jangadeiro que ajudou a acabar com a escravatura, no Ceará, quatro anos antes de a Princesa Isabel extingui-la por decreto.

Êsses movimentos populares, por singular coincidência, quase todos estouraram no mês de novembro, inclusive a Proclamação da República.

* * *

Estão definidas, perfeitamente, as diretrizes que nortearam os principais levantes contra a opressão que ocorreram neste século. Uns com nítida inspiração política, outros com o apoio exclusivo na massa.

A rebelião de João Cândido, entretanto, teve características próprias. O ambiente, aliás, era propício, dentro da própria Marinha. Havia geral descontentamento em face da súbita mudança do Plano Naval. Reinava indisciplina e já causava espécie a demora para a aprovação das novas tabelas pelo Congresso Nacional.

No Govêrno de Rodrigues Alves, o Almirante Júlio de Noronha, Ministro da Marinha, profundo conhecedor dos problemas navais, estudou um plano, mais tarde apresentado como projeto de lei ao Congresso Nacional, pelo Deputado Laurindo Pita, buscando o reaparelhamento da nossa Marinha de Guerra, cheia de calhambeques. E, porque não dizer, deficiente, coisa que não acontecia em absoluto, no Império, quando a Marinha se cobriu de glória em memoráveis batalhas, na guerra do Paraguai. Da sua desorganização basta lembrar um fato narrado pelo Comandante Pereira da Cunha:

"Quando, em dezembro de 1907, a poderosa Esquadra norte-americana, que então fazia a volta da terra, deixou a

Guanabara, em correta formação e composta de unidades homogêneas, poderosas e altamente eficientes, o Almirante Alexandrino de Alencar, então Ministro, entendeu mandar acompanhar tal Esquadra até fora da barra pela nossa, composta dos elementos os mais heterogêneos que imaginar se possa e sem nenhum exercício de conjunto, como aliás não era possível nem criterioso, tal a diversidade de tipos de navios que possuíamos. Aconteceu, porém, que, como era comum em tardes de forte verão, desabou um temporal de N. W. com chuva torrencial, e a visibilidade tornou-se nula. Como também normalmente acontece, pouco tempo durou êsse temporal de verão e, logo que tudo clareou, os nossos navios estavam vergonhosamente esparramados, como era bem compreensível para os profissionais, mas não para os leigos — o povo — enquanto a majestosa Esquadra norte-americana parecia nem ter-se apercebido do mau tempo, tão perfeita e correta continuava a sua impecável formação."

* * *

O plano aprovado pelo Congresso Nacional, em 14 de dezembro de 1904, autorizou o Govêrno a encomendar três couraçados de 12.500 a 13.000 toneladas; três cruzadores-couraçados de 9.200 a 9.500 toneladas; 6 caças-torpedeiros de 400 toneladas; 6 torpedeiros de 130 toneladas; 6 torpedeiros de 50 toneladas (toneladas de deslocamento); três submarinos; um transporte para carregar 6.000 toneladas de carvão. O couraçado projetado teria doze canhões de 254 m/m,50 calibres; 12 de 76 m/m e outros 12 de 47 m/m, isto é, 36 canhões.

O mundo ficou boquiaberto. A Inglaterra, com quase cem anos de progresso na matéria, só tinha um *dreadnought*, enquanto o Brasil iria comprar três.

Em ousadia somos, realmente, os primeiros!

* * *

Rodrigues Alves terminou o mandato e Afonso Pena assumiu o Govêrno, convidando para Ministro da Marinha, o Almirante Alexandrino de Alencar.

O Plano Naval foi modificado em 26 de novembro de 1906 "aumentando o deslocamento dos couraçados e caça-torpedeiros (*destroieres*) e substituindo os cruzadores-couraçados por esclarecedores extra-rápidos, assim como o navio carvoeiro e o navio-escola por navio mineiro e um pequeno

navio destinado aos serviços de hidrografia e exploração da costa."

Note-se que o referido decreto só foi dado à publicidade, quando a encomenda já estava em andamento.

Êstes fatos causaram mal-estar no seio da oficialidade.

É evidente que as praças de pré não tinham nenhum interêsse por êste ou aquêle plano. Mas estavam descontentes com os castigos corporais, com a péssima alimentação e a sobrecarga de trabalho, já que quase tôdas as guarnições apresentavam claros.

A imprensa e a oposição protestavam contra a proteção dispensada pelo Presidente da República ao Cel. Pantaleão Telles e ao Comandante Costa Mendes, responsáveis pelo bombardeio de Manaus e que eram vistos, constantemente, na intimidade dos maiorais da República.

A campanha civilista, por sua vez, agitou tôda a Nação e os marinheiros, que não escondiam a sua admiração pela candidatura de Rui Barbosa, sofreram influência do meio.

Nas vésperas do levante, um grupo de marujos do "Minas Gerais" jogou um grumete ao mar e, à proporção que êste vinha à tona, um tripulante do convés fazia-o submergir com um pau. Era um desafio aos oficiais. Dois dias antes de estalar a sublevação, o cabo Waldemar de Sousa foi anavalhado, baixando ao hospital da Marinha, em estado melindroso. O ambiente era propício à intentona. Ao contrário do que ocorreu com certos movimentos armados, a conjura foi hàbilmente preparada e não faltou, no momento preciso, unidade de comando.

Foi por isto que a revolta da Armada, pela marinhagem, não foi sufocada pelo Govêrno, que sabotou, inclusive, medidas do Ministro da Marinha para tentar dominar o motim.

* * *

João Cândido revelou, então, que quando estava na Inglaterra, acompanhando a construção do "Minas Gerais", levado por um sentimento de simpatia por Nilo Peçanha, Chefe do Govêrno, mandou pintar o seu perfil a carvão. No Rio o encouraçado foi visitado pelo Presidente da República e todo o Ministério.

Já gozando da proteção do Almirante Alexandrino de Alencar, Ministro da Marinha, cuja família, em Rio Pardo, muito o protegeu, na infância, fácil foi mostrar o quadro ao Chefe da Nação, que mandou marcar uma audiência especial para

João Cândido, no Catete, sendo o único marinheiro, em tôda a história do Brasil, a receber tamanha honraria.

João Cândido ofereceu o retrato e suplicou ao Presidente da República, em nome de milhares de companheiros, a abolição da chibata na Armada. A entrevista foi em maio de 1910.

Daí a suspeita da revolta ter sido inspirada por Nilo Peçanha e o Almirante Alexandrino de Alencar, que deixaram o Govêrno 8 dias antes da rebelião.

* * *

Tramavam, claramente, contra a anistia concedida há cinco dias, pelo Congresso, quando o Senador Rui Barbosa enviou a seguinte indicação à mesa do Senado:

"Considerando que um dos primeiros atos do Govêrno Provisório foi o decreto, cujo artigo segundo declarou "abolido, na Armada o castigo corporal"; considerando que êsse ato, não se revogando até hoje, subsiste em vigor na Legislação do país; considerando que a aplicação de tais castigos, já pela sua índole desumana e vilipendiosa, já pela rebeldia, imposta contra as leis fundamentais do Brasil embrutece o marinheiro e o soldado, e, educando-o na indisciplina habitual, com espetáculo da lei abertamente infringida pelos seus superiores, constitui no seio das classes armadas um germe permanente de sedição; indica ao Senado a conveniência e urgência de que a Comissão de Justiça e Legislação, juntamente com a de Constituição e Diplomacia, ouvindo sem demora o Govêrno sob o lado prático do assunto, formule e submeta ao Congresso, a tempo de se discutir e votar êste ano, um projeto que, extinguindo inteiramente os castigos corporais no Exército e na Marinha, estabeleça meios de repressão eficaz às transgressões dessa medida."

* * *

O titular da Marinha, Almirante Marques de Leão, que era um homem de coragem, respondeu ao Presidente do Senado Federal, no dia 15 de dezembro de 1910. Trata-se de uma peça que define responsabilidades e refresca a memória de muita gente.

Inicialmente mostrou tôda a legislação que aboliu com os castigos corporais na Armada, para mencionar o decreto de 12 de abril de 1890, que criou a Companhia Correcional. E, por fim, proclamou:

"Disso tudo se depreende que a situação presente resulta de um falseamento dos princípios, cuja responsabilidade cabe só aos governos anteriores."

"De muito nos habituamos à aceitação de belas doutrinas sem que cogitemos e, conscienciosamente, executá-las em todos os seus corolários e conseqüências.

Daí tem resultado a incoerência e a desordem, da qual só nos libertaremos quando, com vontade firme, abandonarmos o sistema das aparências.

Iludida por uma miragem, a Nação Brasileira assistiu à formação de uma Esquadra respeitável, supondo que isso bastasse para uma boa organização naval; no entanto, os fatos vieram demonstrar-lhe, agora, que a posse de um material flutuante aperfeiçoado e forte não é o elemento essencial de uma Marinha de primeira ordem. Por demais convencido desta verdade, ao submeter-vos minhas idéias, acentuei que deveriamos terminar o programa do material flutuante já estabelecido sem cogitar de desvarios incompatíveis com as nossas condições e tendo sempre em vista que, para o desenvolvimento do nosso poder marítimo, mais se impunham outras providências, sem as quais seria contraproducente qualquer argumento de Esquadra.

"Entre essas assinalei a inadiável solução do problema dos arsenais, a necessidade de terminar a excessiva centralização a que até agora têm estado subordinados os serviços da Marinha e as medidas relativas ao pessoal.

"Não se concebe uma Marinha sem arsenais, realmente capazes de corresponder aos seus fins, e, se nossos recursos dificultam-nos os grandes empreendimentos, cumpre não esquecer que o problema admite solução nos garantindo, não só a independência das fábricas do estrangeiro, na emergência de uma guerra externa, como a canalização de evultados capitais para o nosso País, determinando melhoria de situação econômica durante o tempo de paz.

"Para terminar a excessiva centralização dos serviços, o que impede a prontidão das providências e a rapidez das mobilizações, anulando os mais importantes fatôres da vitória, sugeri a necessidade de organizar administrações locais com a precisa autonomia, realizando simultâneamente modificações no mecanismo da administração central, consultando os interêsses de uma melhor distribuição de serviços e mais nítida definição de responsabilidade.

"Entre as medidas relativas ao pessoal, indiquei como mais urgente, assinalando que a triste sorte de nossos marinheiros era assunto de que o Govêrno se não devia descuidar:

a) expedição de um regulamento disciplinar, no qual fôssem consagrados os direitos e garantias resultantes da forma republicana, revogadas as disposições em contrário, ou que nêle não fôssem consolidadas; definição perfeita dos deveres e direitos do militar, tanto no serviço ativo como na situação de reserva; sistematização do ensino, tanto de oficiais e especialistas como de inferiores e praças; revisão dos Regulamentos do Corpo de Marinheiros e Batalhão Naval estabelecendo as medidas mais convenientes para garantir a situação das praças que terminaram o tempo de serviço; revisão do regulamento dos arsenais, com o fim de melhorar a situação dos operários.

"A necessidade dessas medidas não será hoje contestada. Todos reconhecem com mais ou menos clarividência que a Marinha ressente-se de um desenvolvimento não acompanhado de providências que lhe mantivessem a normalidade.

"E essas providências só poderão produzir benéficos efeitos, se realizadas em seu conjunto, atingindo tanto o pessoal e material como a administração.

"Para isso faz-se mister a necessária autorização legislativa, julgando dever salientar que a elaboração de um código disciplinar consubstanciando os princípios indicados pelo Senado Federal e a perfeita definição dos direitos e deveres do militar, exige criterioso estudo que não pode ser levado a cabo no curto prazo de que dispõe o Congresso em sua atual sessão legislativa.

"Parece-nos que seria conveniente confiar-se essa obra a competências reconhecidas que se imponham pelo seu saber e qualidades morais.

"Finalizando, permiti-me que mais uma vez saliente que a solução do problema que nos ocupa não está na simples aplicação das leis existentes, mas na adoção de um nôvo sistema expurgado de incoerências e anacronismos."

* * *

Já em 1910 a política era um bom negócio para certos senadores, deputados e diretores de jornais que, ganhando relativamente pouco, gastavam à larga. Alguns líderes levavam vida de nababo, em recepções de gala, viagens à Europa, quando não perdiam somas fabulosas na rolêta.

Eram advogados de interêsses estrangeiros, inclusive da antiga *Botanical Garden Railway Road Company*, que faz parte do atual grupo *Light*, *Cantareira*, *Leopoldina Railway*, *St. John d'El Rey Gold Mining Company* (Morro Velho) etc.

Quintino Bocaíuva, diretor de *O Paiz,* presidente do Partido Republicano, senador, com tôdas as armas para fazer fortuna rápida, do dia para a noite, não tinha uma casa própria para morar com a espôsa e filhos. Exemplo de probidade e trabalho, Quintino Bocaiúva foi um dos campeões da luta contra o cativeiro e um dos próceres da Proclamação da República.

"O Paiz" era de propriedade do Conde de Matozinhos, riquíssimo chefe da colonia portuguesa e magnífico explorador do trabalho alheio, vivendo nababescamente, enquanto os seus redatores percebiam salarios de fome.

Mas o chefe republicano, com notável fôlha de serviços à Nação, avêsso à publicidade, não figurou como personagem de proa dos acontecimentos. Seu nome raramente saía publicado em "O Paiz". Homem austero e de rígidos princípios morais, com tudo para ser um potentado, ficou emocionado quando soube que um grupo de amigos iniciou uma colheita pública em benefício de sua família. Era comum a leitura de um comunicado como êste:

"Subscrição para a compra de um prédio a ser oferecido aos filhos menores do eminente republicano Quintino Bocaiúva: *Francisco Botelho, Balthazar Bernardino, Pôrto Sobrinho, Raul Veiga, Érico Coelho, Teixeira Brandão, Pereira Nunes, Faria Souto, Raul Fernandes, Lobo Jurumenha* e *Araújo Pinheiro,* cada um com 200$000, num total de 2:200$000."

Dirigente de um partido forte, de âmbito nacional, recebeu no Senado uma comissão de marinheiros anistiados, o que lhe valeu críticas dos seus inimigos.

MASSACRE

> *"Transformaram a ilha das Cobras num montão de ruínas, juncada de cadáveres O Govêrno matou legiões de marinheiros anistiados."*
>
> (*Dos jornais*)

Os dias passavam sem maiores novidades, quando foram celebradas várias missas em sufrágio das almas dos oficiais abatidos na intentona.

João Cândido, no "Minas Gerais", tentou reunir o Comitê Geral da Revolução, não obtendo êxito, já que alguns dos chefes rebeldes foram desembarcados e outros transferidos para os serviços em terra.

A imprensa, aproveitando as exéquias, publicou as biografias de todos os superiores que tombaram no "Minas Gerais", "São Paulo" e "Bahia". No "Deodoro" não houve sangue. Soube-se, então, que o Comandante João Batista das Neves era natural de Mato Grosso e tinha 54 anos quando foi massacrado. Foi unânime o elogio à sua bravura.

A Câmara dos Deputados votou um crédito para a construção de um monumento àquele oficial.

O Congresso Nacional passou a discutir um projeto que fixava a Fôrça Naval para 1911, com 50 aspirantes a Guardas-Marinha e 50 alunos do Curso de Máquinas da Escola Naval; 6.000 praças do Corpo de Marinheiros Nacionais, inclusive a Cia. Nacional de Mato Grosso; 1.500 foguistas contratados e 3.000 aprendizes-marinheiros procedentes das escolas; sendo conhecidas as novas tabelas de vencimentos. Marinheiros de 1.ª classe, 18$000 de sôldo e 9$000 de gratificação. Marinheiro de 2.ª classe, 18$000. Grumetes, 15$000. As praças que completassem 10 anos teriam um acréscimo de 10% e as que atingissem 15 anos, 15%.

O regime de escravatura continuava o mesmo: dez anos para quem viesse das Escolas de Aprendizes ou do Voluntariado...

Sentia-se, através do noticiário dos jornais ligados ao Catete, que conspiravam contra João Cândido e seus companheiros. A anistia, como foi dada, não foi muito gloriosa para o Govêrno. Daí o sobressalto dos marinheiros, receosos de represálias, mesmo anistiados.

Uma comissão de ex-revoltosos estêve nas residências dos Senadores Rui Barbosa e Pinheiro Machado, não sendo recebida. Visitou, em seguida, as redações de jornais, manifestando as suas apreensões. Um dos chefes da revolta, o cabo André Avelino, que comandou o "Deodoro", achou mais seguro fugir para o Norte.

João Cândido, que simboliza a ingenuidade do nosso homem do povo, chegou a censurar os companheiros, dizendo:

"Vocês fazem mal! Isto é um desrespeito ao Govêrno! Fomos anistiados, somos cidadãos livres...

O pânico entre os marujos aumentou, quando foram surpreendidos com a publicação do decreto n.º 8.400:

"Atendendo ao que lhe expôs o Ministro de Estado dos Negócios da Marinha, resolve autorizar a baixa, por exclusão, das praças do Corpo de Marinheiros Nacionais, cuja permanência se tornar inconveniente à disciplina; dispensando-se a formalidade exigida pelo artigo 150 do Regulamento anexo ao Decreto n.º 7.124, de 24 de setembro de 1908, e revogando-se as disposições em contrário. Rio de Janeiro, 28 de Novembro de 1910. 89.º da Independência e 22.º da República (Assinados) *Hermes Rodrigues da Fonseca — Joaquim Marques Batista de Leão.*

Estava, assim, fraudada a anistia. Mas não era o bastante para o Govêrno Federal, cujos porta-vozes, no Congresso Nacional, faziam sondagens para o Estado de Sítio.

Foi tão drástica a vassourada, que os navios ficaram privados de pessoal para os serviços indispensáveis de sua manutenção. Foi preciso contratar portuguêses, recrutados em vários pontos da cidade, os quais prestaram bons serviços, até a admissão de novos marujos, oriundos das Escolas de Aprendizes-Marinheiros espalhadas pelo Brasil.

• • •

O Batalhão Naval continuava de sobreaviso, não se afastando da ilha das Cobras, sendo colocados destacamentos em diversos locais: Quartel do Batalhão, Depósito Naval, em todo o litoral do Arsenal até a Praínha, saguão do Quartel-General, a bordo dos navios "Floriano", "Benjamin Constant", "Re-

pública", "Tamoio" e "Primeiro de Março" e quatro soldados em cada lancha de polícia do Arsenal.

Na madrugada de 4 de dezembro, na Piedade, foram presos 22 marujos acusados de conspiradores. As prisões da ilha das Cobras, sede dos Fuzileiros Navais, aos poucos ficaram superlotadas. O batalhão entrou em rigorosa prontidão. O efetivo de praças era de 616 e o Estado-Maior constava dos seguintes oficiais: Comandante: Capitão-de-Fragata Francisco José Marques da Rocha, que mais tarde viria ocupar as manchetes dos jornais como o verdugo da ilha da Maldição; Subcomandante: Capitão-de-Corveta Venceslau de Albuquerque Caldas; Capitães-Tenentes Oscar Alberto Lins de Azevedo; Manoel Marques de Faria, Vicente Augusto Rodrigues, Guilherme Ferreira de Abreu, médico; Tenentes João Batista Lauro, Alfredo Bernardo Colônia, Armando de Azevedo Pina, Cristiano Maria de Figueiredo Aranha e Radamante do Campo y Amoedo.

A guarnição do Batalhão Naval, na verdade, tinha elementos indesejáveis, o rebutalho da sociedade. O que havia de pior nas favelas, lá estava.

Os boatos de nova sublevação continuavam circulando, agora, com detalhes precisos, inclusive o dia do motim!

Oito fuzileiros, no pátio, deram vivas à Liberdade, no que foram correspondidos por vários grupos. O Comandante levou o fato ao conhecimento de seus superiores e ordenou severas medidas.

Marques da Rocha era um oficial dos mais conhecidos e viajado, tendo estado, inclusive, na Rússia. Comandou os avisos "Jutahy" e "Juruema", no Amazonas; o "Carlos Gomes" e os couraçados: "Riachuelo" e "Deodoro" e o cruzador "Tamandaré". Foi o primeiro Comandante do "Minas Gerais", em construção, na Inglaterra, de onde regressou a chamado do Almirante Alexandrino de Alencar, em fins de 1908. Procurado por um repórter para falar sôbre as notícias que inquietavam a população, profetizou:

— Os meus homens não me darão êste desgôsto! Não há perigo. Respondo pelos meus soldados!

* * *

O *scout* "Rio Grande do Sul", às ordens do Capitão-de-Fragata Pedro Max Fernando Frontin, estava minado por boatos alarmantes, os mesmos que invadiram a ilha das Cobras. Os marinheiros seriam atacados, à noite, pelo Exército!

A intriga alcançou os seus objetivos, pois a partir das 20 horas do dia 9, ninguém se entendia mais a bordo. A oficialidade, prèviamente avisada, aguardava o primeiro tiro dos amotinados para rechaçar a intentona. Os marinheiros, por sua vez, esperavam uma ordem de um superior qualquer para desrespeitá-la. Era o início do motim.

Aqui deixo falar o então 1.º Tenente César da Fonseca, que no diário do cruzador *Rio Grande do Sul*, quarto de 8 às 12 horas de 9 para 10 de dezembro de 1910, escreveu:

"Bom tempo. O navio amarrado e com o cabo passado na bóia. Largou a lancha a vapor por duas ou três vêzes com o Tenente Durval Teixeira. Houve faxina de macas. Às onze horas, aproximadamente, ao formar uma turma de marinheiros que devia desembarcar, em virtude de alguns dêles ter o tempo de serviço completo e outros nocivos à disciplina, observou-se à ré, imediatamente, um ajuntamento da guarnição, pelo que fui avisar ao Comandante, que se achava na Câmara, em companhia do Imediato e do Capitão-Tenente Carneiro da Cunha. Dirigi-me, em seguida, para o corredor dos camarotes, para armar-me de uma carabina, fazendo o mesmo os Senhores Comandante, Imediato, Oficiais e alguns inferiores. Neste momento o navio fez-se às escuras e ouvi logo, em seguida, gritos sediciosos de — Não forma! — e tiros. Subi para o tombadilho, já encontrando lá alguns oficiais que procuravam manter a guarnição, todos convenientemente armados. O Capitão-Tenente Francisco Xavier Carneiro da Cunha, que tinha ficado no convés, foi conduzido para o tombadilho com um ferimento de bala e um outro produzido por punhal. Êsse oficial, sentindo-se gravemente ferido, desceu até o patim inferior da escada do portaló para recolher-se a bordo da lancha a vapor, o que não conseguiu, visto que a guarnição da referida lancha não atendia, largando aos gritos para o "Minas Gerais". O oficial Carneiro da Cunha não se sentindo com mais fôrça, caiu, sendo carregado para o tombadilho. Pouco depois o Comandante ordenou que o primeiro escaler fôsse arriado para condução do Capitão Carneiro e de uma praça, sendo acompanhados pelo médico de bordo. O oficial faleceu antes de ser hospitalizado. Às onze horas e cinqüenta e cinco minutos apresentaram-se os marinheiros Manoel Antônio e Belmiro Libânio, que queriam falar com o Comandante, ao que foi acedido. Declararam que a guarnição se tinha revoltado devido aos boatos constantes que o navio ia ser atacado por fôrça de terra com a aquiescência dos oficiais, para o que já haviam sido retiradas tôdas as culatrinhas dos canhões e muitas outras notícias

alarmantes, porém, que formaria a guarnição logo que o Comandante ordenasse e que submeter-se-iam. À vista disto, o Comandante ordenou a formatura, mandando fazer a chamada dos que faltavam, dirigindo por esta ocasião algumas palavras à guarnição, sôbre o seu procedimento, incitando-a para não afastar-se outra vez do caminho do dever, da disciplina e da honra. Convém aqui assinalar que um grupo de marinheiros arriou e guarneceu os escaleres 7.º e 8.º, largando em seguida com destino desconhecido. Ainda quando, aliás, o Comandante, depois de dirigir-se à guarnição, como disse anteriormente, ordenou que a guarnição fôsse repousar, continuando, como medida de prudência, os oficiais e inferiores no tombadilho, armados com carabinas embaladas. S. M. N. Passei o serviço. (a) *César Augusto Machado da Fonseca*, Primeiro-Tenente."

* * *

Na ilha das Cobras, pouco depois das 22 horas, foi ouvido o toque de avançar, em acelerado. Em minutos as praças correram para o pátio, dando "Vivas à Liberdade!"

Os jornais que consultei não apresentam versão igual. Cada um narra os acontecimentos ao bel-prazer da imaginação do repórter. Nenhum jornalista conseguiu ingressar na ilha.

Os navios passaram a bombardear o Batalhão Naval, enquanto os canhões do Exército, postados no morro de São Bento, desfechavam tiros contra a praça de guerra sublevada.

"Belonaves inglêsas que estavam na Guanabara, em viagem de instrução, trabalharam até alta madrugada com os seus holofotes e as suas lanchas prestaram bons serviços ao Govêrno" — é o que dizem o *Correio da Manhã* e *"O Paiz"*, de 11 de dezembro.

O 2.º Tenente Benvindo Freire, do Regimento de Cavalaria do Exército, herói de Canudos, foi alvejado a bala no Cais Faroux, morrendo no H. C. E.

Os tiros mais certeiros partiram do "Minas Gerais", do "São Paulo", "Bahia" e "Deodoro", justamente os navios que formavam a Esquadra amotinada em 22 de novembro.

No "Minas Gerais" estava João Cândido que, pela sua qualidade de chefe de uma revolução vitoriosa, mantinha contato permanente com a oficialidade, a bem da disciplina da tropa. Os amotinados do Batalhão Naval foram rechaçados a ferro e a fogo, hasteando a bandeira branca.

O Catete, senhor absoluto da situação, graças à adesão da Esquadra à legalidade, não aceitou a rendição incondicional, ordenando maior bombardeio sôbre a ilha, a fim de forçar o Congresso Nacional a votar o Estado de Sítio, arma política que tanto interessava ao Govêrno, solicitado através de uma mensagem, da qual se destaca êste trecho:

"Não é possível, entretanto, esconder que êsse fato, seguindo-se tão de perto aos acontecimentos de 22 de novembro é resultado de um trabalho constante e impatriótico que tem lançado a anarquia e a indisciplina nos espíritos, especialmente aos menos cultos e, por isso mesmo, mais suscetíveis de fáceis sugestões."

O projeto de lei foi apresentado pelo Senador Alencastro Guimarães, sendo aprovado, a tôda velocidade, por 36 votos contra 1. E êste foi o de Rui Barbosa, uma vida cheia de exemplos dignificantes, porém, contraditórios, aliás, reconhecidos pelo notável homem público.

Quase que arrasada pelo canhoneio das belonaves e canhões do Exército, estendidos ao longo do Cais Faroux, o Batalhão Naval era um inferno de fogo. As chamas devoravam os edifícios, enquanto ruíam os arcabouços dos armazéns.

"A ilha — escreveu o "Diário de Notícias" — é um montão de ruínas, sepultando centenas de cadáveres. De 600 soldados que eram, restam 60 vencidos pelo desespêro. Os outros morreram, fugiram ou entregaram-se ao Govêrno. Não se justifica, pois, o Estado de Sítio."

"O Estado de Sítio é um compló contra a Nação" — bradaram na Câmara os Deputados.

E na Praça 15 de Novembro, ao lado de seus oficiais de gabinete Maurício de Lacerda e Gastão Teixeira, o Presidente da República inspeciona as linhas avançadas do Exército, cuja principal peça de artilharia só funcionou, com precisão, depois de calibrada por um oficial austríaco, refugiado no Rio. Esta cena foi assistida por Gustavo Barroso, então jovem repórter do "Jornal do Comércio". Um sacerdote, por sua vez, colocou um santinho na alça de mira de um canhão para o projétil acertar o alvo.

O Exército recolheu mais de 20 soldados mortos e 60 feridos. O Hospital de Pronto Socorro recebeu 132 feridos por estilhaços de granadas e balas. O necrotério tinha 8 civis e um monge à espera de reconhecimento. O massacre foi seguido de um assalto, em massa, pelo Exército. A praça insubordinada ficou sob o comando do Coronel Manoel Carneiro Fontoura, do 2.º Regimento de Infantaria, encarregado

da limpeza da zona. Os mortos eram fuzileiros. Não pereceu um só oficial.

Na mesma tarde desinfetaram o sítio, tamanho era o mau cheiro desprendido dos corpos mutilados.

* * *

Na falta de um depoimento jornalístico, já que nenhum homem de imprensa conseguiu ingressar na Ilha do Desespêro, é oportuna a divulgação do relatório do capitão-tenente reformado Antero José Marques, que foi sargento-ajudante e testemunha da sublevação. Trata-se de um documento fornecido pelo diretor do Serviço de Documentação do Ministério da Marinha, Vice-Almirante César Augusto Machado da Fonseca:

"Alvejaram a tiros a sala de estudos e quebraram o aparelho telefônico. Apagaram a iluminação do quartel. Cercaram a ladeira da praça d'armas, onde estavam os oficiais, impedindo pelo fogo da fuzilaria a entrada dos mesmos no recinto do quartel. Arrombaram o paiol de munição, situado no subterrâneo, em frente ao edifício do corpo central. Trouxeram artilharia e metralhadoras para o pátio. Soltaram todos os presos e cercaram os pontos de saída. Tudo isto os sublevados fizeram ràpidamente.

"Estabeleceu-se verdadeira confusão. As praças, de fuzil em punho, sem munição, corriam em tôdas as direções, procurando saber do que se tratava. Uma grande maioria das praças conseguiu no primeiro momento internar-se no hospital e depois passar para o Arsenal. Eu, que me achava no pátio interno, entre o corpo central e a caixa d'água, consegui deter o avanço da 3.ª Companhia, para o pátio central e com ela organizei, ràpidamente, uma carga de baioneta sôbre os sublevados. Esta carga foi, porém, debandada a tiros de fuzilaria, havendo vários ferimentos leves e graves e morto o 1.º Sargento José Francisco Sobral. Uma bala furou o boné do brigada, o qual recebeu um leve ferimento no braço esquerdo. Com o brigada do batalhão, transportaram-se para o Arsenal de Marinha, 8 sargentos, 7 cabos e 128 soldados. No referido Arsenal já se encontravam cêrca de 200 praças, que haviam conseguido sair do quartel, no primeiro momento da sublevação. O comandante e oficiais do batalhão que se achavam no Arsenal, eram de opinião que se realizasse na madrugada do levante, um assalto à praça de guerra, com a tropa disponível, que para isso já estava municiada. Êsse ataque não se realizou, por ter havido ordem superior em

contrário. Antes da sublevação do batalhão houve um princípio de levante a bordo do "scout" "Rio Grande do Sul", onde foi morto o Capitão Carneiro da Cunha. Como os demais navios não se manifestassem, os sublevados limitaram-se a fazer, durante a noite, disparos de fuzilaria para o Arsenal de Marinha. Já êsses mesmos rebeldes do Batalhão, tentaram mandar, durante a madrugada, uma embaixada a bordo do "Minas Gerais", não o conseguindo por falta de condução.

"O marinheiro João Cândido, que havia pernoitado a bordo do "Minas Gerais", foi prêso na manhã do dia 10, ao desembarcar de uma lancha, no cais dos Mineiros. Também foram detidos os três marinheiros da guarnição que haviam largado de bordo do "Minas", sem licença. Eram todos figuras de destaque na anterior sublevação do navio.

"Os marujos das guarnições dos navios que se achavam no Arsenal, inclusive João Cândido, foram retirados para diversas repartições militares e civis da cidade, escoltados por fôrças do Exército, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros. Durante a madrugada do levante, enquanto se esperava a ordem do Govêrno para atacar o quartel, foram reforçados pelas praças do batalhão os estabelecimentos navais e a guarda do Catete. Guarneceram-se os pontos de desembarque do litoral, entre a Praça 15 de Novembro e o Cais do Pôrto, para prender os sublevados e os sentenciados do presídio, que ali desembarcassem. Rebocadores armados de metralhadoras e com praças do batalhão, rondavam a ilha para prender os fugitivos. Com o comandante do batalhão ficaram no Arsenal os oficiais e o brigada para reconhecimento e prisão de todos os sublevados e sentenciados do presídio que ali chegassem. O restante das praças, que se compunha de 150, teve a incumbência de escoltar os presos. Às 5 horas da manhã do dia 10 chegaram ao Arsenal de Marinha, o 2.º Regimento de Infantaria, um grupo de obuses, sob o comando do Capitão Leite de Castro, uma companhia da Polícia Militar, um contingente do Corpo de Bombeiros e um contingente de uma linha de tiro. A êsse tempo, os contratorpedeiros e o cruzador "Barroso" tomaram posição ao largo para bombardear o quartel; o grupo de obuses tomou posição no Mosteiro de São Bento. A infantaria ocupou o cais do Arsenal, próximo às oficinas, para posterior assalto e ocupação da ilha e às 6 horas foi iniciado o fogo pelos canhões da Esquadra e bateria de obuses. Era necessário certo cuidado na direção dos tiros, porque os sublevados não permitiram retirar os doentes baixados no Hospital da Marinha, deixando sòmente retirar-se para o Arsenal o Capitão-Tenente Dr. Ferreira de

Abreu, médico do Batalhão, que ali se internara no início da sublevação. Êste médico era conhecido no batalhão, como o "Pai dos Soldados". O General Mena Barreto achava-se no Arsenal de Marinha assistindo ao bombardeio e dando ordens. O Capitão-Tenente Anfilóquio Reis foi designado pelo Chefe do Estado-Maior da Armada para indicar às fôrças de terra, os pontos estratégicos do quartel. Durante algum tempo os sublevados responderam ao fogo dos navios e atiravam de fuzilaria e metralhadoras para o Arsenal e Praça 15, matando ali um civil. Mais tarde colocaram um canhão na frente do portão do Hospital e passaram a responder ao fogo da bateria, em São Bento. Uma granada dêsse canhão, atingindo a muralha do mosteiro, matou, por estilhaço, um aspirante e um sargento do Exército, causando também ferimentos leves no braço do General Mena Barreto e em diversas praças. A guarnição dêsse canhão, que se compunha de 12 sentenciados e um soldado naval, quase todos embriagados, foi tôda morta por um só impacto de obus, do morro de São Bento. Às 15 horas achava-se o quartel e parte do hospital em completa ruína. Desde 2 horas da tarde, os sublevados não respondiam ao fogo. Tinham içado a bandeira branca em um pequeno mastro, na frente da capela. Nesse entretempo procuravam fugir à punição, vestindo-se à paisana, com as roupas dos oficiais e trabalhadores das obras do dique, em construção e outros vestiam as camisolas dos doentes, fingindo-se baixados antes da revolta. Às 3 horas e 45 minutos, atracaram ao cais do Depósito Naval vários rebocadores para transportar os sublevados para o Arsenal, onde chegaram disfarçados. Foram, porém, todos reconhecidos e recolhidos presos a diversos quartéis das fôrças de terra. Logo após a chegada dos sublevados ao Arsenal, foi enviado ao quartel um destacamento do batalhão, o qual procedeu à remoção de 23 mortos para o necrotério do hospital da Marinha e trouxe para o Arsenal 18 sublevados feridos. Às 5 horas da tarde foi o quartel ocupado pelo 2.º Regimento de Infantaria do Exército, sob o comando do Coronel Fontoura. Às 6 horas o Comandante Marques da Rocha, à frente de oficiais e a maioria das praças do batalhão, tomou novamente posse do quartel de seu comando, retirando-se a fôrça do Exército."

* * *

João Cândido e seus companheiros, já presos e incomunicáveis, passaram alguns dias no Quartel General do Exército, na Praça da República, onde o Major Estanislau Vieira

Pamplona, à custa de um revólver, quis obrigá-lo a dizer ter sido Rui Barbosa quem tramou a revolta.

Outros caíram na desgraçada 3.ª galeria da Casa de Detenção, terrível atentado contra a Dignidade Humana.

Os xadrezes da Polícia Central ficaram como ninhos de rato. Cêrca de 600 prisões foram efetuadas, sendo que quase todos eram anistiados e civis arrebanhados nas ruas.

No cubículo do 1.º Regimento de Infantaria, João Cândido descobriu um amigo de infância, encarcerado pelo crime de ter feito um comentário em frente ao edifício da "Gazeta de Notícias", exaltando a revolta de novembro. De tanto apanhar ficou com um ôlho vazado e várias costelas quebradas. Não recebeu socorro médico e, em conseqüência dos maus tratos, faleceu no calabouço.

O Govêrno estava como queria. Já tinha o Estado de Sítio aprovado pelo Senado Federal, dependendo, apenas, da Câmara dos Deputados. E o decreto de 28 de novembro permitia a expulsão de levas de marinheiros anistiados. Nas masmorras já se encontrava o Estado-Maior da esquadra revoltada por João Cândido.

Ricardo Dias Martins, que tomou conta do "Bahia", ficou separado de João Cândido, juntamente com um marinheiro de nome Andrade, imediato do "Minas Gerais".

O cabo Gregório do Nascimento, do "São Paulo", foi metido numa miserável enxovia, que mal dava para um homem ficar de cócoras.

Verdadeira noite de São Bartolomeu caiu sôbre as famílias dos marujos anistiados, embora todos tenham hipotecado solidariedade ao Govêrno, por ocasião do levante do Batalhão Naval.

Foi quando o deputado paranaense Corrêa de Freitas denunciou o crime, dizendo que a manobra visava, apenas, o Estado de Sítio:

"Mesmo quanto ao bombardeio da ilha das Cobras, entendo que não havia necessidade de tanto rigor, quando bastava cortar-se a água. Não precisava tanta crueldade, pois não há mérito em dar combate a leões enjaulados, tal qual se achavam os fuzileiros navais na Ilha das Cobras.

"Foi mais uma fita para mostrar que o Govêrno estava forte, precisava mostrar o seu valor militar. E as pobres vítimas é que perderam a vida; homens, mulheres e crianças, filhos do povo, pagaram com a vida a exibição dessa farsa.

"Enquanto o Presidente da República enveredar pelo caminho das leis e da Constituição, terá todo o meu apoio. No caso, atual, não vejo razão para o Estado de Sítio. Voto con-

Correio da Manhã

RIO DE JANEIRO — DOMINGO, 27 DE NOVEMBRO DE 1910

TERMINOU, DEFINITIVAMENTE; A SUBLEVAÇÃO DOS MARUJOS

O pavilhão encarnado desceu dos mastros dos possantes couraçados.

Os officiaes nomeados para commandarem os navios assumiram os seus postos.

O "Correio da Manhã" a bordo, antes dos vasos de guerra serem restituidos ao governo.

E'cos e novas informações sobre o movimento e medidas tomadas pelo governo.

O "Correio da Manhã", de 27 de novembro de 1910, notícia a cessação de fogo, destacando a fotografia de João Cândido, vendo-se, ainda, o Deputado José Carlos de Carvalho, parlamentando com João Cândido.

tra êle. E no caso de ser aprovado, desisto de tôdas as garantias parlamentares, porque entendo que em uma República constituída nos moldes verdadeiramente democráticos, no regime da liberdade e da igualdade, não se podem amparar os membros do Congresso com as imunidades, quando se arrancam do povo tôdas as garantias e liberdades.

"Empregarei, pois, todos os esforços para não passar o Estado de Sítio, porque considero uma verdadeira calamidade para o nosso País e o tempo se encarregará de vir patentear o grave êrro que o Congresso vai cometer, votando a medida.

"Pertencendo a um Estado que foi flagelado durante o Estado de Sítio, atirando-se homens em abismos insondáveis na Serra do Mar, no lugar Pico do Diabo, no quilômetro 65, mandando-se abrir sepultura para enterrar os vivos, não poderei dar meu voto para o Estado de Sítio. Lamento que o ilustre senador pelo Paraná, que até é parente de uma das vítimas, sobrinho do Barão de Sêrro Azul, tivesse a triste glória de trazer à representação nacional o pedido da supressão de garantias dos seus concidadãos."

Mas o Estado de Sítio passou por esmagadora maioria.

* * *

Felipe Moreira Lima, o tenente que participou dos movimentos do Exército, a partir de 1910, irmão de Lourenço Moreira Lima, o bacharel que serviu de secretário da "Coluna Prestes", em suas memórias publicadas em "Panflêto", em 1945, sob a direção de Lourival Coutinho, assim narrou os acontecimentos fora da ilha, na órbita marítima e no centro da cidade:

"Achando-me em Piquête, vim ao Rio em comêço de dezembro, para ajustar contas, hospedando-me no Clube Militar. Na véspera de regressar, às 21 horas, estando a conversar no salão, ouvi o rodar da artilharia e a marcha cadenciada da infantaria, as quais se deslocavam para o Largo do Paço e Praia de Santa Luzia, oficiais, que se recolhiam, traziam a notícia de uma nova revolta que acabava de rebentar. Na ilha das Cobras, sublevara-se o Batalhão de Fuzileiros Navais, mas a maior parte dos navios mantinha-se fiel. Os grandes couraçados estavam neutralizados, por terem os oficiais retirado e escondido as culatrinhas dos canhões. O Comandante Frontin, com sua oficialidade, dominara, a bala, uma tentativa de levantar no "Rio Grande do Sul". O General Mena Barreto, nôvo comandante da Região, já movera tôda a fôrça disponível e expedira ordem irrevogável para a artilharia abrir fogo, logo que amanhecesse.

"Assim, mal rompeu a aurora, começaram a troar os canhões de terra. Granadas arrebentavam em várias ruas e praças centrais. Havia feridos em vários pontos e na Avenida Marechal Floriano. Um projétil de artilharia arrancara a cabeça de um sírio. O General Mena Barreto acabara de ser ferido, enquanto o General Dantas, que se achava a seu lado, tinha, apenas, a capa furada por balas de fuzil. Não se podia atravessar, sem perigo, o Largo do Paço, que estava sendo varrido por fuzilaria e balas de canhões de pequeno calibre. Entretanto, grande multidão se aglomerava nos pontos abrigados, a apreciar o combate. Inglêses fleugmáticos, armados de binóculo, observavam o espetáculo com interêsse, dos pontos elevados da cidade.

"Após oito horas de nutrido fogo, a ilha das Cobras içava uma bandeira branca e era ocupada por fôrças do Exército, sendo aprisionados todos os rebeldes. O Congresso decretava o Estado de Sítio e o Govêrno, como medida preventiva, fazia desembarcar e prender os marinheiros anistiados, fato muito explorado pela oposição, que o classificava de inominável felonia, tanto a paixão política consegue desvairar os homens. A verdade é que essa medida se justificava, plenamente, visto não ser aceitável que homens convencidos, não sem fundamento, de haverem obtido uma vitória e sentindo-se glorificados pela imprensa, que indiretamente os estimulava a novas façanhas, continuassem de posse dos navios de guerra. Aliás, seria quase impossível manter com êles a disciplina a bordo. Os jornais apresentavam o negro João Cândido, aos olhos do povo, como um herói nacional e lhe atribuíam a capacidade de um grande marinheiro, tratando-o propositadamente de almirante.

"Era um Nelson dos morros... que não arrasara a capital por humanidade. E um jornal argentino reivindicava para Corrientes a glória de ter sido a terra de nascimento do "herói". A anistia, nas condições em que foi concedida, era uma dolorosa medida de emergência de que a própria Inglaterra lançara mão outrora, em situação decerto mais grave, tendo posteriormente o mesmo procedimento como o que tinha agora o Brasil, apenas com a diferença de que aqui se limitaram as autoridades a deportá-los para o Acre, e lá foram todos enforcados... Um dos chefes da revolta em um dos navios era, tempos depois, aceito como empregado do palácio presidencial...

"Contrariando, porém, essa conduta das altas autoridades, o zêlo sinistro de subalternos criou para o Govêrno situação bastante embaraçosa, com os fuzilamentos a bordo

do "Satélite", navio em que eram conduzidos os marujos deportados para aquela região, e o tratamento desumano que o Comandante dos Fuzileiros Navais infligiu aos presos na ilha das Cobras. Essas ocorrências provocaram enérgica repulsa da opinião pública e serviram, por longos meses, de pretexto a uma campanha de descrédito contra a administração do país.

"Êsses acontecimentos tiveram um coroamento tìpicamente brasileiro. Desde o comêço do ano, arrastava-se no Congresso o projeto de uma nova tabela de vencimentos para as Fôrças Armadas, proposta pelo Senador Pires Ferreira. A revolta dos marinheiros teve a virtude de fazê-la votar imediatamente pelo Congresso. Além da abolição da chibata, foi um dos frutos positivos do temeroso levante. Chamaram-na "tabela Pires Ferreira." Talvez lhe coubesse melhor o nome de "tabela João Cândido"...

Muito de propósito aproveitei a narrativa de Felipe Moreira Lima, de quem fiquei amigo, êle general, e eu, na época, redator dos "Diários Associados".

Moreira Lima, depois de prestar relevantes serviços à Nação, foi envolvido pela sórdida politicagem e, por um triz, não caiu nas garras do repugnante Tribunal de Segurança Nacional, a Côrte que absolvia ou condenava conforme a propina do processado, com juízes venais, aliados a promotores despidos da menor dose de escrúpulo. Era a escória da Justiça!

O depoimento de Felipe Moreira Lima foi escrito em 1910. Publicou-o, todavia, em 1945, conservando o original, quando poderia ter suprimido vários trechos, redigidos com anotações apressadas e tomadas no deflagar do levante.

Ano depois, Moreira Lima, em praça pública, exaltava João Cândido e o "Dragão do Mar", como autênticos heróis populares.

Felipe Moreira Lima foi uma das figuras mais marcantes do nosso Exército. Morreu pobre, sem conseguir publicar, em livro, as suas memórias, parcialmente divulgadas em "Panfleto".

"SATÉLITE"

"Senhor Deus dos desgraçados,
Dizei-me vós, Senhor Deus,
Se é verdade ou se é loucura
Tanto horror perante os céus!"

CASTRO ALVES

A história do "Satélite", o navio fantasma, é qualquer coisa de monstruosa.

É difícil encontrar uma palavra que defina a viagem do cargueiro do Lóide Brasileiro, que transportou os rebeldes do "Batalhão Naval" e dos vasos-de-guerra, fuzilando-os sumàriamente em alto mar, a partir da saída do paquête da baía de Guanabara, na noite do Natal de 1910. Outros tombaram assassinados nas selvas do Amazonas.

Duzentos e noventa e três homens foram retirados da Casa de Detenção e jogados no porão, todos com destino a Santo Antônio do Madeira e Linha Telegráfica, em construção, em plena selva amazônica, pela Comissão Cândido Rondon. Muitos eram modestos operários e servidores publicos, simpatizantes da revolta de João Cândido.

Não foi decretado Estado de Sítio, mas o Govêrno abusou do poder, deportando sem dó, nem piedade.

Os 66 marinheiros recolhidos numa masmorra do Quartel do Exército receberam ordem de embarque do então Delegado de Polícia, Sr. Flôres da Cunha.

Do Quartel do 1.º Regimento de Infantaria saíram mais 31 marinheiros, entre êles Hernani Pereira dos Santos, o "Sete", cujo nome, na lista, tinha uma cruz. Sete marinheiros livres, elementos da polícia, foram encarregados de promover um levante, pretexto para as execuções em massa, sem nenhum julgamento.

E, por fim, 45 mulheres arrancadas do fundo da Casa de Detenção e jogadas, como animais, no mesmo cargueiro, tôdas com destino às florestas virgens.

O "Satélite" teria inspirado Castro Alves, diante daquele lúgubre espetáculo.

"Senhor Deus dos desgraçados,
Dizei-me vós, Senhor Deus,
Se é verdade ou se é loucura
Tanto horror perante os céus!"

O navio, com a sua desgraçada carga humana, deixou o pôrto do Rio, secretamente. Ninguém soube do embarque dos infelizes, sôbre quem recaiu todo o ódio do Govêrno. Não eram homens ilustres, a exemplo da deportação feita por Floriano Peixoto, em abril de 1892, atingindo a políticos, soldados, como o Marechal José Claudino, Tenente-Coronel Taumaturgo de Azevedo, Barão de Moniz de Aragão, Coronel Mena Barreto, J. J. Seabra, José do Patrocínio, Campos da Paz, Conde de Leopoldina, levados para o destêrro nos confins da Amazônia misteriosa, enquanto o Vice-Almirante Dionísio Barreto, à última hora, teve a sua sorte melhorada, ficando prêso na Fortaleza de São João. Muitos dos passageiros do "Satélite", principalmente as mulheres, tinham os seus nomes na lista, da maneira mais simples possível. "Catarina de tal", "Maria", "Raimunda" etc. Eram cidadãos livres, ombreados com o esgôto social, rumo ao desconhecido.

No barco, comandado por Carlos Brandão Storry, tendo como imediato, Jeferson Santos, ia, apenas, um intelectual, o jovem Agenor Novais que, pelo seu gênio boêmio, foi entregue à polícia pelo próprio pai, o Barão de Novais, que queria o rapaz desterrado da família. Seus amigos, jornalistas e artistas, companheiros de noitadas alegres, pediram a proteção do advogado Peixoto de Castro, que impetrou um *habeas-corpus* ao Supremo Tribunal Federal. O incorrigível notívago foi desembarcado no pôrto de Belém, o mesmo acontecendo com o marinheiro Álvaro Façanha de Oliveira, protegido de um velho almirante.

Anos depois encontro Álvaro Façanha como capitão da polícia do Ceará, dirigindo a Cadeia Pública de Fortaleza.

A "Fôlha do Norte", de Belém, o mais antigo jornal do Pará, assim noticiou a chegada do navio:

"O "Satélite" traz 250 ladrões, 180 facínoras e desordeiros, 120 cáftens, 250 marinheiros revoltosos e 44 meretrizes."

O "Satélite", na verdade, era comandado pelo celebérrimo 2.º Tenente Francisco Melo, coadjuvado pelos tenentes João da Silva Leal, que mais tarde encontro como general e

deputado Federal pelo Ceará, líder preeminente da U. D. N., e Libânio Augusto da Cunha Matos.

Francisco de Melo foi o responsável pelos fuzilamentos, sendo que os condenados à morte já chegaram a bordo com os seus nomes assinados por um sinal vermelho, conforme *facsimile* que ilustra êste livro. Eram êles: Aristides Pereira da Silva, Ricardo Benedito, Nilo Ludigero Bruno, Manoel Elísio de Araújo, Hernâni Pereira dos Santos, Isaías Marques de Oliveira, Vitalino José Ferreira, Argemiro Rodrigues de Oliveira e José Alexandrino dos Santos.

* * *

Uma estação de rádio divulgou, num programa literário, que o autor dêste trabalho estava escrevendo a história de João Cândido. O Comandante Julio Brígido Sobrinho, do Lóide, ouvindo a irradiação, no seu sítio em Pati do Alferes, no interior fluminense, no outro dia, pelo telefone, convidou-me para ir ao seu encontro.

Profundo conhecedor das coisas da Marinha de Guerra e Mercante, de uma família de historiadores, tinha em seu arquivo o original do relatório do Comandante Carlos Brandão Storry sôbre a fatídica viagem do "Satélite", que começou a 25 de dezembro de 1910 e terminou a 4 de março de 1911.

Trata-se de um documento que jamais foi publicado, mesmo parcialmente. Devo-o, exclusivamente, ao espírito pesquisador de Júlio Brígido Sobrinho que, aos 70 anos, desiludido dos homens, procurou refúgio num pedaço de serra.

Conservo, integralmente, o texto:

"Sr. Diretor do L. B. (Buarque de Macedo). — De volta da infeliz e perigosa viagem que acabo de fazer, cientifico-vos que dei fundo neste pôrto hoje às 11 horas da noite, depois de 69 dias de viagem. A partida do pôrto do Rio foi a 25 de dezembro do ano próximo passado pelas 11 horas da noite, cuja viagem procuro descrever da melhor maneira possível, sentindo bastante faltar-me, por completo, têrmos para que V. S.ª possa avaliar o quanto foi péssima a viagem e o quanto sofremos durante tôda ela.

"A descarga do navio neste pôrto terminou depois de meia-noite de 24 de dezembro, em ato contínuo deu-se princípio ao embarque do pessoal para os porões que estavam imundos, devido ao carregamento de açúcar bruto.

"Nestas condições, partimos conduzindo 105 ex-marinheiros, 292 vagabundos, 44 mulheres e 50 praças do Exército,

da manhã de 29, sahimos do porto.
Dia 31 — Ás 7 h 20 m a. m. demos fundo em Pernambuco. Durante o dia recebemos aguada e carvão. Para maior segurança dos presos forneceu 4 grades de ferro para as bocas das escotilhas.
Deu-se neste porto um triste desastre, o Paisano que na occasião de matar um boi, descuidou-se e cahio ao fundo do porão maltratando-se bastante, por esse motivo foi internado no hospital, felizmente ao seguirmos tivemos a noticia de seu restabelecimento.
O 1º Commissario deste navio desertou em Pernambuco, a bordo, deixando-nos em embaraço.
Para maior segurança de nossas vidas, foi embarcado mais 28 peças, requeridas pelo Commandante do contingente.
Ás 11 h 30 m. da noite, deixamos o porto de Pernambuco.
Dia 1º de Janeiro. Quando entrava o anno novo de 1911, estavamos já fóra da barra, e se afastou-se da costa para serem fuzilados 6 homens, os que fugiam ás 2 h a. m., porem dois destes homens, junto com o "Marquinê", atiraram-se ao mar, antes de serem executados, morrendo afogado, visto estarem com os pés e braços amarrados.
Dia 4. Ás 11 h p. m. foram fuzilados mais dois marinheiros.
Ao todo foram mortos 9 dos bandidos que conduziamos, esta medida extrema foi a unica cabivel nas condicções em que nos achavamos, e se não fosse a energia e bravura do Commandante Francisco de Mello e seus dois ajudantes João da Silva Regal e Octavio Augusto da Cunha Matta, que por felicidade de todos nós, foram os escolhidos para esta espinhosa commissão, com toda a certeza estavamos todos mortos.

Página do relatório da viagem do "Satélite", firmado pelo próprio Comandante Storry, dando notícias dos fuzilamentos sumários, em alto mar.

comandados pelos 2.os tenentes do Exército Francisco de Melo, João da Silva Leal e Libânio Augusto da Cunha Matos.

No dia 26 adoeceu um dos nossos foguistas. Como entre os presos vinha um foguista, José Pedro da Rocha, que era conhecido de alguns de bordo, o fiz subir, a fim de substituir o que adoeceu. Foi, então, que êle denunciou que nos porões tramavam uma tremenda revolta para aquêle dia à meia-noite, chefiada pelo ex-marinheiro Hernani Pereira dos Santos, vulgo "Sete".

"Por medida de prevenção, o comandante da fôrça reforçou as sentinelas e fêz descer para os porões sete marinheiros que vinham como simples passageiros e recomendados pelo delegado encarregado do embarque (Flôres da Cunha), como homens de bem, e que podiam contar com êles, pois, eram de tôda a confiança. Em seguida foi aberto o inquérito pelos oficiais do Exército, onde também tomaram parte. O "Sete" foi logo prêso, depois de vários inquirimentos. Foi provada a tentativa da revolta e o "Sete" denunciado como chefe.

"A revolta seria da maneira seguinte: os sete marinheiros que vinham de passagem, em liberdade, procuravam obter munições para as armas, facas etc. E de acôrdo com os deportados, em dado momento que deveria ser a meia-noite, atacavam as sentinelas, apossando-se das armas. Em seguida, os presos subiriam e os oficiais, quer de bordo, quer do Exército, seriam assassinados, assumindo o comando do navio o ex-marinheiro "Sete", imediatado pelo ex-marinheiro Aristides Pereira da Silva, vulgo "Chaminé". Nestas condições passamos o dia. Às 11 horas P. M. (da noite) na altura do Rio Doce (Espírito Santo), assisti o mais horrível dos dramas. O "Sete" foi fuzilado e, em seguida, lançado ao mar.

"Dia 27. — Continuaram os inquéritos e alguns ex-marinheiros foram algemados.

"Dia 28. — Passamos à altura da Bahia, estando os tanques de água quase que vazios. Deliberamos procurar aquêle pôrto para reabastecimento. Às 7 horas da noite apitei muitas vêzes, queimando algumas tijelinhas.

"Dia 31. — Demos fundo em Pernambuco. Durante o dia recebemos aguada e carvão. Para a maior segurança dos presos comprei quatro grades de ferro para as bôcas das escotilhas. Deu-se neste pôrto um triste desastre. O paioleiro que, na ocasião de matar um boi, descuidou-se e caiu ao fundo do porão, maltratando-se bastante. Por êste motivo foi internado no hospital. O primeiro cozinheiro dêste navio desertou em Pernambuco, cobardemente, deixando-nos em embaraço.

"Para maior segurança das nossas vidas foram embarcadas mais 28 praças requeridas pelo comandante do contingente.

"Às 23h. 30m. deixamos o pôrto do Recife.

"Dia 1.º de janeiro. — Quando entrava o Ano-Nôvo de 1911, estávamos já fora da barra e eu me afastei da costa para serem fuzilados seis homens, o que fizeram às 2 horas da manhã, porém, dois, sendo um o "Chaminé", atiraram-se ao mar, antes de serem executados, morrendo afogados, visto estarem com os pés e braços amarrados.

"Dia 2. — Às 23 horas foram fuzilados mais dois marinheiros. Ao todo foram mortos 9 dos bandidos que conduzimos. Esta medida extrema foi a única cabível nas condições em que nos achávamos e se não fôsse a energia e a bravura do Comandante Francisco de Melo e seus dois ajudantes, João da Silva Leal e Libânio da Cunha Matos, que por felicidade de todos nós foram os escolhidos para esta espinhosa comissão, com tôda a certeza estaríamos todos mortos e o "Satélite" perdido.

"Dia 6. — Faleceu o prêso Pedro Justino de Sousa.

"Dia 7. — Demos fundo no pôrto de Belém.

"Dia 13. — Demos fundo em Manaus.

"Dia 23. — Depois de 10 dias de completo abandono por parte do Govêrno, tivemos ordem de seguir para Santo Antônio do Madeira; ainda assim tentamos ver se evitávamos semelhante viagem que, pelas informações chegadas, logo na entrada do rio Madeira, todos adoeceriam.

"Como o Govêrno insistisse para que o "Satélite" seguisse, no dia 27, o 2.º e 3.º maquinistas comunicaram-me que não seguiriam e com êles, todos os foguistas e carvoeiros.

"Dia 3 de fevereiro. — Foram entregues à Comissão do Capitão Rondon 200 homens, conforme ordem do Govêrno. Os restantes teriam de descer com êles e deixando-os pelas margens do rio. Os seringueiros ao longo do rio iam pedindo os homens.

E assim, no mesmo dia, ficamos livres das garras de tão perversos bandidos." (Seguem-se detalhes de movimento de carga etc.) — Rio de Janeiro, 5 de março de 1911. *Carlos P. Storry.*

* * *

Eis como os podêres constituídos da República entregaram à escravidão, na Amazônia, centenas de brasileiros. Morreram como cativos nos seringais dos nefandos coronéis da borracha, enquanto legiões de homens foram vencidos pela malária e chupados pelos mosquitos.

"Um ou outro desterrado conseguiu voltar da maldição dos seringais" — diz Otávio Brandão, numa longa investigação que fêz sôbre a tenebrosa viagem. Os outros, os fuzilados, encontraram na morte a Liberdade.

* * *

Dantas Barreto, o general que ocupava a pasta da Guerra, no início do Govêrno do Marechal Hermes da Fonseca, portanto, o homem forte que tomou as primeiras providências para sufocar a revolta dos marinheiros, publicou, em 1917, o livro "Conspirações", uma espécie de memórias políticas.

Infelizmente o seu trabalho é falho. Note-se que Dantas Barreto escreveu a obra como membro da Academia Brasileira de Letras, sucessor de Joaquim Nabuco. São cinqüenta páginas sôbre o levante, sem nenhuma contribuição histórica. Limita-se a um relato vazio, quando poderia ter prestado um depoimento dos mais preciosos. Diz o velho militar:

"Na manhã sinistra reuniu-se o Ministério no Palácio do Catete, onde já se achava o Presidente Hermes da Fonseca e tratou-se do momento aflitivo no mar, cujos sucessos apanharam inopinadamente a Capital da República."

"De olhos quase cerrados, fisionomia concentrada e ânimo visivelmente contrariado, o Senador Pinheiro Machado, também presente, por iniciativa própria, entendia que era preciso moderação nos processos de repressão que se deviam empregar nesse momento terrível, porque a ofensiva exagerada, podia provocar uma reação violenta contra a cidade — pensava o senador.

Devia correr pelo Ministério da Marinha a ação principal, imediata, nas águas da baía, para castigo da maruja insubordinada, mas o Almirante Marques de Leão pouco havia feito até àquela hora e não tinha uma idéia sequer da altura da situação. Era, talvez, um marinheiro brioso, impassível às iras do oceano, mas um vencido do seu próprio temperamento nas revoltas dos homens contra os homens."

"E assim passou-se o dia inteiro na atmosfera afrontosa daqueles navios rebeldes, a cuja frente se achava o marinheiro de 1.ª classe João Cândido, a bordo do "Minas Gerais", que acabava de sair à barra, sem a menor hostilidade das fortalezas."

A fraqueza, neste caso, não era do Ministro da Marinha e sim do próprio General Dantas Barreto, Ministro da Guerra, já que as fortalezas eram do Exército.

Não há uma só palavra sôbre o motivo do levante, que foi a luta contra a chibata.

E prossegue:

"Também a artilharia de terra, pelos visos dos morros, ao longo da costa, raramente dava sinal de atividade. E semelhante situação, cada vez mais enigmática, impressionava a civis e militares pelo ridículo que parecia envolver."

Sôbre a insurreição do Batalhão Naval, aquartelado na ilha das Cobras, o General Dantas Barreto omite o massacre dos rebeldes e não fala sôbre a morte dos marujos na prisão subterrânea, fato narrado em várias publicações editadas pelo próprio Arquivo Naval. A sua preocupação foi lamentar a destruição de peças que ornamentavam a residência do Comandante do Batalhão Naval, o já célebre Marques da Rocha, quando escreve:

"A casa, um primor de arte nos seus arranjos e decorações interiores, onde aos domingos aquêle oficial levava homens da mais elevada categoria social do Brasil para almoços ou jantares especiais, estava como as outras construções da ilha, tôda crivada de balas, com as paredes esboroadas, pinturas e quadros inutilizados por completo."

E, por fim, o general fala sôbre a tragédia do "Satélite":

"Considerada afrontosa a conservação na Armada, e mesmo na Capital Federal, dos marinheiros sublevados que mais se evidenciaram pela ferocidade que desenvolveram a bordo dos navios por êles dominados durante os dias em que mantiveram o Rio de Janeiro sob a pressão do terror, o Govêrno resolveu dar-lhes o destino que convinha no momento. Para êste fim, em se tratando de pessoal já retemperado no crime, o Govêrno fretou um navio do Lóide Brasileiro, a fim de levar essa gente com segurança para o Amazonas, donde seria internada na região do Acre.

O navio destinado a semelhante expedição arriscada foi o audaz "Satélite", cuja história principal, na grande travessia do Rio de Janeiro ao extremo norte do Brasil, resume-se, dessa vez, nos fuzilamentos que o comandante da fôrça militar mandou fazer a bordo, onde alguns deportados se insurgiram com o fim de suplantarem a escolta e se apoderarem do transporte que premeditaram, em sinistros concertos nos porões infetos do paquête, dominar completamente."

É necessário fazer uma ligação dos fatos. O General Dantas Barreto abraçou a política e foi eleito governador de

Interior da tenebrosa prisão, na ilha das Cobras, encravada na pedra, tôda pichada. Daqui João Cândido saiu para o hospício.

O famoso J. Carlos, na primeira página da "Careta", critica João Cândido, com esta legenda: "Eu tô vendo que nom guento ocês sem chibata."

Pernambuco, levando, como auxiliar de absoluta confiança, o Tenente Francisco de Melo, o responsável pelos fuzilamentos sumários do "Satélite", sendo as vítimas, marinheiros anistiados. Foi a compensação pelo crime ignóbil. O seu lugar-tenente só conheceu o crepúsculo quando mandou surrar bàrbaramente, na principal praça do Recife, o famoso tribuno popular e redator-chefe de *O Pernambuco*, Trajano Charcon, que veio a falecer em conseqüência do covarde atentado, cena de vandalismo que revoltou a população pernambucana.

* * *

O relatório do Com. Carlos Storry é, sem dúvida, uma peça fundamental.

Encontrava-se em Santo Antônio do Madeira, como parte integrante da Comissão Cândido Rondon, o jovem Booz Belfort de Oliveira, já com pendores literários. Mantinha correspondência com intelectuais do Rio e de São Paulo, entre êles o Senador Rui Barbosa, a quem comunicou por carta, a chegada dos presos políticos à Amazonia, onde conheceram o verdadeiro cativeiro. Eis, agora, ao meu lado, no Conselho Administrativo da Associação Brasileira de Imprensa, o mesmo Belfort de Oliveira, de cujas mãos recebo a cópia da carta enviada ao Senador Rui Barbosa:

"Olinda, de Pernambuco, 30 de maio de 1911.

"Meu venerando conselheiro Dr. Rui Barbosa. Saudações. Não fôra o remorso de que me sinto possuido, por ter-me conservado em silêncio durante tanto tempo em tôrno dos acontecimentos relatados por V. Excia. e pelo Digno Deputado Dr. Barbosa Lima do fantástico vapor "Satélite", sendo eu perfeito sabedor e testemunha ocular da odisséia daqueles 400 desgraçados; não fôra, ainda, o grande amor, que, mesmo de longe, me faz acompanhar por tôda parte os vossos passos certo não ousaria pegar na pena para me dirigir a V. Excia.

Perdoa-me, pois, mestre, e sêde bondoso em escutar-me no que vos passo a relatar:

Logo após a campanha eleitoral em que o vosso nome foi sagrado pelo verdadeiro voto do povo, eu, que do vosso lado, desde o primeiro momento da refrega, bati-me pela grande vitória, fui obrigado a ausentar-me da Capital da República, a 5 de novembro do ano passado, data do vosso natalício para as extremas regiões do Norte. Seguia nomeado para a Comissão de Linhas Telegráficas Estrategicas de Mato

Grosso ao Amazonas, como diarista auxiliar do serviço sanitário.

Estava no pôsto de Belém, do Pará, quando soube ter rebentado a primeira revolta da Armada. Lá mesmo chegou a notícia da anistia. Em Manáus acordei um dia aos gritos dos jornaleiros, que apregoavam a sublevação na ilha das Cobras, e... as providências enérgicas do Marechal! Estávamos em fins de janeiro, quando, já estando eu na pequena Vila de Santo Antônio do Rio Madeira, ocupando meu lugar na Comissão, soubemos da partida do "Satélite", conduzindo os proscritos.

Era comandante do contingente o 1.º Tenente Antônio de Carvalho Borges Sobrinho, interinamente encarregado dos negócios da Comissão, por achar-se ausente o chefe da Seção do Norte, 2.º Tenente de Cavalaria João Bernardo Lobato Filho, que seguira, dias antes, em exploração ao rio Candeias, quando soubemos mais circunstanciadamente do que se passava. Um radiograma assinado do Ministro de Agricultura, informava haver o Coronel Rondon contratado 200 dêsses homens para o serviço da Comissão, como diaristas, percebendo uma diária máxima de 5 a 6 mil réis e que os outros 200 eram destinados ao trabalho da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, com séde em Pôrto Velho, a sete kilometros, apenas, de Santo Antônio.

Os americanos que exploravam o Sindicato da Madeira-Mamoré recusaram-se, porém, a receber os duzentos que lhes eram destinados; o que não impediu que o Govêrno os mandasse. Os americanos prepararam-se para impedir (sic) o desembarque, estabeleceram uma quarentena, por ocasião da chegada dos mesmos a fim de impedir a entrada ou saida de quem quer que fôsse dos limites de sua sede, chegando, até a responsabilizar o Govêrno dos danos ou perdas que tivessem com a chegada daqueles elementos de desordens.

Como o Tenente Borges nenhuma ordem tivesse tido no sentido de não recebe-los, mau grado haver radiografado a respeito, resolveu consentir, e assim o fêz a 29 de janeiro próximo passado.

Posta a prancha do partaló para o barranco do rio, conseguimos entrar a bordo. Aí soubemos estarem recolhidos nos porões do vapor, todos prisioneiros, 300 e tantos homens e 41 mulheres. Para assumir o subcomando do contingente, vinha no mesmo bordo o 1.º Tenente Matos Costa, que, às nossas indagações, nos fêz ciente de uma revolta à saida da Bahia, contra a vida do comandante de bordo e mais superiores agaloados, o que deu razão a um refôrço em Pernambuco e a re-

solução do fuzilamento dos chefes, pois haviam para isso tido carta branca do Govêrno.

Formada a companhia com as pragmaticas de estilo, foram escolhidos 11, competentemente manietados etc. Dez foram passados a fuzil, tendo o décimo primeiro se lançado ao mar.

Esta foi a afirmação oficial que tivemos. Quanto aos outros, lá estavam hermeticamente guardados, numa clausura de 31 dias, sem verem a luz do sol, sob o regime de uma alimentação forçada num ambiente mefitico, como sardinhas em latas!

A guarnição formou ao longo do navio armado em guerra, de carabinas embaladas, os porões foram abertos, e, à luz de um sol amazonense, os 400 desgraçados foram guindados, como qualquer coisa, menos corpos humanos, e lançados ao barranco do rio. Eram fisionomias esguedelhadas, mortas de fome, esqueléticas e nuas, como lêmures das antigas senzalas brasileiras. As roupas esfarrapadas deixavam ver todo o corpo. As mulheres, então, estavam reduzidas às camisas.

Imediatamente uma porção de seringueiros apresentou-se e foram escolhendo aos lotes os que mostravam restos de uma robustez passada.

E, assim, foram-se espalhando naquele solo de misérias e de morte, até que ficaram reduzidos a 200, inclusive as mulheres, sendo então recolhidas aos acampamentos da Comissão. Estas, as mulheres, por determinação do Tenente Matos Costa, que assumiu o comando do contingente no dia seguinte, por havê-lo deixado o Tenente Borges, foram postas para fora e como lôbas famintas entregaram-se à prostituição, para o sustento do corpo, e a estas horas talvez não sobreexista nenhuma.

Dos cento e tantos que ficaram ao serviço da Comissão, nem todos eram marinheiros, quase a metade era constituida de trabalhadores, operários, que foram feitos prisioneiros durante o estado de sítio. Como não tivessem acomodações suficientes nos acampamentos da Comissão, estavam todos espalhados aos grupos de dois ou três em pequenas barracas de campanha, expostos às agruras das noites doentias, dormindo na umidade do solo (terrivel veiculo das enfermidades pavorosas do Amazonas), sem agasalhos nem defesa de mosquiteiros contra os anófeles das regiões palúdicas. Amanheciam sob os nevoeiros das friagens malditas, entregavam-se aos labores do dia curvados sôbre os serviços mais brutos, nos rigores de

uma temperatura mínima de 39 graus centigrados, à sombra, sem alimentação compensativa, tudo isso cercado de uma atmosfera de esperanças inexeqüíveis. Todos lhes falavam de melhora futura, de que estavam ali como homens livres, que no fim do mês seus ordenados seriam pagos, como justa recompensa do trabalho dêles, enfim, que poderiam desde que os meios lhes favorecessem, voltar ao seio de suas famílias-ricos, felizes, satisfeitos.

Para a fama que traziam, de haverem intimidado o Govêrno da República, êsses homens criados à lei da natureza, educados na escola que ensina a obediência ilimitada ao superior hierarquico eram bons de mais. Mas um dia chegou o desespêro, e como não tivessem fôrça para investir e esperar, apenas, murmuravam. O murmúrio partiu dos que se achavam acampados em Vila Nova, a três quilômetros do acampamento geral de Henrique Dias, onde estava a enfermaria militar, a cargo do Dr. Joaquim Tanajura, capitão médico da Fôrça Policial daí, tendo como farmacêutico o Sr. Jacinto Cardoso e o autor destas linhas como humilde auxiliar do ilustre clínico e encarregado do serviço interno da enfermaria, na ausência do mesmo. Naquela época, porém, era substituto do referido clínico o meu presado amigo Dr. Júlio de Carvalho. Para ali se dirigiu o comandante 1.º Tenente Matos Costa, trazendo os prisioneiros. No trajeto dois deles foram fuzilados pelo mesmo oficial a tiros de pistola Mauser, sendo os seus corpos atirados a pontapés para dentro do mato e, no acampamento geral, um terceiro foi também passado a fuzil, em presença de todos, para que servisse de exemplo como diziam. Êsse fato aconteceu a 18 de fevereiro próximo passado, cinco dias antes da minha partida para aqui.

O Tenente Costa fêz espalhar que originou êsse ato uma sublevação contra as vidas dos funcionários daquela seção de Vila Nova. Todos acharam-na extraordinária. Eu, sem querer protestar, frisei uma interrogativa, dizendo, como um prognóstico aos fatos que vemos hoje: "se isto chegar até ao Rio, tenente, explodirá muita coisa!"

Ele sorriu dizendo: "Realmente, si contarem ao Barbosa Lima, êle fará publicar tudo. Mas... todos conhecem o Amazonas como um lugar de doenças pavorosas e atestam logo beriberi ou paludismo." E desta maneira os outros todos foram dizimados ou pelas balas ou pela malária!

Por aí V. Excia. pode fazer uma pequena idéia do que no Brasil representa aquêle recanto de terra. "É — aplicando a frase de Hall Caine — a sepultura dos suicidas da moralidade, a

pátria dos proscritos". Ali impera o cinismo, o crime, o contrabando e tôdas as misérias da humanidade têm couto ali. Nessa mesma comissão de que fiz parte, naquele mesmo lugar em que foram imolados os passageiros do navio-fantasma, também sofrem os soldados, que, recrutados em todos os Estados da União, com as mesmas basófias de futuro, vão servir de escravos a mando dos braços bordados de galões, chibateados de manhã à noite.

Mas os crimes perpetrados à luz do sol e êsse rio perene de sangue hão de ter vingança.

A causa está nas vossas mãos. Entrego-vô-la, ciente de que vos prestei algum auxílio, nessa grande obra que vindes de há muito realizando em benefício do nosso futuro e do nosso progresso. Tudo o que vos conto nesta carta é fruto do que vi e ainda agora, ao relembrar, me sinto horrorizado. Façam dela o uso que vos convier. Não me oculto no manto facil do anonimato, porque reconheço a responsabilidade do que disse, e em tudo tive por base a verdade dos fatos. Confio entretanto, em V. Excia. e me assino criado e venerador, Belfort de Oliveira."

Êste documento foi lido por Rui Barbosa, no Senado Federal, na sessão de 15 de Agôsto de 1911, servindo de base aos discursos do senador baiano, terríveis libelos contra o Govêrno do Marechal Hermes da Fonseca.

Doze anos depois do crime monstruoso, o então Presidente Artur Bernardes, de formação jesuita, repetia o atentado aos Direitos do Homem, desterrando para a Clevelândia e ilha da Trindade centenas de oficiais das Fôrças Armadas, em particular, do Exército.

Até hoje a Clevelândia é uma legenda de terror. Tenentes, capitães, majores e coronéis foram jogados como gado, nos porões infetos dos navios do Lóide e deixados em regiões inóspitas, sem nenhuma assistência. A diferença entre Hermes da Fonseca e Arthur Bernardes é que o primeiro entregou centenas de brasileiros à escravatura, exercida pelos desumanos seringalistas, e o último lançou-os às feras, numa região assolada pela malária e outras doenças tropicais, onde as condições da sobrevivência humana eram e ainda são mínimas.

Mas o Brasil é o país dos paradoxos. Artur Bernardes morreu endeusado por apressados nacionalistas e endeusado pelos comunistas. Chamaram-no até de Tiradentes do Século

XX. Esqueceram que centenas de cruzes, espalhadas pela Amazônia e ilha da Trindade, indicam as vítimas imoladas pela tirania de Artur Bernardes, cuja polícia do celeberrimo Marechal Fontoura antecipou-se aos métodos da Gestapo, torturando e matando presos políticos indefesos.

Os bons mineiros é que não embarcaram nessa canoa furada. Na ultima eleição que disputou, Artur Bernardes o tirano transformado em "Apóstolo da Liberdade" não conseguiu ser reeleito deputado federal, obtendo, apenas, uma modesta quarta suplência.

COVARDIA

"João Cândido deixou-se embair pelas falas oficiais. Poupou o Rio e entregou-se de boa-fé ao Govêrno. Foi mais tarde enclausurado num dos cubículos da ilha das Cobras pelo Comandante Marques da Rocha, perecendo todos os seus 16 companheiros, apenas resistindo êle, João Cândido, porque Deus sabe depois de que lutas pela vida, conseguiu, sôbre um montão de cadáveres, colar a bôca no postigo, que comunicava a enxovia com o ar exterior."

AFRÂNIO PEIXOTO

E JOÃO CÂNDIDO?

A insânia do Govêrno Federal encontrou, em Maurício de Lacerda, do gabinete civil da Presidência da República, um elemento de senso. A opinião pública, já agitada pela oposição, conhecedora dos fuzilamentos dos anistiados, protestou e o Marechal Hermes da Fonseca ficou em maus lençóis.

João Cândido, aureolado pelos discursos de Rui Barbosa, Pinheiro Machado, inúmeros senadores, deputados, jornalistas e escritores de renome, gozando de enorme popularidade, tinha o seu nome na lista do "Satélite", sendo retirado nos últimos instantes. Fuzilá-lo, a exemplo dos outros, seria um ato de estupidez do Catete. Tiraram-no do xadrez do 1.º Regimento de Infantaria, sediado no Quartel General, na Praça da República e, em companhia de 17 marujos, jogaram-no numa masmorra da era medieval da ilha das Cobras, sob o contrôle do Capitão-de-Fragata Marques da Rocha. Aqui tem início o mais vil dos atentados contra os marinheiros perdoados.

Atirados numa prisão subterrânea, sob o hospital, encontraram morte horrível.

O marinheiro Marcelino Rodrigues Menezes, aquêle que recebeu 250 chibatadas, açoite que fêz estourar a insurreição,

em entrevista concedida a "O Globo", de 4 de outubro de 1952, como testemunha ocular do motim, narrou:

"Em conseqüência da revolta do Batalhão Naval foi que uns 2.000 homens foram postos na rua, 18 foram jogados nas catacumbas, inclusive João Cândido. 16 dêsses 18, que eram os líderes, morreram de maneira cruel, bárbara. Reclamaram água e ganharam pás de cal virgem no corpo. Eu mesmo assisti ao assassinato do cabo Medeiros, fuzilado por ordem do Marechal Hermes. Depois, no Realengo, vi tombarem Canuto, Zacarias e Marinho, sob carga de fuzil."

O marujo, em seguida, mostrou ao repórter inúmeras cicatrizes, marcas da chibata. O seu corpo, a despeito de tantos anos, dava, ainda, a idéia de ter sido "uma tainha lanhada para ser salgada", como disse o deputado federal José Carlos de Carvalho ao recebê-lo, em estado de coma, a bordo do "Minas Gerais".

Otávio Brandão, em "O Caminho", livro que a polícia procurou destruir, contou:

"Então, os presos, desesperados, sentindo a morte de perto, tentaram forçar as grades. Vieram os carrascos e despejaram por cima vários baldes com água e cal."

Tem a palavra o Capitão-Tenente reformado Antero José Marques, testemunha da destruição do Batalhão Naval:

"Durante os dias 20 e 21 de dezembro, por ordem do Quartel-General, foram recolhidos ao presídio militar elevado número de marinheiros e soldados navais, oriundos dos quartéis da cidade. No dia 21, procedentes da Casa de Correção, deram entrada, novamente, no Presídio, os sentenciados que haviam sido soltos pelos sublevados. No dia 24, pela manhã, chegou ao quartel uma fôrça do Exército, sob o comando de um oficial, escoltando 18 marinheiros e soldados navais. Entre êles achava-se o marinheiro João Cândido. Êstes presos vieram acompanhados de um ofício do Quartel-General da Marinha, com a recomendação de serem postos em prisão segura e separados dos demais, por serem elementos perigosos. Os alojamentos do Presídio Militar já estavam superlotados, com cêrca de 600 presos. O único desocupado era o de número 5, que se denominava — "Prisão Solitária". — O Com. Marques da Rocha mandou o carcereiro, 1.º sargento Rufino de Souza, recolher a essa prisão 18 homens e recomendou que, depois de fechada, fôssem as chaves entregues a êle, comandante, o que foi feito. Alta madrugada de 25, o carcereiro, chamado pelo guarda, notou que dentro da prisão havia qualquer coisa de anormal, porque, da parte de fora se ouviam gritos abafados.

Não podendo ver o que se passava lá dentro, pois, entre o portão de ferro havia outro de madeira grossa, que tapava a vista, narrou o fato ao oficial de serviço e êste comunicou-se com o comandante, que pernoitava no Clube Naval. Pouco depois dêste fato, cessou por completo o rumor dentro da prisão, sendo encontrados 16 mortos, sôbre dois sobreviventes — o marinheiro João Cândido e um soldado naval.

No Clube Naval, nos meados de janeiro de 1911, Marques da Rocha, apontado como ferrabrás da ilha das Cobras, recebeu um jornalista e confessou:

"Apliquei um corretivo que tem sido ali usado muitas e muitas vêzes. O castigo da solitária, a pão e água, é comum e não mata. Há menos de três meses, mandei lá prender, nas três únicas solitárias seguras, muitas dezenas de presos, sem morrer ninguém."

Cumpriu, apenas, a lei de 12 de abril de 1890, assinada por Deodoro da Fonseca, como Chefe do Govêrno Provisório, constituido pelo Exército e Armada. . .

Em linguagem mais clara: Ditadura.

Procurei João Cândido para restabelecer a verdade sôbre os fatos ocorridos na nefanda prisão, cujas trágicas ocorrências, pela sua monstruosidade, atingiram as raias do inacreditável. Ei-lo, ao meu lado, alquebrado pela idade, pobre, cheio de filhos e netos, ganhando a vida como biscateiro no Entreposto da Pesca, na Praça 15, na Capital Federal.

"Foi horrivel! Dos 18 camaradas no meu cubículo, só escaparam dois. Eu e o "Pau da Lira", que trabalha na estiva, no cais dos Mineiros, no Caju. O resto foi comido pela cal, jogada com água dentro do subterrâneo. Outros, de tão inchados, pareciam sapos."

Mergulhou o pensamento no passado, para trazer, com todo o seu cortejo de misérias, o extermínio de seus companheiros anistiados, numa catacumba encravada na terra.

"A prisão era pequena e minava água por todos os lados. As paredes estavam pichadas. A gente sentia um calor de rachar. O ar, abafado. A impressão era de que estávamos sendo cozinhados dentro de um caldeirão. Alguns, corroídos pela sêde, bebiam a própria urina. Faziamos as nossas necessidades num barril que, de tão cheio de detritos, rolou e inundou um canto da prisão. A pretexto de desinfetar o cubículo, jogaram água com bastante cal. Havia um declive e o líquido, no fundo da masmorra, se evaporou, ficando a cal. A princípio ficamos quietos para não provocar poeira. Pensamos resistir os seis dias de solitária, com pão e água. Mas

o calor, ao cair das 10 horas, era sufocante. Gritamos. As nossas súplicas foram abafadas pelo ruflar dos tambores. Tentamos arrebentar a grade. O esfôrço foi gigantesco. Nuvens de cal se desprendiam do chão e invadiam os nossos pulmões, sufocando-nos. A escuridão, tremenda. A única luz era um candeeiro a querosene. Os gemidos foram diminuindo, até que caiu o silêncio dentro daquele inferno, onde o Govêrno Federal, em quem confiámos cegamente, jogou 18 brasileiros com seus direitos políticos garantidos pela Constituição e por uma lei votada pelo Congresso Nacional. Quando abriram a porta já tinha gente podre. O médico do Batalhão Naval, um homem muito querido, o Dr. Guilherme Ferreira, negou-se a fornecer os atestados de óbito, como morte natural. Retiraram os cadáveres e lavaram a prisão com água limpa, e nós dois, os únicos sobreviventes, fomos metidos, novamente, na desgraçada prisão. Lá fiquei até ser internado como louco no hospício.

Um dia o carcereiro abriu a porta e disse que eu iria sair. Colocaram-me dentro de um carro. Fui acompanhando o trajeto. A princípio passei pela Avenida Beira-Mar, veio Botafogo e, na Praia Vermelha, o veículo entrou num velho casarão. Era o Hospital de Alienados, onde fui jogado como doido varrido. Depois da retirada dos cadáveres, comecei a ouvir gemidos dos meus companheiros mortos, quando não via os infelizes, em agonia, gritando desesperadamente, rolando pelo chão de barro úmido e envoltos em verdadeiras nuvens de cal. A cena dantesca jamais saiu dos meus olhos."

No Hospital de Alienados, onde João Cândido deu entrada às 10h 30m do dia 18 de abril de 1911, o paciente chegou com um ofício enviado pelo Comandante do 55.º Batalhão de Infantaria, na ilha das Cobras, acompanhado do seguinte atestado médico:

"Ao Sr. Contra-Almirante, Dr. Inspetor da Saúde Naval. Levo ao vosso conhecimento que a Junta médica abaixo assinada, nomeada por esta Inspetoria, em obediência ao ofício número 746, de 3 de abril do corrente ano, do Estado-Maior da Armada, foi à ilha das Cobras onde inspecionou de saúde o marinheiro João Cândido e findo o exame a que submeteu e mais instruída pela observação do seu médico assistente, é de parecer que está esta praça sofrendo de astenia cerebral, com melancolia e episódios delirantes, pelo que julgo necessário ser o internamento em lugar conveniente, a fim de ser mais bem observado e tratado. Saúde e fraternidade. (a) *Dr. Joaquim Dias Laranjeiras,* Capitão-de-Fragata Médico; *Dr.*

Julião Freitas do Amaral, Capitão-de-Corveta, Médico; *Dr. José Cleomenes da Silva Ferreira,* Capitão-Tenente Médico."

Mandaram fazer exames no Laboratório Anátomopatológico, na Seção Pinel, que deram resultados normais, inclusive exame ocular.

Na inspeção geral, realizada no outro dia, os médicos do Hospital de Alienados, escreveram a seguinte observação:

"É um indivíduo de côr prêta, calmo, atitude humilde, de humor variável, ora expansivo, reservado e desconfiado. Fisionomia abatida, tornou-se, em seguida, mais animado. Estigmas físicos de degeneração, mais próprios da raça. Orelhas pequenas, lábios aderentes, cabelos curtos e encarapinhados. Nariz achatado, lábios grossos. O indicador da mão direita não tem a falangeta, em virtude de amputação traumática quando carregava um canhão. Uma longa cicatriz de côr escura, de dentro para fora e de cima para baixo, tangencial ao ângulo da omoplata direita. Outra arredondada, ao nível da rótula esquerda. Ligeiros tremores fibrilares da língua. Exame de sensibilidade normal."

O Professor Juliano Moreira, então diretor do nosocômio, manifestou vivo interêsse pelos estudos realizados. Designou um médico e um enfermeiro especialmente para êsse fim.

Ao Dr. Humberto Mathias Costa, Diretor do Centro Psiquiátrico Nacional, devo os preciosos detalhes que marcam a passagem de João Cândido pelo extinto Hospital Nacional de Alienados.

Dizem as anotações:

"Nos primeiros dias era acentuado o abatimento. É orientado no meio, tempo e lugar. Fala com precisão, sendo as respostas conexas e refletidas. O seu humor é variável, tendo sido, nos primeiros dias, extremamente reservado e triste. Melhorou, entretanto, depois que se familiarizou conosco. No dia em que entrou era profundo o seu abatimento, conservando-se mudo e cabisbaixo, trazendo constantemente a mão à cabeça, dizendo ùnicamente, quando inquirido, sentir dor. Alimentou-se, apenas, com um copo de leite. À tarde falou espontâneamente, entregando 400 réis ao enfermeiro, pedindo-lhe para comprar no dia seguinte o "Jornal do Brasil", onde esperava encontrar qualquer coisa a seu respeito, segundo havia dito um repórter. Às vêzes tem-se mostrado irascível, porém também alegre, e ri gostosamente durante as nossas palestras. Até que ficou mais comunicativo e passou a relatar, com precisão, fatos da revolta dos marinheiros. Podemos apurar que o nosso observado, quando ainda na prisão da Ilha das Cobras, teve alucinações visuais, auditivas

e verbais: viu e ouviu seus companheiros mortos, que o chamavam; atribuiu isto à morte dos camaradas no mesmo cárcere em que se achava. Acha-se aqui muito melhor. Disse saber que estava num hospital. Sempre respondeu aos questionários com certa demora, o que corre por conta de seu receio, que se nota até no olhar.

"Pediu os jornais para ler, dizendo gostar mais do "Correio da Manhã" e do "Diário de Notícias". Durante o dia, de quando em vez, lê um livro que tomou emprestado a um empregado. Disse tencionar pedir ao Dr. Juliano Moreira um atestado de incapacidade, pois acha-se muito desgostoso e tenciona sair do Brasil.

"Nota-se, mormente, mêdo diante de pessoas que vê pela primeira vez. Recusa-se, delicadamente, a escrever o seu nome, alegando estar muito trêmulo.

"Perguntamos certa vez:

— És brasileiro?

— Sim e sofrendo muitas injustiças.

"Um dia os médicos encontraram-no desconfiado, não recebendo com a mesma atenção das visitas anteriores. Instado, explicou que estava muito sentido, por terem-no levado ao Pavilhão de Observações, onde foi fotografado. Mais uma vez recusou-se a escrever seu nome, pois tinha receio de se comprometer, mesmo firmando sua assinatura na própria terra do pátio.

"E num desabafo, declarou com firmeza:

— Neste mundo nem tôdas as promessas se cumprem. Acreditei na palavra do Marechal Hermes da Fonseca e estou prêso nesta desgraça!

"Não escondeu a sua revolta, certa manhã, quando leu nos jornais a promoção do Comandante Marques da Rocha, o seu carrasco.

"Costumava ler o "Correio da Manhã" e, numa tarde, nos mostrou um telegrama de Buenos Aires, que dizia algo sôbre o seu enlouquecimento. E em seguida, fêz bom humor:

— Talvez sejam mais loucos os que me dão como tal.

"Ficou muito aborrecido por saber não ter sido entregue o seguinte bilhete endereçado ao Sr. Ezequiel Arêas:

"Desejo que o presente vá encontrar-te com saúde. Peço que faças êste chegar às mãos do charuteiro. Mando pedir que venhas até ao hospício, em qualquer dia, pois é sempre permitido. Tenho grandes necessidades de falar-te. Do velho amigo, *João Cândido.*"

11 Marinheiros vindos do Quartel General do Exercito

1 . Tertulino José Ferreira
2 João da Silva Medeiros Linha Telegraphica
3 Henrique de Castro Lima L. Telegraphica
4 Aristides de Azevedo. Linha Telegraphica
5 Arthur de Barros Gonçalves L. Telegraphica
6 Carlos Rodrigues da Silva. L. Telegraphica
7 . Herminio Pereira dos Santos x
8 Ramiro José Rodrigues L. Telegraphica
9 . Isaias Marques de Oliveira x
10 Paulo Muniz Linha Telegraphica
11 Carlos Fran.co da Silva L. Telegraphica
12 José Pereira Amorim L. Telegraphica
13 Valentim da Silva L. Telegraphica
14 José Felippe dos Santos Linha Telegraphica
15 João José Martins Linha Telegraphica
16 Manoel de Souza Santo Antonio
17 Manoel Pedro Linha Telegraphica
18 Manoel Vieira da Silva L. Telegrapha
19 Calixto da Silva Cardoso Humaytá
20 Fran.co Alves Moreira L. Telegraphica
21 Alcides Galvão Santo Antonio
22 M.el Fabio Coutinho Linha Telegraphica
23 Germano Gonçalves Linha Telegraphica
24 Joaq.m Alves de Azevedo Telegraphica
25 Octavio Ferreira França L. Telegraphica
26 Pedro Borges de Oliveira L. Telegraphica
27 Benedicto de Andrade L. Telegraphica
28 Manoel Marinho L. Telegraphica
29 M.el Silvestre dos Santos L. Telegraphica
30 Argemiro Rodrigues de Oliveira x
31 Moysés Ramos de Oliveira L. Telegrapha

Rio, 24/12/910
Flores da Cunha

Uma lista nominal de marinheiros anistiados conduzidos para bordo do "Satélite", por ordem do então Delegado de Polícia, Sr. Flôres da Cunha. Os que estão assinalados foram fuzilados.

o mesmo do processo de João Candido. Foi voto vencido na preliminar.

Assim terminou o seu libelo.

"O acusado conhecia perfeitamente as solitárias e necessàriamente também a sua capacidade, já porque serviu no Batalhão Naval, já porque era êle a pessoa que, formados os presos em frente às prisões, nos dias 23 e 24 de dezembro último, fazia chamada daqueles que tinham vindo com a nota de perigosos e ordenava a sua clausura. Conhecia igualmente a situação e condições das prisões, acanhados e abafados compartimentos, encravados nos alicerces de um grande edifício, comunicando-se entre si, internamente, e também pelo exterior, mas só por uma porta, a do compartimento D, dando para um fôsso de 3,17m de largura e limitado por uma muralha de 5,40m de altura, úmidos, infetos, sem luz, onde dificilmente penetraria o ar devido a serem insuficientes e inadequados a sua renovação os orifícios para êsse fim destinados. Além dêste, ainda outros fatôres contribuiram para prejudicar o ambiente das mesmas prisões. Tôdas essas circunstâncias demonstram que o réu previa e quis deliberadamente as conseqüências do seu ato, mandando recolher a essas prisões um número de indivíduos muitas vêzes superior ao que elas podiam comportar sob um calor excessivo e uma atmosfera pesada e asfixiante, sedentos e famintos, e, conseguintemente, com a resistência orgânica grandemente diminuida. O procedimento posterior do réu, conservando ainda nas prisões os sobreviventes depois de retirados os que haviam falecido, e só consentindo na saída daqueles a instância do médico do campo, vem corroborar a conclusão de que a morte dos reclusos não era um fato estranho aos seus intuitos nem foi bastante para despertar-lhe os sentimentos de humanidade. Não é tudo, outras circunstâncias vêm confirmar ainda essa verdade. O art. 468, parágrafo único da Ordenança para o serviço da Armada Brasileira, determina que seja prèviamente examinado pelo médico todo aquêle que tenha de sofrer castigo em célula a fim de se conhecer do seu estado físico ou patológico, de modo a não ficar comprometida a sua saúde, e, no entanto, é o próprio réu que confessa que não mandou submeter a êsse exame os marinheiros e soldados antes ou depois de recolhidos às prisões e a defesa reconheceu que se devia atribuir a morte precisamente às condições patológicas desses homens. Êste desrespeito ao preceito regulamentar deu lugar a que entrassem para as solitárias, beribéricos que, agravada a moléstia com o castigo, teriam inevitàvelmente de falecer,

como aconteceu poucas horas depois de retirados das solitárias. Conclui-se de tudo quanto vem exposto e do mais que consta nos autos, que não se trata de um simples culposo como se afigurou ao Conselho de Investigação, mas de um crime doloso perfeitamente caracterizado, crime que alarmou a consciência jurídica do País, comoveu e indignou, até os seus mais íntimos recessos, a alma nacional, afrontou as tradições gloriosas da nossa altiva Marinha de Guerra e repercutiu no estrangeiro como um testemunho vergonhoso de barbaria. Isto pôsto, e considerando que não existem dúvidas nos autos que os soldados e marinheiros falecidos nas solitárias do Batalhão Naval ali foram enclausurados por ordem e com a assistência do réu, não obstante o local dessas prisões, a falta de ar, suas nenhumas condições higiênicas e insuficiência de espaço, tudo tendo concorrido para a elevação excessiva da temperatura, e determinando a morte, considerando que a essa convicção se chega pelas considerações acima expostas e mais pela confissão do réu em tudo conforme as provas dos autos e pelos depoimentos das testemunhas, cujas declarações, convém notar, uma só vez não foram por êle contestadas quando para êsse fim lhe era concedida a palavra; considerando que os reclusos às solitárias, antes de o serem, não foram examinados de ordem do réu, pelo médico do batalhão, e na falta dêste, pelo de registro, a fim de se conhecer o estado físico ou patológico dessas praças, de modo que os castigos não viessem comprometer-lhes a saúde, conforme está expresso no art. 468, parágrafo único da Ordenança para o serviço da Armada; considerando, que por não ter sido observada essa disposição, dois homens, apesar de doentes de moléstia grave foram metidos nas solitárias, concorrendo êsse castigo para lhes agravar a saúde e determinar-lhes a morte; considerando que pela forma exposta, o réu cometeu o crime capitulado no artigo 150, do Cód. Pen. Mil.; e, por outro lado, considerando que no crime de que se trata o corpo de delito direto pode ser substituído pelo indireto (art. 38 § 2.º); considerando que na hipótese é tanto mais dispensável o corpo de delito quando não se contesta nem a morte dos reclusos nem também que tivesse ocorrido em conseqüência de prisão e regime a que foram submetidos; considerando que o réu tem em seu favor a circunstância atenuante dos bons precedentes militares, art. 37, § 7.º e contra êle existem circunstâncias agravantes do art. 33, §§ 2.º e 3.º. Por isto e por tudo mais quanto consta dos autos, votei pela condenação do réu, Capitão-de-Fragata Francisco José Marques da Rocha, no gráu médio do art. 150, vinte anos de prisão com trabalho

conversível em prisão simples nos termos do art. 43, à vista das circunstâncias agravantes do art. 33, §§ 2.º e 3.º e da circunstância atenuante do art. 37, § 7.º do Código Penal Militar."

Enquanto o Promotor João Pessoa pedia 20 anos de prisão para os crimes tenebrosos do Comandante Marques da Rocha, o Presidente da República, Marechal Hermes da Fonseca, oferecia um jantar ao carrasco, na intimidade do Palácio do Catete e, o Clube Naval o consagrava com uma moção de solidariedade. Dias depois era promovido a Capitão-de-Mar-e-Guerra. Era a glorificação de um crime contra à Humanidade.

* * *

João Cândido e seus irmãos de desgraça estavam sepultados semivivos. A opinião pública, agitada por grandes acontecimentos políticos, esqueceu por completo o drama dos marinheiros, que permaneciam nas masmorras.

Foi quando o Presidente Hermes da Fonseca, atendendo aos apelos do seu Ministro da Justiça, J. J. Seabra, mandou bombardear a Bahia, com os canhões das fortalezas militares de Salvador, sob a justificativa da fôrça executar um mandado de *habeas-corpus* do Juiz Federal.

Da Guanabara sairam, a todo o vapor, dois navios de guerra, que completariam a missão iniciada pelos fortes.

O Ministro da Marinha, Almirante Marques de Leão, em carta enviada ao Chefe da Nação, declarou:

"Não posso ser conivente no ato que acaba de ser praticado, sujeitando-me a ordenar a partida de fôrças navais para o pôrto da Bahia, porque reconheço a iniqüidade que se pretende cobrir a vossos olhos sob um pretexto de legalidade.

"Foi por isso que na manhã de hoje vos declarei que, conquanto o cruzador "Tiradentes" estivesse pronto para partir à primeira ordem vossa e, o *scout* "Bahia" o pudesse fazer com pouca demora, essa ordem só seria transmitida pelo meu sucessor na pasta da Marinha. A minha consciência não me permite transigir."

No Congresso Nacional, a oposição que fêz restrições ao ato de anistia concedida aos insurretos navais de 1910, voltou a agitar as questões do bombardeio de Salvador, exaltando João Cândido como marinheiro humanitário e de sentimento cristão, que não jogou uma só bomba sôbre a população carioca. Compararam-no aos grandes heróis da Era Antiga, colocando-o em confronto com o Marechal Hermes da Fonseca. Rui Barbosa, no Senado Federal, exaltava João Cândido,

cujo exemplo, não bombardeando uma cidade aberta, não foi imitado pelo Presidente da República.

Enquanto isto, João Cândido e seus companheiros apodreciam na prisão subterrânea e infeta.

* * *

Na minha longa vida de repórter sempre ouvi falar no tabu João Cândido, na Marinha. Confesso, honestamente, que tive tôdas as minhas pretensões realizadas no Ministério da Marinha, graças a Washington de Castro, meu colega de imprensa, inclusive o desejo de visitar a prisão de João Cândido.

No pátio da ilha das Cobras para o presídio pròpriamente dito, existe um túnel com 180 metros de comprimento, por 3 de largura. A 30 metros da entrada, do lado esquerdo, cavaram um buraco na parede, com sentido inclinado. Para alcançá-lo, tem que se passar por uma escada, com sete degraus de pedra, numa distância de 80 centímetros. Aí existia a primeira porta, seguindo-se uma outra, a 90 centímetros. A enxovia, encravada na rocha, sob o hospital, tem forma de cúpula. Não entra um só raio de sol. A ventilação é feita através de pequenos furos feitos nas chapas de ferro. O chão e as paredes, de pedra. Agora, todavia, estão com azulejo.

O próprio gás exalado da terra seria o bastante para matar os prisioneiros, com o decorrer do tempo. Foi esta a catacumba onde estêve João Cândido, mil vêzes inferior ao horrendo cativeiro de Tiradentes, já no corpo do presídio. A prisão do Mártir da Independência, pelo menos, permitia ao chefe da Conjura de 1789, o direito de respirar o ar que batia de cheio na grade, a qual, diga-se de passagem, só tinha uma pequena brecha, em forma de leque, ao alto. A comida era fornecida por uma abertura, com grade, numa parede com mais de dois metros de espessura. Tanto numa, como noutra, a escuridão é absoluta. Não fôsse a ventilação permanente no calabouço de Tiradentes e êle não teria vivido mais de dois anos naquela triste situação. Hoje está remodelada, isto é, com azulejos pelas paredes e pisos de mosaicos. Colocaram um repugnante vaso sanitário ao canto e continua servindo de prisão aos que se insubordinam dentro do Presídio Naval. No dia em que lá estive, 170 anos depois do enforcamento de Tiradentes, havia um fuzileiro naval prêso na catacumba do martir. Isto é de estarrecer!

Custa-se a acreditar que, em pleno século XX, quando o homem adquiriu todos os direitos sociais, ainda exista presídio desta natureza no Brasil.

Não se pode dizer que os atuais cubículos da ilha das Cobras sejam iguais às execráveis masmorras da polícia, que tão bem conheço, em longas peregrinações que entraram pela madrugada, e cujas fotografias, publicadas na imprensa, estarreceram a opinião pública.

A prisão na ilha das Cobras se caracteriza pela terrível solidão, em particular, as dez solitárias. Mas tôdas recebem ventilação. O castigo é o isolamento. As miseráveis catacumbas da polícia, inclusive no Palácio da Relação, da Guanabara para não falar nos xadrezes distritais, matam pela imundície, transformando o prêso num rato ou percevejo. A Dignidade Humana exige que êste repugnante sistema carcerário seja abolido.

* * *

Na sua ficha no Hospital de Alienados aparece um Felisberto, no prenome. João Cândido explicou:

— Sempre me assinei João Cândido Felisberto. Ao ingressar na Marinha verificaram que havia um suboficial com aquêle prenome. E então resolveram o problema da maneira mais fácil, eliminando o meu Felisberto.

A sua volta para a execrável prisão da ilha das Cobras trouxe um raio de luz e de esperança para os seus companheiros de revolução, todos em rigorosa incomunicabilidade.

Não constituia segrêdo as suas saidas noturnas do nosocômio da Praia Vermelha. Poderia ter fugido com a maior facilidade. Preferiu, todavia, enfrentar um processo odioso, participando da sorte dos seus colegas.

Sempre que podia, visitava, nos subúrbios, as famílias dos presos, inclusive a progenitora do marinheiro Francisco Dias Martins, o comandante do "Bahia".

Manteve contato com diversos jornalistas, inclusive Júlio de Medeiros, o primeiro que chegou a bordo do "Minas Gerais", caindo nas simpatias da marujada sublevada.

Na impossibilidade de publicar as suas impressões no "Jornal do Comércio", já que o centenário órgão "temia ferir, — como disse a "Careta" — as suscetibilidades dos homens do Govêrno", Júlio de Medeiros cedeu todo o material àquela revista.

João Cândido contou, então, que tinha no hospício um quarto de frente, bastante arejado e com muito sol. Contemplava a enseada de Botafogo e lia, pela manhã, alguns jornais.

Na Rua da Passagem — e êle narrou a história com ênfase — conheceu uma viúva, enfermeira da Santa Casa da

Misericórdia. Freqüentou a sua casa, durante tempo, sempre de madrugada.

No dia 13 de maio ganhou uma entrada para assistir à inauguração do Teatro Chantecler, quando viu a opereta "A Saia-Calção", de Costa Júnior. Êle distinguiu, num camarote, dois oficiais do "Minas Gerais". João Cândido não tinha o menor interêsse em comprometer os enfermeiros que facilitavam as suas saídas. Deixou o teatro e foi passar o resto da noite com a sua amiga viúva. Chegou às 5 da manhã ao hospital. Horas depois recebeu a visita do médico, que ficou um tanto preocupado com o seu abatimento.

O clínico estranhou, porém, ficou calado, quando viu um vidro de perfume sôbre a mesinha, três pacotes de cigarros e os jornais do dia comprados tão cedo.

— E os originais do seu livro ditados para o "Castanhola"?

João Cândido ficou surpreendido e perguntou à moda gaúcha:

— Como soubeste disto?

— Está nas observações médicas feitas no Hospital Nacional de Alienados.

— Cai na besteira de levá-los para a ilha das Cobras, onde tudo foi destruido. Na fúria, não respeitaram, sequer, uma Biblia presenteada por um pastor protestante. Rasgaram o único retrato da minha velha mãe, falecida em 1906, cujos últimos anos de vida foram assistidos pela família do Juiz Florêncio de Abreu. Cheguei até a engordar na Praia Vermelha. Fui tratado a vela de libra. O Dr. Juliano Moreira, um santo homem, gostava de conversar comigo. Ganhei presentes de muitas famílias. Recebia dinheiro para cigarros e jornais. Quando me mandaram de volta, levei 50 maços para os companheiros. Ficaram com o fumo logo na entrada do Presídio. Sai de um paraiso para cair, novamente, no inferno. Fiquei nu da cintura para cima numa prisão com água infiltrada, porém, bastante ventilada. Voltou o regime da incomunicabilidade. Suprimiram uma refeição. Cai doente e, por indicação de um doutor, fui levado para o Hospital da Marinha. Não sei por que cargas d'água removeram-me para o Hospital do Exército, onde estive poucos dias. O meu destino era mesmo a desgraçada ilha.

JUSTIÇA

> *"Por que João Cândido moveu o "Minas Gerais"? Porque a bordo não existiam oficiais. E dêsses oficiais que abandonaram o encouraçado não se procurou apurar sua responsabilidade, e processa-se os marinheiros que salvaram o grande navio de guerra."*
>
> EVARISTO DE MORAIS

JOÃO CÂNDIDO e seus principais colaboradores, na revolta de novembro, foram recolhidos, depois do inominável extermínio dos marujos, em prisões diferentes, na mais completa incomunicabilidade. Ficaram isolados, sem contato com o mundo exterior, durante 18 meses.

O regime da prisão era desumano: água, bolacha, uma refeição que causaria náuseas aos porcos e a mais completa falta de higiene. Seminus, esqueléticos, dir-se-ia flagelados da sêca de 1877, quando a fome e a sêde liquidaram com 50% da população do Nordeste.

Advogados não tinham. A Irmandade da Igreja Nossa Senhora do Rosário, protetora dos prêtos e que tantos serviços prestou à causa dos escravos, lutando, abertamente, pela Abolição, comprando, inclusive, dezenas de cartas de alforria, contratou três dos melhores causídicos para a defesa dos implicados: Evaristo de Morais, Jerônimo de Carvalho e Caio Monteiro de Barros, os quais entraram em contato com os seus constituintes, encontrando-os na mais deplorável situação, todos com a saúde abalada, uns tuberculosos, outros em impressionante estado de fraqueza.

Os advogados exigiram uma condição única para a defesa dos réus. Nada receberiam da Irmandade.

— João Cândido, no primeiro contato — disse Evaristo de Morais — cujo arquivo foi pôsto à minha disposição pelo seu filho Antônio Evaristo de Morais, jovem advogado a quem devo, com Laerte Paiva, a minha absolvição em treze

processos por crime de imprensa — "mostrou lucidez, vontade férrea, causando viva impressão."

Mas o seu aspecto físico era desolador. A primeira coisa que pediu foi para falar com uma irmã, a Malvina, que residia no Rio, na Saúde. Por onde andariam os outros irmãos, o Danilo, Nazário, José, Clemêncio, Caetânia e Antônia? Solicitou remédios, jornais, no que não foi atendido pelo comandante da praça.

Agradeceu à Irmandade e revelou que nenhum dos presos estava sofrendo castigos corporais. Passavam, sim, fome, e dormiam no chão de barro. Não tinham, também, cobertores.

Os infelizes achavam-se encarcerados desde os fins de dezembro de 1910, nas tétricas masmorras daquele presídio militar onde, para orgulho de todos, lá estivera Tiradentes, pelo sonho de querer arrancar o Brasil do cós da sáia de D. Maria, a Louca.

O processo demonstrava à saciedade a violência, o arbítrio com que vinha agindo o poder, desrespeitando tôdas as garantias asseguradas na Constituição da República, deixando quase a apodrecer nos cárceres vários homens, sem que, passados quase dois anos, se tivesse verificado qual a parcela de culpa de cada um.

Foram postergados os preceitos das leis e regulamentos processuais militares, sem que ocorresse remédio de espécie alguma à situação aflitiva e ilegal em que permaneciam os prisioneiros.

Muitos dos réus eram menores, jovens imberbes, sem eira, nem beira, mas vítimas da prepotência do Govêrno.

Tudo isto foi feito com uma espantosa falta de dignidade. Esqueceram a condição humana daqueles sêres, tratando-os como selvagens.

Nenhum, porém, ficou de moral abatido. Pelo contrário, altivos, assumiram a responsabilidade dos seus atos, não oferecendo aquêle triste e doloroso espetáculo de delação no julgamento dos Inconfidentes, quando cada um jogou a culpa sôbre o outro. Apenas Tiradentes se agigantou naquele cenário de pobreza moral.

Há uma série de coincidências nos processos de Tiradentes e João Cândido. Dezenas de revolucionários foram envolvidos, todavia, só compareceram ao julgamento 10, em cada um dêles.

Todos foram vítimas da covardia inominável de uma Rainha e de um Presidente da República, sendo que o último, dois anos antes, estivera de cócoras diante dos canhões de

João Cândido, o humano João Cândido que não quis bombardear uma cidade com um milhão de habitantes.

É conhecido o episódio de Tiradentes, quando os companheiros de conjura, aos seus olhos, depois da leitura da carta de clemência, comutando a pena de morte em degrêdo, se entregaram a manifestações de júbilo, enquanto o Mártir sorria com escárnio. Com o perdão, nove foram para o degrêdo na África, onde Tomás Antônio Gonzaga esqueceu sua Marília, a doce e suave Julieta edição brasileira, casando-se com uma filha do governador da colonia.

Joaquim José da Silva Xavier cresceu diante daquele quadro, dizendo:

— É verdade que se premeditava o levante. Eu idealizei tudo sem que nenhuma outra pessoa me inspirasse coisa alguma.

Um marchava para a História. Os outros para a degradação

* * *

João Cândido assumiu, também, tôda a responsabilidade do levante na Marinha.

No alto da colina, na ilha sinistra, num dos restaurados pavilhões do antigo Hospital da Marinha, se reuniu o Conselho de Guerra. O acesso era dificílimo, tendo que se atravessar tôda a praça de guerra por quase intransponíveis caminhos, sendo, além disso, necessário, de espaço a espaço, pedir assentimento de sentinelas. Tinha que se penetrar na ilha, com as formalidades do costume militar. O Conselho de Guerra funcionou segregado inteiramente ao público e à imprensa.

Efetuou sua primeira sessão em 2 de junho de 1912, isto é, ano e meio após a prisão dos acusados, e terminou sua função cinco meses depois.

Em se tratando da Justiça Militar, não pode causar admiração ou estranheza. É uma coisa tornada corriqueira mesmo nos dias de hoje, essa protelação, essa demora desesperadora, e que apenas evidencia a imprestabilidade do mecanismo Judiciário Militar, carecedor de urgente reforma.

O Conselho de Investigação, composto dos Capitão-de-Fragata Ramos Fontes, presidente; Capitão-de-Corveta Alberto de Barros Raja Gabaglia e Capitão-Tenente Américo Reis, escrivão, pronunciou em 2 de outubro de 1911 como incursos no artigo 93 do Código Penal da Armada, os 70 marinheiros seguintes:

— João Cândido — o chefe da revolta — João Batista
de Oliveira, Quintino da Rocha Cardoso, Augusto de Miranda
Albuquerque, Vitorino Nicássio de Oliveira Santos, Francisco
Teodósio de Abreu, Manoel Francisco das Chagas, Ernesto
Roberto do Nascimento, Nelson Francisco dos Santos, Mi-
nibio Pereira da Silva, Cipião Santos, sargento Braga, Vita-
lino José Ferreira, Nicomedes da Silva, cabo Leonel, Virgílio
José Rodrigues, Francisco Soares de Londres, Francisco de
Paula Mota, Nércio Andrade, foguista Alexandre, Januário
Emílio Gonçalves, Aristides Pereira, André Avelino de San-
tana, comandante do "Deodoro"; Manoel Gregório do Nas-
cimento, comandante do "São Paulo"; Eurico da Mota, Ernesto
Marques da Silva, Antônio José Leite Alves, Pedro Cavalcanti
de Albuquerque, Armindo Machado de Freitas, Gustavo Gui-
marães Barreto, Augusto Arantes, Lauriano Soares de
Queirós, foguista Vaz, Ricardo de Freitas, imediato do
"Bahia"; Francisco Dias Ferreira Martins, comandante do
"Bahia"; Maximiliano da Silva Santos, Cassiano Pereira
da Silva, Manoel Gonçalves, Raul de Faria Neto, Henrique
Gomes, Deusdedit Teles de Andrade, Adalberto Ferreira
Ribas, Eduardo de Almeida Figueiredo, Alfredo Maia, José
Alves de Souza, subcomandante do "Deodoro"; Manoel Ho-
norato Alexandrino, Antônio Belo da Silva, José Ferreira
Sandim, João Rodrigues do Nascimento, Francisco de Souza
Lima, José Dias Coelho, Antônio Paulo, João Severiano do
Nascimento, Sebastião de Lima e Silva, Manoel dos Santos,
João Agostinho, José Ferreira, Francisco Xavier das Chagas,
Carlos Ernesto de Souza, Adelino Bastos, Albino de Albu-
querque Maranhão, Francisco Ferreira, Antônio Carlos
Pestana, João Félix da Silva, Plácido de Oliveira, Ricardo
Benedito, Luís Baltazar, Severino Carneiro da Silva e Fir-
mino Dória Valério.

Dos pronunciados só dez estavam encarcerados. Eram
êles: João Cândido, Francisco Dias Martins, Manoel Gre-
gório do Nascimento, Ernesto Roberto dos Santos, Deusdedit
Teles de Andrade, Raul de Faria Neto, Alfredo Maia, João
Agostinho, Vitorino Nicácio dos Santos e Antônio Paulo.

A respeito dos demais, nos autos, encontram-se as notas
que os dão "como desaparecidos, excluídos, inexistentes, es-
traviados, falecidos por insolação, fuzilados!"

Lá estavam os cabecilhas do "Minas Gerais", "São
Paulo" e "Bahia". O cabo André Avelino, do "Deodoro",
fugiu para o Nordeste, onde acabou os seus dias na miséria.

Quem são os "falecidos por insolação" e os "fuzilados"?
São as vítimas do Capitão-de-Fragata Marques da Rocha, o

perverso Comandante do Batalhão Naval e do Tenente Francisco de Melo, que executou os marinheiros a bordo do "Satélite", com a conivência do próprio comandante do barco, Carlos Brandão Storry.

O advogado Jeronimo de Carvalho, patrono do "célebre Almirante Negro da Esquadra Reclamante" — como escreveu um diário — apresentou suspeição dos juízes, alegando:

"Tanto é verdade que, a despeito da anistia concedida a João Cândido e a medida de alta clemência e sabedoria política, ter o efeito, consoante a lição do eminente Rui Barbosa de eliminar o caráter criminoso do delito, suprimir a infração, extinguir o próprio delito e repor as coisas no mesmo estado em que estariam se a infração nunca se tivesse cometido: Anistia inversa.

"Erigiram o arbítrio em preceito *ex-propria auctoritate*, impuseram ao excipiente a pena cruel que, como é público e notório, sofreu em um dos presídios desta ilha das Cobras.

"E nem ao enternecimento, às lágrimas e aos gemidos, nem aos movimentos convulsivos e aos esgares, o mandante do suplício abrandou os rigores da expiação. Era preciso que a tortura da fome e sêde eliminasse o excipiente.

"Tendo sido, porém, aprovados tàcitamente, pelo mais frisante silêncio, os atos do castigador da ilha das Cobras, tendo-lhe sido prestado, por atos e palavras, o mais evidente auxílio, *juris tantum*, presume-se que perfeita comunhão de vistas há entre o punidor e seus dignos colegas, os oficiais da Armada.

"Todos foram dominados pela mesma paixão. Todos são inimigos do excipiente.

"Instrumentos puros da lei, não podem ser, no caso concreto, os ilustres oficiais da Armada. Pelo contrário, são partes interessadas na causa. Para êles, direta ou indistintamente, se voltaram os atos praticados pelo excipiente quando chefiara a rebelião denominada dos couraçados.

"Falta-lhes, portanto, isenção de ânimo necessária para exercerem as nobres funções de juízes.

"Nestes têrmos, a presente exceção de suspeição deve ser recebida e julgada provada, sendo conseqüentemente havido por suspeitos todos os oficiais da Armada Nacional."

* * *

O auto de informação mencionava os fatos imputados aos dez acusados sobreviventes. João Cândido era apontado

de ter expedido radiogramas ao Govêrno, ordenando disparos de canhão, hasteado sinais, armado a tripulação do "Minas Gerais"; recusado cumprir as ordens de seus superiores e efetuado a mudança do navio para outro ponto, no dia 9 de dezembro, quando deflagrou o levante do Batalhão Naval. A verdade é que no outro dia, de volta, a bordo, o Comandante Pereira Leite, do "Minas Gerais", foi ao encontro de João Cândido, "felicitando-o em nome do Presidente da República pela lealdade com que se conduzira, pondo-se ao lado da legalidade."

O julgamento de João Cândido foi assinalado por dois episódios marcantes, sendo que um dêles, a agonia de D. Orsina da Fonseca, espôsa do Presidente da República, cujo falecimento emocionou a população. O outro foi a campanha movida pela imprensa contra o Govêrno, que a todo custo queria uma anistia para proteger o Cel. Pantaleão Telles, às voltas com um Conselho de Guerra para julgá-lo pelo crime de bombardear Manaus.

Edmundo Bittencourt, na 1.ª página do "Correio da Manhã", escreveu violento artigo, no qual aparecem trechos como êstes:

"Visando tão-sòmente livrar o Coronel Telles e o Comandante Costa Mendes da sanção penal a que fizeram jus, pelo monstruoso crime do bombardeio da capital do Amazonas, trazia o projeto em seu bôjo o mistificador engôdo de ampliar também a medida a João Cândido e a alguns dos seus companheiros de infortúnio, tão cruelmente martirizados na fortaleza da ilha das Cobras.

Visava a mistificação um duplo fim: atrair simpatias para o projeto e tirar o Govêrno da situação desgraçada em que se encontra, diante dos resultados dêsse Conselho de Guerra, que só veio patentear os crimes, dêle Govêrno e não o do desventurado João Cândido, cuja inocência está absolutamente provada.

"O desaparecimento de sessenta réus, dos quais alguns foram bàrbaramente fuzilados; a baixa dada às testemunhas, quando se achavam já sob a jurisdição do Conselho de Guerra; a nomeação do Comandante Frontin para juiz dêsse Tribunal; os embaraços opostos pelo Quartel General ao julgamento dos acusados; o afastamento dos juízes para fora desta capital, por sucessivas nomeações para misteres estranhos ao serviço judiciário; tudo isso, aliado a outros atentados, deixaria o Govêrno em situação verdadeiramente infeliz, e era preciso abafar o escândalo que o conhecimento dêsses fatos repugnantes havia de produzir na opinião.

"Evidentemente João Cândido não necessita da medida, nem precisa dessa suposta clemência, que não passa de uma refinada hipocrisia dos seus algozes. O Conselho de Guerra, ao mesmo tempo que patenteou a sua inocência, deixou evidenciada a felonia governamental que mandou encarcerá-lo e martirizá-lo, para vingar-se do Almirante da primeira revolta, anistiado pelo Congresso.

"O depoimento do Comandante Pereira Leite é uma prova irrefragável dessa felonia e veio desmascarar impiedosamente a falsa alegação de que o chefe dos marinheiros houvesse tomado parte no levante da ilha das Cobras, ou querido atraiçoar o Govêrno, conforme a invocação de última hora, a que tão tristemente se apegaram na Câmara os seus impenitentes perseguidores.

"É desmentindo essa afirmação categórica do brioso oficial, e a própria palavra do Govêrno, empenhada em documento de tão alta valia, que se vem alegar que a atitude de João Cândido não passou de uma simples manobra, para conseguir a entrega das culatrinhas, e revoltar-se de nôvo contra o Govêrno constituído.

"E não querem que haja ainda quem acredite mais na lealdade do Almirante Negro do que na do Marechal Branquíssimo!

"Da lealdade de um é prova eloqüentíssima tudo o que consta dos cinco depoimentos prestados perante o Conselho de Guerra; da felonia do outro é atestado eloqüente uma série inumerável de fatos, desde as traições praticadas com a violação da anistia até aos embustes e às mistificações dêsse escandaloso projeto de anistia, em que se chega a falar mentirosamente "nos militares e civis implicados nos acontecimentos de Manaus", quando não há um único civil acusado, processado ou responsabilizado em conseqüência daqueles sucessos!

"O que se pretende é tão-sòmente conceder aos dois oficiais bombardeadores o manto protetor de uma injustificável anistia que trará ainda como resultado, além do reembolso do sôldo de que um dêles se acha privado, a contagem do tempo do primeiro, e de certo a promoção de ambos!

É êsse o grande escândalo que se vai consumar."

* * *

Ao meio-dia de 29 de novembro de 1912, presentes o Dr. Bulcão Viana, auditor de Marinha, e demais juízes do

Conselho de Guerra, Almirante João Adolfo dos Santos, presidente; Capitão-de-Mar-e-Guerra Artur Alvim, interrogante; Capitão-de-Fragata Pedro Max Fernando Frontin, Capitães-de-Corveta Severino da Costa Oliveira Maia, Wenceslau Albuquerque Caldas e engenheiro-maquinista Capitão-de-Corveta João Carlos Alves Siqueira, e o escrevente José Joaquim Sousa, tiveram início os trabalhos. João Pessoa de Cavalcante e Albuquerque funcionou como promotor cuja função era acusar, o que fez sem entusiasmo.

Após 18 anos, o mesmo João Pessoa era abatido por sicários do Catete, no Recife. Foi o estopim da Grande Revolução de 1930.

João Cândido já não era mais aquêle negro forte, musculoso, um Hércules de ébano. Era um trapo. Magro, com os pulmões infiltrados pela tuberculose, rôto, barbado, vestido como um mendigo, chegou ao recinto, todavia, com passos firmes e cadenciados e não titubeou diante do Conselho de Guerra.

Houve rápido diálogo:

— Como se chama? — interrogou o Comandante Artur Alvim.

— João Cândido — respondeu com energia.

— De quem é filho e de onde é natural? — perguntou o Juiz Militar.

— Sou filho de João Cândido Velho e Ignácia Cândido Velho. Peço que fique consignada uma retificação. Não sou argentino, conforme foi dito e escreveram. Sou brasileiro e assumo inteira responsabilidade pela mudança do "Minas Gerais" para a ilha do Mocanguê — diz com altivez o prêto que acabou com a chibata na Marinha.

O Almirante João Adolfo dos Santos ao réu:

— Nasceu na cidade do Rio Grande ou na capital do Estado?

O acusado replicou:

— Na vila da Encruzilhada, no Rio Pardo, no Rio Grande do Sul. Sou praça desde 10 de dezembro de 1895, da 40.ª Companhia do Corpo de Marinheiros Nacionais.

O Dr. Bulcão Viana:

— Sabe a causa da sua prisão?

— Das testemunhas ouvidas no processo conheço, apenas, quatro: o Comandante Saddock de Sá, o Tenente Azeredo Coutinho, o maquinista Bernardo e o Capitão-Tenente Guedes. E quanto à contradita aos seus depoimentos, deixo-a ao meu defensor.

O Comandante Alvim:

— Tem fatos que provem ou mostrem sua inocência?

João Cândido, com um sorriso que antevia a sua vitória no Conselho de Guerra, respondeu:

— Tenho! Os meus advogados farão a minha defesa.

Da revolta da Esquadra foi absolvido pela anistia de 25 de novembro de 1910. O seu crime, agora era ter mudado o "Minas Gerais" do poço para a ilha do Mocanguê.

E o comandante, com a sua oficialidade, onde estavam que permitiram a um marinheiro tomar conta da belonave? É que o Capitão-de-Mar-e-Guerra João Pereira Leite, com seu Estado-Maior, abandonaram o encouraçado 24 horas antes da rebelião na ilha das Cobras, ficando o navio, pràticamente, sob o comando de João Cândido.

É chamado, em seguida, o marinheiro Manoel Gregório do Nascimento, o comandante do "São Paulo". Soube-se, então, que o marujo, logo após os acontecimentos de novembro de 1910, serviu como criado do Presidente Hermes da Fonseca.

A presença do chefe rebelde no Catete está, aliás, mencionada no livro "A Vida do Marechal Hermes da Fonseca", de Nini Miranda:

"Certa vez, chegou ao Catete um marinheiro à paisana, desejando falar ao Presidente. Foi recebido. Era um dos antigos tripulantes do "São Paulo". Ia pedir um emprêgo ao Marechal. Nada havia no momento que pudesse resolver a situação do homem. Resolveu o Marechal tomá-lo para seu serviço com duzentos mil réis mensais, pagos do seu bolso. Êsse homem tornou-se um cão fiel durante tôda a vida do Marechal."

Gregório foi empregado como doméstico particular, depois de absolvido, em 1922.

Relatei o fato a João Cândido e o velho marujo estabeleceu a identidade do serviçal.

— Era o Gregório do Nascimento, que acabou "tira" da Ordem Social.

Gregório era alagoano, tinha 24 anos de idade, solteiro e praça de 1901 a 1910 da 26.ª Companhia do Corpo de Marinheiros. Não sabia o motivo de sua prisão e dentre as testemunhas de acusação, apenas, conhecia o imediato do "Minas Gerais".

Continuou o desfile dos acusados. Ernesto Roberto dos Santos, com 22 anos de idade, natural da Bahia, solteiro, praça desde 1906 do Corpo de Marinheiros Nacionais; Deusdedit Teles de Andrade. Era um jovem marinheiro, claro, alto, muito simpático. Estava profundamente abatido. Os

olhos pisados, as faces descoradas, como tendo passado longas noites de vigília. Era vítima de grande sofrimento. Tinha 22 anos de idade. Foi apregoado o nome de Francisco Dias Martins, o autor intelectual da revolta da Esquadra.

— Há uma solução de continuidade na atitude austera do Tribunal Militar. Tôdas as fisionomias demonstram uma doce simpatia pelo jovem — disse um jornal.

Juízes militares, advogados, os presentes, sem exceção acolhem-no bondosamente.

Francisco Dias Martins respondeu ser cearense, ter 22 anos de idade. Declarou, com franqueza, que é civil e não militar, tendo pertencido à 10.ª Companhia do Corpo de Marinheiros Nacionais, onde serviu de 1906 a 1910. É um anistiado.

Antes de terminar o interrogatório, virando-se para o presidente da Côrte, com a voz humilde, falou:

— Quero agradecer, de coração, o que fizeram pela minha velha mãe, permitindo que ela me visitasse por 10 minutos.

Um fato ficou provado ante os depoimentos das testemunhas:

O "Minas Gerais" foi abandonado pelo seu comandante, Capitão-de-Mar-e-Guerra Pereira Leite. O marinheiro João Cândido assumiu a chefia da belonave e passou êste telegrama ao Ministro da Marinha, não de intimidação, como o fêz em novembro, e sim de solidariedade ao Catete:

"Rádio — R.G.T.N. 64 — 10 H — 7,55. Urgente. Sr. Ministro da Marinha. Guarnição "Minas" fiel e pronta para auxiliar Govêrno. Estamos vossas ordens."

Outras mensagens foram despachadas. Os marujos pediam a remessa das culatrinhas retiradas de bordo. Êste detalhe serviu para o Promotor afirmar que êles desejavam aquelas peças para desfechar tiros contra o Catete... João Pessoa, entretanto, não cerrou carga contra os marinheiros. Vinte anos depois, João Pessoa empolgava o Brasil, lutando de armas em punho contra o Catete, sendo abatido como Governador da Paraíba, por um bando de sicários, na principal rua do Recife. Foi o estopim da Revolução de 1930.

O primeiro advogado foi Jeronymo de Carvalho:

"Não venho por interêsse material fazer a defesa de João Cândido. Quero prestar um serviço à causa da Justiça. João Cândido nunca pensou em desrespeitar, empunhando armas, não quis desprestigiar a farda de seus superiores hierárquicos."

Fêz a apologia das fôrças armadas, que julga ainda necessárias, inclusive a educação militar. Falou no General Marmont, cujas idéias defende o respeito das jurisdições especiais. Citou o relatório da comissão nomeada em 1829, pelo Govêrno, para elaborar o Código Penal. Os soldados são, antes de tudo, cidadãos. Prolongou-se nessas considerações e depois entrou na análise do insuspeito depoimento do Comandante Saddock de Sá, que declarou que a guarnição do "Minas Gerais" estava desconfiada, contudo, não houve nenhum incidente; nenhum desacato. Se os marinheiros armaram-se no "Minas Gerais", era devido a essa dúvida. Não era para fazer mal aos oficiais. Diante dessa atitude e do estado de revolta do "Rio Grande do Sul", a oficialidade retirou-se de bordo, deixando o navio a cargo de João Cândido. A guarnição não os obrigou, não os forçou. Não lhes queria fazer mal; o estado de ânimo da tripulação era devido ao boato perverso de que o Exército ia atacá-lo, boato êste partido da ilha das Cobras.

Falou sôbre a saída do navio do lugar onde estava, para Mocanguê. Fôra mudado de ancoradouro pela marujada, porque não havia oficiais a bordo. Os projétis da ilha já alcançavam a belonave, que era a vida de João Cândido, que mostrou ao Comandante Pereira Leite, depois de sua volta ao navio, os radiogramas protestando solidariedade da guarnição ao Govêrno. Era o meio que êle tinha para mostrar que não tomou parte na rebelião do Batalhão Naval.

Ademais, o "Minas Gerais" não correspondeu aos sinais da ilha. Não existiam superiores a bordo, nenhum marinheiro mais graduado que João Cândido. Êle, se quisesse, teria aderido à revolta dos fuzileiros. Preferiu, entretanto, por uma questão de lealdade, ficar com o Govêrno Federal, de quem recebera anistia ampla. Uma anistia de mentira, sem dúvida, porém, votada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente da República.

Não quis receber soldados navais a bordo e foram os foguistas que fizeram acender fornalhas e pediram a João Cândido para mudar o navio para Mocanguê, para evitar as balas da ilha das Cobras. Era o temor de todos pela sorte do "Minas Gerais".

Evaristo de Morais empolgou, por sua vez:

"Não quero suscitar paixões, mas reconheço a generosidade do proceder de João Cândido. O seu ato foi um ato humano, de justiça, realçando ainda mais nessa época política. Estivemos à sua mercê, e êle nos poupou. Todo o País tremeu ante os marinheiros; a anistia saiu dêsse pavor. Sempre pensei estarem os acusados envolvidos no mesmo processo

da sublevação da ilha das Cobras. A função negativa da sentença condenatória, sobrepujou à sua função positiva. É nisto que está a psicologia do caso."

Analisou o despacho de pronúncia, apontando defeitos. Combateu essa peça do processo. Disse que era uma monstruosa iniqüidade a desclassificação do delito pelo Conselho de Guerra. A lei não a admite. Os réus não se defenderam dessa nova classificação.

A marinha estava sobressaltada com os boatos, sabendo que alguns de seus companheiros já haviam sido passados pelas armas, sem nenhum processo. A lancha que passou pelo "Minas Gerais", avisando sua marinhagem que se ia dar uma abordagem, foi para lançar a guarnição nesse estado moral. João Cândido não praticou delito algum. A movimentação do navio, por sua ordem, era imperiosa.

Por que os marinheiros moviam, por si mesmo, o navio? Evaristo de Morais fêz a pergunta para tirar partido.

— Porque a bordo não existiam oficiais. E dêsses oficiais que abandonaram a belonave, não se procurou apurar sua responsabilidade, e processam-se os marinheiros, que salvaram o "dreadnougth".

Discute êsse ponto e pede o arquivamento, o silêncio perpétuo sôbre o processo, para o bom renome das classes militares.

Evaristo de Morais terminou o seu discurso de 180 minutos. Eram 18 horas. A sala já estava escura. Não havia iluminação. O Conselho estava fatigado de 6 horas de trabalhos contínuos. O presidente suspendeu a sessão e mandou servir o jantar na mesma sala, para onde foi trazida uma lâmpada a querosene.

Caio Monteiro de Barros tinha uma grande tarefa. Jeronymo de Carvalho deu à defesa um cunho de piedade para os réus. Evaristo de Morais focalizou o sentido humanitário de João Cândido e seus companheiros. Monteiro de Barros entrou no mérito jurídico da questão, do qual era mestre. A sua defesa empolgou do começo ao fim.

— Compareço a êste Tribunal pelo meu sentimento cívico, meus sentimentos de homem que se revolta contra tôdas as iniqüidades. Não falo como advogado. Falo como cidadão, protestando contra as tiranias e os vilipêndios ao Direito.

Entrando a apreciar o fato sob o ponto de vista inteiramente jurídico, argumenta com João Vieira, o seu mestre. Há nos autos prova de que os acusados pegaram em armas, maquinaram ou procederam contra as ordens legais? Não.

Não há, portanto, prova de revolta do Batalhão Naval, e isto é palpável e evidente.

Que crime praticaram os marinheiros, e em que artigos do Código Penal Militar êles estão incursos?

Não podem responder porque o despacho de pronúncia, peça essencial do processo, não diz, deixando o Auditor sem os elementos necessários para consubstanciar a acusação.

Não é recurso de defesa dizer-se que o Conselho de Investigação é uma peça bárbara, revelando que João Cândido, durante três dias, sem a menor piedade, fôra inquirido, perseguido. É uma indignidade própria dos velhos tempos da Inquisição.

Só depois do acusado João Cândido manifestar sinais visíveis de doença é que os inquisidores o deixaram.

Alfredo Maia, um dos acusados, conta 16 anos; com essa idade, apesar de dispositivo terminante da lei, essa criança, foi bárbara e impiedosamente encerrada em masmorras terríveis, imundas, onde cumprem penas criminosos da pior espécie.

Outra vítima dêste monstruoso processo é Francisco Dias Martins, sacrificado ao ódio do Tenente César de Melo, ajudante de ordens do então Ministro da Marinha, Batista Leão. A ira dêsse oficial foi ao ponto de acusá-lo de pretender levantar fôrças contra a oficialidade, dentro das próprias repartições da Marinha, o que é inteiramente inverossímil.

Consta, entretanto, do processo, o depoimento do Comandante Raimundo do Vale, segundo o qual, a bordo do *scout* "Bahia", nada se dera de anormal, bastante para induzir-se criminalidade.

Resta o predomínio moral, que articulam ter estado Dias Martins na guarnição, mas, predomínio moral foi ou é motivo para induzir criminalidade? Não, em nenhuma hipótese, se predomínio moral pode ter-se, por qualquer circunstância, isso não quer dizer criminalidade.

Do Conselho de Guerra nada consta dos depoimentos de diversas testemunhas, com exceção do 2.º Tenente Azeredo Coutinho, que positivamente só veio dizer inverdades, não merece fé. Levantam-se contra o seu depoimento os dignos oficiais João Pereira Leite, Sadock de Sá e Nelson Jurema, os dois primeiros, respectivamente, comandante e imediato do próprio "Minas Gerais". Nenhum fato articulam contra seus constituintes, nem mencionam fatos, mesmo vagos; ao contrário, dizem que todos têm boa conduta.

Nos apontamentos de praça, nenhum dos castigos inflingidos são desabonadores. Meras faltas sem importância, que não alteram a moralidade de quem quer que seja.

Perorando, diz o advogado que o processo é uma revivescência das antigas devassas do absolutismo régio.

Não duvida da decisão do Tribunal, porque seria o mesmo que duvidar da própria Nação, do próprio Povo, e por isso deixa a tribuna convicto de que cada um dos juízes decidirá conforme a sua consciência nobre, elevadamente absolvendo os acusados.

Já dois anos os acusados esperam a palavra da Justiça.

E, finalmente, em tom dramático:

— Quando o povo peruano, há anos, há séculos, jazia escravizado, oprimido, tiranizado pelos impiedosos e sanguinosos invasores europeus, Villa Pampa, nos alcantis dos Andes, era o derradeiro e único refúgio da liberdade. Para ali olhavam ansiosos todos os infelizes peruanos. Também para os acusados êste Tribunal é sua Villa Pampa — último refúgio da liberdade — e que êle se pronuncie abrindo-lhes os cárceres — libertando êsses tiranizados, oprimidos, martirizados — os desgraçados, infelicíssimos brasileiros que já dois anos jazem nas terríveis masmorras, nas horríveis prisões das insolações e das dores inigualáveis.

* * *

João Cândido, no julgamento que durou 48 horas, manteve a mesma atitude de quando entrou no Tribunal: tranqüilo, meio carrancudo, sempre a olhar os juízes de frente. Não fraquejou uma só vez. Passava da meia noite. A ilha da Desgraça mergulhava na escuridão. Um defeito na rêde elétrica deixou-a às escuras. As ondas, lá em baixo, faziam fragor contra a muralha, ecoando os estrondos por tôda a ilha. Numa sala acanhada, sem luz, imunda, o Conselho de Guerra, reunido secretamente, julgava os insurretos anistiados e ali presos em função do ódio mesquinho de um govêrno de anões.

Houve um pequeno murmúrio e Evairsto de Morais trouxe a notícia de que todos, por unanimidade, haviam sido absolvidos. João Cândido compreendeu a situação e, pela primeira vez, esboçou um sorriso de contentamento e acenou a cabeça, em sinal de agradecimento.

O presidente da Côrte voltou ao recinto, seguido dos demais membros do Conselho. Nenhum fotógrafo teve ingresso na fortaleza do suplício.

O Almirante João Adolfo dos Santos bateu nos tímpanos, pediu silêncio e leu:

"Vistos e examinados os presentes autos, dêles consta que o conselho de investigação foi convocado a 16 de dezembro de 1910, pelo Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada de então, para apurar as responsabilidades sôbre os fatos posteriores ao decreto de anistia que ocorreram nos diversos navios da Armada.

"Iniciando os seus trabalhos a 19 do mesmo mês e ano, terminou o conselho a sua missão a 2 de outubro de 1911, pela pronúncia de 70 marinheiros.

"Apesar do grande número de testemunhas ouvidas e das diligências a que procedeu, êle não conseguiu fazer a luz sôbre aqueles acontecimentos de modo a poder indicar a participação que nêles teriam tido os indiciados.

"Daí resultou que a sentença da pronúncia deficiente, lacunosa, formulada em têrmos vagos, nem precisou, como fôra de rigor, os fatos por que devia responder cada um dos acusados, nem mesmo indicou o parágrafo do artigo 93 do Código Penal Militar em que os considerara incursos.

"Das conseqüências desta incerteza se não podia certamente forrar o Conselho de Guerra, cujos trabalhos teriam de assentar em base tão inconsciente.

"Convocado a 2 de março do corrente ano e distribuído o processo a 16 de maio, só a 14 de junho logrou o Conselho celebrar sua primeira sessão preparatória, por ter faltado consecutivamente às duas primeiras um dos juízes, que o compunham e se haver declarado na terceira incompatível um dos juízes que servira de testemunha no conselho de investigação, como se vê das certidões e ata.

"Aquela reunião e as subseqüentes, de 18 e 25, foram absorvidas pela leitura das peças dos volumosos autos.

"A 13 de julho iniciou-se a segunda fase do processo, com o comparecimento dos réus, testemunhas e curadores.

"Na forma da lei, deu-se curador aos réus menores, prèviamente consultados, e receberam-se as procurações dos advogados constituidos — Drs. Monteiro de Barros, Jeronymo de Carvalho e Evaristo de Morais.

"Esta e a seguinte sessão de 20, foram tomadas com a discussão das diversas preliminares suscitadas pela defesa e de que dão notícia as respectivas atas preliminares rejeitadas pelo conselho, de cuja decisão se interpôs o recurso de agravo tomado por têrmo.

"Como só tivessem sido apresentados 10 dos 70 réus pronunciados, mencionando o processo que 42 haviam sido excluídos, 10 não existiam, 4 se extraviaram, 2 foram fuzilados, um desertara e outro falecera de insolação, propôs o Auditor e resolvera o conselho que se requisitassem mais precisas informações sôbre o destino dos réus ausentes, notadamente dos dez que traziam a declaração de não existirem.

"Na sessão de 30 do mesmo mês, foram ouvidas as duas primeiras testemunhas: Capitão-de-Fragata Henrique Teixeira Saddock de Sá, imediato do couraçado "Minas Gerais", e o Capitão-Tenente Nelson Peixoto Jurema.

"O Auditor propôs que se reiterasse a requisição anteriormente feita e mais que se providenciasse no sentido de ser levantada a incomunicabilidade de que se queixaram os réus, conforme representação de seus advogados.

"À sessão de 6 de agôsto seguinte, apenas compareceram as testemunhas, 1.º Tenente Antônio Barbosa Moreira Martins e o cabo Eugênio Alves de Assis Bulhões.

"Ao todo prestaram declarações no processo 58 testemunhas, sendo 40 no Conselho de Investigação e 18 no de Guerra."

O presidente do Conselho de Guerra fêz um ligeiro histórico dos depoimentos das testemunhas e revelou que foram convocadas 22 sessões, deixando de se realizar 7, por não terem comparecido em algumas os juízes e em outras as testemunhas requisitadas.

E a seguir, leu o prólogo que antecedia a decisão do Conselho de Guerra:

"Dos elementos de prova coligidos, se apura que, apaziguada a revolta que em fins de novembro de 1910, assestara contra esta capital, colhida de improviso, os canhões dos nossos mais poderosos vasos-de-guerra, se empenhavam os podêres públicos no afã patriótico de reparar os danos incalculáveis, morais e materiais que ela havia semeado, quando foram surpreendidos com um nôvo levante, que desta vez partiu da ilha das Cobras e do cruzador "Rio Grande do Sul".

"A impressão que no espírito público produziram os dois lamentáveis sucessos, foi tão funda e duradoura, que não é necessário rememorar-lhe os tristes episódios.

"Sôbre o primeiro, o Congresso, em sua sabedoria, lançou o véu da anistia, impondo silêncio ao processo que se lhe deveria seguir para apuração das responsabilidades e punição dos culpados. A referência que aqui se faz obedece exclusivamente à necessidade de estabelecer a filiação do segundo,

que dêle foi indiscutivelmente uma conseqüência, senão um prolongamento.

"E tanto menos se podia evitá-la quando é certo que a lembrança ainda recente daquêle sucesso, o precedente que êle viera instituir, o estado de indisciplina de que fôra alarmante sintoma a desconfiança que insinuara entre a oficialidade, que ainda trazia o luto dos bravos companheiros vitimados no seu pôsto e a marinhagem apenas restituída à sua missão ordinária são elementos imprescindíveis para a psicologia do caso objeto do presente processo.

"Só êles explicam a situação gerada pelo levante da ilha das Cobras, agravada pela suspeita, que desde logo tomou vulto, de que o movimento não estêve circunscrito a êste estabelecimento, senão que se generalizava pelas tripulações de todos os vasos-de-guerra.

"Esta suspeita era inevitável, ela pesou no espírito público, aumentando-lhe os temores, agravou as dificuldades com que tinha já de lutar a autoridade pública para o restabelecimento da ordem e criou, para os próprios suspeitados, uma posição difícil, obrigando-os a demonstrações cuja iniciativa seria indesculpável se não obedecesse ao propósito de restaurar a confiança justamente abalada e ao empenho de colaborar na pacificação do movimento sedicioso.

"Outra não foi, em resumo, a missão incumbida ao presente Conselho, senão a de dizer da procedência ou improcedência desta suspeita a vista dos fatos apurados, relativamente aos acusados.

"Para desempenhá-la cumpre-lhe examinar o que a respeito de cada um dêles se encontra no processo."

* * *

A leitura foi longa, ouvida num silêncio sepulcral. Pouco depois das 3 horas da madrugada, foi pronunciada a sentença absolvitória.

"Tal é, em síntese, fiel à prova testemunhal dos autos. Além dela nenhuma outra foi coligida que mereça referência. Isto pôsto e considerando, preliminarmente, que tratando-se de delitos conexos, é de rigor a unidade do processo, (*La conséquence principale de la conneité en droit penal est une function des procédures* — ORTOLAN — *Droit pénal* n.º 1.247), esta unidade se torna ainda mais imperiosa quando se trata de um só delito, embora imputado a diversos agentes. (*L'unité de l'infraction éxige l'unité de poursuite et de jugement* — GARRAUD, *Précis de droit crim.* n.º 476).

Considerando que, assim, é injustificável que, respondendo os réus como co-autores e cúmplices no levante de 9 de dezembro de 1910, não tenham sido processados juntamente com os autores dêste delito e que assim se tenha, infringindo o princípio de que *in conexis idem est judicium*, quebrando a continência da causa, provocado a dispersão da prova, e o risco de juízes contraditórios, com a agravante de instaurar-se um processo para apurar a responsabilidade dos agentes secundários de um delito, cujos autores principais lhe são desconhecidos e nem sequer foram ainda julgados.

De meritis:

"Considerando que o crime imputado aos réus está definido no art. 93, do Código Penal Militar e que assim dispõe:

"Serão considerados em estado de revolta ou motim os indivíduos a serviço da Marinha de Guerra que, reunidos em número de quatro, pelo menos, e armados: 1.º — Recusarem, à primeira intimação recebida, obedecer a ordem de seu superior; 2.º — Praticarem violências, fazendo ou não uso das armas, e recusarem dispersar-se ou entrar na ordem à voz de seu superior; 3.º — Maquinarem contra a autoridade do comandante, ou segurança do navio; 4.º — Fugirem, desobedecendo à intimação, para voltarem a seu pôsto; 5.º — Procederem contra as ordens estabelecidas ou dadas na ocasião, ou absterem-se propositadamente de as executar:

"Pena: os cabeças, de prisão com trabalho por dez a trinta anos; os demais co-réus, de prisão com trabalho por dois a oito anos.

"Considerando que a simples transcrição do texto legal, em seguida ao resumo da prova coligida no processo, revela desde logo a improcedência da acusação; porquanto;

"Considerando que, se a respeito da maioria dos réus nada absolutamente dizem as testemunhas que autorize sequer a suspeita de que foram achados em falta, a respeito dos restantes referem simplesmente fatos que nem objetiva, nem subjetivamente considerados, se enquadram na definição legal; de fato;

"Considerando que, a mudança do ancoradouro do navio, para evitar que fôsse atingido pelos projétis dos rebeldes, a expedição de radiogramas ao Govêrno, protestando-lhe solidariedade, o armamento da tripulação, para repelir um esperado assalto dos mesmos rebeldes, a prisão de alguns dêstes que foram ter ao "Minas Gerais", e os disparos feitos contra a ilha revoltada, únicos fatos apurados com relação ao réu João Cândido, e não só não constituem infração do preceito transcrito, como ainda induzem à prova de que os réus não estavam de

inteligência com os insurretos, e, pelo contrário, se dispunham a combatê-los, mantendo-se fiéis à legalidade;

"Considerando que êsse propósito é ainda revelado por diversos fatos referidos pelas testemunhas, insuspeitas e autorizadas, porque são os próprios oficiais dos navios a que pertenciam os réus e foi abandonado pelo comandante do "Minas Gerais", Almirante Pereira Leite, que, no dizer da segunda testemunha, Capitão-Tenente Nelson Peixoto, se congratulou com a guarnição, por não haver tomado parte na segunda revolta, conservando-se fiel à causa do Govêrno;

"Considerando que, se nas demonstrações que deram de reprovação ao movimento sedicioso, e do apoio ao Govêrno constituído, foram os réus além do que permitia a disciplina, tomando uma iniciativa que lhes não competia, é de atender que agiram sob o império das circunstâncias excepcionais do momento, já expostas, e obedeciam à necessidade de se libertarem da suspeita que os envolvia;

"Considerando que, assim procedendo, concorreram eficazmente para o restabelecimento da ordem, facilitando a tarefa do Govêrno e levando o desânimo aos rebeldes pela certeza de que não contariam com o concurso das tripulações dos vasos-de-guerra;

"Considerando que, assim, seria iníquo e absurdo atribuir àquelas demonstrações o caráter de atos sediciosos para o efeito de punir os seus autores como cúmplices de uma rebelião, quando o que se lhes censura é exatamente o fato de se haverem excedido na reprovação dela e no propósito de combatê-la;

"Considerando, finalmente, que não existe nos autos nenhuma prova de que os réus tenham praticado qualquer ato, que, autorizando a suspeita de participação na referida revolta, revista a figura jurídica do art. 93 do Código Militar, e que as faltas que lhes são imputadas constituem simples infrações disciplinares, cujo conhecimento escapa da competência do Conselho de Guerra, artigo 219, do Regimento citado, por unanimidade de votos julga não provada a acusação para o fim de absolver, como absolve, os réus João Cândido, Ernesto Roberto dos Santos, Deusdedit Teles de Andrade, Francisco Dias Martins, Raul de Faria Neto, Alfredo Maia, João Agostinho, Vitorino Nicácio de Oliveira, Antônio de Paula e Gregório do Nascimento, ficando, porém, suspensa a execução desta sentença em virtude da apelação necessária, interposta para o Supremo Tribunal Militar, na forma da lei."

* * *

João Cândido aproximou-se de Evaristo de Morais, muito moço ainda e campeão de tantas batalhas judiciárias memoráveis, abraçou-o como se fôsse irmão. Pela primeira vez, no seu longo martírio, o Almirante Negro chorou, vencido pela emoção. Cumprimentou os advogados Jeronymo de Carvalho e Caio Monteiro de Barros, enquanto os outros companheiros, bem nervosos, se entregavam a justas manifestações de júbilo. Foram todos ao encontro de João Cândido e cumprimentaram-no, respeitosamente.

Era o culto à autoridade do chefe rebelde que assegurou a vitória da Revolta da Esquadra, em 22 de novembro.

Terminou o calvário de João Cândido na vida militar. Um outro, todavia, o esperava com fortes decepções, um desfile de desgraças que começou em 1912 e ainda hoje não terminou.

E o Presidente da República, dias depois, recompensava os serviços de Marques da Rocha, o carrasco, promovendo-o a contra-almirante.

PERSEGUIÇÃO

> *"O herói não renuncia nunca. Quanto mais sofre os golpes da adversidade, mais se sente com fôrças para reagir contra o destino implacável que o persegue."*
>
> SILVINO MOREIRA LIMA

DESLIGADO da Marinha, à qual serviu 19 anos, João Cândido saiu da prisão com os pulmões avariados pela tuberculose, sem roupa, com um par de botinas, enfim um trapo humano. Os seus irmãos, em número de oito, estavam espalhados pelo mundo. Pensou em voltar para a sua terra natal, a cidade de Rio Pardo. Chegou a escrever uma carta para um antigo companheiro de infância, relatando a sua situação de penúria.

João Cândido relembrou êste fato, com vivo colorido: "Era o Protásio um rapaz criado junto comigo pela família do Almirante Alexandrino de Alencar, que protegeu meus pais e irmãos. A casa dos Alencar era tôda branca, com um sobradinho e construída numa pequena elevação. O Protásio ganhou dinheiro e comprou umas terras no Arroio do Couto."

Teve ímpeto de embarcar num navio qualquer e desembarcar em Pôrto Alegre, onde poderia conseguir um emprêgo numa das companhias de navegação que exploram o transporte fluvial entre a capital gaúcha e Rio Pardo. Seus minúsculos portos, às margens do Jacuí, eram seus velhos familiares, desde o tempo de infância, principalmente, o das Pombas, destinado exclusivamente ao embarque do arroz, o Pederneiras, escoadouro de rica zona da pecuária e agricultura.

Durante um mês esperou, em vão, pela resposta da carta. Escreveu para Vicente Lameirão, cria da família do Barão de Ramiz Galvão, que então brilhava nas letras, no Rio de Janeiro.

Rio Pardo não era clima para João Cândido, ignorado pela sua população. Cidade de barões e viscondes, célula

morta da decadente aristocracia rural, seus colegas de infância eram quase todos criados e peões das famílias mais poderosas da terra, como a do General José Joaquim de Andrade Neves, o Barão de Triunfo, cujos netinhos já nasciam generais; Frutuoso Borges da Fontoura, Tenente-Coronel da República Farrapa; Marechal João de Deus, Mena Barreto, Visconde de São Gabriel; Antônio Manoel Correia da Câmara, o Visconde de Pelotas; Afonso José de Almeida Côrte Real, Comandante Superior da Guarda Nacional de Rio Pardo; General Bento Correia da Câmara, o "Herói de Taquarembó" e, por fim, Felisberto Pinto Bandeira, Ministro da Ordem III, de São Francisco...

* * *

Foi ao Lóide Brasileiro em busca de um emprêgo. Nada. Deu um pulo na Costeira, obtendo resposta negativa. Na Praça 15 encontrou o carpinteiro Freitas, da oficina de Mocanguê, que lhe ofereceu um quarto. E assim o chefe da revolta da Esquadra foi morar, por favor, na Rua Ipiranga, em Laranjeiras.

A família do operário teve cuidados especiais com o "Almirante Negro", agora, arrasado pela doença e dificuldades financeiras. Levaram-no à Policlínica Geral, onde recebeu alguns vidros de amostras de fortificantes. A Irmandade da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, padroeira dos pretos, enviou um auxílio em dinheiro, sapatos e roupa. A situação piorava, sem esperança de dias melhores.

João Cândido, já de namôro com a jovem Marieta, uma das seis filhas do carpinteiro, sentiu que estava condenado a nunca mais trabalhar na Marinha de Guerra, que êle tanto amou.

O Gregório Nascimento, que comandou o "São Paulo", foi parar no serviço doméstico do Marechal Hermes da Fonseca.

Francisco Dias Martins, que chefiou a rebelião no "Bahia", encontrou um biscate na estiva.

Era vizinho da modesta família Freitas, que habitava uma casa de cômodos, o Barão Homem de Mello, historiador bisonho e que passava o dia inteiro mergulhado nos livros. Sabedor da presença de João Cândido nas redondezas, mandou chamá-lo.

— A casa — descreve o marujo — era cheia de móveis dourados e estofados, muitos quadros e bastantes criados. O Barão me submetia, diàriamente, a um longo questionário, querendo conhecer os mínimos detalhes da revolta. Era seu

desejo fazer um livro sôbre o assunto. Mas não escreveu nada, a despeito de ter tomado nota de tudo.

* * *

Cedo, João Cândido ficou uma figura popular nas Laranjeiras e Botafogo. Pinheiro Machado, por exemplo, recebeu-o várias vêzes em sua residência, no Morro da Graça, para ouvir narrativas da insurreição. A espôsa do caudilho, D. Nhanhã, gostava de escutá-las. João Cândido, por várias vêzes, almoçou na copa, já que a mesa grande era privilégio dos políticos, militares, banqueiros e industriais. Não era do agrado, evidentemente, de um Teixeira Soares, Modesto Leal, Belizario Távora, Manoel Vilaboim, Álvaro de Carvalho, sentar ao lado de um rude marinheiro, um prêto. Cansado de contar histórias, sem emprêgo certo, vivendo de pequenos serviços, já noivo, embarcou no patacho "Antonico", singrando os mares do Sul, carregado de açúcar. Do majestoso "Minas Gerais", que dirigiu com técnica e precisão, tendo passado, antes, pelas belonaves "Ondina", "Andrada", "Riachuelo" e outras, João Cândido era, agora, o timoneiro de um simples veleiro de 400 toneladas, uma casca de noz ao sabor das ondas. Dois anos sem pegar num timão e longe da bússola, não lhes sentiu muito a ausência.

À altura de Angra dos Reis, o pequeno barco foi açoitado por violento temporal, quase soçobrando. Salvou-o a perícia de João Cândido e o sangue frio da reduzida tripulação composta por 14 homens. O veleiro, com grandes avarias, chegou a Santos, onde recebeu café para Itajaí, São Francisco e outros portos de Santa Catarina.

O dono do "Antonico" era um velho português de Angola, brasileiro naturalizado de Paranaguá, onde desembarcou enfermo, entregando o destino do patacho ao timoneiro que completou a viagem até a lagoa dos Patos, regressando ao Rio.

* * *

Pela primeira vez, em sua longa vida de homem do mar, João Cândido vestiu uma farda de comandante, desprezando o seu inseparável uniforme de marinheiro, com o qual comandou a Esquadra sublevada em 1910. Aproveitou a estada do barco no Sul e ensaiou uma viagem a Pôrto Alegre, de onde daria um pulo até Rio Pardo, que não via há muito tempo. No Cemitério do Potreiro de Nossa Senhora deveria estar o túmulo dos seus pais. Na matriz, sua velha conhecida e,

no altar de Nossa Senhora do Rosário, sua santa de devoção, padroeira da cidade e dos negros, a mesma ordem que custeou a sua defesa, acenderia uma vela, promessa feita no calabouço, na trágica noite de Natal de 1910.

A casa do Marechal-de-Campo João de Castro Canto e Melo, marechal por obra e graça de sua irmã, a irrequieta Marquesa de Santos, estaria ainda de pé? Nada daquilo lhe interessava. Êle só queria ver o sobradinho dos Alencar, na Rua General Osório, ao lado do teatro, parte de sua infância. Ali êle descansava das longas caminhadas pelos sertões, em companhia do pai.

Rio Pardo não exerceu nenhum fascínio sôbre João Cândido. Houve um contratempo e a viagem fracassou. Aquilo era muito bonito, muito interessante, como coisa do tempo do onça, com seus prédios e igrejas coloniais, com placas indicando a passagem de D. Pedro II e sua espôsa, Conde d'Eu e a Princesa Isabel.

Em Itajaí mandou proceder a reparos no barco e ali permaneceu longos dias. Voltou a navegar e fundeou na Guanabara a 24 de dezembro de 1913, noite bem diferente daquele Natal de 1910, quando marujos anistiados foram jogados nas horripilantes prisões da ilha das Cobras.

João Cândido ganhou dinheiro e boa gratificação do Comadante José d'Almeida Santos. Comprou um terno de roupa escura, camisas de palha de sêda, um chapéu de feltro e encheu a mala de cortes de vestidos para a filha do carpinteiro, sua noiva, casando-se na Igreja da Glória. O sacristão foi um dos padrinhos. A boa vida durou pouco. O comandante dos Portos de Santa Catarina, homem mesquinho e que estêve prisioneiro de João Cândido, no "Minas Gerais", como oficial maquinista, pleiteou a sua demissão. O lusitano não teve outro jeito. Cedeu. Eis o antigo chefe rebelde sem emprêgo, já com um filho, atrás de embarque. Foi engajado no "Ramona", que fazia a linha Vitória-Paranaguá. Levava café e trazia cereais.

— No "Ramona" — relatou o marujo — não fui timoneiro. Fiquei na descarga, trabalhando na prancha. A minha saúde não agüentava. Acabei internado na Santa Casa de Santos. Assim mesmo ainda suportei um ano. Pulei para o "Miarim", à vela, ex-galera alemã, empregada entre o Rio e Buenos Aires. Era um barco muito bom, com excelente tripulação, porém, quase todos eram descendentes de estrangeiros, brancos de olhos azuis e cabelo de espiga de milho. Quando o "Miarim" chegou ao Rio da Prata, de noite, foi de encontro a um banco de areia, encalhando. Ao amanhecer,

conseguiu safar-se. No pôrto, um repórter descobriu que estava a bordo o "chefe da revolta da Marinha Brasileira". O jornalista bateu várias fotografias e fêz uma série de perguntas, insistindo para que eu declarasse ser filho da Argentina, fato que refutei por ocasião do meu julgamento. É que, a despeito de ter nascido no Rio Pardo, pertinho de São Jerônimo, portanto, encostado de Pôrto Alegre, acompanhava o meu pai, que era tropeiro, nas suas viagens ao longo da fronteira, além de Paso de los Libres, quando não iamos para Livramento e Rivera. Em Corrientes morava um tio. Daí a confusão. O repórter não tinha interêsse na elucidação da verdade. Apareci mesmo como argentino nas colunas dos jornais e isto me trouxe uma série de aborrecimentos quando regularizei os papéis da minha vida civil. Chegaram a publicar, em Buenos Aires, a história da revolta, em série, sem ter faltado nada.

— É claro — diz o marinheiro — que o alvorôço provocado pelos jornalistas serviu para melhorar a minha situação a bordo. Acabei mesmo no leme.

A sua fama de bom navegador, de homem enérgico, sem vícios de espécie alguma, levou a conhecida firma de armadores Carlos Hoepcke & Cia. de Santa Catarina, a contratar os seus serviços para o navio "Ana", que necessitava de um marinheiro para o timão. O "Ana", era um misto de luxo, que fazia a viagem mensal Florianópolis-Rio. Um dia foi demitido. Vingou, mais uma vez, o ódio do capitão-dos-Portos.

A existência de João Cândido passou a ser ignorada. O rebelde de 1910 era, apenas, um marujo de beira de cáis, à espera de trabalho. Sem saúde para enfrentar os serviços de estiva, buscou uma colocação na Central do Brasil. Chamaram-no, todavia, para a polícia, onde havia um lugar de tira. Recusou.

* * *

O País ensaiava os primeiros passos do tenentismo. Estávamos em 1922, com o Govêrno de Epitacio Pessoa pelas costas. Um homem como João Cândido, na polícia, seria de bom proveito para o Govêrno que se instalava no Catete, com Artur Bernardes na Presidência e o tenebroso Marechal Fontoura, como Chefe de Polícia. Os repelentes "Cravos Vermelhos", com o João do Espírito Santo, vulgo "Pingô", à frente, de há muito espalhavam o terror e corrompiam o gentio humilde da cidade, com empregos nas brigadas da desordem e na polícia que assassinava, jogando os presos polí-

ticos do segundo andar do Palácio da Relação ao solo, para não falar das geladeiras de triste memória.

João Cândido, perseguido até na Marinha Mercante, com mulher e filhos para sustentar, atirado na miséria, não seria de estranhar que aceitasse uma função de tira, quando muitos militares a receberam, enxovalhando os brios do Exército e da Marinha.

Mas a dignidade do negro falou mais alto. Preferiu vender peixe no Cais Faroux, fazer biscates. Comprou um caíque por 100 cruzeiros e foi pescar na praia de Santa Luzia, vendendo o produto no mercado. Sòzinho, no seu modesto "Três Marias," contemplava, ao longe, fundeado ao lado da ilha Fiscal, o perfil majestoso do "Minas Gerais", a belonave que viu nascer nos estaleiros de New Castle, na Inglaterra. O grande vaso-de-guerra estava mais vigoroso, pois recebeu o Sistema Diretor de Tiro, introduzido nos Estados Unidos, em 1922. Passou a consumir óleo em vez de carvão, sendo instaladas três praças de caldeiras, com maior potência.

* * *

A esplêndida rebelião de 5 de julho de 1924, em S. Paulo, surpreendeu João Cândido embarcado, acidentalmente, no "Mar Virgem", numa viagem ao pôrto de Ubatuba.

— Confesso que não tive o menor entusiasmo pela revolta do General Isidoro Dias Lopes — disse o timoneiro. Também não apreciei o gesto de desespêro do Comandante Herculino Cascardo, revoltando o "São Paulo" para ir parar no Uruguai, onde o barco foi entregue, depois de demorados entendimentos, ao Ministro Gastão Paranhos do Rio Branco, então Encarregado de Negócios do Brasil naquele país.

João Cândido, dono de uma memória prodigiosa, evocou fatos com abundância de pormenores, mencionando dias e horas, que mais tarde foram confirmados na leitura dos jornais da época.

— Quando mandei recolher a bandeira vermelha hasteada nos mastros das belonaves revoltadas, em obediência à lei que nos concedeu anistia, recebi no "Minas Gerais" um oficial de um navio estrangeiro que veio oferecer asilo a mim e aos meus companheiros de movimento. Não aceitei. A nossa revolução era brasileira e não permitia a intromissão de gringos.

* * *

A partir de 1924, quando o Brasil conheceu o terror com o Catete esmagando a ferro e a fogo tôdas as manifestações de liberdade, desterrando militares, operários e intelectuais para a Clevelândia e Trindade, censurando jornais e assassinando presos políticos nas enxovias da polícia, a vida econômica de João Cândido entrou em colapso, ficando no dilema: trabalhar como "tira" ou passar fome.

Êle, que chefiou uma revolta contra os castigos corporais na Marinha de Guerra, abolindo-os e entrando, assim, para a História do Brasil, não podia compactuar com as violências do Govêrno, colaborando na qualidade de "Cravo Vermelho", denominação dada à escória que praticava arruaças nas ruas contra os oposicionistas, paga pela verba secreta da tenebrosa polícia do Marechal Fontoura. Reuniu os trastes, meia dúzia de cacarecos, algumas cadeiras austríacas, panelas e rumou para os subúrbios, de onde nunca mais saiu.

O tempo, por sua vez, se encarregou de mergulhá-lo no ostracismo. João Cândido deixou de ser herói lendário. Não era mais nem um fantasma. O silêncio em tôrno do seu nome valeu como um túmulo. No arrabalde em que foi residir, ninguém o conhecia. Era um prêto velho, doente, com mulher e filhos, todos estudando na escola pública, sabe Deus com que dificuldades. Um dono de botequim, em troca de pequenos serviços dos meninos, dava a merenda, um pão com manteiga e bananas.

* * *

Mas no dia 14 de setembro de 1928, os jornais voltaram a falar de João Cândido, desta vez, porém, como personagem de uma tragédia conjugal. A sua segunda espôsa, depois de visitar uns parentes na Rua Real Grandeza, em Botafogo, suicidou-se, ateando fogo às vestes. Morreu horrivelmente queimada no Hospital do Pronto Socorro. A primeira mulher falecera em 1917.

O acontecimento brutal consternou a alma do velho marujo, já com a vida cheia de dificuldades financeiras e bastante doente.

A sua companheira saiu de casa sorridente, sem demonstrar a sua trágica decisão. Encontrou-a, horas depois, em estado desesperador, não reconhecendo, sequer, o espôso e os filhos.

Os jornais noticiaram o doloroso episódio, evocando passagens da vida tumultuosa de João Cândido, já alquebrado, embora, com 48 anos. À hora do entêrro, apenas, o marido

e os filhos enlutados. De súbito surgiram vários marinheiros do "Minas Gerais", com uma coroa de flores, a única que figurou sôbre o modesto ataúde: "Homenagem dos marujos à espôsa do amigo João Cândido."

O marinheiro não conhecia nenhum dêles. Um jovem se destacou do grupo e murmurou ao lado do antigo chefe rebelde:

— A sua história ficou na Marinha. Hoje não apanhamos, temos sôldo regular e comemos bem. Agradecemos tudo isto ao senhor!

João Cândido acariciou a cabeça do grumete, agradeceu a homenagem, sentou-se no banco do necrotério. Os moços, depois de 18 anos do seu feito, gozavam dos benefícios da sua revolta na Guanabara.

Entêrro de terceira classe, de gente pobre, não costuma ter padre para encomendar o corpo. O funcionário da morgue fechou o caixão, enquanto lá fora, na Praça da República, um carro da Santa Casa esperava pelos despojos.

Os marinheiros se descobriram e conduziram o caixão aos ombros, marchando em passos cadenciados até o portão do H.P.S.

Assim foram os funerais da segunda companheira de João Cândido, com quem teve quatro filhos. O mais velho, a Neuza, cheia de vida, dez anos depois, no mesmo dia e rua, encontrou destino idêntico ao de sua mãe: matou-se, incendiando as roupas. A fatalidade a conduziu ao H.P.S. expirando na mesma enfermaria.

* * *

Os homens esqueceram João Cândido com facilidade... Gilberto Freyre, prefaciando o "Almanaque de Rio Pardo", de Dante de Laytano, publicação comemorativa do 1.º Centenário da elevação à cidade, falou dos velhos sobrados e dos vultos da terra. Um dos mais conhecidos sociólogos do Brasil, não teve uma só palavra sôbre João Cândido.

Creio que êle ainda ignora que o chefe da revolta da Armada seja filho de Rio Pardo.

Paranhos Antunes, em "História de Rio Pardo", incidiu no mesmo êrro, com a agravante de ser um jornalista profissional dado a assuntos históricos e natural do Rio Grande do Sul.

Vivaldo Coaracy, laureado pela crítica, portador de um nome dos mais acatados na literatura nacional, investiu contra João Cândido, em "Couves da Minha Horta", apontando-o

como "um negro poltrão, aureolado por uma lenda, fruto da fantasia popular. Essa história anda tôda ela mal contada..."

Eis a sua versão, inspirada em depoimentos oficiais que teriam escapado ao massacre, mas que permaneceram no anonimato, depois de quase meio século da sublevação:

"Os marinheiros do "Minas Gerais" procuraram por todos os recantos do navio, para matá-lo, o faxineiro de bordo. Quem conheça assuntos navais sabe que não há marinheiro mais odiado pelos companheiros do que o faxineiro, que é, quase sempre o delator, o espião, o espolêta do comandante. O faxineiro do "Minas Gerais" era um negro, rude, vaidoso e detestado — João Cândido.

"Ao rebentar o motim, João Cândido, sabendo a sorte que o esperava se fôsse pegado pelos companheiros, marinhou na escuridão pelas enxárcias acima e se foi esconder, encolhido e enroscado, no cesto da gávea, a bater os dentes, invocando o auxílio de todos os santos de sua devoção.

"Resolveram sair barra afora com os navios de que dispunham. E aí surgiu a grande dificuldade. Quem conduziria a Esquadra? Quem havia, entre êles, habilitado a dirigir as manobras necessárias, a governar os pesados "dreadnougths", com o preciso conhecimento dos mares da costa e dos indispensáveis rudimentos de navegação?

"Uma voz lembrou: João Cândido!

"Começaram de nôvo a procurar o negro. Talvez ainda estivesse a bordo. Descobriram-no, por fim, encolhido no cesto da gávea, onde passara uma noite de terrores, e intimaram-no a descer. O faxineiro recusou-se, implorando que não o matassem. Gritaram-lhe os outros que ninguém queria matá-lo; que precisavam dêle; que descesse. João Cândido, agarrado ao mastro, recusava-se no paroxismo do pavor. Começaram a silvar balas de carabina em tôrno dêle. Fulo de terror, João Cândido então desceu depressa para entregar-se. E entregaram-lhe o comando do navio e da Esquadra! Não é uma cena de comédia?

"Foi assim que surgiu o "Almirante" João Cândido, cujo nome a literatice indígena teima em cercar de loiros heróicos. E sob o seu comando a Esquadra rebelada saiu à barra, tomando rumo ao Sul. Para onde iam? Talvez nem os próprios revoltosos tivessem idéias assentadas. Convencidos de que não encontrariam apoio para transformar o motim em revolução e depor o Govêrno, o que queriam era escapar. Como? Onde? Não sabiam!

"Naqueles tempos remotos, em 1910, a telegrafia-sem--fio ainda era coisa imperfeita e incipiente. Modernos como eram, porém, os novos couraçados brasileiros já estavam com ela aparelhados. E havia telegrafistas a bordo, entre os amotinados. Em terra havia uma estação que funcionava no Palácio do Catete. Entraram em contato. Não existe registro das comunicações trocadas, dos recados transmitidos e recebidos. Talvez seja melhor que não exista. Há negociações que melhor é que não deixem documentos a comprovar-lhes a marcha tortuosa.

"Veio a anistia. Estourou então a revolta do Batalhão Naval. A verdadeira história dêste motim é tão torpe, vil, que não deve ser contada. Há coisas que hão de ficar sepultadas em eterno silêncio. Das baterias de artilharia de campanha, assestadas no Morro de São Bento, pelo Capitão Leite de Castro, que ganhou por êsse feito uma promoção, foram os insubordinados metralhados e dizimados, quando, à bôca do túnel da ilha das Cobras agitavam a bandeira branca da rendição."

Prossegue Vivaldo Coaracy:

"Foi então que ocorreu aquêle horrível episódio da ilha das Cobras. Dias depois o Govêrno decidia deportar para os Estados do Norte, desligados do serviço da Armada, os marinheiros e soldados navais que mais se haviam comprometido no motim da ilha das Cobras. A delação e as confissões arrancadas no inquérito permitiram formar a lista que fôra organizada por Meira Lima.

"Nesta lista, um oficial de Marinha de que não declinarei o nome, com lápis vermelho, assinalou uma série de nomes. Eram os dos marinheiros que haviam tomado parte no massacre dos oficiais. Êsses foram implacàvelmente fuzilados a bordo do "Satélite". João Cândido não foi um dos passageiros da trágica viagem do "Satélite". As autoridades navais sabiam que, apesar de tudo o que tem dito o sensacionalismo da imprensa, a sua responsabilidade real era nula. Desligaram-no e o soltaram por aí. Dizem que ainda vive. Velho e esgotado, aparece, às vêzes pelo Cais do Pôrto e pelas Docas."

* * *

O autor do *Rio de Janeiro no Século XVII* e de tantas obras conhecidas, foi ludibriado na sua boa-fé, recebendo informes que não correspondem à realidade, dando aos mesmos foros de verdade. Há, também, a hipótese, aliás pouco aceitável, do escritor ter agido deliberadamente, de

caso pensado, deturpando os fatos dadas suas ligações com a macumba.

O capítulo João Cândido, em "Couves de Minha Horta", encerra um amontoado de coisas absurdas que podem ser fàcilmente destruídas pelas coleções dos jornais da época. João Cândido não era faxineiro e sim marinheiro de primeira classe. Era o timoneiro número 1 da belonave. Não era rude, nem vaidoso. Não vestiu, sequer, o uniforme de Almirante, como noticiaram alguns jornais. Embora comandando a Esquadra sublevada, preferiu a sua roupa de marujo, que até estava rasgada no joelho. Não se escondeu no cesto da gávea, de onde teria saido na manhã seguinte, sob pressão, para manobrar o navio. Êle assumiu o comando do "Minas Gerais" ao sinal da deflagração do motim, dirigindo a belonave durante tôda a noite com mestria, o que motivou um artigo de Gilberto Amado.

Se o possante navio de guerra tivesse sido manobrado, durante tôda a madrugada, por um outro marinheiro, não haveria necessidade de buscar João Cândido para dirigí-lo no dia seguinte.

O autor de "Zacarias" diz que não ficou o registro das comunicações entre rebeldes e Govêrnos. Ficou. Basta ler os jornais de novembro de 1910 e o próprio *Diário do Congresso*. As principais mensagens aparecem neste livro. O extermínio dos amotinados na ilha das Cobras foi depois da partida do "Satélite" para o Norte e não antes.

A lista com os nomes de marinheiros assinalados com um lápis vermelho, documento anexado neste volume, não foi feita por nenhum oficial da Marinha e sim pelo Tenente Francisco Melo, embora tenha a rubrica do Delegado de Polícia, Flôres da Cunha.

Vivaldo Coaracy, por fim, afirmou que a responsabilidade de João Cândido era nula. "Desligaram-no e o soltaram por aí." Isto é muito simples escrito em papel. O fato é que êle foi jogado numa masmorra, com cal virgem, morrendo todos os seus companheiros, menos êle e um outro. Levaram-no para o hospício e ficou cêrca de dois anos num calabouço, no mais terrível regime de incomunicabilidade, quase morrendo tuberculoso. Perseguem-no até hoje, 52 anos depois da sua sublime revolta.

* * *

Em fins de setembro de 1930 foi prêso em Vigário Geral e conduzido à Polícia Central, por ordem do sinistro delegado

Oliveira Sobrinho. Queriam saber do paradeiro de Pedro Ernesto, Siqueira Campos e João Alberto, com os quais o marinheiro tivera um encontro na casa de João Pallut, dono do jôgo-do-bicho, financiador da Revolução de 1930 e diretor de dois jornais: "A Batalha" e a "Esquerda", que metralhavam o Govêrno de Washington Luís.

Homem franco, sem nunca ter mentido, a polícia apurou que a reunião fôra fruto da imaginação de um "tira". Mandaram-no embora, de madrugada, ficando, porém, sob vigilância.

No dia 24 de outubro, o Cardeal D. Sebastião Leme foi buscar o Presidente Washington Luís no Palácio Guanabara, levando-o para o Forte de Copacabana. Estava vitorioso o movimento que trouxe ao Brasil as maiores reivindicações populares, inclusive o voto secreto, leis trabalhistas, etc.

* * *

A Aliança Nacional Libertadora, partido que empolgou o Brasil, em menos de seis meses, dirigido pelo Comandante Herculino Cascardo, que sublevou o "São Paulo", em 1924, porém, chefiado, na verdade, por Luís Carlos Prestes, aureolado pela sua marcha de 30.000 quilômetros pelos confins do Brasil, em dois anos de rudes combates, lhe despertou certo entusiasmo; todavia, não se inscreveu na agremiação. Assistiu a um comício em Caxias e logo, em seguida, caiu gravemente enfermo. Sem recursos, sem emprêgo, com cinco filhos, ficou entrevado numa cama, passando duras privações.

Carlos Cavalcanti, um dos mais completos repórteres de sua geração, impressionado com o drama de João Cândido, escreveu uma série de crônicas no "Diário da Noite", provocando protestos de alguns oficiais da Marinha. O fato é que o jornalista promoveu a internação do marujo no Hospital São Francisco de Assis e, diàriamente, subiam as escadas daquele jornal dezenas de praças de pré das Fôrças Armadas, cada uma levando o seu auxílio financeiro para o enfêrmo. Foi preciso a direção do nosocômio pedir providências à polícia, a fim de evitar a invasão da marujada no hospital, cujos serviços, pela avalancha de visitas a João Cândido, ficaram desorganizados.

* * *

Os acontecimentos de 27 de novembro de 1937 o surpreenderam no leito. Embora não se tenha filiado à A.N.L.,

Oliveira Sobrinho. Queriam saber do paradeiro de Pedro Ernesto, Siqueira Campos e João Alberto, com os quais o marinheiro tivera um encontro na casa de João Pallut, dono do jôgo-do-bicho, financiador da Revolução de 1930 e diretor de dois jornais: "A Batalha" e a "Esquerda", que metralhavam o Govêrno de Washington Luís.

Homem franco, sem nunca ter mentido, a polícia apurou que a reunião fôra fruto da imaginação de um "tira". Mandaram-no embora, de madrugada, ficando, porém, sob vigilância.

No dia 24 de outubro, o Cardeal D. Sebastião Leme foi buscar o Presidente Washington Luís no Palácio Guanabara, levando-o para o Forte de Copacabana. Estava vitorioso o movimento que trouxe ao Brasil as maiores reivindicações populares, inclusive o voto secreto, leis trabalhistas, etc.

* * *

A Aliança Nacional Libertadora, partido que empolgou o Brasil, em menos de seis meses, dirigido pelo Comandante Herculino Cascardo, que sublevou o "São Paulo", em 1924, porém, chefiado, na verdade, por Luís Carlos Prestes, aureolado pela sua marcha de 30.000 quilômetros pelos confins do Brasil, em dois anos de rudes combates, lhe despertou certo entusiasmo; todavia, não se inscreveu na agremiação. Assistiu a um comício em Caxias e logo, em seguida, caiu gravemente enfermo. Sem recursos, sem emprêgo, com cinco filhos, ficou entrevado numa cama, passando duras privações.

Carlos Cavalcanti, um dos mais completos repórteres de sua geração, impressionado com o drama de João Cândido, escreveu uma série de crônicas no "Diário da Noite", provocando protestos de alguns oficiais da Marinha. O fato é que o jornalista promoveu a internação do marujo no Hospital São Francisco de Assis e, diàriamente, subiam as escadas daquele jornal dezenas de praças de pré das Fôrças Armadas, cada uma levando o seu auxílio financeiro para o enfêrmo. Foi preciso a direção do nosocômio pedir providências à polícia, a fim de evitar a invasão da marujada no hospital, cujos serviços, pela avalancha de visitas a João Cândido, ficaram desorganizados.

* * *

Os acontecimentos de 27 de novembro de 1937 o surpreenderam no leito. Embora não se tenha filiado à A.N.L.,

lismo, João Cândido subiu na minha admiração, quando me revelou:

"Vesti a camisa verde. Pertenci ao núcleo da Pavuna e várias vêzes fui recebido pelo Dr. Plínio Salgado, sempre cercado de oficiais da Marinha, com os quais conversei de igual para igual. Entrei no integralismo, por ver a minha gente, de corpo e alma, mergulhada no casarão da Rua Sachet (quartel-general dos galinhas verdes). Fiz parte da marcha sôbre o Catete, ao lado de patentes superiores das Fôrças Armadas."

João Cândido evocou outros encontros na residência do "Fuehrer" indígena, e com melancolia, fêz um desabafo:

"No dia da marcha acreditei na vitória. Estava certo de que o Presidente Getúlio Vargas e seus ministros ficariam prisioneiros dos 200.000 homens que paralisaram, por completo, a vida da cidade, durante oito horas. Mas faltou um chefe com coragem. Cansado pela longa caminhada, regressei à casa, com mais um desengano, decepção terrível, por ver, claramente, o fim de uma jornada que sacudiu a minha Marinha. Estava perdida a sua grande oportunidade. O resto não preciso contar. Desiludido pela falta de atitude dos chefes do Sigma, antevi tôda a desgraça. Em 1910 tudo foi diferente. Agimos no momento preciso e não perdemos um minuto. Eu e meus companheiros levamos a revolução à vitória, pela ação e firme decisão de todos os chefes da rebelião. O que vi naquela tarde foi de chorar. Um Govêrno prisioneiro, na sacada do Catete, ganhando tempo com o desfile, para depois ordenar o fechamento do integralismo, quando a polícia reviveu, com tôda a sua monstruosidade, os crimes hediondos praticados na ilha das Cobras.

"Legiões de marinheiros tiveram as carnes queimadas a maçarico, enquanto outros foram bestialmente supliciados no Palácio da Relação. O fuzilamento dos jovens que assaltaram o Guanabara, na manhã de 11 de maio de 1938, quando todos já tinham deposto as armas, foi outro ato de selvageria. Comparo-o ao nosso massacre na catacumba."

João Cândido esqueceu de falar das surras na ilha Grande, que inutilizaram, para o resto da vida, centenas de marinheiros, enquanto o "Chefe Nacional", lépido e fagueiro, gozava das delícias de um exílio, em Estoril, pertinho de Lisboa, com suculentas peixadas, regadas com velhos vinhos portuguêses. Os seus camaradas, que cairam na desgraça, foram condenados pelo execrável Tribunal de Segurança Nacional, que condenava e absolvia conforme o pêso da propina. Nunca a Justiça foi tão degradada. Esta aberração jurídica foi manejada ao bel-prazer do então ditador Getúlio

Vargas, e um dos seus lacaios era Himalaia Virgolino, o sinistro procurador que condenava inocentes, sabendo de antemão que estava cometendo uma monstruosidade. Condenava com o mesmo cinismo que freqüentava a copa e cozinha do Catete.

E Plínio Salgado, ao som do fado, escrevia livros religiosos. O integralismo, para João Cândido, foi uma amarga experiência. Chefe de uma revolta vitoriosa, anistiado pelo Congresso Nacional, ainda com armas em punho, era, agora, um soldado vencido e abandonado pela poltronice de um comandante...

CREPÚSCULO

> *"Se João Cândido tivesse algum merecimento, êle não continuaria a carregar cestos de peixes no Entreposto. João Cândido é um indivíduo de poucas prendas, até inócuo, solicitando dinheiro aos oficiais a trôco de lavagens de roupas, o que obstava que sofresse por vêzes castigos corporais pelos vícios de pederastia e alcoolismo.*
>
> Almirante Luís Autran de Alencastro Graça

Com 56 anos, os primeiros netos já na escola pública, João Cândido sente que a sua vida está por um fio: reumatismo e febre de 38 graus, diàriamente, ao cair da tarde. Uma tosse sêca completava o seu triste quadro de saúde. Mas tinha que trabalhar. Herói da ralé é assim. O feito ficou. O personagem desapareceu na poeira do passado. Ei-lo, de madrugada, na esburacada estação de São João de Meriti, à espera do trem da Central para trazê-lo à *gare* Pedro II, onde alcançava um "Praça 15"... No Entreposto da Pesca arranjou serviço, na descarga, trabalho duro e mal remunerado.

Raimundo Magalhães Júnior, com o seu ôlho clínico de repórter, eventualmente dirigindo a "Revista da Semana", viu em João Cândido um assunto. Mandou fotografá-lo e ouví-lo, juntamente com os seus companheiros de epopéia, os que escaparam da chibata, da cal virgem, do "Satélite", enfim, de um imenso infortúnio arquitetado pelas autoridades, em nome da lei...

João Cândido posou ao lado de uns caíques e fêz blague:

— Eis a minha nova esquadra. Menores que torpedos, apesar de ter comandado o maior encouraçado do mundo. Não estou triste. Tudo é mar...

Seu nome andou mais uma vez em evidência, no "Diário de Notícias", numa série de artigos do Almirante Luís Autran de Alencastro Graça, que o apontava como moleque de recado, um bajulador dos oficiais etc. Gastou cinco co-

lunas para enxovalhar o nome de um marinheiro, cuja único crime foi lutar contra o regime da chibata, mantendo uma espécie de polêmica com Homero Homem.

O artigo é uma peça frágil como uma panela de barro. Basta saber que é baseado numa carta anônima de um marujo que estava no "Bahia". O documento, que visava levar João Cândido ao ridículo, não tinha nada em comum com o depoimento que oficiais da Marinha teriam prestado a Vivaldo Coaracy e aproveitado em "Couves de Minha Horta". Sente-se que há uma preocupação em mostrar que João Cândido era um pobre diabo e foi levado à chefia da revolta, como lacaio do marujo Francisco Dias Martins, sem favor, o intelectual da sublevação, ambos absolvidos pelo Conselho de Guerra.

O Almirante Alencastro Graça, sem a necessária isenção de ânimo que caracterizou o magnífico trabalho de seu colega de patente, H. Pereira da Cunha, autor de "A Revolta na Esquadra Brasileira em Novembro e Dezembro de 1910", é de um primarismo comovedor. Não argumenta. Agride. É de uma ingenuidade de pasmar, quando se apoia numa carta anônima para restabelecer fatos de uma história de ontem, com os personagens ainda vivos, relatórios no Congresso Nacional, documentos nos arquivos, coleções de jornais etc.

O que sobrou em Pereira da Cunha e Roberto de Barros e tantos outros historiadores navais, faltou, lamentàvelmente, no Almirante Alencastro Graça: serenidade.

E assim terminou o seu artigo, investindo contra Magalhães Júnior:

"Apaguemos de nossa imaginação para sempre o episódio melancólico, que tanto envergonhou a cultura brasileira. Não o recordemos jamais com a freqüência criminosa, senão tendenciosa, e que é um punhado de lama atirada ao rosto da oficialidade. Lembrem-se da humilhação que estòicamente suportamos à maneira de Jesus, pela imprensa facciosa da época. E como o ilustre jornalista pede que não deite mais estilo a propósito de João Cândido, antes aconselhando-me a ir até o mercado de peixe e conversar com o seu herói, hoje carregador de cestos, sôbre gaivotas brancas, que no inverno marcam um compasso de asas tristes sôbre as águas da Guanabara ao ponto de comover, eu me animaria a solicitar-lhe que, ao invés de perder seu precioso tempo com coisas vulgares, embora de um lirismo piegas, incompatível com o caso ora em debate, escolhesse um outro caminho mais realista, transportando-se ao Cais dos Mineiros, onde está o edifício do Ministério da Marinha

e nêle penetrando para trocar idéias com o diretor do Serviço de Documentação da Armada, que lhe mostrará tudo que há em relação ao movimento de 1910. Só assim o meu ilustre patrício ficará em condições de ajuizar por si próprio o que se passou naquela ocasião, seus pródromos e suas conclusões; aumentando o seu cabedal, que não deve ser pequeno e cooperando conosco na elucidação dos fatos, porque a História é cega e impessoal, não se subordinando as paixões.

"Roquete Pinto, em um de seus numerosos ensaios, disse que o problema do Brasil é a organização de seus valôres. A organização pressupõe ordem e esta a hierarquia. Portanto, uma questão de disciplina. Aceitando a tese do mestre, sou contra a inversão de valôres. Se João Cândido tivesse algum merecimento êle não continuaria a carregar cestos de peixe no Entreposto, não lhe faltando apoio para ocupar outra posição menos trabalhosa e mais vantajosa.

"As nações não podem prescindir de relíquias históricas, que constituem um legado etérno para seus filhos, servindo-lhes de estimulante enérgico e eficaz, a fim de alentar os desígnios e as resoluções do futuro. Sem dúvida, não é a situação de João Cândido, indivíduo de poucas prendas e até inócuo, solicitando dinheiro aos oficiais a trôco de lavar-lhes a roupa, o que obstava que sofresse, por vêzes, castigos corporais pelos vícios de pederastia e alcoolismo e aceitando, posteriormente, coagido, a direção do movimento revolucionário, para assistir impassível ao massacre dos antigos benfeitores, sob o contrôle dos verdadeiros cabeças."

* * *

Um jornalista procurou João Cândido na Praça 15 e leu o artigo, acrescentando:

— O senhor precisa responder!

— Contestá-lo? Como, se não tenho as letras do Almirante? O galho quebra sempre do lado mais fraco. Há anos que sou espezinhado.

Com a queda do Estado Nôvo, regime em que qualquer moleque, a serviço do DIP, cortava até notícias domésticas, a revolta de João Cândido saiu do index da censura para encher, novamente, os jornais e revistas. João Cândido voltou a ser assunto, depois de 35 anos de sua proesa na Guanabara.

No Instituto Histórico e Geográfico o seu nome ecoou pela bôca de um dos mais austeros historiadores da cidade, por ocasião do centenário do nascimento de José Carlos de Carvalho. Vários sócios do Instituto protestaram contra a

homenagem à memória do Comandante José Carlos de Carvalho, autor de várias obras de História e Geografia, repetindo o epíteto infamante:

— O Carvalho moleque não merece esta honra.

A baba do ódio atingia o mediador entre rebeldes e o Govêrno, depois de meio século de ocorrência.

Na Câmara Municipal, em 1947, num discurso muito aparteado, um vereador prestou uma homenagem ao herói esquecido.

Na Academia Brasileira de Letras, em meados de 1948, o crítico Alceu Amoroso Lima, o nosso Tristão de Athayde, saudando o nôvo imortal Afonso Pena Júnior, empossado na cadeira de Afrânio Peixoto, pronunciou uma das suas mais belas orações, evocando passagens da vida do biógrafo de Castro Alves.

A Casa de Machado de Assis estava numa das suas grandes noites. Tinha como presidente, Adelmar Tavares, Múcio Leão, Peregrino Júnior e Luís Edmundo como secretários.

O mundo político, literário e social superlotava o Salão Azul, num preito à cultura do seu nôvo membro.

Tristão de Athayde lembrou, então, como Afrânio Peixoto escreveu "Esfinge", romance que marcou um dos grandes sucessos da época, lendo trechos de suas memórias até hoje não publicadas em livro.

"Cheguei ao Rio, num dos dias da revolta de João Cândido; a cidade em pânico, pela possibilidade de bombardeio. Govêrno e dirigentes que mandam um almirante, José Carlos de Carvalho, parlamentar com um marinheiro que teve, de bordo do "Minas Gerais", à sua mercê a cidade do Rio de Janeiro. Êste homem rude, deixou-se embair pelas falas oficiais. Poupou o Rio e entregou-se de boa-fé ao Govêrno. Foi mais tarde enclausurado num dos cubículos da ilha das Cobras pelo Comandante Marques da Rocha, e perecendo todos os seus dezesseis companheiros, apenas resistindo êle, João Cândido, porque Deus sabe depois de que lutas pela vida, conseguiu, sôbre um montão de cadáveres, colar a bôca no postigo, que comunicava a enxovia com o ar exterior. Nem mêdo, nem repulsa a João Cândido e seus algozes, me distraíram de publicar a "Esfinge", que fazia questão saísse antes da minha posse na Academia."

O Almirante Luís Autran de Alencastro Graça, homem que mais combateu, inùtilmente, João Cândido, negando-lhe um lugar na história, aproveitou o episódio para escrever no "Diário de Notícias":

"O negro passou da sarjeta aos salões da Casa de Machado de Assis. João Cândido, que tanto preocupa os espíritos irrequietos e amantes da demagogia ruinosa, não sabe, nem saberia, a não ser que lho digam, que muita gente em trajes cerimoniosos, usando fardão e casaca alinhadas, ouviu-lhe o nome por três vêzes na Academia Brasileira de Letras, porque não está em condições de ler um jornal. Talvez que esta referência o alegrasse sobremodo, se não se achasse no desempenho de sua miserável tarefa no Entreposto da Pesca."

Ignorava o Almirante que cursou a Escola Naval, que o "Almirante Negro", o Almirante sem estrêlas, o que comandou a Esquadra sublevada, em 1910, é leitor do "Correio da Manhã" desde o primeiro dia, tem noções de inglês, francês e espanhol, idiomas que aprendeu nas suas viagens ao estrangeiro, tendo ensaiado escrever um livro, segundo depoimento dos médicos do Hospital de Alienados.

Gonzalez Moreno, escritor guarani, aqui exilado, posteriormente embaixador do Paraguai no Brasil, presente à cerimônia de posse de Afonso Pena Júnior, ficou impressionado com o feito de João Cândido e procurou detalhes da intentona.

Um diplomata chileno também não escondeu a sua curiosidade pelo episódio João Cândido, que saia, assim, do cais da Praça 15 para a literatura nacional, através de significativas orações proferidas no Instituto Histórico e Geográfico, Câmara Municipal, Academia Brasileira de Letras e outras entidades culturais.

Seu nome, já consagrado por Rui Barbosa, Pinheiro Machado, Edmundo Bitencourt, Gilberto Amado, citado por acadêmicos do porte de Afrânio Peixoto, Tristão de Athayde, Gustavo Barroso, atacado por Vivaldo Coaracy e Alencastro Graça, defendido com bravura por Magalhães Júnior e Homero Homem, Aporely Carlos Cavalcanti voltou a ser notícia palpitante.

Nomes de ilustres almirantes e generais desapareceram, por encanto, das páginas da nossa história, recebendo, como gratidão da Pátria amada, uma ruazinha esburacada nos subúrbios. O nome dêste prêto, que ainda hoje descarrega balaios de peixe, no antigo Cais Faroux, de instrução primária, perdura na memória do povo.

Escrever a história de um lado só, fugindo à verdade dos fatos, é fazer folhetim que não resiste à menor análise.

A revolta da Esquadra foi um episódio único no mundo inteiro, com repercussão na imprensa universal. Querer omiti-lo, deturpá-lo, sob o infantil pretexto de que rememorá-lo, é atacar a Marinha de Guerra, é profundamente ridículo. Endosso a opinião do autor de "Carlota Joaquina" quando escreveu, com a sua autoridade de historiador.

"É preciso que se perca o vêzo de que fixar uma realidade histórica e referir os antecedentes de um fato de repercussão nacional, como a revolta da Esquadra, é atacar a Marinha.

"A Marinha, como todo o organismo vivo, está em constante renovação. A Marinha de hoje não pode ser responsabilizada pelos erros do passado, mas pelos atuais que venha a cometer. É preciso que os homens de hoje saibam apreciar os fatos de maneira mais elevada sem eriçar-se neles a suscetibilidade profissional, o chamado espírito de classe.

"O fato é que houve uma anistia ampla, dada pelo Congresso, sancionada por um Marechal Presidente e, depois, fraudada em seus efeitos e intenções.

"E é a parte mais triste de todo o episódio. Mas a chibata não voltou. Quanto à alegação de que, na Inglaterra, até à primeira Grande Guerra, e nas prisões de Maryland, ainda hoje, a chibata é aplicada como castigo, isto não prova que a nossa Marinha estivesse certa. Prova apenas que a Inglaterra e o Estado de Maryland persistiram em cultivar um êrro e uma desumanidade."

* * *

Para se ter uma idéia da evolução da Marinha de hoje, basta ler o pequeno manual "Instruções para Inscrição do Candidato a Aprendiz-Marinheiro" que, inicialmente, assegura ensino, fardamento, alojamento, alimentação sadia e ainda um sôldo mensal para atender às suas despesas. O jovem que se alista, diz o artigo segundo:

"Desenvolverá sua educação intelectual, moral, cívica e física, podendo alcançar as seguintes graduações: grumete, marinheiro de segunda classe, marinheiro de primeira classe, cabo, terceiro sargento, segundo sargento, primeiro sargento, suboficial."

O artigo 4.º assegura: "os melhores marinheiros terão possibilidades de, no futuro, tornarem-se oficiais, alcançando os postos de 2.º Tenente, 1.º Tenente, Capitão-Tenente, Capitão-de-Corveta.

Proporciona cursos de especialização em eletricidade, radar, torpedo, minas, bombas, telegrafia etc.

Tem que prestar duas provas, uma de português e outra de matemática, independente de um Teste de Nível Mental. As melhores famílias, principalmente, do Nordeste, têm os seus filhos nas Escolas de Aprendizes-Marinheiros e no Corpo de Fuzileiros Navais, de onde já sairam, nestes últimos vinte anos, inúmeros advogados, médicos, jornalistas e o fabuloso Eleazar de Carvalho, que não honra, apenas o Brasil, como regente e sim uma geração inteira. Pancetti, com quadros nos maiores museus do mundo, é outro exemplo admirável. Ambos serviram no *scout* "Bahia".

A Marinha do passado, desgraçadamente, não tinha nada disto. A preocupação do Govêrno era arrebanhar o rebotalho da beira de cais, incorporando-o, como escravo, num organismo que se renovou de maneira vertiginosa no terreno material, com a compra de modernos couraçados, destróieres etc., não tendo, porém, a mínima preocupação na seleção do elemento humano.

Daí o aviltante regime da chibata, contra o qual se insurgiu, em 1887, o Tenente Adolfo Caminha, através das colunas de um matutino, com o artigo "A Chibata".

O oficial, tendo assistido à triste cena, marinheiros seminús, sob o açoite desumano, iniciou um movimento entre os colegas, visando pôr abaixo a nefanda instituição. Sabóia Ribeiro, em "Roteiro de Adolfo Caminha", fêz esta revelação:

"Afinal de contas, a chibata era, antes de mais nada, uma mancha na própria Marinha", era o que êle dizia, aliciando os companheiros. Redigiu um manifesto, espécie de denúncia à Nação que, assinado pelos colegas, seria publicado na "Gazeta de Notícias", o jornal de maior circulação naquele tempo. O fato repercutiu e chegou ao conhecimento do diretor da escola. Adolfo Caminha foi chamado à sua presença. Uma recriminação que já era uma ameaça: o aluno devia lembrar-se que era um reincidente, ou melhor, um contumaz, pois era ainda de ontem o seu desacato a D. Pedro II, na própria escola.

"Falou-se em processo e expulsão. Os mais severos achavam que tudo isto sòmente estava acontecendo pela extrema magnanimidade do Imperador. Mas, agora, o caso era apenas com a escola, a disciplina.

"O movimento, contudo, não prosseguiu. Mas Adolfo não arrefeceu no seu protesto, o qual se fizera apenas surdo,

recalcado. E logo que terminou o seu curso, correu à "Gazeta de Notícias" e publicou um veemente artigo tratando da chibata, e que teve a maior repercussão.

"No mesmo jornal estampou ainda um conto explorando o emprêgo do látego na punição de marinheiros, carregando bem nas côres."

Êste colosso tinha 19 anos. Fêz um cruzeiro pela América do Norte e, ao regressar ao Rio, foi mandado servir no Ceará. Lá escreveu "No País dos Yanques", impressões de viagem.

Envolvido num caso sentimental que agitou Fortaleza, havendo quase um choque entre as fôrças do Exército e da Marinha, pois o escritor apaixonou-se pela espôsa de um oficial do Batalhão de Caçadores, Adolfo Caminha embarcou para o Rio, onde escreveu "O Bom Crioulo", romance que provocou forte reação, agora, visando a intrigá-lo com a classe naval. O tema era bastante delicado: o homossexualismo a bordo de um navio de guerra.

À crítica ao *Bom Crioulo*, respondeu com veemência num artigo: "Um livro condenado".

"Qual é mais pernicioso: o *Bom Crioulo*, em que se estuda um caso de inversão sexual estudado em Krafft-Ebing, em Moll, em Tardieu, ou os livros de Medicina Legal? Compreende-se também que, estudando um meio segregado da sociedade e naturalmente baixo, como êsse em que vivem marinheiros de proa, não era lícito empregar a tecnologia convencional de um meio civilizado. *Bom Crioulo* fala o calão de bordo.

"A julgar como certos imbecis que os personagens de um romance devem refletir o caráter do autor do romance, Flaubert, Zola e Eça de Queirós, praticaram incestos e adultérios monstruosos.

"Qual é mais pernicioso: o *Bom Crioulo*, em que se estuda e condena o homossexualismo, ou essas páginas que aí andam pregando, em tom filosófico, a dissolução da família, o concubinato, o amor livre e tôda a espécie de moralidade social?

Está bem visto que o "Bom Crioulo" não é obra para se dar de prêmio nas escolas. Escrever para educandas é uma coisa e escrever para espíritos emancipados é outra coisa. A crítica desejava que êle escrevesse um livro travêsso, alegre, patusco, contando cenas de alcova ou de bordel, ou noivados entre as ervas, à lei do bom Deus. Mas como, em vez disso, o autor apresentou uma obra estudada, um livro bem intencionado e verdadeiro, uma análise da vida, os críticos, mordi-

dos na sua impotência de rodapeístas, fizeram de D. Quixote e juraram dar cabo do escritor que, ousadamente, preferiu o escabroso tema do "Bom Crioulo" às tais cenas de alcova e de bordel.

O fato é que Adolfo Caminha foi um nome cruelmente marcado pelas suas atitudes. A proclamação condenando o açoite na Marinha contou com a assinatura de vários colegas, o que vem demonstrar que nem todos os oficiais aceitavam o azorrague. Havia uma reação e isto em plena monarquia, embora com a escravatura nos seus últimos estertores.

Os seus trabalhos literários "Vôos Incertos", versos, e "Judith ou Lágrimas de uma Crente", prosa, bem como os romances "A Normalista" e "Tentação", marcaram época.

Mas o "Bom Crioulo", editado em 1895, foi o livro proibido durante muitos anos. O próprio editor, Domingos Magalhães, da Livraria Moderna, sofreu represálias, muito embora a história narrada em "Bom Crioulo" diga respeito à velha Marinha Imperial, com a marujada recrutada nas mais recuadas camadas sociais.

* * *

Falar em João Cândido, no Estado Nôvo, era perigoso. Nenhum jornalista podia escrever sôbre a sua revolta. Era assunto proibido. A partir de 1945, todavia, seu nome voltou às colunas dos jornais e revistas.

"O Globo", por exemplo, foi descobrí-lo num arrabalde e sob o título: "Um Homem Escorraçado da História...", assim descreve o seu encontro com o antigo chefe rebelde: "Tantos fatos se deram depois de 1910 que as proesas de João Cândido foram implacàvelmente esmagadas. Hoje, parece um homem escorraçado da História. Os seus anos lhe arcam o corpo; os olhos miúdos, atrás de uns óculos mal-arrumados, refletem uma repulsa a qualquer repórter. Mas conseguimos encontrá-lo. Metido numa roupa modesta, as calças mais parecidas de pijama, êle grita:

— Não falo à imprensa. Quero ser um João-Ninguém, um homem que está precisando mais de sossêgo do que de publicidade.

"Fomos insistindo e João Cândido amolecendo. Finalmente, ficou quieto, e disse:

— Vá amanhã ao mercado de peixes e fotografe-me à vontade. Mostre ao povo como vivo.

"João Cândido trabalha ainda, vendendo pescado. Sempre andou metido com as coisas do mar.

"E aí está um esbôço dêsse homem estranho, morador quase incógnito do subúrbio, onde o fomos encontrar. Na sua vida conheceu o fragor dos combates, a dureza do ferro na carne e, também, amou. A segunda mulher suicidou-se, dizem, enciumada por novos amôres do marido. Está em paz com a nova família e quer morrer sossegado, trabalhando. Para defesa do seu passado, acha que tem muito: o depoimento de companheiros da revolta."

* * *

A figura de proa da revolta de 1910, agora, homem apagado na venda de peixes, era citado acidentalmente pela imprensa. Dois dos seus companheiros de rebelião jamais o abandonaram: Francisco Dias Martins, que comandou o "Bahia", e Marcelino Rodrigues, cujo açoite precipitou o levante. O primeiro faleceu em 1946 e o último em 1954.

* * *

João Cândido soube pelos jornais que o "Minas Gerais" ia ser vendido como sucata. O marinheiro tem um estranho sentimento de amizade pelo seu navio, a ponto da tradição exigir que, em caso de naufrágio, êle pereça com o seu barco. Visitá-lo seria impossível. Noticiaram detalhes da transformação do glorioso encouraçado em ferro velho. O "Minas Gerais" foi vendido em concorrência pública. Para tanto, foi retirado do seu bôjo todo o material aproveitável, tais como fios de cobre, máquinas auxiliares, instalações elétricas, máquinas de pressão hidráulica, turbinas e tôda sorte de equipamento de um navio. Achava-se pronto para a última cerimônia militar a seu bordo, após uma longa vida de 43 anos. O ex-capitânea da "Esquadra Branca", ostentando em seu mastro o pavilhão do Almirante-em-Chefe do Estado-Maior-da-Armada, acolheu por ocasião de sua mostra de desarmamento delegações de todos os navios ancorados na base. Pela última vez ressoou no convés o passo da maruja ao desfilar em continência à bandeira. Efetuada a cerimônia do desarmamento, assinalada esta derradeira ocorrência no livro de bordo e arriado o Pavilhão Nacional, foi ouvido o toque de silêncio, em homenagem à unidade que deixou de existir.

Que fêz João Cândido para dar adeus ao seu navio?

Aôr Ribeiro um dos bons repórteres e boêmios da cidade, o surpreendeu numa madrugada de março de 1953, embarcando num caique, no cais do Mercado. O barco rumou para o ancoradouro, onde estava o "Minas Gerais", já desarmado, sem a tôrre, prêso a dois possantes rebocadouros de alto mar. O seu antigo comandante, dos dias agitados de novembro de 1910, beijou o casco cheio de ferrugem do vaso-de-guerra que foi o orgulho do Brasil. Acariciou-o e não conteve as lágrimas. Aquela belonave, reduzida à humilhante condição de um montão de ferro velho, era um pedaço de sua vida. Dentro da escuridão e do silêncio da madrugada, a reduzida tripulação do "Minas Gerais", constituída por aventureiros, para levá-lo à Itália, não notou a sua presença. Pela manhã a carcassa foi arrastada lentamente para o Poço. Era o início da derradeira viagem, com a diferença de que, agora, ia amarrado, na triste situação de cativo.

Só o desaparecimento do "Minas Gerais", que com os canhões de 12 polegadas ditou leis humanitárias para a Nação, poderia envolver na saudade e na tristeza a alma do velho marujo.

Poucas unidades navais podem orgulhar-se de possuir tantos e tão honrosos títulos. Quase tôda a atual geração de marinheiros do Brasil conserva uma recordação do navio que foi a mais eficiente escola de aprendizagem que já tivemos. Era a passagem obrigatória do pessoal que concluia o curso da Escola Naval. Era lá que os aspirantes punham em prática os ensinamentos teóricos, familiarizando-se com o complexo instrumental de navegação, de artilharia, de munições, enfim, de tôda a sorte de instruções necessárias à vida do mar. Nesse sentido, pois, o "Minas Gerais" entrou na História como a encarnação mais típica da nossa Marinha. Foi lançado ao mar em maio de 1908, tendo sido sua madrinha a senhora Afonso Pena, espôsa do então Presidente da República, representada no ato pela Embaixatriz Régis de Oliveira.

A primeira missão do encouraçado se efetuou ao deixar a embocadura do Tyne, no dia 2 de fevereiro de 1910, num cruzeiro a Brooklin, Estados Unidos.

Em maio de 1913, o Ministro Lauro Müller viajou para os Estados Unidos a seu bordo, e em 1914, comboiou uma divisão naval alemã, que estêve em nossos portos em visita de cortesia. Por ocasião dos festejos havidos em Buenos

Aires, quando o presidente Alvear tomou posse, o encouraçado representou o Brasil.

Pelo "Minas Gerais", passaram várias gerações de marinheiros. Naquele vaso-de-guerra serviram, como segundos-tenentes, diversos chefes da Marinha, entre os quais os Almirantes Sílvio de Noronha, Átila Monteiro Aché, Raul de Santiago Dantas, Amorim do Vale, Jerônimo Gonçalves, Renato Guillobel, Sílvio Camargo, Gastão Mota, Cícero Marinho Borges Fortes, Álvaro Alberto da Silva e outros.

* * *

O deputado federal Jonas Baiense apresentou um projeto de lei, no Palácio Tiradentes, assegurando uma pensão ao octogenário, com direito de voltar à Marinha de Guerra, na reserva, com tôdas as vantagens, no pôsto de suboficial. Encalhou na Comissão de Justiça. Trinta e dois jornalistas credenciados na Câmara Federal foram ao Deputado Estácio Souto Maior e pediram a sua proteção, no sentido de o Congresso Nacional conceder uma pensão mensal de cinco mil cruzeiros ao Chefe da Revolta de 1910, com quase 80 anos e na mais extrema pobreza. O projeto de lei, imediatamente, recebeu dezenas de assinaturas, sendo encaminhado à mesa, com a seguinte justificação.

"A forte e ampla repercussão no seio de tôdas as classes sociais, e também nesta Casa do Congresso, provocada por uma reportagem sôbre o marinheiro João Cândido, que trabalha como pescador, dia e noite, apesar de sua idade avançada, para o sustento de sua familia, induziu-me a um gesto — que não tenho a êsse respeito nenhuma dúvida — há de merecer o apoio e a solidariedade dos meus colegas. É um gesto justo e humano, inspirado no desejo que não é sòmente meu, que não é, apenas, da opinião pública, porque deve existir também no coração de todos os brasileiros mesmo daqueles que foram contemporâneos e ao mesmo tempo testemunhas dos acontecimentos de 1910, que passaram à História como a "Revolta da Armada".

"E avanço mais: — na própria Marinha de Guerra, na gloriosa Marinha de Barroso e Tamandaré, que lutou no passado pela nossa sobrevivência, e em duas guerras, no decorrer dêste século, em defesa das liberdades humanas e das conquistas seculares da civilização cristã, ameaçadas pelo furor desencadeado dos bárbaros modernos, quero crer — repito — que seus chefes e marinheiros partilham do mesmo sen-

timento, porque só honra existirá para uns e outros a vocação de esquecer e perdoar.

"Muito já se disse acêrca daquele movimento rebelde. Para uns, o que levaram os marujos do "Minas Gerais" à ação contra seus chefes, foram a indisciplina e o ódio, sem negarem, contudo, que não era condizente com as tradições da Marinha o uso da chibata, indiscriminadamente, sem forma de processo, não raro para punir faltas inexistentes.

"Diverge minha interpretação, e em apoio de minha afirmativa, invoco o nome, a conduta, o senso de disciplina do marujo que seus companheiros escolheram para comandá-los. João Cândido amava a Marinha, formara seu espírito na Marinha, era competente e disciplinado. Nunca sofreu a humilhação e os castigos que desencadearam a revolta. Por que, então, aceitou o comando da revolta? Por que assumiu o comando do "Minas Gerais"? Por ódio? Não. Por ambição? Também não. Com o propósito de desprestigiar a Marinha e degradar suas tradições? Ainda não.

"Bem examinadas as causas da intentona, cabe-nos situar o marinheiro João Cândido em sua verdadeira posição — a posição de um homem que servira à Marinha desde a infância, que amava a Marinha e por ela daria em holocausto a própria vida, que não queria que seus métodos de teor medieval continuassem maculando, isto sim, as tradições da Marinha do Brasil. Não o dominou o ódio, não foi um ato de indisciplina o que êle praticou. João Cândido deixou-se possuir pela convicção de que, não sendo uma das vítimas dos castigos corporais infligidos a dezenas de seus companheiros de farda, deveria, contudo, agir, diante do fato consumado para apagar aquela mancha da Marinha. E conseguiu o seu objetivo, embora tivesse perdido aquilo que era tudo para êle — o amor à Marinha, êste devotamento que perdura até hoje, que o faz chorar de saudades, como naquele instante em que, sòzinho, num barco de pesca, despediu-se do "Minas Gerais", que ia ser retirado do serviço. Olhando-lhe o perfil majestoso, acariciando-lhe o casco, perdido num mundo de recordações, umas alegres e outras amargas, êle, que fizera parte da tripulação que fôra buscar o "Minas Gerais" na Inglaterra. E o velho marinheiro confessa nos seus 80 anos, mas obrigado a trabalhar para viver: "passa o tempo, fica o amor à Marinha."

E mais adiante retifica o julgamento da História para afirmar que não tivera a intenção de bombardear a cidade: "apenas — diz êle — tomamos uma atitude enérgica, porque naquela situação só com energia nossa causa seria vitoriosa."

E depois, como se quisesse mostrar ao Brasil que foi e permanece um injustiçado, o bravo marinheiro, depondo quase à beira do túmulo, declara a propósito da atitude que assumiu em 1910:

"Sou um homem sem instrução, mas que lê. Nos jornais só se falava em liberdade, humanidade e outras coisas nobres. Por que lutei? Não foi justamente para isso?"

Ora, se o velho marinheiro esqueceu e perdoou o muito que sofreu, e com êle seus companheiros de prisão; se contra êle e os outros foram praticadas tantas injustiças que levaram o grande Rui a proferir verdadeiros e memoráveis libelos no Senado; se êle hoje está velho e sem recursos; se é obrigado a trabalhar mesmo sem poder, para não sucumbir à fome com sua mulher e filhos; se êle confessa ainda, em lágrimas, seu amor à Marinha e os bons serviços que lhe prestou; se reconhecemos que, mais cedo ou mais tarde, os próprios chefes da Marinha acabariam com a humilhação da chibata; se lutamos na última guerra ao lado da Democracia pela liberdade e pela civilização, não há como deixar o Congresso Nacional de contribuir para a tranqüilidade dos últimos dias de João Cândido, o "Almirante Negro" que comandou o "Minas Gerais", o marujo que não sabe ouvir o nome da Marinha sem emocionar-se até às lágrimas, sem confessar aquilo que sempre existiu nêle, em sua alma de marinheiro:

— Morrer pela Marinha e a serviço da Marinha. Eis porque considero justa a proposição que tenho a honra de apresentar à consideração desta Casa."

Mas o projeto de lei caiu numa gaveta e sumiu. Os meses passam e Souto Maior é Ministro do primeiro govêrno parlamentarista. Fui seu Assessor de Imprensa, quando conheci melhor o médico tirado de um modesto consultório do interior para cuidar da saúde de 60 milhões de brasileiros. Do nosso contato diário apreendi, com os mínimos detalhes, o funcionamento do aparelho opressor contra tudo que sae da rotina parlamentar.

Souto Maior, deputado licenciado para ocupar o cargo de Ministro da Saúde, fez várias investidas no sentido de desenterrrar o seu projeto em benefício de João Cândido. Tudo em vão.

* * *

João Cândido sobrevive aos seus algozes. Mortos já estão todos os seus carrascos. A História começa a fazer-lhe Justiça, através de pronunciamentos, os mais insuspeitos possíveis.

A Prefeitura do Distrito Federal, no trabalho "Efemérides Cariocas", de Antenor Nascentes, no índice, colocou João Cândido entre D. João VI, Conselheiro João Alfredo, ator João Caetano, João do Rio e do Príncipe João Carlos, cujo nome, por extenso, é simplesmente: D. João Carlos Pedro Leopoldo Olegário da Encarnação Francisco Xavier de Paulo Miguel Gabriel Rafael Gonzaga... De grande, mesmo, talvez só tenha o nome.

Mostrei a referência ao ancião.

— Que adianta isto! Estou estourado com 72 horas de descarga, noite e dia. O que eu quero é dormir!

Hoje, em qualquer ginásio que tenha adotado o livro "História do Brasil", de Antônio José Borges Hermida, já em 50.ª edição, o aluno encontrará à página 192, a pergunta:

— Quem foi João Cândido?

A resposta está no capítulo "Govêrno do Marechal Hermes".

"Houve agitações no Rio e nos Estados. No Rio ocorreu nos navios "Minas Gerais" e "São Paulo" a revolta chefiada pelo marinheiro João Cândido. A causa dêsse movimento era haver ainda na Armada castigos corporais para punir as faltas dos marujos."

A resposta certa seria: Foi um bravo brasileiro.

* * *

Faltava, apenas, rever um capítulo, quando resolvi ir à sua antiga casa, à Avenida Pernambucana, 112, em Vila Rosali, no município de São João de Meriti, no Estado do Rio de Janeiro.

O barraco está fora do alinhamento, não tem água encanada, nem esgôto. Tem um quarto, sala de jantar e cozinha. Pelas paredes, duas folhinhas com desenhos de navios. Um retrato do caçula, servindo ao Exército, que êle aponta com orgulho e diz:

— É o Candinho. Um menino bom.

Sôbre uma mesinha, um rádio de cabeceira, uma jangada de brinquedo e o livro sôbre petróleo de Gondin da Fonseca. Somos cinco pessoas na sala. Um meninote entrou pela casa adentro e gritou junto do avô:

— Tem um bocado de gente prá falar com o senhor...

Era uma comissão de vereadores da Câmara Municipal de São João de Meriti, que vinha entregar os originais da lei que manda gravar o nome de João Cândido numa placa de bronze.

"Quando ainda a nossa Marinha de Guerra achava-se em formação, sua disciplina férrea e deprimente, infligia aos seus componentes, castigos corporais, desumanos, deprimindo homens valorosos, reduzindo-lhes a fibra;

considerando que, o cidadão João Cândido, morador de nosso município, quando de sua mocidade, ingressou na nossa Marinha de Guerra, e ali se insurgiu contra o uso comum da chibata, aplicada contra aquêles que feriam a disciplina, provocando com a sua atitude desassombrada, e mundialmente conhecida, a abolição de tais castigos;

considerando, finalmente, ser êste brasileiro digno e merecedor, de uma homenagem dos Podêres Públicos de nossa cidade, a Câmara Municipal de São João de Meriti resolve:

Artigo 1.º — Fica denominada Avenida João Cândido, a atual Rua Ugo, situada no 1.º Distrito dêste Município, e que começa na Rua Maria Joaquina e termina na Rua Doze de Outubro.

Artigo 2.º — A inauguração das placas designativas, dar-se-á no dia 11 de junho do corrente ano, data festiva de nossa Marinha de Guerra.

Artigo 3.º — A presente Resolução entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário. (a) *Luís Marques do Nascimento*, Presidente."

* * *

Fitei o rosto enrugado de João Cândido para ver a sua reação, ante a primeira homenagem oficial que recebia desde 1910. Mordia os lábios para sufocar a emoção acariciando a cabeça de um neto. Lembrava-se dos que tombaram nos convéses do "Minas Gerais" e do "Satélite", aos gritos de "Viva a Liberdade", não esquecendo os 18 irmãos bestialmente assassinados, a cal, nas prisões do Batalhão Naval, enquanto centenas de outros foram fuzilados nas selvas da Amazônia. Os que escaparam conheceram a escravatura.

Naquele dia êle era o personagem que inspirou Silvino Moreira Lima, no destêrro:

— O herói não renuncia nunca. Quanto mais sofre os golpes da adversidade, mais se sente com fôrças para reagir contra o destino implacável que o persegue.

Mergulhei o pensamento no passado e recordei uma frase que recolhi no antigo campo de concentração de Terezin, na Tcheco-Eslováquia e que poderia servir de epitáfio aos que tombaram nas masmorras da Marinha:

"Os que morreram ressuscitaram a Liberdade!"

RESSURREIÇÃO

> *"Edmar Morél instalou definitivamente o marinheiro João Cândido na História do Brasil, reunindo, com paciência e sorte, documentos preciosíssimos sôbre a revolta da Armada de 1910 — documentos que comprovam a felonia, a desumanidade, a falta de caráter dos políticos da época e o espírito cristão e heróico do povo sofredor."*
>
> GONDIN DA FONSECA

HOMEM de imprensa, com mais de trinta anos de tarimba, em permanente contato com o povo, conhecendo, portanto, as suas tendências, tinha absoluta certeza de que um livro sôbre a revolta de João Cândido seria um fato de repercussão.

Desta opinião não compartilhavam, infelizmente, 90% dos nossos editôres, uns, acovardados pelo que poderia acontecer de represália por parte da Marinha de Guerra, outros, interessados mais em obras de fácil vendagem, com estampas de mulheres nuas, como chamariz.

Os irmãos Pongetti, meus editôres de *"Moscou, Ida e Volta"*, com três edições, em seis mêses, resolveram quebrar um tabu cinqüentenário, isto é, a publicação de *"A Revolta da Chibata"*.

Um intelectual de gabarito colaborou na obra, lendo cuidadosamente os originais e fazendo inúmeras corrigendas de episódios históricos. Foi Américo Jacobina Lacombe, diretor da Casa de Rui Barbosa e da coleção "Brasiliana".

Diga-se, de passagem, que o próprio João Cândido não acreditava no livro. Durante mais de 50 anos foi procurado por jornalistas e escritores de tôdas as tendências políticas interessados na sua proeza.

Lembro-me do nosso primeiro encontro em São João de Meriti, onde cheguei com o livro já pela metade, duas co-

leções de "O País" e "Correio da Manhã", dezenas de anotações reclamando melhores esclarecimentos.

Encontrei o velho marinheiro metido num surrado pijama listrado, calçado com tamancos e passara a noite, em claro, com uma complicação de rins.

Senti que estava diante de um homem firme e dono de admirável memória. O ambiente da casinha demonstrava que a prole vivia em dificuldades econômicas. Servido o clássico cafèzinho, achei, antes de mais nada, o dever de falar francamente, expondo as razões da visita. Não ia pedir autorização para publicar *"A Revolta da Chibata"* e sim a colaboração do timoneiro em narrativas confusas. Deixei bem claro que não tinha intenção de submeter o meu trabalho de dez anos de pesquisas ao seu arbítrio. Assim nasceu *"A Revolta da Chibata"*, "best-seller" do ano e que teve a sua primeira edição esgotada, pràticamente, em 60 dias.

Todos os jornais e revistas do Brasil transformaram o livro em notícia, entrevistando João Cândido. Das rotativas pulou para os microfones e câmaras de TV.

Era a ressurreição do comandante rebelde do "Minas Gerais". Só num mês a "Lux" forneceu 275 recortes de jornais do Rio, São Paulo, Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Sul, e outros., com críticas nem sempre favoráveis.

Como pai da criança, é claro, fiquei cheio de jubilo. Havia, embora modestamente, instalado João Cândido na História do Brasil, arrancando-o da poeira dos arquivos e do mais mesquinho e criminoso ostracismo. Agora ele tinha, como todo ser humano, um lugar ao sol. Passou a ser tratado com respeito e a geração da coca-cola ficou sabendo, através de reportagens fotográficas das maiores revistas do país, que a figura de um herói popular fôra sonegada na escola primária, secundária e superior.

Um dia teve que ser operado com urgência. Fui ao diretor de um instituto de Previdência Social e pedi a sua ajuda para interná-lo no Hospital dos Marítimos. A sua resposta:

"A Marinha não vai gostar!"...

Êste atestado de pusilanimidade não podia ser endossado pelos nossos homens. Procurei o médico Adão Pereira Nunes, dono de uma casa de saúde, nas Laranjeiras, e que, na juventude, com o pseudônimo de Benedito de Paulo, escreveu um opúsculo sôbre a sublevação. Na mesma tarde foi hospitalizado e à porta do quarto mandou colocar a etiquêta: "Almirante João Cândido".

Visitando-o, certa manhã, ouvi da enfermeira o comentário jocoso de que, pela primeira vez, via um almirante prêto.

A observação tinha a sua razão de ser. A Marinha de Guerra, até hoje, não deu um almirante negro, o que não acontece com a Aeronáutica e o Exército, com Brigadeiros e Generais de côr, o mesmo ocorrendo no fechado Itamarati, com um embaixador "colored"... É um só, podendo até ser tomado como prêto-propaganda.

Mas o fato é que a Casa de Rio Branco tem um embaixador de côr. E a Marinha? Nada.

Estudantes que levam a sério os seus deveres procuraram João Cândido, enquanto modestas associações culturais convidaram-no para realizar palestras.

No Rio Grande do Sul, a Sociedade Floresta Aurora promoveu a sua ida a Pôrto Alegre e Rio Pardo.

Ei-lo, lépido e fagueiro, com 81 anos, metido num costume de casemira azul e gravata fantasia, embarcando no Aeroporto Santos Dumont, num Convair, em companhia do caçula, o Candinho, o quindim da família.

As suas impressões da primeira e última viagem aérea definem o homem simples que êle, realmente é.

"A gente, lá em cima, é uma espécie de penetra. O céu foi feito para os passarinhos..."

Havia, nos pampas, um amplo programa de festas em sua honra. O Vereador Landell de Moura, por exemplo, pediu para João Cândido o título de "Cidadão de Pôrto Alegre."

Tôdas as bancadas assinaram o requerimento, tendo o edil Joaquim Felizardo, da tribuna, declarado à certa altura:

"No exercício do meu mandato popular terei a feliz oportunidade de discutir e votar a matéria em pauta. Inicialmente a minha solidariedade a Edmar Morél, o jornalista que definitivamente revelou à minha geração a figura de João Cândido, aquêle que através de amplo documentário, pôs em evidência o "Negro que Violentou a História", no dizer de Gilberto Amado, revelou à minha geração o homem negro, o Hércules de Ébano, aquêle que se poderia chamar o Bolívar da Armada, de vez que é o libertador de meus irmãos marítimos. Nós sabemos e Ingenieros nos ensina que cada geração reconsidera a História, já que os homens envelhecidos entregam-na corrompida, acomodando os valores ao regime de seus interêsses. Quiseram, inùtilmente, fazer da revolta da Armada de 1910, uma história morta. Edmar Morél impediu tal fato, fazendo de *"A Revolta da*

Chibata" história viva, onde os servidores de um despotismo não são iguais aos rebeldes que o combateram.

E por isso estou na tribuna, que a homenagem a ser prestada a João Cândido é das mais oportunas, das mais justas. E declaro, nêste momento, a inveja que tenho pelo meu colega que é o autor e signatário do projeto de lei."

Até o autor teve o seu nome nos anais. Muito obrigado.

Uma cabeça de João Cândido seria inaugurada em praça pública e o então Governador Leonel Brizzola o receberia no Palácio Piratini.

Oficiais da Marinha de Guerra servindo no Distrito Naval, com sede em Pôrto Alegre, fizeram pressão, gerando a concessão do título de "Cidadão de Pôrto Alegre", a inauguração do busto e a recepção no Piratini. A pequena escultura está recolhida num pequeno museu de Rio Pardo.

* * *

João Cândido é assunto de veneta na Armada. Aceitam-no e recusam-no, conforme a maré.

A Câmara Federal, no dia 15 de dezembro de 1959, preparou uma homenagem à Marinha de Guerra. Eis como o "Diário de Noticiais" noticiou o acontecimento:

"Quando o deputado Paulo Mincarone mencionou o nome de João Cândido no discurso que pronunciou na Câmara, o Ministro Matoso Maia deu um sôco na carteira em que estava e levantou-se para deixar o recinto e atrás dêle foram 30 oficiais, até então instalados na tribuna dos convidados, ao lado direito da mesa.

Com a intervenção do presidente Ranière Mazzili, que fêz um apelo ao Ministro, aos demais oficiais e ao congressista para que ficassem os primeiros e para que êste não fizesse quaisquer restrições à Marinha, a solenidade teve prosseguimento. O parlamentar continuou a sua oração e os oficiais permaneceram, mas já sem dar qualquer mostra de interêsse pela homenagem."

O incidente não ficou aí. O Clube Naval distribuiu uma nota e o Almirante Amorim do Vale concedeu uma entrevista à imprensa, verberando o procedimento daquele representante do povo, autor da denúncia, no Parlamento, da compra do porta-aviões "Minas Gerais", ferro-velho vendido pelos inglêses.

No outro dia o deputado Artur Virgilio ocupou a tribuna do Palácio Tiradentes para declarar que o seu colega não ar-

mara nenhuma cilada ao Almirantado, pois ao se referir ao Almirante Negro "usara, apenas, um apelido" dado por Edmar Morél no seu livro "A Revolta da Chibata."

Na verdade, quem batizou João Cândido, como "Almirante Negro", foi Gilberto Amado, em 1910.

Aqui cabe relatar um episódio. Era titular da Marinha o Almirante Matoso Maia. Havia um zunzum de que os oficiais da Armada não gostaram de meu livro, fazendo severas críticas ao autor, aos editôres irmãos Pongetti e ao livreiro Carlos Ribeiro, que ensaiava uma tarde de autógrafos. Fui ao Arsenal da Marinha e o dia escolhido foi o pior. O Ministro recebia os cumprimentos de Ano Nôvo dos oficiais superiores. Fiquei perdido naquele mundo de alamares e uniformes brancos reluzentes, lembrando-me do meu esmirrado terno falsificado de brim H. J., com o qual desembarquei no Rio, em 1932, trazendo ao pescoço uma berrante gravata preta e vermelha, com a palavra "Nego" ao centro, símbolo da Paraíba de João Pessoa... Fiz entrega do volume ao Ministro Matoso Maia, que tinha ao peito as suas principais condecorações. Passou uma vista sôbre a capa e disse, em tom de gracejo:

— É você que está pondo fogo em monturo?...

Chamou o garçom e mandou servir-me uma taça de champanha. Tive, naquele momento, a convicção de que existiam dois grupos na Marinha com relação à Revolta da Chibata. Um, engole João Cândido, como fato consumado, partindo do princípio de que a Armada não podia ser responsável pelos erros de uma sociedade que ela não dirigia e sim fazia parte diminuta. O outro não suporta nem o cheiro do negro, incidindo no êrro primário de não tomar conhecimento de um fato que já faz parte, queiram ou não, da História da Pátria.

De positivo, no Rio Grande do Sul, apenas, uma rápida visita à Assembléia Legislativa, onde o marinheiro foi saudado pelo Deputado Carlos Santos.

Rio Pardo exigiu a sua presença. João Cândido voltou aos pagos, depois de quase 70 anos de ausência. Aí, também, o programa foi por água abaixo, mas o pretexto foi até nobre. O vigário faleceu e a população tomou luto... A municipalidade, entretanto, havia concedido uma mesada, à sua revelia, no valor de cinco mil cruzeiros. Êste fato fez encher de brios os deputados estaduais, que votaram uma nova pensão de oito mil, anulando, assim, a primeira, dinheiro que recebe na Guanabara, por intermédio do Banco da Província.

Cachoeira do Sul recebeu-o com churrasco de campanha, notícias nos jornais e visitas aos locais pitorescos, ganhou um banquete presidido pelo Prefeito e o título de Cidadão Cachoeirense. Assim terminou a excursão de João Cândido em terras gaúchas, onde não encontrou um só amigo de infância, mesmo em Rio Pardo, sua terra natal.

* * *

Continuam assediando-o, com programas de TV e rádio. Estudantes do Teatro da Engenharia ensaiam um auto, em estilo. A idéia morre no nascedouro. Colegiais de São João de Meriti promovem-no a sócio benemérito. Um grupo de cineastas procuram-no para um filme, que seria uma espécie de "Potemkin" brasileiro.

Cedi os direitos autorais, na esperança de que a película seria uma realidade. Fracasso completo. Pensam, agora, em fazê-lo herói de historieta em quadrinhos, made in U. S. A...

* * *

Como nacionalista e tido como homem de esquerda, com a imputação de ter visitado a Russia e outros países da Cortina de Ferro, abracei a candidatura de Roberto Silveira ao govêrno fluminense, participando de vários comícios em Niterói. O meu contato com o jovem líder populista terminou no dia de sua posse. Nunca mais o vi. Às vésperas do trágico desastre que o vitimou, em Petrópolis, arrastando à morte, também, o Luis Paulistano, um dos melhores repórteres do meu tempo, num encontro acidental de rua, mostrou vivo interêsse pela sorte de João Cândido. Lera o livro de um só fôlego. Dias depois o recebia no Palácio do Ingá, apresentando-o às Casas Civil e Militar.

Sabendo das suas dificuldades para terminar a construção da casa onde espera terminar os seus dias, em Coelho da Rocha, no loteamento Turmalina, em Meriti, Roberto Silveira entregou-lhe um cheque de duzentos mil cruzeiros, da verba da representação pessoal. Só assim foi possível concluir as obras.

* * *

Conhecia as delícias, pela primeira vez, de um vôo a jato, quando entre Recife e Rio, li o "Cruzeiro", de 26 de janeiro de 1963, nas Cartas dos Leitores.

"Quem quer emprestar?

Júlio Santos da Silva, de Cruz Alta, Rio Grande do Sul, está precisando obter por empréstimo ou por compra um exemplar do livro "A Revolta da Chibata". Quem estiver interessado no assunto pode dirigir-se ao seguinte endereço: Rua Santa Maria, 490, Pôrto Alegre ou Rua Andrade Nunes, 813, Cruz Alta."

Estava ali o melhor elogio ao meu trabalho.

Um popular pedindo, quase em súplica, *"A Revolta da Chibata"*, cuja autoria o redator da coluna omitiu. Naquele instante tomou corpo a idéia da 2.ª edição, com novos fatos e documentos.

Perguntei, a exemplo do que fizera com Gago Coutinho, o que desejava como inscrição em sua sepultura. Respondeu com motejo:

"Qualquer coisa serve..."

A história, porém, escreverá com bronze:

— João Cândido, o Marinheiro que acabou com a chibata na Marinha de Guerra do Brasil.

FIM

Bibliografia

A REVOLTA NA ESQUADRA BRASILEIRA EM NOVEMBRO E DEZEMBRO DE 1910 — H. Pereira da Cunha
TAMANDARÉ — Gustavo Barroso
RELATÓRIO DA VIAGEM DO "SATÉLITE" — Carlos Brandão Storry
MEMÓRIAS (INÉDITAS) — Felipe Moreira Lima
MOCIDADE NO RIO — Gilberto Amado
CONSPIRAÇÕES — Dantas Barreto
ALGOZES E VÍTIMAS — Alberto Durão Coelho
ROTEIRO DE ADOLFO CAMINHA — Saboia Ribeiro
O CAMINHO — Otávio Brandão
UM HOMEM SEM PROFISSÃO — Oswald Andrade
HISTÓRIA DE RIO PARDO — Paranhos Antunes
O TIGRE DA ABOLIÇÃO — Oswaldo Orico
HISTÓRIA POPULAR DA REVOLUÇÃO PRAIEIRA — Fernando Segismundo
O APOSTOLADO POSITIVISTA — Teixeira Mendes
COUVES DA MINHA HORTA — Vivaldo Coaracy
A BALAIADA — Astolfo Serra
HISTÓRIA DOS BONDES NO RIO DE JANEIRO — C. J. Dunlop
SOUTH AMERICA — James Bryce
JOÃO CORDEIRO — Freitas Nobre
ALMANAQUE DE RIO PARDO — Dante de Laytano
MINHA FORMAÇÃO — Joaquim Nabuco
O POSITIVISMO NA REPÚBLICA — Cruz Costa
O COURAÇADO "POTEMKIN" — Richard Hough
A VIDA DO MARECHAL HERMES DA FONSECA — Nini Miranda
HISTÓRIA DO BRASIL — Antônio José Borges Hermida
A REVOLTA DE JOÃO CÂNDIDO — Adão Manuel Pereira Nunes (Benedito Paulo)
TIRADENTES — Luiz Pinto
O BOM CRIOULO — Adolfo Caminha
EFEMÉRIDES CARIOCAS — Antenor Nascentes
ANAIS DO SENADO FEDERAL, CÂMARA DOS DEPUTADOS, CÂMARA MUNICIPAL, ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, REVISTA MARÍTIMA BRASILEIRA, INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO, SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO DO MINISTÉRIO DA MARINHA, "ESTADO DE SÃO PAULO", "O PAIZ", "JORNAL DO COMÉRCIO", "CORREIO DA MANHÃ", "DIÁRIO DE NOTICIAS", "CARETA", "O CRUZEIRO", "PANFLETO", "REVISTA DA SEMANA", BIBLIOTECA NACIONAL, BIBLIOTECA MUNICIPAL, CASA DE RUI BARBOSA, etc.

Índice Nominativo

— A —

— B —

— C —

— G —

— H —

— I —

— J —

— L —

— M —

— N —

— O —

— P —

— Q —

— R —

— S —

— T —

— V —

— X —

— W —

— Z —

a Editôra Letras e Artes oferece a seus leitores e ao público em geral.

Essa segunda edição, acrescida de novos e estarrecedores documentos, como a ordem escrita e assinada por Flôres da Cunha, mandando fuzilar os revoltosos de 1910, vem trazer à lembrança dos brasileiros a figura de herói que foi João Cândido, para que as gerações futuras possam reverenciar sua memória de líder tão autêntico como os melhores de nossa história pátria.

A primeira edição da biografia do "Almirante Negro" provocou vários atritos entre deputados e oficiais da Marinha de Guerra, durante a realização de homenagens à Semana da Marinha. A segunda edição da biografia do "negro que violentou a história", sob a égide da Letras e Artes, é um esfôrço editorial absolutamente necessário, dada a importância histórica do livro, assinado pela pena do jornalista que nos deu tantos êxitos, como as biografias do padre Cícero, do jangadeiro Francisco José do Nascimento, o Dragão do Mar; "E Fawcett Não Voltou" e "Moscou, Ida e Volta".

O livro de Edmar Morél, que a Editôra Letras e Artes entrega a seus leitores, constituir-se-á, sem dúvida, em um lançamento oportuno e indispensável para o público ledor brasileiro.

O Editôr

★

EDITÔRA LETRAS E ARTES
Rua Rodrigo Silva, 14-A
Rio de Janeiro

A REVOLTA DA CHIBATA

Quem melhor definiu João Cândido foi Gilberto Amado:

"Um negro que violentou a História do Brasil".

Coube a um simples marujo de côr, filho de um tropeiro, acabar com o açoite na nossa Marinha de Guerra, triste exemplo que a Marinha de Guerra de Sua Majestade espalhou pelo mundo.

João Cândido, durante mais de meio século, viveu no ostracismo. Seu nome foi riscado até do Arquivo Naval. Êle não existe para a Marinha. Mas a História do Brasil guardou o seu feito. O herói da ralé não buscou glórias. Valeu, entretanto, a sua magnífica lição de bravura e de solidariedade humana, o que levou Rui Barbosa a dizer:

"Extinguimos a escravidão sôbre a raça negra, mantemos, porém, a escravidão da raça branca entre os servidores da Pátria".

o Correio

ESQUAD

VARIAS GRANADAS

RNO TOMA PROVID

Já ha m

S NOTAS DA